

# RELATÓRIO GERENCIAL

## ANÁLISE DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2019

**Otto Alexandre Levy Reis**

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão

Belo Horizonte, Outubro de 2019.

**Secretário de Estado de Planejamento e Gestão**

Otto Alexandre Levy Reis

**Secretária Adjunta de Estado de Planejamento e Gestão**

Luísa Cardoso Barreto

**Chefe de Gabinete**

Sílvia Caroline Listgarten Dias

**Subsecretário de Planejamento e Orçamento**

Felipe Magno Parreira de Sousa

**Subsecretária de Gestão Estratégica**

Beatriz de Oliveira Góes

**Subsecretária de Gestão de Pessoas**

Kênnya Kreppel Dias Duarte

**Subsecretário de Governança Eletrônica e Serviços**

Rodrigo Diniz Lara

**Subsecretário do Centro de Serviços Compartilhados**

Rodrigo Ferreira Matias

**Coordenadora Especial da Cidade Administrativa**

Marilene Bretas Campos

**Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças**

Larissa Lorena Rodrigues

**Organização e elaboração:**

Diretoria de Planejamento e Orçamento

Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças

Rodovia Papa João Paulo II, 4001 - Cidade Administrativa Presidente Tancredo

Neves, Prédio Gerais, Serra Verde - Belo Horizonte/MG

## Sumário

1.	Introdução.....	5
1.1.	Coordenadoria Especial da Cidade Administrativa – CECAD .....	5
1.2.	Centro de Serviços Compartilhados – CSC.....	7
1.3.	Subsecretaria de Gestão Estratégica – SUGES .....	8
1.4.	Subsecretaria de Governança Eletrônica e Serviços – SUBGOVES .....	9
1.5.	Subsecretaria de Gestão de Pessoas – SUGESP.....	10
1.6.	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPLOR .....	13
1.7.	Secretaria Executiva do Comitê de Orçamento e Finanças e da Câmara de Coordenação da Ação Governamental – COFIN e CCGOV .....	16
1.8.	Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças – SPGF.....	17
2.	Relatórios Institucionais de Monitoramento .....	18
3.	Ênfases por Comissão.....	19
➤	Comissão de Administração Pública (APU).....	19
3.1.	Gestão de Pessoas: Provimento de cargos por Chamamento Público.....	19
3.2.	Gestão de Pessoas: Servidores da Segurança Pública.....	21
3.3.	MGS.....	23
3.4.	Pagamento de Pessoal e Plano de Carreira.....	26
3.5.	Previdência e Assistência ao Servidor Público.....	29
3.6.	Proteção e Restauração dos Direitos Humanos: Filhos de Hansenianos.....	30
3.7.	Financiamento da Educação .....	31
3.9.	Impacto Fiscal da Reforma Administrativa .....	34
3.10.	Informações sobre a regularização dos repasses de Restos a Pagar à SES/MG 35	
3.11.	Fundo Estadual do Café: Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFÉ (União).....	36
3.12.	Transferências Obrigatórias do Estado aos Municípios – Saúde.....	37
3.13.	Vinculações e limitações constitucionais e legais do gasto público – Saúde.	38
➤	Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO) .....	39
3.14.	Lei Kandir.....	39
3.15.	Gestão Patrimonial e de Bens: Parcerias.....	40
3.16.	Parcerias: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.....	42
➤	Comissão de Participação Popular (PPO) .....	46

3.17. Monitoramento dos desdobramentos das Propostas de Ação Legislativa (PLEs)	46
4. Perspectivas Futuras .....	47
4.1. Coordenadoria Especial da Cidade Administrativa – CECAD .....	47
4.2. Centro de Serviços Compartilhados – CSC .....	47
4.3. Subsecretaria de Gestão Estratégica – SUGES .....	48
4.4. Subsecretaria de Governança Eletrônica e Serviços – SUBGOVES .....	49
4.5. Subsecretaria de Gestão de Pessoas – SUGESP .....	50
4.6. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPLOR .....	53
4.7. Secretaria Executiva do Comitê de Orçamento e Finanças e da Câmara de Coordenação de Ação Governamental – COFIN e CCGOV .....	56
4.8. Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças – SPGF .....	56



## 1. Introdução

Após publicação da Lei da Reforma Administrativa nº 23.304/2019, que estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo do Estado, e o Decreto nº 47. 686/2019, que define a estrutura orgânica dos órgãos do Poder Executivo do Estado, a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG – atuou de forma a incorporar as mudanças estruturais decretadas.

Diante das perspectivas futuras apontadas no Relatório Gerencial para Análise do Primeiro Quadrimestre de 2019 da SEPLAG, se faz necessário retomar e apontar às Comissões Fiscalizadoras e ao cidadão mineiro o detalhamento das principais entregas referente ao segundo quadrimestre do exercício de 2019, por Subsecretaria e unidades correlatas.

### 1.1. Coordenadoria Especial da Cidade Administrativa – CECAD

- ✓ Melhoria na iluminação pública dos estacionamentos externos da Cidade Administrativa e dos pontos de ônibus dos prédios Minas e Gerais, com substituição da iluminação por LED.
- ✓ Promoção de ações de conscientização e orientação ao público da Cidade Administrativa quanto à Febre Maculosa, em parceria com a Zoonose da Prefeitura de Belo Horizonte.
- ✓ Ações de melhoria e restauração dos jardins da Cidade Administrativa em parceria com a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP – e o Instituto Estadual de Florestas – IEF.
- ✓ Participação no Comitê Gestor Estadual de Políticas de Enfrentamento da Dengue, Chikungunya e Zika, viabilizando o enfrentamento à proliferação de focos do mosquito *Aedes aegypti* no complexo da Cidade Administrativa.
- ✓ Recadastramento de fornecedores para entrega de refeições prontas, viabilizando opções de alimentação a baixo custo na Cidade Administrativa.

- ✓ Adequação das áreas de escritório para atender à nova estrutura orgânica dos 22 órgãos e entidades do Estado, em especial, a junção da SEDA e da SEAPA, e da SEDPAC e da SEESP com a SEDESE, além da migração da equipe da folha de pagamentos da SEF para a SEPLAG.
- ✓ Restrição ao acesso de veículos ao complexo da Cidade Administrativa aos finais de semana, viabilizando a utilização dos espaços pela comunidade.
- ✓ Realização da 1º corrida do Circuito Cidade Ativa.
- ✓ Implantação de máquinas de recarga do cartão “Ótimo”, o que facilita o dia a dia do servidor em seu deslocamento diário.
- ✓ Ativação do monitoramento ambiental para combate a focos de incêndio no Parque Estadual do Serra Verde, por meio da instalação de câmeras inteligentes no 15º andar do prédio Gerais, sem custos, em parceria com o Laboratório CEFALA/UFMG.
- ✓ Ações de redução de custos de serviços terceirizados na Cidade Administrativa perfazendo uma economia mensal de R\$ 200 mil reais.
- ✓ Eliminação de aproximadamente 77% no quantitativo de impressoras monocromáticas e 27% das coloridas, perfazendo uma economia na monta de R\$30.000,00 para o ano.
- ✓ Recebimento de uma ambulância doada pelo CBMMG.
- ✓ Aquisição de 12 desfibriladores para uso em casos de emergência na Cidade Administrativa.
- ✓ Treinamento de 420 novos brigadistas, representando cerca de 30% do total necessário.
- ✓ Ativação do novo link de dados, aumentando em até 5 (cinco) vezes a velocidade, com custo mensal de R\$10.000,00 (redução de 15%).

## 1.2. Centro de Serviços Compartilhados – CSC

- ✓ Início da implantação do projeto do Centro de Compras Compartilhadas, com instituição da equipe e reunião de abertura com a Advocacia Geral do Estado – AGE. O projeto prevê a centralização de todo o processamento das compras realizadas pelos órgãos e entidades nas unidades de Belo Horizonte.
- ✓ Redução cumulativa do quantitativo de veículos na frota oficial de 5%. Houve a devolução de 1.041 veículos locados, com economia de R\$1,2 milhão mensais; a alienação por venda de 1.080 veículos, com receita de R\$9 milhões de reais; e a incorporação de 963 novos veículos à frota da PMMG e PCMG.
- ✓ Substituição de lâmpadas convencionais por LED em 650 escolas estaduais, além de publicação, por parte da CEMIG, para substituição em outras 2.739 escolas em sua área de atuação. O projeto prevê uma redução na monta de R\$ 28 milhões ao ano de despesas com energia elétrica nestas instalações.
- ✓ Entrega do Projeto Gestão de Frota por Indicadores, compreendendo 26 indicadores de frota nos temas: dados/situação, atendimento/uso, abastecimento e manutenção, bem como o dossiê do projeto.
- ✓ Formalização, em conformidade com o Decreto Estadual nº 47.611/2019, das seguintes doações:
  - 1) Doação da prestação de serviço de desenho de um projeto de inovação para o Governo de Minas Gerais objetivando a criação de um laboratório de teste para empresas de base tecnológica no governo.

**Doador:** Improve Assessoria e Treinamento Empresariais LTDA

**Donatário:** Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SEDECTES

- 2) Doação da prestação de serviço de Diagnóstico do Ecossistema de Empreendedorismo Inovador e Redesenho do programa SEED – Startups and Entrepreneurship Ecosystem Development.

**Doador:** Tropos Lab Laboratório de Negócios Inovadores LTDA

**Donatário:** Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SEDECTES

- 3) Doação da prestação de serviço de implementação da metodologia Orçamento Base Zero.

**Doador:** Instituto Aquila de Gestão.

**Donatário:** Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG.

- ✓ Processos de compras centralizados comuns a mais de um órgão ou de grande vulto de recursos financeiros.

### **1.3. Subsecretaria de Gestão Estratégica – SUGES**

- ✓ Finalização da formulação, planejamento e validação dos projetos estratégicos pelos Secretários dos órgãos que serão objeto de acompanhamento intensivo por parte da equipe da SUGES e pelas instâncias de governança constituídas.
- ✓ Finalização da Avaliação do Pacto pelo Cidadão 2016-2018 referente ao exercício 2018.
- ✓ Criação da Rede para Inovação na Gestão Pública, com o objetivo de estabelecer cooperação entre diversas instituições para realização de ações conjuntas que possibilitem o fomento à inovação na ação governamental e o desenvolvimento de iniciativas inovadoras que agregam valor público às atividades dos órgãos, autarquias e fundações do Poder Executivo Estadual. A Rede é formada pela SEPLAG, SEDE, BDMG e FJP.

- ✓ Realização de visitas de *benchmarking* aos laboratórios de inovação da ENAP, da Casa Civil da Presidência da República e de oficinas para definição do formato e metodologia de trabalho do Laboratório de Inovação, que terá como objetivo propor e testar soluções de forma colaborativa e ágil para desafios de governo, visando aprimorar a experiência do usuário, bem como melhorar a utilização dos recursos públicos.
- ✓ Realização de Encontro para apresentação da Política de Simplificação para as empresas públicas.
- ✓ Realização de 3 aulas para apresentação e prática das etapas da metodologia de Transformação de Serviços com foco no usuário no Programa de Desenvolvimento dos Agentes de Simplificação.
- ✓ Apresentação da Política de Simplificação para a SEGOV e para a AMM, a fim de firmar parceria para divulgação e orientação para os municípios do Estado.
- ✓ Publicação de decreto com a denominação de todas as unidades dos órgãos da Administração Direta.
- ✓ Suporte técnico aos órgãos e entidades na elaboração da minuta para o Decreto de organização e análise das minutas enviadas pelos órgãos da Administração Direta.

#### **1.4. Subsecretaria de Governança Eletrônica e Serviços – SUBGOVES**

- ✓ Lançamento do Programa “Minas Atende”, com ações para melhoria dos serviços públicos em várias frentes de atuação: simplificação de procedimentos, digitalização de serviços, novas tecnologias para relacionamento com o cidadão, transformação de serviços e ampliação da rede de atendimento presencial.

- ✓ Economia de R\$8 milhões ao implementar no MG App uma notificação que avisa o cidadão trinta dias antes do vencimento da Carteira Nacional de Habilitação. A notificação substituiu o envio de cartas pelo Detran.
- ✓ Conclusão da revisão do convênio com a SEDESE para priorização de captação de vagas e recolocação do cidadão no mercado de trabalho.
- ✓ Finalização do Estudo de Viabilidade Econômica do Contrato de PPP da UAI Praça Sete, por meio do BDMG.
- ✓ Implantação do Núcleo de Assistência a Família da SEAP em Curvelo.
- ✓ Ativação do sinal de telefonia celular com acesso a dados em mais cinco distritos, no âmbito do Programa “Minas Comunica II”. Em agosto, 698 distritos dos 707 previstos a serem concluídos até março de 2020 contam com sinal ativo.
- ✓ Definição de modelo econômico financeiro junto à Secretaria de Fazenda para viabilizar o Programa “Alô, Minas!”, que beneficiará cerca de 300 localidades.
- ✓ Em agosto, o SEI! MG completou dois anos de implementação, possuindo mais de 7 milhões de documentos em sua base e sendo utilizado por 70 órgãos, fornecedores e prefeituras como usuários externos. Houve redução de 52,5% dos gastos apenas com itens de material de escritório.
- ✓ Realizado o diagnóstico das necessidades de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) de seis Secretarias estaduais, para subsídios ao novo Plano Diretor. O desenvolvimento tecnológico e a transformação digital do Estado são estratégicos e permite a melhora dos serviços prestados, além do aperfeiçoamento da gestão, com a redução do gasto público estadual.

#### **1.5. Subsecretaria de Gestão de Pessoas – SUGESP**

- ✓ Revisão dos fluxos para análise e autorização da cessão de servidores do Poder Executivo e regulamentação da cessão de empregados públicos de

empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes da Administração Indireta.

- ✓ Elaboração de minutas de decreto que dispõem sobre a lotação, codificação e identificação dos cargos de provimento efetivos e funções públicas, bem como de cargos de provimento em comissão e funções gratificadas, conforme alterações de estrutura promovidas pela reforma administrativa.
- ✓ Revisão da legislação que trata da tramitação de denúncias de assédio moral; ações preventivas e atuação das comissões de conciliação, em conjunto com a Ouvidoria e Controladoria Geral do Estado.
- ✓ Realização de palestra destinada aos novos gestores públicos dos órgãos e entidades localizados em Belo Horizonte e fora da Cidade Administrativa sobre as principais regras e importância dos processos de Gestão do Desempenho e Desenvolvimento
- ✓ Estruturação e início da implementação do Projeto de Mapeamento de Competências Técnicas no âmbito da Fundação Hemominas, com a realização de reuniões de alinhamento, repasse de informações e entrevistas com gestores e servidores das áreas que participarão do projeto piloto e da unidade setorial de recursos humanos da Fundação.
- ✓ Realização de 5 (cinco) cursos presenciais e 2 (dois) à distância no âmbito do Programa Capacita, totalizando 416 servidores certificados nas temáticas de convênios, avaliação de desempenho e assédio moral no trabalho.
- ✓ Conclusão de 124 processos seletivos para vagas ofertadas na SEPLAG, SEMAD, SES, SEDESE, PRODEMGE, CGE e SEF, no âmbito do Programa “Transforma Minas”.
- ✓ Definição do modelo de desenvolvimento de competências das lideranças de 2º escalão das Secretarias de Estado e CGE (projeto piloto) e das lideranças regionais da SEE, SEDESE, SEMAD e SES, juntamente com a Fundação João Pinheiro e Fundação Lemman.

- ✓ Implantação do Ponto Digital para os servidores administrativos da Fundação Hemominas. Cadastro de 1.852 novos usuários no portal, totalizando 23.454 usuários ativos e 1.199 unidades administrativas com taxação automática.
- ✓ Retomada do Curso de Saúde Vocal do Professor em EaD, em parceria com a SEE.
- ✓ Ações de racionalização de despesas na Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional, com mapeamento de imóveis próprios do Estado no interior para instalação e redução das despesas com alugueis dos Núcleos Regionais de Diamantina, Itabira, Juiz de Fora, Montes Claros, Uberaba e Uberlândia.
- ✓ Acompanhamento Estratégico da Despesa de Pessoal dos órgãos. Neste quadrimestre o acompanhamento foi realizado na SEE:

**Variáveis analisadas:** despesa de pessoal, número de horas de professores, quantitativo de cargos, servidores em afastamento, aposentadorias e concursos vigentes.

- ✓ Gestão do processo de nomeação/designação de cargos comissionados, funções e gratificações temporárias estratégicas dos órgãos, visando avaliação de impacto financeiro e otimização da ocupação por servidores efetivos.
- ✓ Constituição da equipe do Projeto de Aposentadoria, para extinção do passivo existente. De maio a agosto foram publicados 1.859 atos de aposentadorias.
- ✓ Dimensionamento da força de trabalho existente na Ouvidoria Geral do Estado e início do dimensionamento na Fundação Hemominas, utilizando a metodologia de Mapa de Atribuição por Produto.
- ✓ Cadastramento de 1/3 das entidades representativas dos servidores no SEI, como usuários externos, para garantir agilidade no envio de documentação,



reivindicações e demandas sindicais, bem como transparência na condução dos processos de negociação.

- ✓ Validação junto à SEJUSP de parte das métricas de segurança, atendimento psicossocial e administrativa, criadas para definição do quantitativo de pessoal necessário nas unidades prisionais.

#### **1.6. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPLOR**

- ✓ Estudos sobre a aplicação de um modelo único de Centro de Custos no Estado de Minas Gerais, com a realização workshop interno na Subsecretaria, bem como reuniões com órgãos que já estão mais avançados na aplicação da metodologia, a exemplo da Fundação Hemominas.
- ✓ Elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental alinhado à metodologia de apuração de custos por política pública.
- ✓ Realização do Ciclo de Assessoramento à Elaboração do PPAG 2020-2023 em parceria com a Fundação João Pinheiro. A iniciativa teve como objetivo capacitar servidores públicos oferecendo aulas gratuitas para as equipes de planejamento e orçamento dos órgãos e entidades estaduais.
- ✓ Realização do treinamento introdutório sobre a metodologia, os aspectos técnicos e os sistemas corporativos envolvidos nos processos necessários à consecução das atividades de elaboração do PPAG 2020-2023 e da Proposta de Lei Orçamentária para o exercício de 2020. Participaram do evento 178 servidores.
- ✓ Condução do processo de implementação da metodologia OBZ, com apoio do Instituto Águila, no âmbito dos órgãos da Segurança (SEJUSP, CBMMG, PMMG, PCMG, Gabinete Militar): etapa de levantamento e classificação das entregas e itens de custo dos setores classificados no terceiro nível da hierarquia (análogos às superintendências).

- ✓ Elaboração e publicação do Relatório Institucional de Monitoramento - Fundo de Erradicação da Miséria 1º quadrimestre.
- ✓ Início dos testes do GRP-Minas, em conjunto com a Prodemge: Módulos de Adiantamento Especial e Limites Orçamentários.
- ✓ Produção de informações a serem enviadas para organizações externas, tais como aquelas advindas das missões de avaliação das agências de créditos.
- ✓ Elaboração de notas técnicas envolvendo temáticas orçamentárias e tributárias, em especial sobre o não cumprimento das aplicações constitucionais nas áreas de saúde e educação em 2018; e ainda sobre a exclusão das despesas intraorçamentárias na apuração do cumprimento do limite do teto do gasto, instituído pela Lei Complementar nº 156/16.
- ✓ Avaliação quanto ao impacto orçamentário e financeiro dos Projetos de Lei em tramitação na ALMG.
- ✓ Finalização da 2ª etapa do Banco de Projetos para captação de recursos e início da 3ª etapa do projeto, com a análise de mais de 80 projetos para captação de recursos de vários órgãos e entidades estaduais.
- ✓ Realização de Workshop de captação de recursos para todos os órgãos e entidades estaduais, convidando-os a participarem do Banco de Projetos.
- ✓ Publicação do segundo relatório de monitoramento de 2019 com todos os convênios de entrada vigentes e os em prestação de contas na Plataforma +Brasil.
- ✓ Capacitação de mais de 400 servidores, de todos os órgãos/entidades do Estado de Minas Gerais, nas temáticas de execução de convênios na Plataforma +Brasil; elaboração de projetos para captar recursos; e gestão dos convênios de entrada.

- ✓ Elaboração do Portfólio de Projetos para captar recursos de emendas parlamentares federais do orçamento de 2020, com 258 projetos de todos os órgãos e entidades estaduais.
- ✓ Publicação da Estratégia de Captação de Recursos do Estado de Minas Gerais.
- ✓ Participação nas reuniões realizadas com as cadastradas na Tomada Pública de Subsídios instituída pela SES, objetivando coletar informações sugestões que vislumbre a conclusão e a gestão dos Hospitais Regionais.
- ✓ Participação na audiência pública da Comissão de Saúde Pública na Assembleia Legislativa para discutir a implementação do contrato de gestão nos hospitais da rede Fhemig.
- ✓ Apoio à condução do edital de seleção pública publicado pela SECULT visando à continuidade da execução da Orquestra Filarmônica de Minas Gerais.
- ✓ Apoio na elaboração de editais de seleção pública pela Fundação Clóvis Salgado, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social para prover a execução das atividades por meio de Contrato de Gestão e Termo de Parceria.
- ✓ Avaliação dos resultados alcançados por meio da execução dos termos de parceria e contratos de gestão celebrados, além do acompanhamento de todos eles e apoio metodológico aos Órgãos, OS e Oscips parceiros.
- ✓ Entrega do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2020, análise das emendas parlamentares à LDO 2020 e acompanhamento da aprovação do projeto junto à ALMG.
- ✓ Entrega e publicação do Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) do exercício de 2018.

- ✓ Acompanhamento e elaboração das respostas aos questionamentos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais relativos à prestação de contas do Governador, referente ao exercício de 2018.
- ✓ Aprovação de R\$ 29 milhões de reais em prestações de contas na operação PROIR financiada pelo Banco do Brasil.
- ✓ Realização de acordo com o BNDES que possibilitou a autorização de utilização de R\$ 39,5 milhões de reais em operações de crédito para finalização de 7 obras e 7 projetos executivos já iniciados pelo Estado de Minas Gerais.

#### **1.7. Secretaria Executiva do Comitê de Orçamento e Finanças e da Câmara de Coordenação da Ação Governamental – COFIN e CCGOV**

- ✓ Regulamentação do Cofin e da CCGov como instâncias de coordenação do planejamento e da gestão governamental como instâncias deliberativas das políticas de governo, em observância às diretrizes do Governador, com o objetivo de promover a intersetorialidade, transversalidade, integração e efetividade das políticas públicas e ações do Estado.
- ✓ Determinação aos órgãos e entidades para adoção de medidas necessárias para a devolução imediata de veículos indicados pela SEPLAG após estudo para otimização do uso e dos custos da frota, além da redução de desvios relacionados à sua utilização.
- ✓ Vedação de novos contratos de locação de imóveis e prorrogação ou celebração de contratos de locação de imóveis em substituição a contratos vigentes que impliquem aumento do valor atualmente praticado, salvo se decorrente de reajuste previsto no instrumento contratual vigente.

## **1.8. Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças – SPGF**

- ✓ Criação de unidade setorial de gestão de pessoas da SEPLAG (Diretoria de Recursos Humanos).
- ✓ Elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental para o período de 2020 a 2023 da SEPLAG.
- ✓ Elaboração da Proposta de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2020 da SEPLAG.
- ✓ Alocação do custo de pessoal nas ações orçamentárias da SEPLAG, conforme metodologia do Centro de Custos, para LOA 2020.
- ✓ Acompanhamento e condução dos Projetos Estratégicos da SEPLAG, a saber: “Minas Atende”, “Transforma Minas”, “Ampliação da Centralização de Compras”, “Modernização da Gestão Orçamentária” e “Recuperação e Compensação dos Danos em Função dos Desastres Minerários de Mariana e Brumadinho”.

## **2. Relatórios Institucionais de Monitoramento**

- ✓ Compõe o Relatório através do Anexo I. O relatório compreende o monitoramento realizado entre os meses de janeiro e agosto de 2019.

### **3. Ênfases por Comissão**

#### **➤ Comissão de Administração Pública (APU)**

##### **3.1. Gestão de Pessoas: Provimento de cargos por Chamamento Público.**

###### **3.1.1. Informação sobre o número de Gestores selecionados no âmbito do programa “Transforma Minas” e sua locação nos órgãos e entidades do Estado.**

O Programa Transforma Minas constitui uma iniciativa do Governo de Minas Gerais para aperfeiçoar o modelo de atração, pré-seleção, desenvolvimento e desempenho de profissionais para a administração pública do Estado. O objetivo do programa é assegurar que os profissionais que compõem os quadros de alto escalão do Governo estejam aptos a enfrentar os grandes desafios típicos da gestão pública. As seleções são realizadas por mérito, com base em um processo justo e aberto, conforme metodologias consagradas assentadas na lógica da Gestão por Competência. As oportunidades são lançadas e amplamente divulgadas nos diversos meios de comunicação, com o objetivo de atrair candidatos que pertençam ou não ao setor público. Em razão de algumas especificidades do cargo, critérios mais restritivos são estabelecidos.

Inicialmente, para a implantação e realização do Programa, o Governo de Minas Gerais firmou Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Lemann, que é o representante da Aliança – iniciativa que reúne organizações do terceiro setor, formada pela Fundação Brava, Fundação Lemann, Instituto Humanize e República.org. A parceria com a Aliança, que não envolve transferência de recursos financeiros, prevê o desenvolvimento de metodologia e estruturação de boas práticas de um modelo de atração, pré-seleção, desenvolvimento e desempenho de lideranças no setor público, além da transferência de conhecimento ao Estado, visando à perenidade do Transforma Minas e à autonomia do Estado para a execução do Programa.

Em sua fase inicial, para realização dos processos técnicos de pré-seleção, a Aliança contratou o Vetor Brasil, organização da sociedade civil sem fins lucrativos e suprapartidária, responsável pela metodologia de avaliação de profissionais por competências para realização dos processos técnicos de pré-seleção, em cooperação com o Governo de Minas Gerais.

O apoio do Vetor Brasil se dá por meio da execução integral de processos de pré-seleção de determinadas vagas, cuja escolha final dos selecionados é feita pelo próprio governo, bem como vagas com operação assistida, em que a organização pôde contar com a participação de servidores públicos para suporte na realização das etapas de pré-seleção para, novamente, a escolha ser do próprio Governo.

Até o presente momento já foram selecionados 124 gestores pelo programa “Transforma Minas”, distribuídos nos órgãos e entidades do Governo de Minas Gerais da seguinte forma:

<b>Nome da posição</b>	<b>Órgão de alocação da vaga</b>	<b>Quantitativo de vaga</b>
Superintendentes e Gerentes Regionais de Saúde	SES	28
Superintendentes Regional de Meio Ambiente	SEMAD	9
Diretores Regionais	SEDESE	22
Superintendente Regional de Ensino	SEE	43
Diretor Técnico	PRODEMGE	1
Diretor Administrativo Financeiro	PRODEMGE	1
Controlador Seccional da JUCEMG	CGE	1
Superintendente Central de Responsabilização de Agentes Públicos	CGE	1
Corregedor-geral	CGE	1
Diretor de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças	CGE	1
Diretor de Responsabilização de Pessoas Jurídicas	CGE	1
Subcontrolador do Governo	CGE	1



Superintendente Central de Transparência	CGE	1
Programador WEB	CGE	1
Analista de Rede	CGE	1
Superintendente Central de Fiscalização de Contas	CGE	1
Superintendente de Proteção Básica	SEDESE	1
Subsecretário da Receita Estadual	SEF	1
Subsecretário de Tecnologia da Informação e do Conhecimento	SEPLAG	1
Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Qualidade do Gasto	SEPLAG	1
Subsecretário de Gestão Logística	SEPLAG	1
Subsecretário de Gestão e Apoio a Políticas Estratégicas	SEPLAG	1
Controlador Seccional da ARMBH	CGE	1
<b>Nome da posição</b>	<b>Órgão de alocação da vaga</b>	<b>Quantitativo de vaga</b>
Diretor de Transparência Passiva	CGE	1
Controlador Seccional IEPHA	CGE	1
Controlador Seccional IPEM	CGE	1
Subsecretário de Ensino Superior	SEE	1

Todas as informações sobre os processos seletivos (encerrados, em andamento e processos com inscrições abertas), etapas do processo e demais informações sobre o Programa Transforma Minas estão disponíveis no site: [www.transformaminas.mg.gov.br](http://www.transformaminas.mg.gov.br).

### **3.2. Gestão de Pessoas: Servidores da Segurança Pública**

#### **3.2.1. Informações sobre a nomeação de investigadores e chamada dos Agentes Penitenciários nos meses de julho a setembro de 2019 e projeção de chamada até dezembro de 2019.**

Em julho de 2019, foi autorizado pela Câmara de Orçamento e Finanças, que antecedeu o atual Comitê de Orçamento e Finanças, através do OF. COF n.º 0724/2019, o provimento de 425 cargos efetivos da carreira de Investigador de Polícia Civil por nomeação de candidatos aprovados no Concurso Público regido pelo Edital PCMG nº 01/2014. A mesma Câmara autorizou, em abril de 2019, por meio do OF. COF n.º 0382/2019, a contratação temporária de 322 profissionais para atuarem como Agentes de Segurança Penitenciária e, em agosto de 2019, por meio do Of. Cofin n.º 0125/2019, a contratação temporária de mais 431 profissionais para atuarem como Agentes de Segurança Penitenciária. O processo seletivo e convocação dos agentes ocorrem de forma descentralizada, sendo de responsabilidade da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP/MG).

### **3.2.2. Informações sobre a realocação de soldados no policiamento ostensivo em julho e em agosto de 2019, além da chamada de policiais do concurso vigente nos meses de julho, agosto e setembro de 2019, e projeção de chamada até fevereiro de 2020.**

A Câmara de Orçamento e Finanças, que antecedeu o atual Comitê de Orçamento e Finanças, autorizou por meio do OF.COF n.º 0004/2019, de janeiro deste ano, o provimento de 120 candidatos a serem aprovados para o Curso de Formação de Oficiais (CFO), através do Edital DRH/CRS nº 15/2018, e de 30 candidatos a serem aprovados para o Quadro de Oficiais de Saúde (QOS), através do Edital DRH/CRS nº 09/2018.

Em relação aos provimentos dos cargos de soldado, foi elaborada pela Polícia Militar de Minas Gerais proposta para dar provimento aos cargos de forma fracionada. Contudo, devido à grave situação fiscal enfrentada pelo Estado e as limitações legais impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a Câmara de Orçamento e Finanças considerou necessária a modificação das datas de início do curso de formação para o cargo de Soldado QPPM para fevereiro de 2020 e maio de 2020. Ressalta-se que as datas de início dos cursos de formação respeitam os prazos definidos no Edital DRH/CRS nº 06/2018 para nomeação dos candidatos aprovados no certame, e que a

Administração Pública está se esforçando para equilibrar as contas estaduais e garantir o adequado funcionamento das áreas de Segurança, Saúde e Educação.

### 3.3. MGS

#### 3.3.1. Apresentação do balanço da empresa nos últimos 10 anos.

✓ Compõe o Relatório através do Anexo II.

#### 3.3.2. Informações detalhadas sobre o quadro de empregados da MGS, num horizonte histórico de 10 anos, tais como:

As informações foram obtidas juntamente à alta gerência da empresa Minas Gerais Administração e Serviços S.A (MGS), pela equipe do Centro de Serviços Compartilhados.

##### a) Quantitativo total de empregados da empresa.

Exercício	Quantitativo total de empregados da empresa
2010	17.827
2011	20.370
2012	21.354
2013	19.867
2014	18.509
2015	18.331
2016	17.738
2017	19.636
2018	24.772
2019 (26/09/2019)	23.703

##### b) Quantitativo de empregados dedicados à administração da empresa e quantitativo de empregados em postos de trabalho externo.

Exercício	Quantidade de Empregados dedicados à administração da empresa	Exercício	Quantidade de Empregados dedicados em postos de trabalho externo
2010	577	2010	17.250
2011	561	2011	19.809

2012	604	2012	20.750
2013	583	2013	19.284
2014	574	2014	17.935
2015	596	2015	17.735
2016	546	2016	17.192
2017	579	2017	19.057
2018	653	2018	24.119
2019 (26/09/2019)	580	2019 (26/09/2019)	23.123

c) **Quantitativo de empregados dedicados à administração da empresa admitidos por concurso e quantitativo de empregados dedicados à administração da empresa admitidos sem concurso.**

Exercício	Quantidade de Empregados dedicados à administração da empresa admitidos por concurso	Exercício	Quantidade de Empregados dedicados à administração da empresa admitidos sem concurso
2010	494	2010	83
2011	481	2011	80
2012	533	2012	71
2013	521	2013	62
2014	517	2014	57
2015	559	2015	37
2016	481	2016	65
2017	439	2017	140
2018	538	2018	115
2019 (26/09/2019)	504	2019 (26/09/2019)	76

d) **Quantitativo de empregados em postos de trabalho externo admitidos por concurso e quantitativo de empregados em postos de trabalho externo admitidos sem concurso.**

Exercício	Quantidade de Empregados em postos de trabalho externo admitidos por concurso	Exercício	Quantidade de Empregados em postos de trabalho externo admitidos sem concurso
2010	16.820	2010	430
2011	19.425	2011	384
2012	20.307	2012	443
2013	18.899	2013	385

2014	17.584	2014	351
2015	17.316	2015	419
2016	16.632	2016	560
2017	17.889	2017	1168
2018	23.325	2018	794
2019 (26/09/2019)	22.955	2019 (26/09/2019)	168

e) **Quantitativo de empregados em postos de trabalho externo contratados por entidades da administração direta ou indireta dependentes do tesouro estadual; e quantitativo de empregados em postos de trabalho externo em empresas estatais do EMG independentes do tesouro estadual; e quantitativo de empregados em postos de trabalho externos não relacionados à administração pública direta ou indireta do Estado.**

Exercício	Quantitativo de empregados em postos de trabalho externo contratados por entidades da administração direta ou indireta dependentes do tesouro estadual	Exercício	Quantitativo de empregados em postos de trabalho externo em empresas estatais do EMG independente do tesouro estadual
2010	17.098	2010	152
2011	18.539	2011	122
2012	19.388	2012	181
2013	17.863	2013	186
2014	16.313	2014	179
2015	16.080	2015	192
2016	15.274	2016	397
2017	15.909	2017	899
2018	15.847	2018	753
2019 (26/09/2019)	13.096	2019 (26/09/2019)	504

Exercício	Quantitativo de empregados em postos de trabalho externo não relacionados a administração pública direta ou indireta do Estado
2010	0

<b>2011</b>	1.148
<b>2012</b>	1.181
<b>2013</b>	1.235
<b>2014</b>	1.443
<b>2015</b>	1.463
<b>2016</b>	1.521
<b>2017</b>	2.249
<b>2018</b>	7.519
<b>2019 (26/09/2019)</b>	9.095

### 3.4. Pagamento de Pessoal e Plano de Carreira

#### 3.4.1. Informações sobre o quantitativo, o vínculo funcional e a forma de provimento dos cargos comissionados por órgão e entidade da Administração Pública.

Conforme dados de agosto de 2019, no Poder Executivo (exceto Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Empresas Públicas), constam 14.720 cargos comissionados ocupados, sendo que 71% desses são ocupados por servidores efetivos, 20,68% por servidores não efetivos de recrutamento amplo e 8,32% por servidores não efetivos designados da Secretaria de Educação (Secretários de Escola e Diretores de Escola).

#### Quantitativo de Cargos Comissionados ocupados no Poder Executivo por situação funcional (agosto 2019)

<b>Descrição</b>	<b>Qtde de cargos</b>	<b>% de cargos</b>
Efetivo	10.451	71,00%
Recrutamento Amplo	3.044	20,68%
Designados (Secretaria de Educação)	1.225	8,32%
<b>Total</b>	<b>14.720</b>	<b>100,00%</b>

**Observações:** 1. Fonte: Dados Funcionais de agosto de 2019 – SISAP; 2. Esses dados não constam informações da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Defensoria Pública e Empresas Públicas; 3. No quantitativo de cargos comissionados constam além dos DAD's e DAI's, os cargos de Secretário de Estado, Secretário Adjunto, cargos específicos (Polícia Civil, Secretaria de Fazenda, AGE, CGE, entre outros), Diretor de Escola, Secretário de Escola e etc;

A tabela abaixo apresenta o detalhamento por órgão, no entanto, cabe ressaltar que cada órgão possui suas especificidades, o que justifica às vezes uma maior ocupação em cargos de recrutamento amplo, principalmente nos casos onde não existem carreiras específicas.

**Quantitativo de Cargos Comissionados ocupados no Poder Executivo por Dotação Orçamentária e situação funcional (agosto 2019)**

Sigla órgão de dotação orçamentária	Descrição órgão de dotação orçamentária	Quantitativo de cargos por situação funcional			Total
		Efetivo	Recrutamento Amplo	Designado	
AGE	ADVOCACIA GERAL DO ESTADO	104	123		227
AGENCIA RMVA	AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIAO METROPOLITANA DO VALE DO ACO	3	8		11
ARSAE MG	AGENCIA REGULADORA DE SERVICOS DE ABASTECIMENTO DE AGUA E DE ESGOTAMENTOSANITARIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	13	21		34
CGE	CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO	52	20		72
DEER	DEPARTAMENTO DE EDIFICACOES E ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINASGERAIS	238	123		361
ESP-MG	ESCOLA DE SAUDE PUBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	13	1		14
FAOP	FUNDACAO DE ARTE DE OURO PRETO	7	8		15
FAPEMIG	FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	32	22		54
FCS	FUNDACAO CLOVIS SALGADO	12	42		54
FEAM	FUNDACAO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	14	8		22
FHA	FUNDACAO HELENA ANTIPOFF	4	15		19
FHEMIG	FUNDACAO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	18	10		28
FJP	FUNDACAO JOAO PINHEIRO	16	35		51
FUCAM	FUNDACAO EDUCACIONAL CAIO MARTINS	8	9		17
FUNED	FUNDACAO EZEQUIEL DIAS	8	18		26
GABINETE MILITAR	GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR DO ESTADO	17	70		87
HEMOMINAS	FUNDACAO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	105	91		196
IDENE	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS	23	26		49
IEF	INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS	48	110		158
IEPHA	INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO DE MINAS GERAIS	24	37		61
IGAM	INSTITUTO MINEIRO DE GESTAO DAS AGUAS	21	13		34
IMA	INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUARIA	151	11		162
IPEM	INSTITUTO DE METROLOGIA E QUALIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	13	3		16
IPSEMG	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS	86	37		123
IPSM	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MILITARES DO ESTADO DE MG	29	40		69
JUCEMG	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	47	15		62
LOTERIA	LOTERIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	6	11		17
OGE	OUVIDORIA GERAL DO ESTADO	24	19		43

Sigla órgão de dotação orçamentária	Descrição órgão de dotação orçamentária	Quantitativo de cargos por situação funcional			Total
		Efetivo	Recrutamento Amplo	Designado	
POL/CIVIL	POLICIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS	643	86		729
RMBH	AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIAO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTEAGENCIA RMBH	12	15		27
SEAP	SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACAO PRISIONAL	387	91		478
SEAPA	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA PECUARIA E ABASTECIMENTO	39	67		106
SEC	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	43	48		91
SECCRI	SECRETARIA DE ESTADO DE CASA CIVIL E DE RELACOES INSTITUCIONAIS	21	40		61
SECIR	SECRETARIA DE ESTADO DE CIDADES E DE INTEGRACAO REGIONAL	15	8		23
SEDA	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO	7	50		57
SEDECTES	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO CIENCIA TECNOLOGIA EENSINO SUPERIOR	43	112		155
SEDESE	SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	120	97		217
SEDINOR	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRACAO DO NORTE ENORDESTE DE MINAS GERAIS		1		1
SEDPAC	SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS PARTICIPACAO SOCIAL E CIDADANIA	75	39		114
SEE	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO	6.252	152	1.225	7.629
SEESP	SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES	20	39		59
SEF	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	720	94		814
SEGOV	SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO	55	157		212
SEMAD	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	91	80		171
SEPLAG	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO	176	150		326
SES	SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE	257	294		551
SESP	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA	129	161		290
SETOP	SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E OBRAS PUBLICAS	30	26		56
SETUR	SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO	16	23		39
SG	SECRETARIA GERAL	18	30		48
TV MINAS	FUNDACAO TV MINAS - CULTURAL E EDUCATIVA	17	53		70
UEMG	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	63	121		184
UNIMONTES	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	57	58		115
UTRAMIG	FUNDACAO DE EDUCACAO PARA O TRABALHO DE MINAS GERAIS	9	6		15
<b>TOTAL</b>		<b>10.451</b>	<b>3.044</b>	<b>1.225</b>	<b>14.720</b>

**Observações:** 1. Fonte: Dados Funcionais de agosto de 2019 – SISAP; 2. Esses dados não constam informações da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Defensoria Pública e Empresas Públicas; 3. No quantitativo de cargos comissionados constam além dos DAD's e DAI's, os cargos de Secretário de Estado, Secretário Adjunto, Cargos específicos (Polícia Civil, Secretaria de Fazenda, AGE, CGE, entre outros), Diretor de Escola, Secretário de Escola e etc; 4. Os órgãos descritos no relatório, assim como os quantitativos informados podem sofrer alterações em virtude do processo de reestruturação administrativa estabelecido pela Lei 23304/2019;



### **3.4.2. Informações sobre a previsão para a regularização do pagamento dos salários dos servidores em parcela única**

O Governo do estado vem atuando de forma a equilibrar as contas públicas e passar a honrar os compromissos devidos aos servidores e assumidos com municípios e fornecedores, nesta ordem.

Dentre as medidas estão em curso o plano de recuperação fiscal e uma operação de crédito. Esta última ação prevê um incremento de receita para os cofres públicos de cerca de R\$5 bilhões, ainda neste semestre. Em caso de sucesso desta operação, a pretensão do Governo é que se consiga regularizar o pagamento dos servidores ainda no mês de dezembro/2019. Conforme cronograma de negociações tem-se o prazo de até o início de novembro para efetivação da operação, quando será possível precisar prazos para retomada de pagamento dos salários em parcela única, no 5º dia útil do mês.

## **3.5. Previdência e Assistência ao Servidor Público**

### **3.5.1. Informações sobre a situação dos trabalhos do grupo instituído para analisar a reforma da previdência nos Estados.**

A SEPLAG não participa de grupo de trabalho para análise da reforma previdência nos Estados, no entanto, estamos em contato com outros órgãos para verificar se foram realizadas iniciativas relacionadas à temática.

Ademais, cabe ressaltar que a SEPLAG desenvolveu reuniões com as entidades sindicais representativa dos servidores do Poder Executivo, com o objetivo de ouvir demandas relativas ao IPSEMG. As reuniões são pautadas, principalmente, em reivindicações de regularidade dos pagamentos aos credores do IPSEMG; ampliação da rede credenciada; reforma do Hospital Geral do IPSEMG (HGIP) e recomposição do quadro de servidores.

As providências adotadas pelo Governo e já informadas às entidades dizem respeito a: 1) quitação dos débitos pretéritos aos credores da rede credenciada, no mês de agosto de 2019; 2) a gestão dos contratos vigentes e estudo para o credenciamento de novos parceiros, por parte do IPSEMG, no intuito de atender com eficiência a demanda por assistência à saúde dos

servidores; 3) avaliação dos projetos de reforma do Hospital Geral do IPSEMG; e, por fim, 4) dimensionamento da força de trabalho existente, por parte do IPSEMG, para atualização da SEPLAG quanto à necessidade de realização de concursos públicos para provimento de cargos por novos profissionais.

Por meio de pronunciamentos realizados no mês de agosto, o Governador do Estado defendeu a proposta de inclusão dos estados e municípios na proposta da Reforma da Previdência, indicando que os governadores estavam discutindo com os Senadores a melhor alternativa de inclusão dos entes federados na reforma – por meio de emenda ao projeto que estava andamento ou em uma nova Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que tramitaria paralelamente e com agilidade no prazo. O objetivo, segundo o governador, é que seja escolhido o formato com mais chances de ser aprovado pelo Congresso. Frisamos, por fim, que a SEPLAG não participa de grupos de discussão instituídos até então e estamos verificando a demanda junto à Secretaria de Estado de Fazenda (SEF) e ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (IPSEMG).

### **3.6. Proteção e Restauração dos Direitos Humanos: Filhos de Hansenianos**

São as informações prestadas pela Secretaria de Estado de Saúde, em conjunto com a Assessoria de Relações Sindicais, que participa como membro da comissão para execução dos trabalhos:

A comissão de avaliação, sob a presidência da SES/MG, em cumprimento à Lei 23.137/18 e Decreto 47.560/18, que dispõem sobre o pagamento de indenização aos filhos segregados de pais com hanseníase submetidos à política de isolamento compulsório no Estado, realizou 6 (seis) reuniões, onde foram produzidos a 1) base normativa; 2) proposta de Regimento Interno; e 3) o rito processual.

No presente momento, toda documentação está sob a análise da Assessoria Jurídica da SES/MG, com objetivo validar a conformidade legal

para o prosseguimento dos trabalhos, a fim de se instaurar dos primeiros processos administrativos, relativos ao pagamento da indenização.

A próxima reunião está agendada para o dia 1º de outubro de 2019, às 14h30min, na Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais.

### **3.7. Financiamento da Educação**

#### **3.7.1. Informações sobre o demonstrativo mensal, para os anos de 2018 e 2019, do repasse para as universidades do Estado, por fonte, modalidade de aplicação e por categoria econômica de despesa (investimento, despesa com pessoal e encargos, e outras despesas correntes).**

Os repasses estão demonstrados por meio do relatório de aprovação de cota orçamentária, por grupo de despesa e fonte de recurso (Tabela 1). A modalidade de aplicação (que não é parâmetro válido para a aprovação de cota orçamentária) é evidenciada no relatório de despesa empenhada, por grupo de despesa, fonte de recurso e modalidade de aplicação (Tabela 2).

**Tabela 1 - Demonstrativo mensal, para os anos de 2018 e 2019, do repasse para as universidades do Estado – cota aprovada.**

Uo Sigla	Grupo	Fonte	2018												2018 Total
			jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
UEMG	1	10	14.451.219	7.864.978	9.061.969	9.360.463	9.477.420	9.256.836	9.278.390	9.250.714	4.229.813	9.504.318	9.484.500	18.683.818	119.904.437
	1	60	-	-	15.000	-	-	-	30.000	-	-	-	65.430	86.661	197.092
	3	10	2.149.025	2.288.568	1.983.860	5.304.275	4.887.543	3.160.737	3.358.108	10.153.322	5.617.320	15.640.164	5.837.141	4.583.871	64.963.934
	3	24	-	205.677	963.389	-	-	2.763.089	-	-	-	-	3.973.700	870.580	8.776.435
	3	60	-	-	13.321	-	-	-	-	-	35.000	-	13.321	6.494	41.494
	4	10	-	-	-	-	-	935.000	-	-	-	-	835.000	3.358.995	3.458.995
	4	24	-	-	-	5.250	-	-	-	-	-	-	-	-	5.250
	<b>UEMG Total</b>			<b>16.600.243</b>	<b>10.359.224</b>	<b>12.037.539</b>	<b>14.669.989</b>	<b>14.364.963</b>	<b>16.115.663</b>	<b>12.666.497</b>	<b>19.404.035</b>	<b>9.882.133</b>	<b>25.144.483</b>	<b>18.512.449</b>	<b>27.590.419</b>
UNIMONTES	1	10	17.363.759	14.504.921	14.519.044	16.030.887	14.182.028	15.358.963	13.862.165	14.434.853	14.379.566	14.476.244	14.529.798	29.470.172	193.112.399
	1	60	317.331	390.233	483.973	256.928	269.811	282.364	304.961	128.665	235.246	165.625	181.458	228.490	3.245.085
	3	10	3.418.377	2.977.325	10.367.224	12.424.666	6.064.986	7.049.079	7.012.023	8.051.255	7.856.447	7.583.442	7.999.844	6.356.407	87.161.074
	3	24	-	2.626.088	-	-	589.356	-	-	-	67.852	-	-	-	3.283.296
	3	36	-	10.987.035	-	-	-	550.000	-	-	550.000	-	-	-	12.087.035
	3	60	41.731	68.200	69.107	41.034	85.545	38.850	35.797	-	-	-	-	52.896	433.160
	3	70	-	16.868	-	-	-	43.446	-	-	-	-	-	-	60.314
	4	10	-	-	53.138	-	-	-	-	-	2.356	-	8.790.578	4.513.602	13.359.675
	4	24	-	-	18.441.473	-	33.100	-	238.329	-	281.028	-	-	396.000	19.323.730
	4	70	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	417.951	-	417.951
<b>UNIMONTES Total</b>			<b>21.141.197</b>	<b>31.570.671</b>	<b>43.933.959</b>	<b>28.753.516</b>	<b>21.158.625</b>	<b>23.322.702</b>	<b>21.453.274</b>	<b>22.614.773</b>	<b>23.372.495</b>	<b>22.225.310</b>	<b>31.919.629</b>	<b>41.017.567</b>	<b>332.483.719</b>
<b>Total Geral</b>			<b>37.741.441</b>	<b>41.929.895</b>	<b>55.971.498</b>	<b>43.423.505</b>	<b>35.523.588</b>	<b>39.438.365</b>	<b>34.119.772</b>	<b>42.018.808</b>	<b>33.254.628</b>	<b>47.369.793</b>	<b>50.432.078</b>	<b>68.607.986</b>	<b>529.831.355</b>

Uo Sigla	Grupo	Fonte	2019												2019 Total
			jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
UEMG	1	10	12.159.845	8.948.712	9.763.840	9.564.103	9.919.825	9.151.185	9.833.822	10.233.291	9.265.229	-	-	-	88.839.852
	1	60	-	15.000	60.000	-	40.000	-	-	20.000	-	-	-	-	135.000
	3	10	4.575.854	3.611.272	5.675.420	5.233.216	6.490.171	3.969.347	7.003.308	11.951.350	2.044.031	-	-	-	50.553.970
	3	24	-	-	4.880.319	4.507.960	-	-	-	-	-	-	-	-	9.388.280
	3	60	-	15.000	15.000	-	15.000	-	-	20.000	15.000	-	-	-	80.000
4	24	-	-	5.250	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.250	
<b>UEMG Total</b>			<b>16.735.699</b>	<b>12.589.984</b>	<b>20.399.829</b>	<b>19.305.280</b>	<b>16.464.996</b>	<b>13.120.532</b>	<b>16.837.130</b>	<b>22.224.641</b>	<b>11.324.261</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>149.002.351</b>
UNIMONTES	1	10	18.361.429	13.990.070	14.505.623	15.119.015	15.155.542	14.931.160	14.729.935	14.690.054	15.082.348	-	-	-	136.565.174
	1	60	369.431	191.119	294.392	304.556	276.292	262.109	283.358	208.824	418.221	-	-	-	2.608.302
	3	10	3.685.869	3.827.277	10.227.802	6.942.835	6.860.165	6.461.174	9.029.943	15.996.268	2.088.491	-	-	-	65.119.824
	3	24	-	2.791.612	-	-	-	-	-	148.422	-	-	-	-	2.940.034
	3	36	14.240.618	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.240.618
	3	60	60.451	93.804	-	40.855	28.434	84.148	-	33.952	95.639	-	-	-	369.379
	3	70	-	26.799	-	-	-	2.578.054	306.728	995.185	-	-	-	-	3.906.766
	4	10	-	-	-	-	-	-	108.808	-	-	-	-	-	108.808
	4	24	-	396.000	-	-	-	-	1.895.676	-	-	-	-	-	2.291.676
4	70	-	704.615	-	-	-	-	415.712	18.236	-	-	-	-	1.138.563	
<b>UNIMONTES Total</b>			<b>36.717.799</b>	<b>22.021.296</b>	<b>25.027.816</b>	<b>22.407.261</b>	<b>22.320.433</b>	<b>24.316.645</b>	<b>26.770.158</b>	<b>32.023.037</b>	<b>17.684.699</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>229.289.145</b>
<b>Total Geral</b>			<b>53.453.498</b>	<b>34.611.280</b>	<b>45.427.645</b>	<b>41.712.541</b>	<b>38.785.430</b>	<b>37.437.177</b>	<b>43.607.288</b>	<b>54.247.678</b>	<b>29.008.959</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>378.291.497</b>

Elaborado por SEPLAG/DCMEFO  
Fonte: Armazém SIAFI/MG, 27/09/2019

**Tabela 2 - Demonstrativo mensal, para os anos de 2018 e 2019, do repasse para as universidades do Estado – cota empenhada.**

UO Sigla	Grupo	Fonte	Modalidade	2018												2018 Total
				jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
UEMG	1	10	90	13.730.802	7.042.526	8.315.779	8.594.137	8.706.226	8.496.577	8.538.918	8.484.550	3.456.427	8.714.208	8.701.319	17.147.160	109.928.629
	1	10	91	720.417	796.208	772.434	766.326	771.194	748.629	751.102	766.164	773.386	790.110	783.181	1.536.658	9.975.809
	1	60	90	-	-	-	-	-	13.822	17.023	-	1.134	-	47.268	81.202	160.449
	1	60	91	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.459	5.459
	3	10	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	800	800
	3	10	40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	3	10	50	-	-	-	-	-	65.000	-	-	-	27.039	92.039	92.039	92.039
	3	10	90	1.291.612	2.201.466	1.916.911	5.143.781	3.485.375	3.977.863	3.636.588	9.402.531	3.712.420	6.687.516	6.217.560	5.019.934	52.693.558
	3	24	20	-	-	-	-	-	-	2.763.089	-	-	-	-	1.307.049	4.070.138
	3	24	90	-	-	25.043	2.044	9.301	2.000	2.215	1.085	4.150	321	15.118	4.958	66.236
	3	60	90	-	-	-	-	-	-	-	-	16.763	1.730	13.952	6.494	38.938
4	10	90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.141.523	1.141.523	
<b>UEMG Total</b>				<b>15.742.830</b>	<b>10.040.200</b>	<b>11.030.168</b>	<b>14.506.289</b>	<b>12.972.096</b>	<b>13.303.891</b>	<b>15.708.936</b>	<b>18.824.330</b>	<b>8.830.769</b>	<b>23.271.824</b>	<b>15.870.437</b>	<b>26.348.260</b>	<b>186.450.029</b>
UNIMONTES	1	10	90	15.468.454	12.603.486	12.622.296	14.166.453	12.301.613	13.468.685	11.975.236	12.537.735	12.531.934	12.518.515	12.582.672	25.564.711	168.341.790
	1	10	91	1.895.305	1.901.436	1.896.748	1.864.434	1.880.415	1.890.278	1.886.929	1.897.118	1.847.632	1.957.729	1.947.126	3.905.461	24.770.609
	1	60	90	255.072	372.547	433.777	341.152	200.162	299.996	228.401	252.018	239.286	195.897	158.639	255.340	3.232.286
	3	10	90	490.511	4.245.115	8.044.961	7.491.244	4.289.878	10.187.463	7.343.567	8.054.886	6.471.133	11.783.956	6.594.926	7.432.846	82.430.486
	3	24	20	-	-	-	-	639.959	-	-	-	67.582	270	-	-	707.811
	3	24	90	-	-	567	18.009	89.400	267	16.878	150	-	62.398	1.494	6.445	179.430
	3	36	90	-	30.960	306.110	3.308.764	347.022	660.201	897.301	25.400	292.012	291.918	102.709	154.305	6.108.091
	3	60	90	10.390	21.790	67.958	26.608	13.284	74.613	3.532	31.286	21.748	43.895	6.590	38.689	353.318
	3	70	40	-	-	-	-	-	-	44.114	-	-	-	-	-	44.114
	3	70	90	-	-	-	16.200	-	-	-	-	-	-	-	-	16.200
	4	10	90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.344.239	11.344.239
4	24	90	-	-	8.908.314	649.010	934.938	3.516.677	3.393.638	872.277	463.795	-	1	-	18.738.648	
<b>UNIMONTES Total</b>				<b>18.119.731</b>	<b>19.175.333</b>	<b>32.280.731</b>	<b>27.881.872</b>	<b>20.696.670</b>	<b>30.098.179</b>	<b>25.782.531</b>	<b>23.670.571</b>	<b>21.935.122</b>	<b>26.854.578</b>	<b>21.391.167</b>	<b>48.380.537</b>	<b>316.267.022</b>
<b>Total Geral</b>				<b>33.862.561</b>	<b>29.215.533</b>	<b>43.310.899</b>	<b>42.388.161</b>	<b>33.668.766</b>	<b>43.402.070</b>	<b>41.491.467</b>	<b>42.494.901</b>	<b>30.765.891</b>	<b>50.126.402</b>	<b>37.261.604</b>	<b>74.728.797</b>	<b>502.717.051</b>

UO Sigla	Grupo	Fonte	Modalidade	2019									2019 Total
				jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	
UEMG	1	10	90	11.357.375	8.152.308	8.970.146	8.772.870	9.140.284	8.988.244	9.053.778	8.833.722	8.944.842	82.213.569
	1	10	91	802.470	796.404	793.694	791.233	779.541	162.941	780.044	1.399.569	320.388	6.626.283
	1	60	90	-	-	39.219	-	30.793	16.458	7.132	-	-	93.602
	3	10	20	-	-	4.751	40.508	-	-	-	-	-	45.260
	3	10	40	-	-	-	-	-	-	-	135.833	-	135.833
	3	10	50	-	-	1.622.626	790.088	669.738	-	2.750	712.976	289.978	4.088.156
	3	10	90	2.731.350	1.473.980	5.707.045	4.823.087	4.033.488	4.891.834	6.660.526	5.929.073	5.143.698	41.394.081
	3	24	20	-	-	4.631.808	4.507.960	-	-	-	-	-	9.139.769
	3	24	90	-	-	10.231	13.367	0	-	-	-	639	24.236
	3	60	90	-	-	3.133	6.552	926	5.236	13.415	14.105	3.266	46.635
<b>UEMG Total</b>				<b>14.891.195</b>	<b>10.422.692</b>	<b>21.782.653</b>	<b>19.745.666</b>	<b>14.654.771</b>	<b>14.064.712</b>	<b>16.517.646</b>	<b>17.025.278</b>	<b>14.702.809</b>	<b>143.807.422</b>
UNIMONTES	1	10	90	16.327.812	11.944.900	12.488.714	13.097.416	13.150.965	12.970.706	12.720.080	12.690.154	13.071.197	118.461.944
	1	10	91	2.033.617	2.045.170	2.016.909	2.021.600	2.004.576	1.960.453	2.009.855	1.999.900	2.011.151	18.103.231
	1	60	90	364.014	107.973	357.420	285.428	248.563	260.688	322.299	223.033	419.975	2.589.393
	3	10	90	912.975	5.492.119	7.620.328	8.712.958	7.325.910	5.776.119	7.816.001	7.999.786	4.977.656	56.633.852
	3	24	20	-	-	-	-	-	-	-	-	438.035	438.035
	3	24	90	-	6.877	10.290	18.222	12.503	5.369	108.322	96.613	4.424	262.617
	3	36	90	-	45.720	1.080.946	1.144.200	354.530	95.331	41.339	72.374	479.766	3.314.206
	3	60	90	42.873	20.065	24.871	26.585	29.554	21.881	47.189	18.122	59.761	290.901
	3	70	90	-	-	-	-	-	1.271.745	1.458.261	62.771	417.651	3.210.428
	4	70	90	-	-	-	111.141	-	86.100	19.917	-	31.389	248.546
<b>UNIMONTES Total</b>				<b>19.681.291</b>	<b>19.662.824</b>	<b>23.599.478</b>	<b>25.417.549</b>	<b>23.126.601</b>	<b>22.448.392</b>	<b>24.543.261</b>	<b>23.162.753</b>	<b>21.911.005</b>	<b>203.553.153</b>
<b>Total Geral</b>				<b>34.572.486</b>	<b>30.085.516</b>	<b>45.382.131</b>	<b>45.163.216</b>	<b>37.781.372</b>	<b>36.513.104</b>	<b>41.060.906</b>	<b>40.188.030</b>	<b>36.613.814</b>	<b>347.360.575</b>

Elaborado por SEPLAG/DCMEFO  
Fonte: Armazém SIAFI/MG, 27/09/2019

### **3.8. Informações sistematizadas dos resultados obtidos pelas medidas de enfrentamento da crise fiscal implementadas.**

Inicialmente, destaca-se que foi possível obter, entre janeiro e agosto de 2019, contingenciamento de aproximadamente R\$ 2 bilhões em relação ao valor autorizado na Lei Orçamentária Anual de 2019. Tal contingenciamento é resultado direto dos esforços direcionados à compatibilização das despesas com a restrita situação fiscal/financeira do Estado, dentre os quais se destacam a política de redução de gastos com a máquina pública. Como exemplo tem-se a conclusão da reforma administrativa, que permitiu reduzir custos e ampliar a eficiência das unidades, com redução de 21 para 13 Secretarias de Estado e a compressão da estrutura interna das Secretarias em 47%. Importante mencionar ainda a contenção das despesas com pessoal ativo, realizada através da extinção de cargos em comissão, gratificações e funções gratificadas, com impacto estimado de aproximadamente R\$ 30 milhões por ano para a administração direta e de cerca de R\$ 56 milhões para a administração indireta, além da suspensão de revisões salariais, reajustes e concursos, indispensável quando consideradas a insuficiência financeira e desequilíbrio fiscal. Finalmente, o contingenciamento de despesas correntes, através do controle de contratos administrativos e redução de despesas discricionárias colaboraram para a mencionada contenção da despesa pública nos primeiros meses da atual gestão.

### **3.9. Impacto Fiscal da Reforma Administrativa**

#### **3.9.1. Envio de demonstrativo da redução de despesas por secretaria, com a implantação da reforma administrativa.**

Estamos em uma etapa importante do processo de implementação da reforma, no que tange à despesa de pessoal, que é publicação do Decreto nº 47.722, de 27/09/2019, que codificou cargos, gratificações temporárias e funções gratificadas, previstos no anexo da Lei nº 23.304/2019.

Conforme previsto na legislação e manifestação da Advocacia Geral do Estado, o governo tem 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de entrada em vigor da Lei nº 23.304/2019, para implementar a Reforma, sendo

que o demonstrativo fidedigno do impacto financeiro resultante da mesma só poderá ser gerado após o término deste prazo estipulado para a transição.

### 3.10. Informações sobre a regularização dos repasses de Restos a Pagar à SES/MG

No atual exercício, foram pagos em torno de R\$782,7 milhões relativos aos restos a pagar do Fundo Estadual de Saúde. Se somadas às demais unidades vinculadas (FUNED, FHEMIG, HEMOMINAS, ESP-MG), o valor atinge R\$1,356 bilhão.

**Tabela 3 - Execução restos a pagar do Fundo Estadual de Saúde em 2019**

Ano	Mês	Inscrito Processado	Cancelado Processado	Pago Processado	Inscrito Não Processado	Cancelado Não Processado	Liquidado Não Processado	Pago Não Processado
2019	jan	3.851.056.889	18.762	10.152.119	1.743.838.824	3.041.355	89.771.293	14.228.133
2019	fev	0	243.138	18.345.496	0	2.647.547	94.199.281	22.513.509
2019	mar	0	208.621	106.048.897	0	4.996.456	32.447.589	9.695.378
2019	abr	0	32.394.627	234.215.635	0	8.349.669	174.435.781	5.337.174
2019	mai	0	1.578.748	69.731.256	0	3.211.072	14.482.944	13.882.253
2019	jun	0	332.751	116.989.701	0	20.154.147	2.791.606	8.138.818
2019	jul	0	459.567	36.039.249	0	460.720	20.097.415	5.250.928
2019	ago	0	7.869.270	47.683.044	0	5.995.087	5.936.712	1.143.169
2019	set	0	607.454	62.585.335	0	379.578	10.126.600	708.130
<b>Total</b>		<b>3.851.056.889</b>	<b>43.712.938</b>	<b>701.790.732</b>	<b>1.743.838.824</b>	<b>49.235.632</b>	<b>444.289.220</b>	<b>80.897.491</b>

Elaborado por SEPLAG/DCMEFO

Fonte: Armazém SIAFI/MG, 27/09/2019

**Tabela 4 - Execução restos a pagar do Fundo Estadual de Saúde e unidades vinculadas à Saúde em 2019**

Ano	Mês	Inscrito Processado	Cancelado Processado	Pago Processado	Inscrito Não Processado	Cancelado Não Processado	Liquidado Não Processado	Pago Não Processado
2019	jan	4.095.447.106	40.873	43.108.307	2.265.765.250	4.166.673	117.403.953	16.918.027
2019	fev	0	270.014	69.520.304	0	5.430.120	185.085.097	95.603.314
2019	mar	0	386.664	131.381.197	0	6.879.230	79.345.762	45.084.261
2019	abr	0	32.629.386	256.816.649	0	14.945.270	271.854.331	103.795.957
2019	mai	0	1.650.538	110.513.829	0	6.518.412	28.440.839	29.174.629
2019	jun	0	3.390.789	140.518.546	0	22.031.543	45.808.796	54.884.165
2019	jul	0	1.025.682	41.653.637	0	1.579.112	64.754.918	49.230.046
2019	ago	0	7.869.292	52.041.238	0	9.602.516	8.925.080	10.328.293
2019	set	0	608.043	65.907.274	0	1.673.418	45.806.793	39.795.790
<b>TOTAL</b>		<b>4.095.447.106</b>	<b>47.871.281</b>	<b>911.460.980</b>	<b>2.265.765.250</b>	<b>72.826.295</b>	<b>847.425.569</b>	<b>444.814.483</b>

Elaborado por SEPLAG/DCMEFO

Fonte: Armazém SIAFI/MG, 27/09/2019

### 3.11. Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFÉ (União)

O Fundo Estadual de Café – Fecafé foi instituído pela Lei nº 20.313/2012, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social, a competitividade e a sustentabilidade da cadeia produtiva do café e tem como objetivo dar suporte financeiro a planos, programas, projetos e ações relacionados à cadeia produtiva do café no Estado.

Está previsto na lei que os recursos do Fundo poderão ser viabilizados das seguintes formas:

- I. Retornos do principal e encargos dos financiamentos com recursos do Fundo;
- II. Doações, contribuições ou legados de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- III. Recursos provenientes de operações de crédito interno e externo, firmadas pelo Estado e destinadas ao Fundo;
- IV. Receitas oriundas de multas aplicadas a beneficiários dos recursos, nos casos de irregularidades por eles praticadas;
- V. O resultado das aplicações financeiras de seus recursos;
- VI. Recursos previstos na Lei Orçamentária Anual;
- VII. Outros recursos.

No entanto, ao examinar a execução orçamentária, observamos que não houve execução orçamentária do Fundo no período de 2013 a 2019, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Ano	Uo	Uo Sigla	Grupo	AG	Fonte	IPU	Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Cota Aprovada	Empenhado	Liquidado	Pago Orçamentário	Saldo de Crédito	Saldo de Cota	Saldo de Empenho
2013	4581	FECAFÉ	3	0	10	4	50.000	50.000	0	0	0	0	50.000	0	0
2013	4581	FECAFÉ	3	0	10	1	9.910.000	9.234.572	0	0	0	0	9.234.572	0	0
2013	4581	FECAFÉ	4	0	10	1	40.000	40.000	0	0	0	0	40.000	0	0
2013	4581	FECAFÉ	5	0	10	1	30.000.000	20.045.272	0	0	0	0	20.045.272	0	0
2014	4581	FECAFÉ	3	0	10	1	8.915.000	5.395.450	0	0	0	0	5.395.450	0	0
2014	4581	FECAFÉ	4	0	10	1	1.085.000	1.085.000	0	0	0	0	1.085.000	0	0
2014	4581	FECAFÉ	5	0	10	1	30.000.000	25.000.000	0	0	0	0	25.000.000	0	0
2015	4581	FECAFÉ	3	0	10	1	1.000	1.000	0	0	0	0	1.000	0	0
2015	4581	FECAFÉ	3	1	10	1	400.000	400.000	0	0	0	0	400.000	0	0
2016	4581	FECAFÉ	3	0	10	1	1.050	1.050	0	0	0	0	1.050	0	0
2017	4581	FECAFÉ	3	0	10	1	1.000	1.000	0	0	0	0	1.000	0	0
2018	4581	FECAFÉ	3	0	10	1	1.000	1.000	0	0	0	0	1.000	0	0
2019	4581	FECAFÉ	3	0	10	1	1.000	1.000	0	0	0	0	1.000	0	0
							<b>80.405.050</b>	<b>61.255.344</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>61.255.344</b>	<b>0</b>	<b>0</b>



A justificativa para tal falta de execução podem ser encontradas nas Mensagens do Governador encaminhadas à ALMG nos anos de 2013 e 2014 e no Relatório Institucional de Monitoramento Setorial (extraído do SIGPlan), que se resumem ao contexto de desaceleração econômica, havendo necessidade de redução de custos e redefinição de prioridades, impactando negativamente o desempenho da ação. Além disso, a SEAPA não recebeu recursos voluntários do FUNCAFÉ na safra 2019/2020.

Ressaltamos, no entanto, que a competência de gerência do Fecafé, um acompanhamento mais detalhado bem como maiores informações devem ser requisitadas à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA).

### **3.12. Transferências Obrigatórias do Estado aos Municípios – Saúde**

#### **3.12.1. Informações sobre o cronograma de repasse de recursos aos municípios e aos consórcios municipais que gerenciam o SAMU, nos meses de julho a setembro de 2019, e a projeção de repasses de outubro a dezembro de 2019.**

Foram empenhados os valores de R\$163.051.532,68 para os consórcios municipais (SAMU Regional) e R\$11.275.404,00 para repasses aos municípios (SAMU Municipal - Transferências fundo a fundo), totalizando R\$174.326.936,68 no período de janeiro a setembro de 2019. Desse montante, R\$47.380.015,60 refere-se repasse de recursos federais. O restante é financiado com recursos do Tesouro Estadual, cuja programação e a priorização orçamentária são realizadas pela SES, dentro do montante a ser empenhado para cumprimento do mínimo constitucional e Ações e Serviços Públicos de Saúde. A despesa total liquidada até 30/09/2019 perfaz o valor de R\$131.254.178,00 (média mensal de R\$16.406.772,00), de modo que se projeta execução orçamentária de R\$196.881.267,00 para todo o exercício de 2019. Sugere-se, para melhor acurácia das informações, consulta à SES a respeito da programação orçamentária para o último trimestre de 2019, e à SEF a respeito do cronograma de liberação financeira para o exercício.

**Tabela 5 - Execução Orçamentária com repasses ao SAMU  
Municipal e Regional – 2019**

Mês	SAMU MUNICIPAL		SAMU REGIONAL		Total	
	Empenho	Liquidação	Empenho	Liquidação	Empenho	Liquidação
Jan	-	-	-	-	-	-
Fev	11.275.404	939.617	31.428.457	15.714.228	42.703.861	16.653.845
Mar	-	1.867.859	-	15.714.228	-	17.582.087
Abr	-	933.929	15.714.228	15.714.228	15.714.228	16.648.158
Mai	-	87.175	92.828.573	15.714.228	92.828.573	15.801.403
Jun	-	852.442	5.918.873	15.558.166	5.918.873	16.410.608
Jul	-	1.847.159	5.940.792	15.580.085	5.940.792	17.427.244
Ago	-	742.525	5.279.817	13.340.177	5.279.817	14.082.702
Set	-	939.617	5.940.792	15.708.513	5.940.792	16.648.130
<b>Total</b>	<b>11.275.404</b>	<b>8.210.324</b>	<b>163.051.533</b>	<b>123.043.854</b>	<b>174.326.937</b>	<b>131.254.178</b>

Elaborado por SEPLAG/DCMEFO

Fonte: Armazém SIAFI/MG, 01/10/2019

### **3.13. Vinculações e limitações constitucionais e legais do gasto público – Saúde**

#### **3.13.1. Informações sobre o cumprimento do mínimo constitucional em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), que é de 12% em relação à receita líquida de impostos, com a apresentação dos gastos atuais, em números absolutos e relativos, e do planejamento para sua efetiva regularização.**

A tabela a seguir resume a execução orçamentária das despesas com ASPS até agosto do presente exercício. Cabe ressaltar que, além das despesas referentes ao exercício de 2019, está sendo realizada neste ano aplicação complementar referente ao percentual mínimo não cumprido em 2018. Dos aproximadamente R\$ 892 milhões não aplicados naquele exercício, até agosto do corrente ano já foram executados R\$ 383 milhões. A Secretaria de Estado de Saúde está trabalhando no planejamento das despesas, para, em conjunto com a SEPLAG e a SEF, estabelecer a programação orçamentária e financeira viável para o cumprimento do índice de 2019, considerada as já evidentes restrições fiscais do Estado.

**Tabela 6 - Execução Orçamentária das despesas com Ações e Serviços Públicos em Saúde - ASPS até agosto de 2019**

DESCRIÇÃO	2019 LOA	2019 4º bimestre empenhado	2019 4º bimestre liquidado
Base de Cálculo Receita	51.248.477.763	34.924.643.499	34.924.643.499
Despesas ASPS	6.196.339.332	2.934.163.645	1.852.398.892
Pessoal	1.514.706.767	548.134.423	547.998.058
Custeio	3.998.541.895	2.372.759.158	1.301.063.040
Capital	683.090.670	13.270.065	3.340.794
<b>% Aplicado</b>	<b>12,09%</b>	<b>8,40%</b>	<b>5,30%</b>

Elaborado por SCPO/SEPLAG

Fonte: Armazém SIAFI

➤ **Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO)**

**3.14. Lei Kandir**

**3.14.1. Informações sobre as medidas implementadas para a recuperação do crédito decorrente da Lei Kandir.**

Para ressarcir os cofres estaduais pelas perdas com a Lei Kandir, que desonerou as exportações do pagamento de ICMS, o Governo de Minas propôs à União em julho de 2019 o repasse, anualmente, do montante de R\$ 18 bilhões a ser repartido pelos Estados, de acordo com os critérios já estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Esses valores deveriam ser corrigidos monetariamente pela taxa Selic capitalizada – mesmo índice adotado pela União na correção das dívidas dos Estados.

Desse montante, referente às perdas futuras, Minas teria direito a cerca de 15% desse total, segundo estudo realizado pela AGE. A proposta, no entanto, não tratava de prazos para encerrar o pagamento, que dependeria da aprovação de uma Reforma Tributária que estabelecesse novas regras sobre a questão.

Em relação às perdas passadas, Minas Gerais teria direito a um total de R\$ 135 bilhões e propôs à União que compensasse, mensalmente, os Estados e

Municípios pelas perdas decorrentes da desoneração ao longo do prazo de 60 anos. Em caso de aceitação da proposta, Minas Gerais receberia, por ano, R\$ 4,9 bilhões em compensações pelas perdas da Lei Kandir. Desse total, R\$ 3,7 bilhões (75%) iriam para o caixa do Estado e R\$ 1,2 bilhão (25%) seriam divididos entre os 853 municípios mineiros, que também têm direito à compensação.

Nas tratativas para levar a questão à audiência judicial marcada para agosto em Brasília, um importante passo dado pela ALMG foi a reunião de assinaturas de diversas áreas da sociedade em uma “Carta de Minas Gerais”, em apoio ao acordo em torno da Lei Kandir. Entretanto, apesar de todos os esforços mobilizados pelo Governo de Minas, a audiência no Supremo Tribunal Federal (STF) terminou sem a confirmação de um acordo entre as partes. Com isso, o STF decidiu pelo acolhimento de sugestão da União para a formação de uma comissão especial entre Estados e federação para debater o tema.

O objetivo é que, em seis meses (contados a partir de agosto), seja construída, conjuntamente, uma proposta de acordo que possa ser encaminhada ao Congresso para o devido debate e legislação sobre o tema. Ressaltamos que maiores informações acerca das tratativas serão remetidas por meio do Relatório Gerencial da Secretaria de Estado de Fazenda.

### **3.15. Gestão Patrimonial e de Bens: Parcerias**

#### **3.15.1. Informação de forma pormenorizada de como se deu a cessão do Palácio das Mangabeiras à Codemge e como se deu a celebração do contrato de cessão de uso do referido bem à empresa Multi Cult Promoções LTDA.**

No início de 2019, o Governador decidiu não fazer uso do Palácio das Mangabeiras como residência oficial. Neste contexto, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – IEPHA/MG na Nota Técnica GMA nº 103/2019 chamou a atenção para a necessidade de reparos no imóvel e sua restauração de acordo com o projeto original que tem importância histórica como fruto do movimento modernista.

Observando a calamidade financeira em que ainda se encontra o Estado, não havia recursos disponíveis para as obras necessárias para sua conservação, tampouco para adaptar o local para uso da sociedade em atividades culturais. Portanto, pareceu oportuno que a Codemge assumisse o imóvel, posto que aquela companhia além de não ser dependente do Tesouro Estadual, possui dentre seus objetos sociais o desenvolvimento econômico nas áreas da indústria criativa, esporte e turismo. Além da economia para o Tesouro, os recursos outrora utilizados para a manutenção do lugar poderiam ser revertidos em execução de políticas públicas.

Para realizar a transferência do imóvel, o Palácio das Mangabeiras foi desafetado como área de segurança permanente por parte do Gabinete Militar do Governador de Minas Gerais (GMG), foi realizada a desvinculação do imóvel junto à Secretaria de Estado de Fazenda e celebrou-se a cessão do referido imóvel através do Convênio SECGERAL 01/2019.

Já no exercício da gestão, a Codemge celebrou Contrato de Cessão de Uso do referido bem à empresa MULTI CULT PROMOÇÕES LTDA, para que a cessionária ocupe o Palácio das Mangabeiras durante o período de seis meses para realizar o evento CASACOR MINAS GERAIS 2019 e edições seguintes, bem como outros eventos de arte, arquitetura e design.

A cessão de uso é onerosa, com a retribuição pela utilização ao longo da vigência do contrato de contrapartida financeira no valor estimado de R\$1.869.040 para despesas com manutenção, compreendendo itens exemplificativos de segurança, jardinagem e limpeza, consumo de água, consumo de energia, seguros, equipe de engenheiros, arquitetos, estagiários e consultoria em arquitetura; e valor estimado de R\$ 416.550,00 para despesas com realização de melhorias úteis e necessárias no imóvel, que passarão a incorporá-lo.

A contratação entre a Codemge e a CASACOR não foi precedida de certame licitatório, ao entendimento de que não se aplica à hipótese a Lei 13.303/16 que rege a Codemge, por se tratar de contratação diretamente vinculada ao exercício de sua atividade.

### **3.16. Parcerias: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público**

#### **3.16.1. Explicações sobre o termo de cooperação celebrado pelo governo do Estado, por intermédio da SEPLAG e a da OSCIP denominada Comunitas, sobretudo o detalhamento dos objetivos, das metas e dos resultados a serem atingidos, do cronograma de execução, dos critérios de avaliação de desempenho e dos indicadores de resultados previstos no citado termo, além de evidenciar a participação da Comunitas no desenvolvimento do Plano de Recuperação Fiscal do Estado.**

O Acordo de Cooperação Técnica, celebrado a SEPLAG e a Comunitas, tem por objeto a conjugação de esforços e recursos para implementação do Projeto Juntos Estados, o qual tem por objetivo apoiar a modernização institucional e inovação para o Governo do Estado de Minas Gerais. A necessidade de conferir maior foco e eficiência à atuação dos órgãos demandará um estudo aprofundado de alocação das políticas públicas e respectivos processos, de forma coerente e que contribua para a excelência na prestação de serviço.

O Termo, assinado em 28 de junho de 2019 e publicado em 25 de junho de 2019, vigorará pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da data da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado, podendo ser alterado mediante solicitação devidamente formalizada e justificada da Comunitas.

A Comunitas é uma organização da sociedade civil brasileira que tem por objetivo contribuir para o aprimoramento dos investimentos sociais corporativos e estimular a participação da iniciativa privada no desenvolvimento social e econômico do país. A instituição atua com o Programa Juntos, promovendo o fortalecimento das lideranças e desenvolvendo ações com o objetivo de contribuir para que os gestores sejam atores-chave na construção de uma administração pública transparente e aberta ao diálogo com a sociedade, capaz de responder às demandas por políticas sociais com eficiência, qualidade e responsabilidade fiscal. Trata-se de uma nova organização administrativa pautada na estratégia de governo, na diminuição da

máquina pública e na busca por uma forma mais ágil e eficiente de realizar a gestão e cumprir sua estratégia.

As atividades propostas pela Comunitas para a avaliação institucional, conforme plano de trabalho apresentado está aderente às metodologias vigentes e foram utilizadas para a Reforma da Administração Direta, que originou a Proposição de Lei nº 24.253 de 2019 com a nova formatação dos órgãos e secretarias da Administração Direta. Espera-se obter com esta cooperação os seguintes resultados:

- Alinhamento da estrutura organizacional à estratégia organizacional;
- Aumento da eficiência, da flexibilidade e da capacidade de adaptação para o atendimento às demandas internas e externas de forma rápida e eficaz;
- Distribuição de atribuições entre as unidades coerente com a estratégia;
- Ambiente mais propício à Governança.

Em maio de 2019 foi entregue o Relatório “Orientação e Supervisão da Revisão da Arquitetura Organizacional para o Governo do Estado de Minas Gerais” cuja metodologia levou em consideração:

- Plano de Governo;
- Estudo de *benchmarking* com os estados de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro;
- Entrevistas com todos os Secretários (à época ainda não havia indicado o Secretaria de Cultura e Turismo);
- Análise da Cadeia de Valor das Secretarias existentes;
- Análise das estruturas e regimentos das secretarias existentes.

O trabalho teve como objetivo:

- Obter o desenho de uma estrutura adequada para o alcance dos objetivos organizacionais e o cumprimento de sua missão institucional, considerando o cenário no qual o atual governo se insere;
- Propiciar a integração entre o planejamento estratégico e a gestão organizacional;



- Promover o alinhamento entre a estrutura e a estratégia de governo para obter o aperfeiçoamento e a melhoria da atuação organizacional;
- Capacitar e transferir conhecimento de gestão para as equipes da organização de modo a prepara-las para a construção de um modelo aderente e para sua implantação efetiva;
- Adequar a conformidade da estrutura organizacional com as regulamentações e recomendações existentes.

A execução das atividades se deu conforme cronograma a seguir.

Etapa	Descrição Atividades	Escopo atuação EPPGGs	Escopo atuação Supervisão	Tempo de supervisão	Prazo:
Diagnóstico	Levantamento de dados sobre a estrutura atual	Diagnóstico da estrutura atual, levantamento em relação à força de trabalho	Alinhamento prévio quanto ao escopo e formato do diagnóstico, discussão sobre os resultados apresentados	20	2 semanas
	Pesquisa documental	Análise do plano de governo, análise da Cadeia de Valor	Direcionamento para elaboração da cadeia de valor, discussão sobre os resultados apresentados	12	
	Benchmarking	Benchmarking em três estados	Avaliação dos benchmarks apresentados	4	
	Entrevistas com Secretários e dirigentes da Adm. Indireta	Realização de entrevistas	Alinhamento prévio sobre formato de reunião e análise conjunta dos resultados	24	
	Relatório de diagnóstico	Tabulação dos dados e elaboração de relatório	Avaliação crítica	8	
Proposta da nova arquitetura organizacional - até 3º nível	Elaboração de proposta para administração indireta	Elaboração de proposta de autarquias e fundações que podem ser extintas ou fundidas	Alinhamento prévio e discussão sobre a proposta elaborada	38	2 semanas
	Elaboração das propostas de 2º e 3º níveis	Elaboração de proposta a partir dos insumos coletados na fase de diagnóstico	Alinhamento prévio a partir da leitura do diagnóstico, acompanhamento durante todo o processo	30	
	Apresentação das propostas de 2º e 3º níveis para validação	Elaboração do documento e realização da apresentação	Avaliação crítica	11	
	Realização de Ajustes	Elaboração do documento	Avaliação crítica	11	



Proposta de nova arquitetura organizacional - 4º nível	Elaboração da proposta de 4º nível	Elaboração de proposta a partir dos insumos coletados na fase de diagnóstico	Alinhamento prévio a partir da leitura do diagnóstico, acompanhamento durante todo o processo	30	2 semanas
	Apresentação da proposta de 4º nível para validação	Elaboração da documentação e realização da apresentação	Avaliação crítica	17	
	Realização de Ajustes	Elaboração do documento	Avaliação crítica	11	
Documentação da proposta validada	Consolidação da proposta em um documento final, contendo os organogramas e cadeias de valor de cada Secretaria	Elaboração do documento	Avaliação crítica	20	3 semanas
Elaboração do Plano de Implantação	Elaboração do plano de implementação da nova estrutura contendo as estratégias, desdobramento em ações, prazos, responsáveis e recursos demandados pela nova estrutura	Elaboração do plano de implementação	Direcionamento prévio, acompanhamento do processo e avaliação do documento	36	3 semanas
Acompanhamento da implantação	Auxiliar o Estado na elaboração de projetos de leis, decretos, preparação de documentos para processos seletivos, todos referentes à Administração Direta	Articulação das equipes de governo para implantação das ações definidas no plano de implementação	Acompanhamento do processo de implantação para resolução de dúvidas por parte da equipe	100	3 meses
<b>TOTAL</b>				<b>372</b>	

Como a conclusão dos trabalhos pela Comunitas se dá com a formatação de instrumentos normativos, não é cabível a mensuração de resultado por indicadores.

➤ **Comissão de Participação Popular (PPO)**

**3.17. Monitoramento dos desdobramentos das Propostas de Ação Legislativa (PLEs)**

**3.17.1. Monitoramento dos desdobramentos das Propostas de Ação Legislativa resultante do processo de discussão participativa do Plano Finanças Públicas de Execução Plurianual de Ação Governamental (PPAG 2016-2019) para o exercício Orçamentário de 2019, notadamente a execução de emendas ao Plano.**

Atualmente o Governo de Minas tem trabalhado para tirar o Estado da atual situação fiscal e financeira em que se encontra, que vêm de sucessivos déficits orçamentários, com problemas de fluxo de caixa, atrasos no pagamento de fornecedores e parcelamento da folha de pagamento dos servidores do Poder Executivo. Nesse contexto, tem-se priorizado orçamentária e financeiramente a execução das despesas obrigatórias, como é o caso das emendas impositivas, trazidas pela Emenda Constitucional nº 96/2018, que impõe ao orçamento do Estado um impacto estimado em mais de R\$300 milhões. E assim, a baixa execução das emendas da Comissão de Participação Popular, realizada no final do exercício de 2018, é decorrente desse contexto de escassez de recursos. De toda forma, sugere-se a avaliação da pertinência e viabilidade da execução das emendas da CPP junto aos órgãos responsáveis pela execução, para posterior solicitação junto ao Comitê de Orçamento e Finanças da aprovação da respectiva cota orçamentária.

## **4. Perspectivas Futuras**

### **4.1. Coordenadoria Especial da Cidade Administrativa – CECAD**

- Implementação dos instrumentos de redução da velocidade dos veículos, em parceria com o DEER, e realização de outras parcerias para melhora nas vias do Complexo da Cidade Administrativa.
- Implantação de projeto de sinalização interna da Cidade Administrativa.
- Realização de 3 corridas do circuito de corridas para os servidores na Cidade Administrativa.
- Revitalização dos jardins da Cidade Administrativa através de parcerias públicas privadas.
- Atualização da base de dados dos usuários da Cidade Administrativa.
- Integração do sistema de solicitação de serviços de manutenção (Portal de Serviços CA) com o sistema de gerenciamento predial, para ocorrências de manutenção automáticas.
- Mudança de outros órgãos e entidades do Governo do Estado para a Cidade Administrativa, como o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem e a Agência de Promoção de Investimento e Comércio Exterior de Minas Gerais.
- Contratação de Serviço Médico de Urgência e Emergência.
- Atualização dos equipamentos da rede Wi-Fi, aumentando a velocidade e a segurança, em conformidade com a nova legislação de proteção de dados.

### **4.2. Centro de Serviços Compartilhados – CSC**

- Ampliação da rede GTA: estudo, licitação e início da instalação de pontos de abastecimento em mais 36 locais, de modo a potencializar uma economia média anual de R\$ 2,5 milhões com combustível.
- Contratação do modelo de Gestão Total da Manutenção – GTM para a frota de veículos oficiais

- Desenvolvimento de módulo de compras para as empresas públicas: adequar o Portal de Compras MG para permitir a realização de licitações conforme regras do novo marco regulatório conferido pela Lei nº 13.303/2016.
- Realização de processos de compras centralizados comuns a mais de um órgão ou de grande vulto de recursos financeiros, com destaque para: compra de medicamentos, material de informática, aquisição de viaturas, serviços técnicos especializados, aquisição de matérias de limpeza, higiene pessoal, e descartáveis.
- Substituição de lâmpadas convencionais por LED, além de autoclaves, secadoras, equipamentos de foco cirúrgico em 19 hospitais de Minas Gerais, com investimento pela CEMIG na ordem de R\$ 12 milhões.
- Auditoria em todas as ligações de água (área de concessão da COPASA e COPANOR) dos prédios públicos estaduais, de modo a viabilizar a celebração de um único contrato para todos os órgãos e entidades, com a obtenção de tarifas diferenciadas, que proporcionarão uma redução da despesa na ordem de aproximadamente R\$ 21 milhões por ano.

#### **4.3. Subsecretaria de Gestão Estratégica – SUGES**

- Conclusão da elaboração do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI 2019-2030 e encaminhamento à ALMG em setembro de 2019.
- Início das reuniões mensais de monitoramento dos projetos estratégicos, junto aos gerentes dos projetos estratégicos dos órgãos, para acompanhamento da execução dos marcos previsto para o período, dos indicadores e resultados alcançados, bem como a identificação das questões e dos encaminhamentos que surgirem durante a execução dos projetos.
- Conclusão do projeto de melhoria do monitoramento e avaliação de políticas públicas, em parceria com a Fundação João Pinheiro.

- Conclusão do 3º módulo do Programa de Desenvolvimento dos Agentes de Simplificação – Transformação de Serviços
- Lançamento do Laboratório de Inovação do Governo de Minas Gerais.
- Realização do evento Minas Conecta, em parceria com a FJP, BDMG, SEDE e outras entidades interessadas.
- Realização de treinamento com temáticas relacionadas à Política de Simplificação e à Inovação na Gestão Pública para os alunos da Fundação João Pinheiro que participarão do Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal (Prinagem).

#### **4.4. Subsecretaria de Governança Eletrônica e Serviços – SUBGOVES**

- Implementação do Boletim de Furto no MG App.
- Implantação do Boletim Escolar no MG App – 1ª versão.
- 30 serviços transformados digitalmente utilizando plataformas como o agendamento on-line e peticionamento eletrônico do SEI, propiciando um melhor do atendimento ao cidadão.
- 1ª versão do MG App Empresas.
- Negociação com o Detran para viabilizar a implantação da Prova Eletrônica na UAI de Pouso Alegre.
- Finalização da revisão do Contrato Unificado com a MGS.
- Análise do Estudo de Viabilidade Econômica do Contrato de PPP da UAI Praça Sete, realizado por meio do BDMG, para definição sobre a continuidade do processo.
- Formalização do novo convênio com a SEDESE.
- Desenvolvimento de ações, junto ao Ministério da Economia, para melhorias das ferramentas virtuais de atendimento.
- Desenvolvimento e Implementação de uma UAI por meio de parceria com municípios, no âmbito do Programa “Compartilha”.

- Definição da estratégia de mapeamento e classificação para tratamento de dados pessoais armazenados e utilizados pelos órgãos e entidades da administração estadual, conforme exigências da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.853/2019).

#### **4.5. Subsecretaria de Gestão de Pessoas – SUGESP**

- Elaboração de proposta para implementação do projeto experimental de “teletrabalho” em órgãos e entidades do Poder Executivo estadual.
- Revisão da legislação e dos procedimentos relativos à concessão de férias-prêmio.
- Revisão da legislação e dos procedimentos relativos à cessão de servidores.
- Elaboração de proposta de novo marco legal para contratação temporária de pessoal.
- Revisão da legislação pertinente ao cumprimento da jornada de trabalho, registro e controle de frequência dos servidores da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.
- Realização de palestras destinadas aos novos gestores públicos dos órgãos e entidades localizados na Cidade Administrativa sobre os objetivos e a importância dos processos de Gestão do Desempenho e Desenvolvimento.
- Realização de capacitação destinada aos técnicos das unidades de recursos humanos novatos na condução do processo de Avaliação de Desempenho no âmbito dos órgãos e entidades, para repasse de informações sobre o processo de Avaliação de Desempenho dos Gestores Públicos (ADGP) e o módulo referente à ADGP no Sistema de Avaliação de Desempenho (SISAD).
- Finalização da avaliação relativa ao 1º ciclo de Avaliação de Desempenho por Competências Técnicas da função de Controle Interno,

com a identificação dos pontos de melhoria a serem trabalhados em conjunto com a unidade de recursos humanos e o Gabinete da CGE.

- Desenvolvimento e finalização do Projeto de Mapeamento de Competências Técnicas das áreas finalísticas da Ouvidoria Geral do Estado, com a construção das fichas de competências técnicas.
- Finalização do projeto piloto que integra o Projeto de Mapeamento de Competências Técnicas, realizado no âmbito da Fundação Hemominas, com a construção das fichas de competências técnicas de quatro áreas finalísticas.
- Elaboração e publicação de ato normativo para regulamentação de notificação eletrônica, visando à adequação dos processos de avaliação de desempenho aos objetivos de eliminação de papel e maior agilidade nos processos administrativos pretendidos com a implementação do SEI.
- Execução de mais nove cursos (presenciais ou à distância) através do “Programa Capacitar”.
- Realização das 1ª, 2ª e 3ª etapas de avaliação dos trabalhos inscritos na 4ª edição do “Prêmio Inova Minas Gerais”, bem como do seminário e da cerimônia de premiação da 4ª edição do Prêmio.
- Início das ações para implementação da Política de Preparação para Aposentadoria nos órgãos e entidades do Poder Executivo de Minas Gerais.
- Atualização da legislação pertinente à Política de Desenvolvimento do servidor, principalmente no que se refere à concessão de afastamentos para estudos.
- No âmbito do Programa “Transforma Minas”:
  - 1) Estruturação do evento de abertura do Programa de Desenvolvimento das Lideranças (PDL) de 2º escalões das Secretarias de Estado e CGE;
  - 2) Elaboração do Termo de Cooperação Técnica e Plano de Trabalho para estabelecimento de parceria com a FJP para execução das

ações de desenvolvimento das lideranças regionais e de 2º escalão selecionadas pelo Programa;

- 3) Abertura de novos processos seletivos para postos de liderança;
  - 4) Desenvolvimento de Plataforma para gestão dos processos seletivos do programa.
- Proposição de nova política de estágios, visando contribuir para valorização e preparação dos estudantes para a vida profissional.
  - Articulação com as assessorias jurídicas dos órgãos e entidades, intermediada pela AJA/SEPLAG e AGE, visando alinhamento das diretrizes para o cumprimento de sentenças judiciais e o envio de elementos para subsidiar a defesa do Estado no âmbito das respectivas unidades de RH.
  - Desenvolvimento de parcerias com a SEF, CECAD e CBMMG para atividades de promoção da saúde do servidor na Cidade Administrativa.
  - Elaboração do Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP: documento histórico-laboral que contém várias informações relativas às atividades do servidor no local de trabalho, dados administrativos e o resultado da monitoração dos agentes ambientais.
  - Elaboração de Laudos Técnicos das Condições Ambientais de Trabalho confeccionado a partir de um levantamento dos riscos ambientais no trabalho, mediante visita realizada por engenheiro ou médico do trabalho para determinação dos riscos existentes para concessão de insalubridade e periculosidade.
  - Continuidade dos processos de caracterização de acidente de trabalho dos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.
  - Continuidade das análises dos processos de servidores em Ajustamento Funcional: reavaliações dos casos.
  - Acompanhamento em perícias judiciais com assistente técnico nas ações impetradas por servidores.



- Estudos para possibilitar a racionalidade de gastos com os Núcleos Regionais de Saúde do Servidor e Perícia Médica, como avaliação de imóveis próprios para ocupação ou coabitação; informatização/automação de marcação de perícias; melhoria de processos.
- Elaboração de proposta de cargos e funções de confiança para reforma administrativa das autarquias e fundações.
- Acompanhamento Estratégico da Despesa de Pessoal da UEMG e UNIMONTES.
- Desenvolvimento e implantação de ajustes no sistema virtual de emissão de certidão de tempo de contribuição, objetivando atender as novas regras previdenciárias.
- Elaboração de instruções objetivando a conclusão das concessões de aposentadorias aos servidores efetivados pela Lei Complementar nº 100, de 2007, que comprovem o direito nos moldes estabelecidos pelo STF na ADI 4876.
- Finalizar a validação de todas as métricas do projeto de dimensionamento de força de trabalho na administração prisional.
- Monitorar o cadastramento no SEI das entidades sindicais, com objetivo de atingir 100% de adesão, no caráter de usuários externos.
- Elaborar, semestralmente, relatório contendo os pontos principais das reivindicações apresentadas pelas entidades sindicais com objetivo de subsidiar estudos estratégicos para processo decisório da gestão.

#### **4.6. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPLOR**

- Conclusão da elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental e da Lei Orçamentária Anual, alinhados à metodologia de apuração de custos por política pública, com atuação da equipe no apoio à redação do plano e detalhamento da despesa orçamentária de modo a atender a metodologia de elaboração dos programas contemplando em cada um seu efetivo custo.

- Entrega do projeto piloto de implantação do Orçamento Base Zero para o orçamento de 2020 dos órgãos da Segurança (SEJUSP, CBMMG, PMMG, PCMG, Gabinete Militar).
- Testes e treinamento da equipe para operar o GRP-Minas: Módulos Institucional, Alteração Orçamentária, Limites Orçamentários e Programação Orçamentária.
- Coordenação do processo de Discussão Participativa do PPAG 2020-2023 na Assembleia, em parceria com a ALMG.
- Elaboração dos Relatórios Institucionais de Monitoramento Geral e Social do 2º, 3º e do 4º bimestre.
- Elaboração/fechamento de reestimativa da receita/despesa 2019.
- Parametrização dos critérios de operacionalização do sistema GRP para o universo das receitas e para o comando de apropriação da folha de pagamento.
- Participação no processo de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal, além da produção de dados e projeção do cenário fiscal do Estado até 2025.
- Produção de informações a serem enviadas para organizações externas, tais como aquelas advindas das missões de avaliação das agências de créditos.
- Finalização da 3ª etapa do Banco de Projetos para captação de recursos com a inclusão de mais de 80 projetos para captação de recursos de vários órgãos e entidades estaduais.
- Realização de workshop sobre alterações na legislação estadual de repasses de recursos voluntários.
- Publicação do 4º Relatório de Monitoramento de 2019, com todos os convênios de entrada vigentes e os em prestação de contas na Plataforma +Brasil.
- Capacitação de mais 100 servidores, dos órgãos/entidades do Estado de Minas Gerais, nas temáticas de execução de convênios na

Plataforma +Brasil; elaboração de projetos para captar recursos; e gestão dos convênios de entrada.

- Apresentação do Portfólio de Projetos e negociação para captar recursos de emendas parlamentares à bancada mineira federal.
- Realização do Fórum de Fortalecimento da Rede +Brasil.
- Alinhamento com os órgãos envolvidos no repasse de recursos do Governo Federal de Fundo a Fundo e capacitá-los no novo módulo da Plataforma +Brasil.
- Automatização do acompanhamento da adimplência do Estado de Minas (CAUC).
- Publicação de Resolução Conjunta SEPLAG/AGE/CGE de devolução de recursos de convênios de entrada.
- Negociação com o BNDES para inserção de novos projetos de investimentos na carteira das operações no valor de R\$107 milhões de reais.
- Liberação de R\$23,5 milhões de reais em receita de operações de crédito para financiamento de novos projetos de investimentos.
- Finalização do processo de conciliação bancária com o BNDES, visando à regularização dos R\$1,68 bilhão de reais executados nas operações PDI I, PDI II e PROINVESTE.
- Aprovação de novos aditivos aos contratos do Banco do Brasil, visando à regularização dos R\$5,4 milhões executados nas operações de crédito PDMG e PROIR.
- Conclusão da Tomada Pública de Subsídios instituída pela SES e conduzida pelo grupo de Trabalho criado por meio da Resolução Conjunta SES/SEPLAG/SETOP Nº 247, objetivando coletar informações que se traduzam na solução para os Hospitais Regionais.
- Apresentação da legislação que rege as Organizações Sociais no Estado de Minas Gerais para o Conselho Estadual de Saúde e demais

interessados, bem como em visitas às unidades da rede Fhemig para informações e esclarecimentos aos servidores e outros envolvidos.

- Participação Comissão de Saúde Pública, na Assembleia Legislativa, que irá acompanhar as discussões sobre a implementação de contratos de gestão com Organizações Sociais nos hospitais da rede Fhemig.
- Apoio aos órgãos na condução dos editais de seleção pública que serão publicados pela Fundação Clóvis Salgado, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social para prover a continuidade da execução de suas atividades por meio de Contrato de Gestão e Termo de Parceria.
- Análise da viabilidade de execução de novos termos de parceria e contratos de gestão para viabilização de outras políticas públicas.
- Organização do Fórum de Fortalecimento da Rede +Brasil que será realizado em Minas Gerais em dezembro de 2019.

#### **4.7. Secretaria Executiva do Comitê de Orçamento e Finanças e da Câmara de Coordenação de Ação Governamental – COFIN e CCGOV**

- Realização de estudos para implementação de ações de coordenação do planejamento e gestão do Governo, visando apoiar o Governador na definição de diretrizes e estratégias para a condução das políticas orçamentária, financeira e de pessoal para o equilíbrio das finanças públicas.
- Definição de diretrizes para políticas centrais de governo, especialmente as que implicam impacto orçamentário-financeiro.

#### **4.8. Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças – SPGF**

- Saneamento do SISAP e do Ponto Digital setorial, a fim de torna-los mais gerenciáveis e menos suscetíveis a falhas que envolva a vida funcional dos servidores e estagiários da SEPLAG.

Disponibilização do novo sistema RH Responde, que permite a tramitação dos chamados internos das unidades de RH dos outros órgãos e, conseqüentemente, um melhor gerenciamento das demandas dos servidores.

- Disponibilização do SPGF Digital para outros órgãos. É um módulo de acompanhamento da execução da despesa elaborado pela Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico.
- Acompanhamento e monitoramento dos Projetos Estratégicos da SEPLAG junto ao Governador.

## **Anexo I**

### **Relatório Institucional de Monitoramento Setorial**



# RELATÓRIO INSTITUCIONAL DE MONITORAMENTO SETORIAL

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

**JANEIRO A AGOSTO DE 2019**





O Relatório Institucional de Monitoramento Setorial é elaborado a partir de informações extraídas do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), as quais são lançadas pelos órgãos/entidades durante o processo de monitoramento, tendo como objetivo apresentar uma síntese da execução e do desempenho POR AÇÃO do plano.

Inicialmente, o relatório exhibe, de forma sintética e por programa, um panorama do desempenho das várias ações executadas pela unidade orçamentária.

Destarte, o quadro "Desempenho Consolidado", que também é demonstrado no relatório analítico, oferece uma rápida visualização do desempenho físico, orçamentário e físico x orçamentário até o bimestre monitorado, revelando, para cada uma dessas dimensões, se o status da ação é "a avaliar", "crítico", "satisfatório" ou "subestimado", conforme os seguintes parâmetros:

- **Status satisfatório:** dimensões física ou orçamentária do desempenho da ação caracterizadas por taxa de execução compreendida no intervalo entre 70% e 130% frente à meta programada até o período monitorado. Especificamente para o índice de eficiência, a faixa de desempenho satisfatório encontra-se na faixa de desempenho igual ou acima de 0,7 e igual ou abaixo de 1,3. Esse status é estampado no quadro "Desempenho Consolidado" por meio de farol verde.
- **Status crítico:** dimensões física ou orçamentária do desempenho da ação caracterizadas por taxa de execução menor do que 70% da meta programada até o bimestre monitorado. Quanto ao índice de eficiência, o desempenho será crítico se a apuração for inferior a 0,7. Esse status é estampado no quadro "Desempenho Consolidado" por meio de farol vermelho.
- **Status subestimado:** dimensões física ou orçamentária da ação caracterizadas por taxa de execução acima de 130% perante a meta programada até o último mês monitorado. Quanto ao índice de eficiência, o desempenho será subestimado se o respectivo valor for superior a 1,3. Esse status é estampado no quadro "Desempenho Consolidado" por meio de farol amarelo.
- **Status a avaliar:** ação não apresenta meta programada até o período avaliado, seja para a dimensão de desempenho físico, seja para a dimensão de desempenho orçamentário. Quando qualquer dessas dimensões apresentar desempenho a avaliar, o índice de eficiência também demonstrará o mesmo status. Esse status é estampado no quadro "Desempenho Consolidado" por meio de farol branco.

O índice de eficiência mede a correlação entre o desempenho físico e orçamentário até o período monitorado, oferecendo igualmente uma comparação entre o custo unitário direto médio planejado e executado. Nesse sentido, esse índice não informa se o custo planejado ou executado é alto ou baixo, mas apenas se o custo apurado no momento da execução foi maior ou menor que o custo programado. A faixa de 0,7 a 1,3 é considerada um intervalo razoável de variação, fora do qual há uma distorção desproporcional entre as taxas de execução física e orçamentária.

Cumprе ressaltar, com referência às duas últimas seções, que o valor programado até o período decorre do desdobramento da meta fixada no PPAG ao longo dos meses que compõem o exercício corrente, tendo em conta aferir com antecedência a perspectiva de alcance ou não das metas estabelecidas no plano e, se for o caso, a adoção tempestiva de contramedidas necessárias para garantir um desempenho satisfatório. Esse procedimento, o qual é realizado pelos gestores de cada ação no início do ano e registrado no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), constitui a base para avaliação da execução.

De forma analítica, o relatório é estruturado de forma a demonstrar, para cada ação, a "Situação Orçamentária", o "Desempenho Consolidado" (segundo relatado acima), a "Análise da Execução" e as "Informações de Situação", conforme explicitado a seguir.

A seção "Situação Orçamentária" demonstra a execução financeira detalhada por grupo de natureza da despesa, fonte de recursos e identificador de procedência e uso, os quais representam os principais limites orçamentários da ação. Cabe salientar que os dados evidenciados nessa seção, a partir do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), reportam-se ao dia imediatamente anterior.

A "Análise da Execução" apresenta um resumo da execução até o período monitorado, permitindo aferir o desempenho físico e orçamentário da ação em confronto com a meta estabelecida no PPAG, com a previsão atual (seja física, estabelecida mediante a reprogramação física para o exercício, ou orçamentária, traduzida pelo crédito autorizado) e com a programação inicial das metas do PPAG até o momento.

De outra forma, por meio das "Informações de Situação" são demonstradas informações qualitativas registradas pelo gestor acerca do desempenho, do gerenciamento e da execução da ação,





desdobrando-se nas seções "Justificativa de desempenho" e "Outras informações de situação".

Mediante a "Justificativa de desempenho", o gestor da ação, com o auxílio e sob a supervisão técnica da unidade de planejamento e orçamento, registra informações qualitativas quanto ao desempenho da ação até o período monitorado, devendo:

- a) informar obrigatoriamente as causas que determinaram para a ação um status crítico ou subestimado, abrangendo, conforme detalhado acima, as dimensões de desempenho físico, orçamentário e físico x orçamentário.
- b) caso a ação apresente desempenho satisfatório, é opcional comentar a execução frente às metas fixadas para o exercício, especialmente quando a execução física e financeira até o momento for igual a zero ou houver uma reprogramação física ou orçamentária que represente um acréscimo ou uma redução superior a 30% da meta programada no PPAG para o exercício;
- c) Independentemente se o status do desempenho da ação (físico, orçamentário ou físico x orçamentário) for ou não satisfatório, opcionalmente cabe também ao gestor da ação detalhar na "Justificativa de Desempenho" as providências ou contramedidas que estão sendo adotadas, caso identificadas restrições ao andamento regular da ação.

Já, por intermédio das "Outras informações de situação", o gestor da ação, também com o auxílio e sob a supervisão técnica da unidade de planejamento e orçamento, registra informações qualitativas relativas ao bimestre monitorado, devendo obrigatoriamente:

- a) relatar os principais resultados e entregas (comentários acerca da execução física e financeira);
- b) motivar as alterações orçamentárias ocorridas;
- c) justificar o lançamento de dados estimativos (inclusive sobre a regionalização); e
- d) motivar a não regionalização da execução física ou financeira.

LEGENDA				
Status	Desempenho a Avaliar (sem programação até o período)	Desempenho Crítico (< 70%)	Desempenho Satisfatório (≥ 70% e ≤ 130%)	Desempenho Subestimado (> 130%)
Farol				

**DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO POR PROGRAMA**  
**UO: SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO (01501)**

Descrição	Físico		Orçamentário		Físico x Orçamentário	
	Desempenho Físico Jan/Agosto % (A)	Farol	Desempenho Orçamentário Jan/Agosto % (B)	Farol	Índice de Eficiência Jan/Agosto (A/B)	Farol
<b>Programa: RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES (0074)</b>						
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DIGITAIS DE TRANSMISSÃO E RETRANSMISSÃO DE TV, EM SUBSTITUIÇÃO AO SISTEMA ANALÓGICO, E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS ANALÓGICOS E DIGITAIS INSTALADOS (4179)	35,40		28,86		1,23	
ALOCÇÃO DE CAPACIDADE DE SEGMENTO ESPACIAL PARA TRANSMISSÃO DE SINAIS DE TELEVISÃO (4318)	100,00		87,67		1,14	
IMPLANTAÇÃO DE SINAL DE TELEFONIA CELULAR NAS LOCALIDADES DOS MUNICÍPIOS MINEIROS (5018)	100,72		-		-	
<b>Programa: SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL (0128)</b>						
MOBILIZAÇÃO, CONTROLE SOCIAL E FORMAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E DA SOCIEDADE CÍVIL PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL DE MINAS GERAIS (2098)	0,00		0,00		-	
ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL EM SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL (2120)	0,00		0,00		-	
<b>Programa: COORDENAÇÃO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL (0148)</b>						
COORDENAÇÃO E APOIO ÀS AÇÕES GOVERNAMENTAIS PRIORITÁRIAS (2083)	53,43		92,11		0,58	
GERENCIAMENTO, DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE MODELOS DE PARCERIAS ENTRE O PODER PÚBLICO, OSCIPS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS (4350)	100,00		250,24		0,40	
APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES INOVADORAS (4358)	0,00		102,60		0,00	
COORDENAÇÃO DO PROCESSO DE CAPTAÇÃO E MONITORAMENTO DE RECURSOS POR MEIO DE CONVÊNIOS (4626)	-		90,35		-	
COORDENAÇÃO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO E GESTÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO ESTADUAL (4629)	72,73		42,03		1,73	
GOVERNO SEM PAPEL (5008)	-		-		-	
<b>Programa: ATENDIMENTO AO CIDADÃO (0149)</b>						
APRIMORAMENTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR MEIO DOS CANAIS DE ATENDIMENTO ELETRÔNICO (4384)	100,00		81,24		1,23	
GESTÃO E OPERAÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO INTEGRADO - UAI (4478)	100,00		75,46		1,33	
<b>Programa: GOVERNANÇA ELETRÔNICA (0155)</b>						
DISPONIBILIZAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI) NO ESTADO (2089)	102,04		90,63		1,13	
APRIMORAMENTO DA GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (5010)	50,00		-		-	
<b>Programa: GESTÃO DE COMPRAS E LOGÍSTICA CORPORATIVA (0172)</b>						
GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS (2039)	113,28		89,82		1,26	
GESTÃO E OPERAÇÃO DA CADEIA LOGÍSTICA (2099)	100,00		104,08		0,96	
QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DE COMPRAS, LOGÍSTICA E GESTÃO DE ATIVOS MOBILIÁRIOS (4457)	64,24		45,05		1,43	
<b>Programa: GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS (0190)</b>						
GESTÃO DE TEMPO DOS SERVIDORES (4063)	137,15		96,54		1,42	
MODERNIZAÇÃO EM GESTÃO DE PESSOAS (4117)	-		94,62		-	
COORDENAÇÃO E APRIMORAMENTO DA POLÍTICA DE GESTÃO DO DESEMPENHO (4511)	-		62,46		-	
DESENVOLVIMENTO DE SERVIDORES (4513)	11,11		51,40		0,22	
IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES EM PERÍCIA MÉDICA (4524)	83,87		90,07		0,93	
IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE BEM-ESTAR, SAÚDE E SEGURANÇA NO AMBIENTE DE TRABALHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS (4526)	2,37		0,00		-	
PREMIAÇÃO DE IDEIAS INOVADORAS E INICIATIVAS IMPLEMENTADAS (4529)	-		0,00		-	
GESTÃO DO RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (4530)	232,37		89,23		2,60	
GESTÃO DOS PROCESSOS DE APOSENTADORIA (4671)	89,32		100,69		0,89	

**DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO POR PROGRAMA**

**UO: SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO (01501)**

Descrição	Físico		Orçamentário		Físico x Orçamentário	
	Desempenho Físico Jan/Ago % (A)	Farol	Desempenho Orçamentário Jan/Ago % (B)	Farol	Índice de Eficiência Jan/Ago (A/B)	Farol
<b>Programa: APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (0701)</b>						
DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS (1172)	-		-		-	
DIREÇÃO SUPERIOR (2001)	100,00		125,80		0,79	
PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS (2002)	100,00		98,74		1,01	
REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS (2417)	82,42		94,43		0,87	

## DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DO DESEMPENHO POR AÇÃO



Programa: **RADIODIFUSÃO E TELECOMUNICAÇÕES (0074)****Ação: IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DIGITAIS DE TRANSMISSÃO E RETRANSMISSÃO DE TV, EM SUBSTITUIÇÃO AO SISTEMA ANALÓGICO, E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS ANALÓGICOS E DIGITAIS INSTALADOS (4179)**Produto: **MANUTENÇÃO EFETUADA** Unid. de Medida: **UNIDADE**

## SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
<b>3.10.1</b>	5.002.693,00	3.539.222,19	1.380.047,60	471.363,84	2.159.174,59	38,99	13,32
<b>TOTAL</b>	<b>5.002.693,00</b>	<b>3.539.222,19</b>	<b>1.380.047,60</b>	<b>471.363,84</b>	<b>2.159.174,59</b>	<b>38,99</b>	<b>13,32</b>

Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

## DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
<b>35,40</b>		<b>28,86</b>		<b>1,23</b>	

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
<b>Físico</b>	625	437	291	103	16,48	23,57	35,40
<b>Financeiro</b>	5.002.693,00	3.539.222,19	1.633.202,62	471.363,84	9,42	13,32	28,86

## Justificativa de desempenho Jan-Ago

Ação transposta para a Fundação TV Minas Cultural e Educativa, conforme Lei nº 23.304, de 30/05/2019. Não haverá mais execução na SEPLAG.

## Outras informações de situação: 4º bimestre

A execução financeira em Julho referem-se à notas liquidadas neste mês, porém com referência à Junho. Já em Agosto, foi empenhado e liquidado uma DEA. Em outras palavras, toda a execução financeira do período tem como referência o período em que esta ação era de competência da SEPLAG.




**Ação: ALOCAÇÃO DE CAPACIDADE DE SEGMENTO ESPACIAL PARA TRANSMISSÃO DE SINAIS DE TELEVISÃO (4318)**Produto: **ESPAÇO EM SATÉLITE DISPONIBILIZADO** Unid. de Medida: **ESPAÇO**

## SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
<b>3.10.1</b>	1.754.000,00	1.051.688,49	999.055,68	999.055,68	52.632,81	95,00	95,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.754.000,00</b>	<b>1.051.688,49</b>	<b>999.055,68</b>	<b>999.055,68</b>	<b>52.632,81</b>	<b>95,00</b>	<b>95,00</b>

Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

## DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
<b>100,00</b>		<b>87,67</b>		<b>1,14</b>	

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
<b>Físico</b>	1	1	1	1	100,00	100,00	100,00
<b>Financeiro</b>	1.754.000,00	1.051.688,49	1.139.517,90	999.055,68	56,96	95,00	87,67

## Justificativa de desempenho Jan-Ago

Ação transposta para a Fundação TV Minas Cultural e Educativa, conforme Lei nº 23.304, de 30/05/2019. Não haverá mais execução na SEPLAG.

## Outras informações de situação: 4º bimestre

A execução financeira no período são referentes à DEAs e indenizações cujas notas fiscais referem-se ao período de Dezembro a Junho. Em outras palavras, toda a execução financeira do período tem como referência o período em que esta ação era de competência da SEPLAG.

**Ação: IMPLANTAÇÃO DE SINAL DE TELEFONIA CELULAR NAS LOCALIDADES DOS MUNICÍPIOS MINEIROS (5018)**Produto: **DISTRITO ATENDIDO COM COBERTURA DE TELEFONIA MÓVEL** Unid. de Medida: **DISTRITO**

## DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
100,72		-		-	

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
Físico	707	698	693	698	98,73	100,00	100,72
Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-

## Outras informações de situação: 4º bimestre

4º Bimestre = Liberação de 01 distrito em Julho para certificação da equipe certificadora do Governo do Estado, acumulando o número total de 698 distritos com sinal de telefonia móvel ativada até o final do quarto bimestre de 2019. Contatos realizados por telefone e e-mail com a VIVO, CEMIG, SEMAD e Prefeituras para acompanhar a evolução dos processos de extensão de rede elétrica e licenciamentos ambientais e municipais.

## Programa: SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL (0128)

## Ação: MOBILIZAÇÃO, CONTROLE SOCIAL E FORMAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E DA SOCIEDADE CIVIL PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL DE MINAS GERAIS (2098)

Produto: AÇÃO REALIZADA Unid. de Medida: AÇÃO

## SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
3.10.1	1.192.697,00	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.192.697,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

## DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
0,00		0,00		-	

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
Físico	112	75	37	0	0,00	0,00	0,00
Financeiro	1.192.697,00	1.000.000,00	277.065,29	0,00	0,00	0,00	0,00

## Justificativa de desempenho Jan-Ago

Ação transposta para a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDESE, conforme Lei nº 23.304, de 30/05/2019. Não haverá mais execução na SEPLAG.

## Outras informações de situação: 4º bimestre

Ação transposta para a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDESE, conforme Lei nº 23.304, de 30/05/2019. Não haverá mais execução na SEPLAG.

## Ação: ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL EM SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL (2120)

Produto: EVENTO REALIZADO E / OU PARTICIPADO Unid. de Medida: UNIDADE

## SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
3.10.1	30.000,00	7.800,00	0,00	0,00	7.800,00	0,00	0,00
3.10.4	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>130.000,00</b>	<b>107.800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>107.800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

## DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
0,00		0,00		-	

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO

Meta

Realizado

Realizado

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
<b>Físico</b>	25	9	16	0	0,00	0,00	0,00
<b>Financeiro</b>	130.000,00	107.800,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Justificativa de desempenho Jan-Ago**

Ação transposta para a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDESE, conforme Lei nº 23.304, de 30/05/2019. Não haverá mais execução na SEPLAG.

**Outras informações de situação: 4º bimestre**

Ação transposta para a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDESE, conforme Lei nº 23.304, de 30/05/2019. Não haverá mais execução na SEPLAG.

**Programa: COORDENAÇÃO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL (0148)**

**Ação: COORDENAÇÃO E APOIO ÀS AÇÕES GOVERNAMENTAIS PRIORITÁRIAS (2083)**




Produto: **AÇÕES PRIORITÁRIAS APOIADAS** Unid. de Medida: **UNIDADE**

**SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
<b>3.10.1</b>	165.744,00	165.744,00	58.824,65	42.630,01	106.919,35	35,49	25,72
<b>TOTAL</b>	<b>165.744,00</b>	<b>165.744,00</b>	<b>58.824,65</b>	<b>42.630,01</b>	<b>106.919,35</b>	<b>35,49</b>	<b>25,72</b>

Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

**DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO**

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
53,43		92,11		0,58	

**ANÁLISE DA EXECUÇÃO**

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
<b>Físico</b>	350	187	350	187	53,43	100,00	53,43
<b>Financeiro</b>	165.744,00	165.744,00	43.664,60	40.218,32	24,27	24,27	92,11

**Justificativa de desempenho Jan-Ago**

Não houve execução física no 4º bimestre, o que implicou no desempenho crítico da ação. A retomada do monitoramento das ações será realizada de forma gradativa ao longo do ano na medida em que a carteira estratégica de acompanhamento intensivo for sendo definida. A execução orçamentária atendeu a programação prevista.

**Outras informações de situação: 4º bimestre**

Nos meses de julho e agosto a equipe se dedicou a consolidação dos programas e projetos que irão compor a carteira estratégica a ser acompanhada junto aos órgãos. A previsão é que no mês de setembro a mesma esteja definida e possa começar a ser monitorada, de forma que a execução física seja normalizada e passe a apresentar desempenho satisfatório. A execução orçamentária neste bimestre se refere às despesas com pagamento de bolsas e auxílios a estagiários, bem como do contrato de hospedagem e manutenção do MG Planeja.

**Ação: GERENCIAMENTO, DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE MODELOS DE PARCERIAS ENTRE O PODER PÚBLICO, OSCIPS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS (4350)**




Produto: **POLÍTICA PÚBLICA EXECUTADA VIA TERMO DE PARCERIA E/OU CONTRATO DE GESTÃO** Unid. de Medida: **TERMO DE PARCERIA / CONTRATO**

**SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
<b>3.10.1</b>	9.030,00	9.030,00	7.285,35	6.355,23	1.744,65	80,68	70,38
<b>TOTAL</b>	<b>9.030,00</b>	<b>9.030,00</b>	<b>7.285,35</b>	<b>6.355,23</b>	<b>1.744,65</b>	<b>80,68</b>	<b>70,38</b>

Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

**DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO**

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
100,00		250,24		0,40	

**ANÁLISE DA EXECUÇÃO**

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
<b>Físico</b>	8	8	8	8	100,00	100,00	100,00
<b>Financeiro</b>	9.030,00	9.030,00	2.279,67	5.704,68	63,17	63,17	250,24

**Justificativa de desempenho Jan-Ago**

No período anterior houve uma execução orçamentária acima do previsto, pois a realização de visita técnica planejada para o ano foi adiada e realizada no bimestre, tal execução ainda causa impacto no status da ação. A execução registrada no período atual refere-se à inscrição de 4 servidores da equipe para participação no Encontro Nacional do Terceiro Setor – ENATS, evento de destaque da área de atuação do setor.

**Outras informações de situação: 4º bimestre**

Manutenção e acompanhamento das atividades executadas por meio dos 6 termos de parceria e 2 contratos de gestão vigentes em 2019. São eles: Termos de Parceria nº 41, 42 e 43 de 2017 celebrados entre a Fundação Clóvis Salgado - FCS e a Associação Pró-Cultura e Promoção das Artes - APPA; Termo de Parceria nº 45/2017 entre o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA e a APPA; Termo de Parceria nº 46/2017 entre a Secretaria de Estado de Esportes e Juventude - SEESP e a Federação de Esportes Estudantis de Minas Gerais - FEEMG; Termo de Parceria nº 48/2018 entre a Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM e o Instituto Geos; Contrato de Gestão nº 01/2018 celebrado entre Secretaria de Estado de Cultura - SEC e Instituto Cultural Filarmônica - ICF; Contrato de Gestão nº 02/2019 entre a Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP e o Instituto Elo. No período a equipe se dedicou à realização de estudo de viabilidade para a celebração de Termos de Parceria e Contratos de Gestão demandados pela FHEMIG, FCS, IEPHA, SECULT e SEDESE. Atuando junto aos órgãos também na elaboração de editais de processos de seleção pública.

**Ação: APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES INOVADORAS (4358)**



Produto: **SOLUÇÃO INOVADORA DESENVOLVIDA OU APOIADA** Unid. de Medida: **UNIDADE**

**SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
<b>3.10.1</b>	33.065,00	33.065,00	18.793,31	16.846,17	14.271,69	56,84	50,95
<b>TOTAL</b>	<b>33.065,00</b>	<b>33.065,00</b>	<b>18.793,31</b>	<b>16.846,17</b>	<b>14.271,69</b>	<b>56,84</b>	<b>50,95</b>

Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

**DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO**

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
0,00		102,60		0,00	

**ANÁLISE DA EXECUÇÃO**

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
<b>Físico</b>	7	4	3	0	0,00	0,00	0,00
<b>Financeiro</b>	33.065,00	33.065,00	14.686,76	15.067,97	45,57	45,57	102,60

**Justificativa de desempenho Jan-Ago**

As soluções inovadoras previstas para serem entregues em junho ainda não foram concluídas, devido a atrasos no início dos projetos. No entanto, as soluções já estão em andamento, com diversas entregas parciais já realizadas, e espera-se que sejam concluídas a partir de setembro.

**Outras informações de situação: 4º bimestre**

1) Inovação na gestão pública: - Realização do 1º e 2º encontros da Rede para Inovação na Gestão Pública, formada por Seplag, Sede, BDMG e FJP; - Instituição de 4 grupos de trabalho: Seed Gov, contratação de startups, laboratório de inovação e evento de inovação; - Início dos trabalhos com a Improve, consultoria que está apoiando na estruturação do Seed Gov; - Realização de oficina para definição dos objetivos e escolha do órgão para realização do projeto piloto do Seed Gov; - Apresentação da proposta do Seed Gov para Secretaria de Educação e definição deste órgão como projeto piloto; - Realização de oficina com representantes da SEE para levantamento dos desafios no âmbito do Seed Gov; - Realização de oficinas para definição da atuação e metodologia de trabalho do Laboratório de Inovação; - Realização de oficinas para definição do escopo e objetivos do evento de inovação; - Participação em curso de Design Etnográfico, ofertado pela Enap; - Participação no Encontro Internacional de Inovação em Governo; - Apresentação de case no Agile Trends; - Realização de parceria com a FJP no âmbito do Programa Prinaagem. 2) Projetos de transformação: - Priorização das ações a serem implantadas no projeto de transformação do serviço "Obter registro de estabelecimentos processadores de produtos de origem animal"; - Execução da etapa de experimentação do projeto de transformação do serviço "Obter registro de estabelecimentos processadores de produtos de origem animal"; - Mapeamento e redesenho do fluxo do serviço de obtenção de registro de estabelecimentos processadores de produtos de origem animal; - Mapeamento e redesenho do fluxo do serviço de obtenção de registro de rótulo de produtos de origem animal. - Conclusão da etapa de Imersão do projeto de transformação do Monitoramento e avaliação de políticas públicas. 3) Prêmio Inova: - Realização de reunião com Assessorias Estratégicas para divulgação do Prêmio; - Início e encerramento das inscrições dos trabalhos no Prêmio; - Início da triagem dos trabalhos inscritos. 4) Política de Simplificação: - Lançamento do Programa Minas Atende; - Realização de 3 aulas (Introdução; Alinhar + Aproximar; Digitalização + (co) Criar) do Módulo III do Programa de Desenvolvimento dos Agentes de Simplificação para todos os agentes de simplificação; - Análise e atualização da lista de serviços dos órgãos e entidades e dos documentos exigidos para a prestação dos serviços; - Estruturação do Grupo de Trabalho de autenticação de documentos com os órgãos que exigem documentos autenticados para prestação de serviço; - Realização da primeira reunião do Grupo de Trabalho de autenticação; - Apresentação da Política de Simplificação para a Segov a fim de firmar parceria para divulgação e orientação para os municípios do Estado. 5) Reforma administrativa: - Acompanhamento de ajustes e pleitos sobre a estrutura das entidades da Administração Indireta; - Análise de impacto legal de implantação da estrutura das entidades da Administração Indireta; - Elaboração de consulta jurídica relativa às legislações que normatizam a estrutura das entidades da Administração Indireta; - Suporte técnico aos órgãos e entidades na elaboração da minuta dos decretos de organização; - Análise de minutas de decreto de organização dos órgãos da Administração Direta. Os cinco tópicos refletem as frentes temáticas de atuação da Superintendência, nas quais estarão contempladas as 7 entregas pactuadas.

**Ação: COORDENAÇÃO DO PROCESSO DE CAPTAÇÃO E MONITORAMENTO DE RECURSOS POR MEIO DE CONVÊNIOS (4626)**

Produto: **RECURSOS CAPTADOS** Unid. de Medida: **R\$ 1,00**

**SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
<b>3.10.1</b>	137.928,00	737.928,00	662.105,49	75.076,07	75.822,51	89,72	10,17
<b>TOTAL</b>	<b>137.928,00</b>	<b>737.928,00</b>	<b>662.105,49</b>	<b>75.076,07</b>	<b>75.822,51</b>	<b>89,72</b>	<b>10,17</b>

Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

**DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO**

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL



-		90,35		-	
---	--	-------	--	---	--

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
Físico	44.000.000	44.000.000	0	0	0,00	0,00	-
Financeiro	137.928,00	737.928,00	72.370,50	65.384,06	47,40	8,86	90,35

## Justificativa de desempenho Jan-Ago

Como o cumprimento da meta depende da liberação de recursos por parte do governo federal, tais liberações ocorrem somente no final do ano. Assim, no quarto bimestre, historicamente, não há repasse de recurso por meio de transferências voluntárias da União para o Estado de Minas Gerais.

## Ação: COORDENAÇÃO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO E GESTÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO ESTADUAL (4629)

Produto: DOCUMENTO DE PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO ELABORADO Unid. de Medida: DOCUMENTO

## SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
3.10.1	473.369,00	473.369,00	270.213,07	103.386,59	203.155,93	57,08	21,84
TOTAL	473.369,00	473.369,00	270.213,07	103.386,59	203.155,93	57,08	21,84

Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

## DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
72,73		42,03		1,73	

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
Físico	17	14	11	8	47,06	57,14	72,73
Financeiro	473.369,00	473.369,00	193.660,98	81.394,76	17,19	17,19	42,03

## Justificativa de desempenho Jan-Ago

Nos meses anteriores não foram realizadas despesas de manutenção evolutiva de nossos sistemas corporativos, devido à complexidade de criação de novas regras para a criação dos novos instrumentos de planejamento e orçamento. Assim, foi necessário reprogramar para os meses posteriores, que indicarão os gastos com essas manutenções.

## Outras informações de situação: 4º bimestre

Não houve execução física nos meses de julho e agosto devido à alta demanda oriunda da elaboração de metodologia e implementação do Orçamento Base Zero, bem como da criação e execução nova metodologia de elaboração do PPAG.

## Ação: GOVERNO SEM PAPEL (5008)

Produto: PROJETO CONCLUÍDO Unid. de Medida: PROJETO

## DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
-		-		-	

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
Físico	3	3	0	0	0,00	0,00	-
Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-

## Programa: ATENDIMENTO AO CIDADÃO (0149)

## Ação: APRIMORAMENTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR MEIO DOS CANAIS DE ATENDIMENTO ELETRÔNICO (4384)

Produto: SERVIÇOS IMPLANTADOS OU APRIMORADOS Unid. de Medida: SERVIÇO

## SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado	Liquidado / crédito autorizado - %
-------	---------------------	---------------------------	---------------	--------------	---------------------------	-----------------------------------	---------------------------------------

						- % (C/B)	(D/B)
<b>3.10.1</b>	3.674.696,00	3.674.696,00	1.762.514,63	1.405.769,88	1.912.181,37	47,96	38,26
<b>TOTAL</b>	<b>3.674.696,00</b>	<b>3.674.696,00</b>	<b>1.762.514,63</b>	<b>1.405.769,88</b>	<b>1.912.181,37</b>	<b>47,96</b>	<b>38,26</b>

Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

#### DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
100,00		81,24		1,23	

#### ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
<b>Físico</b>	5	5	3	3	60,00	60,00	100,00
<b>Financeiro</b>	3.674.696,00	3.674.696,00	1.458.069,40	1.184.581,96	32,24	32,24	81,24

#### Outras informações de situação: 4º bimestre

Foi publicada a licitação dos terminais de autoatendimento. No 155 foi finalizado o processo para a contratação do desenvolvimento de um sistema de marcação de perícias médicas. Foi apresentado modelo de sítios governamentais com a aplicação de uma barra padrão que identifique que aquele sítio é do Governo de Minas. Em relação ao MG app foi realizado alinhamento com a Secretaria de Educação de como seria implantado o serviço de Boletim Escolar. A PRODEMGE está analisando os impactos da implantação desse novo serviço.

#### Ação: GESTÃO E OPERAÇÃO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO INTEGRADO - UAI (4478)

Produto: UNIDADE DE ATENDIMENTO INTEGRADO MANTIDA Unid. de Medida: UNIDADE

#### SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
<b>3.10.1</b>	49.000.000,00	49.000.000,00	29.228.307,03	25.439.176,61	19.771.692,97	59,65	51,92
<b>TOTAL</b>	<b>49.000.000,00</b>	<b>49.000.000,00</b>	<b>29.228.307,03</b>	<b>25.439.176,61</b>	<b>19.771.692,97</b>	<b>59,65</b>	<b>51,92</b>

Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

#### DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
100,00		75,46		1,33	

#### ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
<b>Físico</b>	32	32	32	32	100,00	100,00	100,00
<b>Financeiro</b>	49.000.000,00	49.000.000,00	30.422.180,84	22.955.363,19	46,85	46,85	75,46

#### Justificativa de desempenho Jan-Ago

Foram realizados no período 4.021.415 atendimentos. O Coeficiente de Eficiência - COEF das unidades médio do ano é 0,98. A execução orçamentária está abaixo do planejado em função das ações de economia que foram realizadas nas unidades, incluindo o fechamento da UAI Barro Preto. Outro fator que impactou na execução é o ajuste contratual com a MGS para refletir a mudança de carga horária implementada na UAI Praça Sete, que representará um aumento no valor executado. Tal alteração será efetivada por meio de Termo Aditivo em fase de tramitação.

#### Outras informações de situação: 4º bimestre

Em Abril, foram encerradas as atividades na UAI do Barro Preto na capital, por decisão do gabinete da SEPLAG, em função do cenário econômico-financeiro, passando a totalizar 31 unidades no Estado. Várias ações estão sendo tomadas pela área e pelos órgãos parceiros no sentido de ampliar os atendimentos virtuais dentro do Programa Minas Atende.

#### Programa: GOVERNANÇA ELETRÔNICA (0155)

#### Ação: DISPONIBILIZAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI) NO ESTADO (2089)

Produto: SISTEMA DISPONIBILIZADO Unid. de Medida: PERCENTUAL

#### SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
<b>3.10.1</b>	2.888.076,00	2.888.076,00	1.471.624,26	1.277.134,15	1.416.451,74	50,96	44,22
<b>TOTAL</b>	<b>2.888.076,00</b>	<b>2.888.076,00</b>	<b>1.471.624,26</b>	<b>1.277.134,15</b>	<b>1.416.451,74</b>	<b>50,96</b>	<b>44,22</b>

Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

#### DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
102,04		90,63		1,13	

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
Físico	98	100	98	100	102,04	100,00	102,04
Financeiro	2.888.076,00	2.888.076,00	1.230.146,72	1.114.846,42	38,60	38,60	90,63

## Outras informações de situação: 4º bimestre

No quarto bimestre o sistema foi mantido em produção com excelente nível de atendimento. Números de documentos inseridos na base do SEI: Julho : 612.184 Agosto : 581.117

## Ação: APRIMORAMENTO DA GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (5010)

Produto: PROJETOS ESTRUTURANTES E CORPORATIVOS DISPONIBILIZADOS Unid. de Medida: PROJETO

## DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
50,00		-		-	

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
Físico	8	8	4	2	25,00	25,00	50,00
Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-

## Justificativa de desempenho Jan-Ago

As entregas da Política de TIC e da Estratégia de Implantação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais previstas foram prorrogadas para novembro e dezembro, respectivamente, impactadas pela Reforma Administrativa do Executivo em 2019. Algumas atividades dependiam das definições de competências e responsáveis na nova estrutura. Na Política de TIC, atuação e membros do Comitê Executivo de TIC estão sendo revistos, e novo Plano Diretor de TIC está sendo elaborado. A estratégia para a LGPD será definida por um grupo intersetorial instituído pela Resolução Conjunta 10.064/2019.

## Outras informações de situação: 4º bimestre

As entregas previstas para o 4º bimestre foram replanejadas. Apesar da não conclusão, a equipe da Superintendência Central de Governança Eletrônica (SCGE) está atuando e avançou na realização das entregas, dando andamento às reuniões com as secretarias de Estado para o levantamento das necessidades de TIC, para embasar um novo Plano Diretor. Para a estratégia de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais foi instituído um grupo de trabalho formalmente constituído para analisar os impactos na administração estadual e novos critérios a serem seguidos por sistemas e processos.

## Programa: GESTÃO DE COMPRAS E LOGÍSTICA CORPORATIVA (0172)

## Ação: GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS (2039)

Produto: RECURSO ARRECADADO Unid. de Medida: R\$ 1,00

## SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
3.10.1	5.032.286,00	4.468.329,00	3.278.575,97	2.888.862,51	1.189.753,03	73,37	64,65
4.10.1	0,00	2.050.000,00	0,00	0,00	2.050.000,00	0,00	0,00
TOTAL	5.032.286,00	6.518.329,00	3.278.575,97	2.888.862,51	3.239.753,03	50,30	44,32

Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

## DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
113,28		89,82		1,26	

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
Físico	12.500.000	13.525.963	7.722.780	8.748.743	69,99	64,68	113,28
Financeiro	5.032.286,00	6.518.329,00	2.872.789,69	2.580.223,27	51,27	39,58	89,82

**Outras informações de situação: 4º bimestre**

No 4º bimestre foram realizados 14 (quatorze) Leilões, sendo 6 (seis) em Julho e 8 (oito) em Agosto. Foram alienados veículos em 10 (dez) Leilões, sendo 4 (quatro) em Julho e 6 (seis) em Agosto. Todos realizados pelo SEL-MG (Sistema Eletrônico de Leilões), perfazendo um total de 216 (duzentos e dezesseis) lotes de veículos alienados.

**Ação: GESTÃO E OPERAÇÃO DA CADEIA LOGÍSTICA (2099)**




Produto: **ATIVIDADES CORPORATIVAS REALIZADAS** Unid. de Medida: **UNIDADE**

**SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
<b>3.10.1</b>	13.030.391,00	13.030.391,00	8.021.162,61	7.087.912,24	5.009.228,39	61,56	54,40
<b>3.60.2</b>	1.557.471,00	1.557.471,00	305.000,00	0,00	1.252.471,00	19,58	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>14.587.862,00</b>	<b>14.587.862,00</b>	<b>8.326.162,61</b>	<b>7.087.912,24</b>	<b>6.261.699,39</b>	<b>57,08</b>	<b>48,59</b>

Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

**DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO**

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
<b>100,00</b>		<b>104,08</b>		<b>0,96</b>	

**ANÁLISE DA EXECUÇÃO**

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
<b>Físico</b>	7	7	7	7	100,00	100,00	100,00
<b>Financeiro</b>	14.587.862,00	14.587.862,00	6.435.141,21	6.697.897,67	45,91	45,91	104,08

**Outras informações de situação: 4º bimestre**

No quarto bimestre de 2019, as sete principais atividades corporativas (serviços postais, mensageria, compras/licitações, contratos, gestão de ativos mobiliários, guarda documental e gestão de suprimentos de material de consumo) foram prestadas pela Subsecretaria de forma a manter o funcionamento da máquina e desenvolver uma governança corporativa. Em relação a execução financeira, no quarto bimestre foram liquidadas despesas da ASSPROM, CORREIOS, MGS (frota, guarda documental e protocolo), Unidata, Localiza, conforme planejado."

**Ação: QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DE COMPRAS, LOGÍSTICA E GESTÃO DE ATIVOS MOBILIÁRIOS (4457)**




Produto: **SERVIDOR QUALIFICADO** Unid. de Medida: **SERVIDOR**

**SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
<b>3.10.1</b>	140.000,00	140.000,00	37.728,03	27.907,41	102.271,97	26,95	19,93
<b>TOTAL</b>	<b>140.000,00</b>	<b>140.000,00</b>	<b>37.728,03</b>	<b>27.907,41</b>	<b>102.271,97</b>	<b>26,95</b>	<b>19,93</b>

Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

**DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO**

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
<b>64,24</b>		<b>45,05</b>		<b>1,43</b>	

**ANÁLISE DA EXECUÇÃO**

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
<b>Físico</b>	2.100	1.634	1.303	837	39,86	51,22	64,24
<b>Financeiro</b>	140.000,00	140.000,00	53.660,19	24.173,94	17,27	17,27	45,05

**Justificativa de desempenho Jan-Ago**

Relativamente ao desempenho físico da ação registramos que o primeiro semestre do ano de 2019 foi marcado pela reorganização administrativa relacionada à troca de Governo e à reforma administrativa aprovada pela Lei nº 23.304, de maio/2019. Por causa da movimentação de pessoal decorrente desta reorganização, as atividades de capacitação e qualificação dos servidores foram impactadas, tendo sido retomadas neste 4º bimestre. Quanto ao desempenho financeiro, o desempenho da ação deve permanecer no nível crítico dados os ajustes para adequação do orçamento da Subsecretaria.

**Outras informações de situação: 4º bimestre**

As ações de qualificação de servidores realizadas no 4º Bimestre referem-se aos temas de: reavaliação de bens móveis; novo modelo de gestão do abastecimento, Cadastro Geral de Fornecedoros - CAGEF, e solicitação de viagens no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP.

**Programa: GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS (0190)****Ação: GESTÃO DE TEMPO DOS SERVIDORES (4063)**

Produto: **CERTIDÃO EMITIDA** Unid. de Medida: **UNIDADE**

## SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
3.10.1	188.862,00	188.862,00	93.866,07	87.668,12	94.995,93	49,70	46,42
<b>TOTAL</b>	<b>188.862,00</b>	<b>188.862,00</b>	<b>93.866,07</b>	<b>87.668,12</b>	<b>94.995,93</b>	<b>49,70</b>	<b>46,42</b>

Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

## DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
137,15		96,54		1,42	

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
<b>Físico</b>	10.000	12.459	6.620	9.079	90,79	72,87	137,15
<b>Financeiro</b>	188.862,00	188.862,00	81.727,70	78.902,77	41,78	41,78	96,54

## Justificativa de desempenho Jan-Ago

À época da previsão do número de certidões, não tínhamos uma precisão sobre o número que seria emitido com a chegada do novo sistema virtual de contagem de tempo (BPMS). Esse sistema impulsionou o número de documentos emitidos.

## Ação: MODERNIZAÇÃO EM GESTÃO DE PESSOAS (4117)

Produto: ETAPA DO PROJETO IMPLANTADA Unid. de Medida: UNIDADE

## SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
3.10.1	928.047,00	917.905,80	233.707,21	168.903,43	684.198,59	25,46	18,40
4.10.1	0,00	10.141,20	10.141,20	6.760,80	0,00	100,00	66,67
<b>TOTAL</b>	<b>928.047,00</b>	<b>928.047,00</b>	<b>243.848,41</b>	<b>175.664,23</b>	<b>684.198,59</b>	<b>26,28</b>	<b>18,93</b>

Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

## DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
-		94,62		-	

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
<b>Físico</b>	2	2	0	0	0,00	0,00	-
<b>Financeiro</b>	928.047,00	928.047,00	179.535,05	169.883,58	18,31	18,31	94,62

## Justificativa de desempenho Jan-Ago

O contrato de hospedagem de servidores, com maior peso financeiro, não foi renovado na ação 4117. Tendo sido feito novo contrato sob gestão da SPGF da SEPLAG.

## Outras informações de situação: 4º bimestre

Foram realizadas manutenções dos processos e modelos de RH já inseridos no SEI (fazendo modificações e melhorias conforme solicitação dos órgãos) e treinamentos/orientações para a implantação do SIPE (Sistema de Indexação de Documentos em Pastas Funcionais Eletrônicas) nos órgãos aderentes. Foi desenvolvida e implementada uma nova versão do SIPE, corrigindo erros e disponibilizando novas funcionalidades. Quanto a execução Financeira, esta se trata de contratos contínuos oriundos do Projeto MASP para os quais não são possíveis, a princípio, rescisões. Cumpre ressaltar que em decorrência da promulgação da LEI 23.304/2019, que estabeleceu a nova estrutura orgânica do Estado, novas competências e projetos da área de gestão de pessoas estão passando por reestruturação, e desta forma novas ações serão ainda definidas.

## Ação: COORDENAÇÃO E APRIMORAMENTO DA POLÍTICA DE GESTÃO DO DESEMPENHO (4511)

Produto: AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO REALIZADA Unid. de Medida: AVALIAÇÃO

## SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
3.10.1	433.170,00	433.170,00	244.554,84	198.616,14	188.615,16	56,46	45,85
<b>TOTAL</b>	<b>433.170,00</b>	<b>433.170,00</b>	<b>244.554,84</b>	<b>198.616,14</b>	<b>188.615,16</b>	<b>56,46</b>	<b>45,85</b>

Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

## DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
-		62,46		-	

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
<b>Físico</b>	130.000	130.000	0	0	0,00	0,00	-
<b>Financeiro</b>	433.170,00	433.170,00	259.489,04	162.082,65	37,42	37,42	62,46

## Justificativa de desempenho Jan-Ago

O pagamento dos serviços de manutenção do SISAD depende da entrega total de cada demanda por parte da Prodemge, pois tratam-se de demandas grandes e complexas, cujas liquidações se acumulando no final do ano. Como exemplo, a maior demanda que teremos para este ano será o "aceite do servidor", para notificações eletrônicas aos servidores, evitando impressões. Essa demanda, segundo cronograma Prodemge, será entregue em dezembro e terá custo de aproximadamente 80 mil reais. Para os próximos anos, o valor do contrato será programado para os 3 últimos meses do ano.

## Outras informações de situação: 4º bimestre

Em relação ao projeto de Mapeamento de Competências Técnicas, foram iniciados os trabalhos na Fundação Hemominas com uma reunião de apresentação do projeto para os gestores e alguns servidores das quatro áreas que serão mapeadas, além dos representantes da área da GRH. Esse primeiro encontro tem o objetivo de realizar um nivelamento em relação aos conceitos de competência, apresentar o objetivo, importância e a finalidade dos trabalhos. Além disso, foram realizadas 3 entrevistas com os gestores das áreas de ambulatório, coleta e gerência de recursos humanos com o intuito de conhecer melhor cada área, tirar dúvidas sobre o projeto, bem como conseguir identificar qual a melhor alternativa de mapeamento. No SISAD, foi ampliado o escopo da melhoria referente à notificação eletrônica do servidor, gerando a especificação e definição das regras para a nova funcionalidade nos documentos: PGDI, Parecer Conclusivo, Comissão de Avaliação, recursos de avaliação e Instrumento de Avaliação. Foram realizadas reuniões para essas definições, bem como para a validação dos protótipos elaborados pela Prodemge. Além disso, foi realizada alteração no caso de uso "Motivo de não avaliação" dentro do escopo da AED, uma vez que esse caso de uso não permitia visualização dos "motivos de não avaliação" após o término do estágio probatório. Em paralelo, foi criado um caso de uso para o relatório de 150 dias de efetivo exercício, já que este documento só podia ser visualizado para os servidores em período de estágio probatório. Essas duas funcionalidades já passaram pelos testes da equipe da DCGDD e a equipe da Prodemge está realizando os ajustes finais para disponibilização em produção.

## Ação: DESENVOLVIMENTO DE SERVIDORES (4513)

Produto: **AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DISPONIBILIZADA AO SERVIDOR** Unid. de Medida: **UNIDADE**

## SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
<b>3.10.1</b>	70.000,00	70.000,00	21.429,05	19.199,50	48.570,95	30,61	27,43
<b>TOTAL</b>	<b>70.000,00</b>	<b>70.000,00</b>	<b>21.429,05</b>	<b>19.199,50</b>	<b>48.570,95</b>	<b>30,61</b>	<b>27,43</b>

Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

## DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
11,11		51,40		0,22	

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
<b>Físico</b>	35	11	27	3	8,57	27,27	11,11
<b>Financeiro</b>	70.000,00	70.000,00	35.845,32	18.423,30	26,32	26,32	51,40

## Justificativa de desempenho Jan-Ago

Considerando a reprogramação orçamentária e o contingenciamento de recursos é importante destacar que a partir do quarto bimestre será executado apenas pagamento de 01 (um) estagiário. Em agosto não houve execução pois foi utilizado o recurso de julho, quando foram ainda calculados valores de bolsa e transporte para 02 estagiários. As ações de Desenvolvimento abaixo relatadas referem-se apenas à execução física, que não despendem recurso orçamentário.

## Outras informações de situação: 4º bimestre

Em relação às ações de desenvolvimento, foram ofertados 5 cursos pelo Programa Capacitar, sendo eles: Plataforma +Brasil - Atos Preparatório, Execução e Prestação de Contas de Convênios | 08 a 12/07; Assédio moral no trabalho: aspectos conceituais e preventivos, noções de legislação sobre o tema e técnicas para solução de conflitos - EAD/servidor SEAP | 22/07 a 12/08; Assédio moral no trabalho: aspectos conceituais e preventivos, noções de legislação sobre o tema e técnicas para solução de conflitos - EAD/Gestor Comissão de conciliação | 19/08 a 13/09; Elaboração e avaliação de projetos para captação de recursos | 29/08; e Execução dos convênios de Entrada | 27/08.

## Ação: IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES EM PERÍCIA MÉDICA (4524)

Produto: **VAGA DE PERÍCIA DISPONIBILIZADA** Unid. de Medida: **VAGA**

## SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
<b>3.10.1</b>	4.118.938,00	4.118.938,00	2.595.620,23	2.333.651,74	1.523.317,77	63,02	56,66
<b>4.10.1</b>	14.339,00	14.339,00	0,00	0,00	14.339,00	0,00	0,00

TOTAL 4.133.277,00 4.133.277,00 2.595.620,23 2.333.651,74 1.537.656,77 62,80 56,46

Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

#### DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
83,87		90,07		0,93	

#### ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
Físico	474.311	422.125	323.520	271.334	57,21	64,28	83,87
Financeiro	4.133.277,00	4.133.277,00	2.312.331,71	2.082.754,97	50,39	50,39	90,07

#### Ação: IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE BEM-ESTAR, SAÚDE E SEGURANÇA NO AMBIENTE DE TRABALHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS (4526)

Produto: SERVIDOR BENEFICIADO Unid. de Medida: UNIDADE

#### SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
3.10.1	20.650,00	20.650,00	0,00	0,00	20.650,00	0,00	0,00
4.10.1	7.210,00	7.210,00	0,00	0,00	7.210,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>27.860,00</b>	<b>27.860,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>27.860,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

#### DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
2,37		0,00		-	

#### ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
Físico	3.100	1.206	1.940	46	1,48	3,81	2,37
Financeiro	27.860,00	27.860,00	8.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00

#### Justificativa de desempenho Jan-Ago

A SCPMSO continua com o programa "Saúde da Mulher Servidora" paralisado desde o meio/final do ano de 2018. A SEE, parceira na realização do Curso de Saúde Vocal em EaD, voltou a formar novas turmas em Julho de 2019 para voltarmos com as aulas à distância, mas não obtivemos retorno do órgão com as informações dos participantes - também não foram realizadas as palestras presenciais em Julho - as fonoaudiólogas estão com dificuldades em agendar as Oficinas nas Escolas.

#### Outras informações de situação: 4º bimestre

Curso de Saúde Vocal - Palestra presencial e EAD: Sem informações da SEE Oficina da Voz - Palestra presencial: 0 Cessação do Tabagismo: 0 Saúde da Mulher Servidora: 0 Fisioterapeutas (Adequação de Mobiliário de Trabalho): 32 Ginástica Laboral (Cidade Administrativa): 2.840 Ginástica Laboral (SCSSPM): 15 Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP): Não informado ainda Visitas Técnicas da Equipe de Engenharia: Não informado ainda Agosto: Curso de Saúde Vocal - Palestra presencial e EAD: Sem informações da SEE Oficina da Voz - Palestra presencial: 4 Cessação do Tabagismo: 0 Saúde da Mulher Servidora: 0 Fisioterapeutas (Adequação de Mobiliário de Trabalho): 29 Ginástica Laboral (Cidade Administrativa): 2.773 Ginástica Laboral (SCSSPM): 9 Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP): Não informado ainda Visitas Técnicas da Equipe de Engenharia: Não informado ainda

#### Ação: PREMIAÇÃO DE IDEIAS INOVADORAS E INICIATIVAS IMPLEMENTADAS (4529)

Produto: CONCURSO REALIZADO Unid. de Medida: CONCURSO

#### SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
3.10.1	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>50.000,00</b>	<b>50.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

#### DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
-		0,00		-	



## ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
<b>Físico</b>	1	1	0	0	0,00	0,00	-
<b>Financeiro</b>	50.000,00	50.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

## Justificativa de desempenho Jan-Ago

Ao longo da programação foi realizada Parceria para execução das despesas referentes à Premiação. Sendo assim, esta ação passa a ter apenas desempenho de suas metas físicas.

## Outras informações de situação: 4º bimestre

As inscrições para a 4ª edição do Prêmio Inova Minas Gerais iniciaram-se em 12/07 e foram concluídas em 19/08. Neste período, foram realizadas diversas ações de comunicação desse concurso que contou com a apresentação de 201 trabalhos. De 20 a 29/08 foi realizada a triagem pela equipe de Coordenação.

## Ação: GESTÃO DO RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (4530)

Produto: **NOMEAÇÃO PUBLICADA** Unid. de Medida: **NOMEAÇÃO**

## SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
<b>3.10.1</b>	389.516,00	389.516,00	265.351,19	207.424,54	124.164,81	68,12	53,25
<b>TOTAL</b>	<b>389.516,00</b>	<b>389.516,00</b>	<b>265.351,19</b>	<b>207.424,54</b>	<b>124.164,81</b>	<b>68,12</b>	<b>53,25</b>

Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

## DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
232,37		89,23		2,60	

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
<b>Físico</b>	17.000	18.096	828	1.924	11,32	10,63	232,37
<b>Financeiro</b>	389.516,00	389.516,00	204.358,13	182.355,52	46,82	46,82	89,23

## Justificativa de desempenho Jan-Ago

O valor de nomeações publicadas no bimestre foi acima do programado devido ao alto número de demanda judiciais concedidas para nomeação de candidatos de concursos públicos. Além disso, houve um lote de 1.000 nomeações administrativas para a SEE em substituição à servidores designados para recomposição do quadro de pessoal.

## Outras informações de situação: 4º bimestre

Em julho foram publicadas 19 nomeações ordinárias, sendo 13 para UNIMONTES, 3 para UEMG e 3 para FHEMIG e 67 nomeações judiciais, sendo 22 para a SEE, 43 para a SES, 1 para SEDESE e 1 para SEMAD. Em agosto foram publicadas 1.005 nomeações ordinárias que não estavam previstas, sendo 1.005 para a SEE, 2 para UEMG e 3 para FHEMIG e 42 nomeações judiciais, sendo 18 para a SEE, 23 para a SES e 1 para SEJUSP.

## Ação: GESTÃO DOS PROCESSOS DE APOSENTADORIA (4671)

Produto: **ATO DE APOSENTADORIA PUBLICADO** Unid. de Medida: **UNIDADE**

## SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
<b>3.10.1</b>	130.230,00	130.230,00	63.302,03	56.548,49	66.927,97	48,61	43,42
<b>TOTAL</b>	<b>130.230,00</b>	<b>130.230,00</b>	<b>63.302,03</b>	<b>56.548,49</b>	<b>66.927,97</b>	<b>48,61</b>	<b>43,42</b>

Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

## DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
89,32		100,69		0,89	

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
<b>Físico</b>	7.800	7.300	4.683	4.183	53,63	57,30	89,32
<b>Financeiro</b>	130.230,00	130.230,00	52.275,00	52.636,44	40,42	40,42	100,69



**Justificativa de desempenho Jan-Ago**

Destacamos que não há como prever se haverá aumento ou diminuição das próximas publicações dos atos por se entender que existem fatores internos e externos que podem afetar o quantitativo.

**Outras informações de situação: 4º bimestre**

Publicados 948 Atos concessórios de aposentadoria referente ao 4º Bimestre.

**Programa: APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (0701)****Ação: DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS (1172)**

Produto: **TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ATENDIDO** Unid. de Medida: **TERRITÓRIO**

**SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
3.10.1	4.145.272,00	2.293.214,70	47.584,14	47.584,14	2.245.630,56	2,07	2,07
<b>TOTAL</b>	<b>4.145.272,00</b>	<b>2.293.214,70</b>	<b>47.584,14</b>	<b>47.584,14</b>	<b>2.245.630,56</b>	<b>2,07</b>	<b>2,07</b>

Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

**DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO**

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
-		-		-	

**ANÁLISE DA EXECUÇÃO**

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
<b>Físico</b>	17	17	0	0	0,00	0,00	-
<b>Financeiro</b>	4.145.272,00	2.293.214,70	0,00	0,00	0,00	0,00	-

**Ação: DIREÇÃO SUPERIOR (2001)**

Produto: **AÇÃO DE GESTÃO INSTITUCIONAL SUPERIOR REALIZADA** Unid. de Medida: **SERVIÇO**

**SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
3.10.1	350.000,00	350.000,00	216.818,68	182.802,03	133.181,32	61,95	52,23
<b>TOTAL</b>	<b>350.000,00</b>	<b>350.000,00</b>	<b>216.818,68</b>	<b>182.802,03</b>	<b>133.181,32</b>	<b>61,95</b>	<b>52,23</b>

Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

**DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO**

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
100,00		125,80		0,79	

**ANÁLISE DA EXECUÇÃO**

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
<b>Físico</b>	1	1	1	1	100,00	100,00	100,00
<b>Financeiro</b>	350.000,00	350.000,00	126.594,01	159.249,34	45,50	45,50	125,80

**Ação: PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS (2002)**

Produto: **AÇÃO DE APOIO À GESTÃO INSTITUCIONAL REALIZADA** Unid. de Medida: **AÇÃO**

**SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
3.10.1	5.214.333,00	5.214.333,00	2.249.430,88	1.979.219,47	2.964.902,12	43,14	37,96
<b>TOTAL</b>	<b>5.214.333,00</b>	<b>5.214.333,00</b>	<b>2.249.430,88</b>	<b>1.979.219,47</b>	<b>2.964.902,12</b>	<b>43,14</b>	<b>37,96</b>

Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

**DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO**

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
100,00		98,74		1,01	

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
Físico	1	1	1	1	100,00	100,00	100,00
Financeiro	5.214.333,00	5.214.333,00	1.663.254,98	1.642.223,64	31,49	31,49	98,74

## Ação: REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS SOCIAIS (2417)

Produto: PESSOA REMUNERADA Unid. de Medida: UNIDADE

## SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
1.10.1	129.083.420,00	129.083.420,00	76.024.927,98	76.024.927,98	53.058.492,02	58,90	58,90
3.10.1	0,00	61.595,00	3.609,28	3.609,28	57.985,72	5,86	5,86
3.10.7	16.353.105,00	16.353.105,00	7.359.298,90	7.359.298,90	8.993.806,10	45,00	45,00
<b>TOTAL</b>	<b>145.436.525,00</b>	<b>145.498.120,00</b>	<b>83.387.836,16</b>	<b>83.387.836,16</b>	<b>62.110.283,84</b>	<b>57,31</b>	<b>57,31</b>

Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

## DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
82,42		94,43		0,87	

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
Físico	1.428	1.177	1.428	1.177	82,42	100,00	82,42
Financeiro	145.436.525,00	145.498.120,00	79.956.295,60	75.501.520,63	51,91	51,89	94,43



# RELATÓRIO INSTITUCIONAL DE MONITORAMENTO SETORIAL

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  
CIDADE ADMINISTRATIVA**

**JANEIRO A AGOSTO DE 2019**



O Relatório Institucional de Monitoramento Setorial é elaborado a partir de informações extraídas do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), as quais são lançadas pelos órgãos/entidades durante o processo de monitoramento, tendo como objetivo apresentar uma síntese da execução e do desempenho POR AÇÃO do plano.

Inicialmente, o relatório exhibe, de forma sintética e por programa, um panorama do desempenho das várias ações executadas pela unidade orçamentária.

Destarte, o quadro "Desempenho Consolidado", que também é demonstrado no relatório analítico, oferece uma rápida visualização do desempenho físico, orçamentário e físico x orçamentário até o bimestre monitorado, revelando, para cada uma dessas dimensões, se o status da ação é "a avaliar", "crítico", "satisfatório" ou "subestimado", conforme os seguintes parâmetros:

- **Status satisfatório:** dimensões física ou orçamentária do desempenho da ação caracterizadas por taxa de execução compreendida no intervalo entre 70% e 130% frente à meta programada até o período monitorado. Especificamente para o índice de eficiência, a faixa de desempenho satisfatório encontra-se na faixa de desempenho igual ou acima de 0,7 e igual ou abaixo de 1,3. Esse status é estampado no quadro "Desempenho Consolidado" por meio de farol verde.
- **Status crítico:** dimensões física ou orçamentária do desempenho da ação caracterizadas por taxa de execução menor do que 70% da meta programada até o bimestre monitorado. Quanto ao índice de eficiência, o desempenho será crítico se a apuração for inferior a 0,7. Esse status é estampado no quadro "Desempenho Consolidado" por meio de farol vermelho.
- **Status subestimado:** dimensões física ou orçamentária da ação caracterizadas por taxa de execução acima de 130% perante a meta programada até o último mês monitorado. Quanto ao índice de eficiência, o desempenho será subestimado se o respectivo valor for superior a 1,3. Esse status é estampado no quadro "Desempenho Consolidado" por meio de farol amarelo.
- **Status a avaliar:** ação não apresenta meta programada até o período avaliado, seja para a dimensão de desempenho físico, seja para a dimensão de desempenho orçamentário. Quando qualquer dessas dimensões apresentar desempenho a avaliar, o índice de eficiência também demonstrará o mesmo status. Esse status é estampado no quadro "Desempenho Consolidado" por meio de farol branco.

O índice de eficiência mede a correlação entre o desempenho físico e orçamentário até o período monitorado, oferecendo igualmente uma comparação entre o custo unitário direto médio planejado e executado. Nesse sentido, esse índice não informa se o custo planejado ou executado é alto ou baixo, mas apenas se o custo apurado no momento da execução foi maior ou menor que o custo programado. A faixa de 0,7 a 1,3 é considerada um intervalo razoável de variação, fora do qual há uma distorção desproporcional entre as taxas de execução física e orçamentária.

Cumprir ressaltar, com referência às duas últimas seções, que o valor programado até o período decorre do desdobramento da meta fixada no PPAG ao longo dos meses que compõem o exercício corrente, tendo em conta aferir com antecedência a perspectiva de alcance ou não das metas estabelecidas no plano e, se for o caso, a adoção tempestiva de contramedidas necessárias para garantir um desempenho satisfatório. Esse procedimento, o qual é realizado pelos gestores de cada ação no início do ano e registrado no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), constitui a base para avaliação da execução.

De forma analítica, o relatório é estruturado de forma a demonstrar, para cada ação, a "Situação Orçamentária", o "Desempenho Consolidado" (segundo relatado acima), a "Análise da Execução" e as "Informações de Situação", conforme explicitado a seguir.

A seção "Situação Orçamentária" demonstra a execução financeira detalhada por grupo de natureza da despesa, fonte de recursos e identificador de procedência e uso, os quais representam os principais limites orçamentários da ação. Cabe salientar que os dados evidenciados nessa seção, a partir do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), reportam-se ao dia imediatamente anterior.

A "Análise da Execução" apresenta um resumo da execução até o período monitorado, permitindo aferir o desempenho físico e orçamentário da ação em confronto com a meta estabelecida no PPAG, com a previsão atual (seja física, estabelecida mediante a reprogramação física para o exercício, ou orçamentária, traduzida pelo crédito autorizado) e com a programação inicial das metas do PPAG até o momento.

De outra forma, por meio das "Informações de Situação" são demonstradas informações qualitativas registradas pelo gestor acerca do desempenho, do gerenciamento e da execução da ação,





desdobrando-se nas seções "Justificativa de desempenho" e "Outras informações de situação".

Mediante a "Justificativa de desempenho", o gestor da ação, com o auxílio e sob a supervisão técnica da unidade de planejamento e orçamento, registra informações qualitativas quanto ao desempenho da ação até o período monitorado, devendo:

- a) informar obrigatoriamente as causas que determinaram para a ação um status crítico ou subestimado, abrangendo, conforme detalhado acima, as dimensões de desempenho físico, orçamentário e físico x orçamentário.
- b) caso a ação apresente desempenho satisfatório, é opcional comentar a execução frente às metas fixadas para o exercício, especialmente quando a execução física e financeira até o momento for igual a zero ou houver uma reprogramação física ou orçamentária que represente um acréscimo ou uma redução superior a 30% da meta programada no PPAG para o exercício;
- c) Independentemente se o status do desempenho da ação (físico, orçamentário ou físico x orçamentário) for ou não satisfatório, opcionalmente cabe também ao gestor da ação detalhar na "Justificativa de Desempenho" as providências ou contramedidas que estão sendo adotadas, caso identificadas restrições ao andamento regular da ação.

Já, por intermédio das "Outras informações de situação", o gestor da ação, também com o auxílio e sob a supervisão técnica da unidade de planejamento e orçamento, registra informações qualitativas relativas ao bimestre monitorado, devendo obrigatoriamente:

- a) relatar os principais resultados e entregas (comentários acerca da execução física e financeira);
- b) motivar as alterações orçamentárias ocorridas;
- c) justificar o lançamento de dados estimativos (inclusive sobre a regionalização); e
- d) motivar a não regionalização da execução física ou financeira.

LEGENDA				
Status	Desempenho a Avaliar (sem programação até o período)	Desempenho Crítico (< 70%)	Desempenho Satisfatório (≥ 70% e ≤ 130%)	Desempenho Subestimado (> 130%)
Farol				

## DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO POR PROGRAMA

UO: CIDADE ADMINISTRATIVA (01502)

Descrição	Físico		Orçamentário		Físico x Orçamentário	
	Desempenho Físico Jan/Agosto % (A)	Farol	Desempenho Orçamentário Jan/Agosto % (B)	Farol	Índice de Eficiência Jan/Agosto (A/B)	Farol
<b>Programa: CIDADE ADMINISTRATIVA (0186)</b>						
PROMOÇÃO DE AÇÕES DE HUMANIZAÇÃO NA CIDADE ADMINISTRATIVA (1107)	-		0,00		-	
GESTÃO DE ESPAÇOS E INTERFACE COM O USUÁRIO (4132)	100,00		78,72		1,27	
GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) DA CIDADE ADMINISTRATIVA (4135)	100,00		92,55		1,08	
OPERAÇÃO E LOGÍSTICA DA CIDADE ADMINISTRATIVA (4501)	100,00		56,36		1,77	

## DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DO DESEMPENHO POR AÇÃO

Programa: CIDADE ADMINISTRATIVA (0186)

## Ação: PROMOÇÃO DE AÇÕES DE HUMANIZAÇÃO NA CIDADE ADMINISTRATIVA (1107)

Produto: INTERVENÇÃO CONCLUÍDA Unid. de Medida: INTERVENÇÃO

## SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
3.10.1	509.320,00	489.320,00	0,00	0,00	489.320,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>509.320,00</b>	<b>489.320,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>489.320,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

## DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
-		0,00		-	

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
Físico	2	2	0	0	0,00	0,00	-
Financeiro	509.320,00	489.320,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

## Justificativa de desempenho Jan-Ago

Considerando restrição orçamentaria /financeira que o Estado vem enfrentando as atividades vinculadas a essa ação estão sendo rediscutidas.

## Ação: GESTÃO DE ESPAÇOS E INTERFACE COM O USUÁRIO (4132)

Produto: GESTÃO DE ESPAÇO E INTERFACE COM O USUÁRIO REALIZADA Unid. de Medida: UNIDADE

## SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
3.10.1	19.510.556,00	19.333.499,40	10.205.785,03	9.002.053,03	9.127.714,37	52,79	46,56
4.10.1	0,00	197.056,60	74.220,00	0,00	122.836,60	37,66	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>19.510.556,00</b>	<b>19.530.556,00</b>	<b>10.280.005,03</b>	<b>9.002.053,03</b>	<b>9.250.550,97</b>	<b>52,64</b>	<b>46,09</b>

Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

## DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
100,00		78,72		1,27	

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
Físico	1	1	1	1	100,00	100,00	100,00
Financeiro	19.510.556,00	19.530.556,00	10.527.859,96	8.287.798,12	42,48	42,44	78,72

## Outras informações de situação: 4º bimestre

Não foram observadas interrupções na execução dos serviços constantes na ação, quais sejam, infraestrutura administrativa, alimentação, convívio, espaço e relacionamento com o usuário e para o público alvo da Cidade Administrativa, durante o período a exceção do cancelamento do contrato de copeiro e garçom.

## Ação: GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) DA CIDADE ADMINISTRATIVA (4135)

Produto: TIC DA CIDADE ADMINISTRATIVA MANTIDA Unid. de Medida: UNIDADE




## SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
3.10.1	28.034.843,00	28.034.843,00	18.462.711,03	16.416.949,51	9.572.131,97	65,86	58,56
3.60.2	4.267.834,00	4.267.834,00	2.391.361,24	2.223.640,08	1.876.472,76	56,03	52,10
<b>TOTAL</b>	<b>32.302.677,00</b>	<b>32.302.677,00</b>	<b>20.854.072,27</b>	<b>18.640.589,59</b>	<b>11.448.604,73</b>	<b>64,56</b>	<b>57,71</b>



Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

## DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
100,00		92,55		1,08	

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
<b>Físico</b>	1	1	1	1	100,00	100,00	100,00
<b>Financeiro</b>	32.302.677,00	32.302.677,00	16.349.700,14	15.130.839,65	46,84	46,84	92,55

## Outras informações de situação: 4º bimestre

Não foram observadas interrupções na execução dos serviços constantes na ação Tecnologia da Informação e Comunicação para o público alvo da Cidade Administrativa durante o período.

## Ação: OPERAÇÃO E LOGÍSTICA DA CIDADE ADMINISTRATIVA (4501)


Produto: CIDADE ADMINISTRATIVA OPERACIONALIZADA Unid. de Medida: UNIDADE

## SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
<b>3.10.1</b>	42.604.890,00	42.604.890,00	30.869.644,27	13.934.465,37	11.735.245,73	72,46	32,71
<b>TOTAL</b>	<b>42.604.890,00</b>	<b>42.604.890,00</b>	<b>30.869.644,27</b>	<b>13.934.465,37</b>	<b>11.735.245,73</b>	<b>72,46</b>	<b>32,71</b>

Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

## DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
100,00		56,36		1,77	

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
<b>Físico</b>	1	1	1	1	100,00	100,00	100,00
<b>Financeiro</b>	42.604.890,00	42.604.890,00	20.684.659,10	11.658.299,90	27,36	27,36	56,36

## Justificativa de desempenho Jan-Ago

O desempenho orçamentário crítico justifica-se uma vez que o contrato com a CEMIG ainda está em aguardo da assinatura por parte do Conselho da empresa. Sendo assim, apesar do serviço estar sendo prestado, as faturas não estão sendo liquidadas.



# RELATÓRIO INSTITUCIONAL DE MONITORAMENTO SETORIAL

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  
EGE-SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E  
GESTÃO**

**JANEIRO A AGOSTO DE 2019**



O Relatório Institucional de Monitoramento Setorial é elaborado a partir de informações extraídas do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), as quais são lançadas pelos órgãos/entidades durante o processo de monitoramento, tendo como objetivo apresentar uma síntese da execução e do desempenho POR AÇÃO do plano.

Inicialmente, o relatório exhibe, de forma sintética e por programa, um panorama do desempenho das várias ações executadas pela unidade orçamentária.

Destarte, o quadro "Desempenho Consolidado", que também é demonstrado no relatório analítico, oferece uma rápida visualização do desempenho físico, orçamentário e físico x orçamentário até o bimestre monitorado, revelando, para cada uma dessas dimensões, se o status da ação é "a avaliar", "crítico", "satisfatório" ou "subestimado", conforme os seguintes parâmetros:

- **Status satisfatório:** dimensões física ou orçamentária do desempenho da ação caracterizadas por taxa de execução compreendida no intervalo entre 70% e 130% frente à meta programada até o período monitorado. Especificamente para o índice de eficiência, a faixa de desempenho satisfatório encontra-se na faixa de desempenho igual ou acima de 0,7 e igual ou abaixo de 1,3. Esse status é estampado no quadro "Desempenho Consolidado" por meio de farol verde.
- **Status crítico:** dimensões física ou orçamentária do desempenho da ação caracterizadas por taxa de execução menor do que 70% da meta programada até o bimestre monitorado. Quanto ao índice de eficiência, o desempenho será crítico se a apuração for inferior a 0,7. Esse status é estampado no quadro "Desempenho Consolidado" por meio de farol vermelho.
- **Status subestimado:** dimensões física ou orçamentária da ação caracterizadas por taxa de execução acima de 130% perante a meta programada até o último mês monitorado. Quanto ao índice de eficiência, o desempenho será subestimado se o respectivo valor for superior a 1,3. Esse status é estampado no quadro "Desempenho Consolidado" por meio de farol amarelo.
- **Status a avaliar:** ação não apresenta meta programada até o período avaliado, seja para a dimensão de desempenho físico, seja para a dimensão de desempenho orçamentário. Quando qualquer dessas dimensões apresentar desempenho a avaliar, o índice de eficiência também demonstrará o mesmo status. Esse status é estampado no quadro "Desempenho Consolidado" por meio de farol branco.

O índice de eficiência mede a correlação entre o desempenho físico e orçamentário até o período monitorado, oferecendo igualmente uma comparação entre o custo unitário direto médio planejado e executado. Nesse sentido, esse índice não informa se o custo planejado ou executado é alto ou baixo, mas apenas se o custo apurado no momento da execução foi maior ou menor que o custo programado. A faixa de 0,7 a 1,3 é considerada um intervalo razoável de variação, fora do qual há uma distorção desproporcional entre as taxas de execução física e orçamentária.

Cumprir ressaltar, com referência às duas últimas seções, que o valor programado até o período decorre do desdobramento da meta fixada no PPAG ao longo dos meses que compõem o exercício corrente, tendo em conta aferir com antecedência a perspectiva de alcance ou não das metas estabelecidas no plano e, se for o caso, a adoção tempestiva de contramedidas necessárias para garantir um desempenho satisfatório. Esse procedimento, o qual é realizado pelos gestores de cada ação no início do ano e registrado no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), constitui a base para avaliação da execução.

De forma analítica, o relatório é estruturado de forma a demonstrar, para cada ação, a "Situação Orçamentária", o "Desempenho Consolidado" (segundo relatado acima), a "Análise da Execução" e as "Informações de Situação", conforme explicitado a seguir.

A seção "Situação Orçamentária" demonstra a execução financeira detalhada por grupo de natureza da despesa, fonte de recursos e identificador de procedência e uso, os quais representam os principais limites orçamentários da ação. Cabe salientar que os dados evidenciados nessa seção, a partir do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), reportam-se ao dia imediatamente anterior.

A "Análise da Execução" apresenta um resumo da execução até o período monitorado, permitindo aferir o desempenho físico e orçamentário da ação em confronto com a meta estabelecida no PPAG, com a previsão atual (seja física, estabelecida mediante a reprogramação física para o exercício, ou orçamentária, traduzida pelo crédito autorizado) e com a programação inicial das metas do PPAG até o momento.

De outra forma, por meio das "Informações de Situação" são demonstradas informações qualitativas registradas pelo gestor acerca do desempenho, do gerenciamento e da execução da ação,





desdobrando-se nas seções "Justificativa de desempenho" e "Outras informações de situação".

Mediante a "Justificativa de desempenho", o gestor da ação, com o auxílio e sob a supervisão técnica da unidade de planejamento e orçamento, registra informações qualitativas quanto ao desempenho da ação até o período monitorado, devendo:

- a) informar obrigatoriamente as causas que determinaram para a ação um status crítico ou subestimado, abrangendo, conforme detalhado acima, as dimensões de desempenho físico, orçamentário e físico x orçamentário.
- b) caso a ação apresente desempenho satisfatório, é opcional comentar a execução frente às metas fixadas para o exercício, especialmente quando a execução física e financeira até o momento for igual a zero ou houver uma reprogramação física ou orçamentária que represente um acréscimo ou uma redução superior a 30% da meta programada no PPAG para o exercício;
- c) Independentemente se o status do desempenho da ação (físico, orçamentário ou físico x orçamentário) for ou não satisfatório, opcionalmente cabe também ao gestor da ação detalhar na "Justificativa de Desempenho" as providências ou contramedidas que estão sendo adotadas, caso identificadas restrições ao andamento regular da ação.

Já, por intermédio das "Outras informações de situação", o gestor da ação, também com o auxílio e sob a supervisão técnica da unidade de planejamento e orçamento, registra informações qualitativas relativas ao bimestre monitorado, devendo obrigatoriamente:

- a) relatar os principais resultados e entregas (comentários acerca da execução física e financeira);
- b) motivar as alterações orçamentárias ocorridas;
- c) justificar o lançamento de dados estimativos (inclusive sobre a regionalização); e
- d) motivar a não regionalização da execução física ou financeira.

LEGENDA				
Status	Desempenho a Avaliar (sem programação até o período)	Desempenho Crítico (< 70%)	Desempenho Satisfatório (>= 70% e <= 130%)	Desempenho Subestimado (> 130%)
Farol				

**DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO POR PROGRAMA**  
**UO: EGE-SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO (01941)**

Descrição	Físico		Orçamentário		Físico x Orçamentário	
	Desempenho Físico Jan/Agosto % (A)	Farol	Desempenho Orçamentário Jan/Agosto % (B)	Farol	Índice de Eficiência Jan/Agosto (A/B)	Farol
<b>Programa: GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS CORPORATIVOS DO ESTADO (0219)</b>						
GESTÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS - SIAD (2156)	-		88,15		-	
<b>Programa: APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (0701)</b>						
INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DE ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS DO ESTADO (2027)	100,00		-		-	
RECURSOS PARA CONTRAPARTIDA A CONVÊNIOS (2106)	96,77		-		-	
<b>Programa: OBRIGAÇÕES ESPECIAIS (0702)</b>						
APORTE PARA CUSTEIO DA IMPLANTAÇÃO DA PREVCOM-MG (7021)	62,50		63,34		0,99	
PENSÕES AOS ASSISTIDOS E PENSIONISTAS DO PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR MINASCAIXA RP-2 (7024)	96,96		100,15		0,97	

## DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DO DESEMPENHO POR AÇÃO

Programa: GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS CORPORATIVOS DO ESTADO (0219)

Ação: GESTÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS - SIAD (2156)

Produto: MELHORIAS INCORPORADAS Unid. de Medida: UNIDADE

## SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
3.10.1	16.518.875,00	16.518.875,00	12.532.835,07	9.718.354,78	3.986.039,93	75,87	58,83
<b>TOTAL</b>	<b>16.518.875,00</b>	<b>16.518.875,00</b>	<b>12.532.835,07</b>	<b>9.718.354,78</b>	<b>3.986.039,93</b>	<b>75,87</b>	<b>58,83</b>

Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

## DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
-		88,15		-	

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
Físico	3	3	0	0	0,00	0,00	-
Financeiro	16.518.875,00	16.518.875,00	9.551.740,51	8.419.889,28	50,97	50,97	88,15

## Outras informações de situação: 4º bimestre

Para o quarto bimestre não foram pactuadas entregas de implementações no sistema relacionadas com as metas físicas, porém pequenas melhorias foram feitas em alguns módulos, conforme segue detalhamento: Exec. Despesas 3, Contratos 1.

Programa: APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (0701)

Ação: INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DE ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS DO ESTADO (2027)

Produto: APORTE REALIZADO. Unid. de Medida: APORTE

## SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
3.10.1	1.770.100,00	1.334.057,00	0,00	0,00	1.334.057,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.770.100,00</b>	<b>1.334.057,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.334.057,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

## DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
100,00		-		-	

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
Físico	58	58	1	1	1,72	1,72	100,00
Financeiro	1.770.100,00	1.334.057,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-

## Outras informações de situação: 4º bimestre

Conforme programado não tivemos realização física e nem financeira no 4º bimestre.

Ação: RECURSOS PARA CONTRAPARTIDA A CONVÊNIOS (2106)

Produto: APORTE REALIZADO. Unid. de Medida: APORTE

## SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
3.10.3	8.114.030,00	3.498.162,95	0,00	0,00	3.498.162,95	0,00	0,00
3.71.3	18.553.996,00	18.553.996,00	0,00	0,00	18.553.996,00	0,00	0,00
4.10.3	2.560.396,00	1.707.613,42	0,00	0,00	1.707.613,42	0,00	0,00

<b>4.71.3</b>	45.548,00	44.298,00	0,00	0,00	44.298,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>29.273.970,00</b>	<b>23.804.070,37</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>23.804.070,37</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

**DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO**

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
96,77		-		-	

**ANÁLISE DA EXECUÇÃO**

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
<b>Físico</b>	50	49	31	30	60,00	61,22	96,77
<b>Financeiro</b>	29.273.970,00	23.804.070,37	0,00	0,00	0,00	0,00	-

**Outras informações de situação: 4º bimestre**

Tendo em vista o disposto no art. 20, inciso I, do Decreto Estadual n.º 47.651/2019 esta dotação destina-se ao remanejamento de recursos para atendimento das contrapartidas financeiras acordadas pelo órgãos e entidades do Executivo Estadual em virtude da assinatura de convênios de entrada de recursos. Em julho de 2019 foram realizados 05 aportes com origem de crédito no EGE-SEPLAG, a saber: a) UNIMOTES - valor de R\$177.245,81, em capital, para contrapartida ao convênio SICONV n.º 658603/2009; b) PMMG- valor de R\$10.863,00, em custeio, para contrapartida ao convênio SICONV n.º 880222/2018; c) PMMG- valor de R\$148.095,00, em capital, para contrapartida ao convênio SICONV n.º 880222/2018; d) SEAPA- valor de R\$897.276,16, em custeio, para contrapartida ao convênio 7.0041/00; E) SEAPA- valor de R\$823.749,11, em custeio, para contrapartida ao convênio 0.008/00-2011 Em agosto de 2019 foi realizado 01 aporte com origem de crédito no EGE-SEPLAG, a saber: a) SEESP - valor de R\$15.403,37, em capital, para contrapartida ao convênio SICONV n.º 839627/2016

**Programa: OBRIGAÇÕES ESPECIAIS (0702)****Ação: APORTE PARA CUSTEIO DA IMPLANTAÇÃO DA PREVCOM-MG (7021)**Produto: **APORTE REALIZADO.** Unid. de Medida: **APORTE****SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
<b>3.10.1</b>	3.402.550,00	2.332.719,00	1.436.673,00	1.436.673,00	896.046,00	61,59	61,59
<b>TOTAL</b>	<b>3.402.550,00</b>	<b>2.332.719,00</b>	<b>1.436.673,00</b>	<b>1.436.673,00</b>	<b>896.046,00</b>	<b>61,59</b>	<b>61,59</b>

Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

**DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO**

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
62,50		63,34		0,99	

**ANÁLISE DA EXECUÇÃO**

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
<b>Físico</b>	12	9	8	5	41,67	55,56	62,50
<b>Financeiro</b>	3.402.550,00	2.332.719,00	2.268.366,00	1.436.673,00	42,22	61,59	63,34

**Justificativa de desempenho Jan-Ago**

Considerando a atual situação fiscal, a necessidade de redução das despesas e a troca na gestão superior da Prevcom, o valor anual a ser repassado à Prevcom, conforme nova programação anual aprovada pela Comissão, será de R\$ 2.506.504, apresentando uma redução de 26,33% do previsto na LOA 2019. Em julho e agosto foi repassado o montante de R\$ 567.092 (R\$ 283.546/mês). Com a reforma administrativa, a gestão dos repasses da Prevcom ficará a cargo da SEF, portanto foi transposto para a EGE-SEF a ação 7021 com o saldo da programação anual não repassado até o momento, R\$ 1.069.931,00

**Outras informações de situação: 4º bimestre**

A legislação permite o aporte máximo de recursos no valor de R\$ 20 milhões (Lei Complementar 132/2014) para cobertura de despesas referentes ao custeio da implantação da Prevcom-MG. Até o ano de 2018, foram repassados o montante de R\$ 11.127.025,00. E como, por enquanto, o principal recurso que a PREVCOM tem é oriundo do Estado, é essencial para sua manutenção a realização desses aportes. Entretanto, em virtude da situação fiscal do Estado, os aportes estão sendo realizados de forma parcelada.




**Ação: PENSÕES AOS ASSISTIDOS E PENSIONISTAS DO PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR MINASCAIXA RP-2 (7024)**Produto: **PENSÃO PAGA** Unid. de Medida: **PENSÃO****SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
<b>3.10.1</b>	24.742.834,00	24.742.834,00	18.061.813,38	18.061.813,38	6.681.020,62	73,00	73,00
<b>TOTAL</b>	<b>24.742.834,00</b>	<b>24.742.834,00</b>	<b>18.061.813,38</b>	<b>18.061.813,38</b>	<b>6.681.020,62</b>	<b>73,00</b>	<b>73,00</b>

Dados atualizados até 0/10/2019 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI



## DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Ago % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Ago % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Ago (A/B)	FAROL
96,96		100,15		0,97	

## ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Ago (C)	Realizado Jan/Ago (D)	Realizado Jan/Ago / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Ago / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Ago / Prog. Jan/Ago - % (D/C)
<b>Físico</b>	460	446	460	446	96,96	100,00	96,96
<b>Financeiro</b>	24.742.834,00	24.742.834,00	16.035.540,33	16.059.000,61	64,90	64,90	100,15

**Anexo II**

**Balanco MGS 2009–2018**

**MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.**

CNPJ Nº 33.224.254/0001-42

Fundada em 18 de Janeiro de 1954

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****Aos Senhores Acionistas da MGS – Minas Gerais Administração e Serviços S.A.****INTRODUÇÃO**

Na forma da lei das sociedades anônimas 6.404/76 e alterações posteriores e, ainda, do Estatuto Social, são submetidos à apreciação dos senhores acionistas, as Demonstrações Financeiras e Contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2009/2008**, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, com os valores monetários apresentados em reais – R\$.

A MGS atende o Estado de Minas Gerais nas áreas de: I – locação de mão-de-obra para conservação, limpeza, asseio, higienização, vigilância e serviços temporários; II – administração de estacionamentos rotativos; III – administração de condomínios; IV – recuperação, manutenção e conservação de imóveis, móveis, máquinas, equipamentos e aparelhos em geral, abrangendo ainda, gestão e guarda de documentos e processos pertinentes; V – gestão de frota de veículos em geral e de contratos de conserto e manutenção; VI – execução de serviços gráficos, confecção e instalação de placas em geral; VII – administração de processos licitatórios e contratos administrativos em geral; VIII – gestão de contratos de transporte de valores, cargas e passageiros por via aérea e terrestre em geral; IX – fornecimento, revenda, administração e representação de vale-transporte, vale-refeição, outros tipos similares de vales e fornecimento de alimentação através de cozinha própria; X – administração e representação de ações trabalhistas.

Como empresa do ramo de terceirização a MGS opera as atividades do seu objeto social, nas funções auxiliares de prestadora de serviços, interagindo como parceira, na estrutura administrativa do Estado, desempenhando em consequência o papel de agente regulador de mercado, praticando planilhas de custos em conexão com a execução orçamentária do órgão público.

No exercício de 2009, a MGS prestou serviço para 64 órgãos e entidades da administração pública estadual, entre:

DESCRIÇÃO	31.12.2009	31.12.2008
Autarquias, Fundações e órgãos autônomos	43	38
Condomínio	01	01
Empresas Públicas e Sociedades		
de Economia Mista	04	04
Secretarias de Estado	16	16
Tribunal de Justiça de Minas Gerais	00	01
<b>T O T A I S</b>	<b>64</b>	<b>60</b>

**COMERCIAL**

O quadro comparativo abaixo indica o crescimento do faturamento na ordem de 16% em relação ao exercício de 2008. O crescimento da receita deveu-se à conquista de novos clientes, à oferta de serviços complementares, tais como: gestão de documentos; instalação e operação de Unidades de Atendimento Integrado, controle de acesso e saída de pessoas; monitoramento de ambientes, assim como à busca pela melhoria dos índices de desempenho dos empregados, destinando-se recursos para capacitação e para aquisição de modernos equipamentos de logística e de informática, visando facilitar e melhorar a qualidade e a produtividade dos serviços prestados. O reconhecimento deste trabalho, pelo mercado consumidor dos serviços da MGS, permitiu aumentar significativamente o quadro de colaboradores e expandir a base dos contratos existentes, fazendo com que a MGS viesse a ocupar lugar de destaque entre as maiores empresas prestadoras de serviços ao Estado.

RUBRICAS	31.12.2009	31.12.2008	H %
Faturamento	299.331.410	257.681.092	16,16%
(-) Custos	(235.766.411)	(209.039.281)	12,79%
(-) Despesas tributárias ..	(33.970.726)	(31.376.985)	8,27%
(=) Lucro Bruto	29.594.273	17.264.826	71,41%

No intuito de manter a parceria MGS/ESTADO dinâmica e fortalecida, foram agregadas 34 novas frentes de serviço, conforme quadro a seguir:

**Frentes de Serviços no Estado**

	31.12.2009	31.12.2008	Acréscimo	%
Em 146 Municípios .....	1061	1027	34	3,31

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31.12.2009 E 31.12.2008**

ATIVO	31.12.2009	31.12.2008
<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e bancos	599.695	413.462
Aplicações financeiras	39.370.523	24.722.284
Bancos conta vinculada	148.067	187.582
Faturas a receber	7.550.562	9.757.847
Adiantamento a empregados	1.228.122	1.051.972
Estoques	1.167.359	987.018
Tributos a recuperar	1.952.976	3.135.365
Gastos a apropriar	2.851.869	2.458.676
Outros ativos circulantes	236.721	258.458
	<b>55.105.894</b>	<b>42.972.664</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		
Depósitos judiciais	3.652.253	3.589.849
	<b>3.652.253</b>	<b>3.589.849</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	1.370.079	1.370.079
<b>IMOBILIZADO</b>	9.168.007	6.801.772
<b>INTANGÍVEL</b>	82.680	116.677
	<b>10.620.766</b>	<b>8.288.528</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>69.378.913</b>	<b>54.851.041</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008**

DESCRIÇÃO	31.12.2009	31.12.2008
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>		
Prestação de Serviços	299.331.410	257.681.092
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>		
Impostos Incidentes	(32.496.742)	(27.900.102)
Cancelamentos, Descontos e Deduções	(1.473.984)	(3.476.883)
	<b>(33.970.726)</b>	<b>(31.376.985)</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>265.360.684</b>	<b>226.304.107</b>
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>(235.766.411)</b>	<b>(209.039.281)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>29.594.273</b>	<b>17.264.826</b>
<b>DESPESAS / RECEITAS OPERACIONAIS</b>		
Despesas com pessoal	(17.790.818)	(15.769.053)
Despesas gerais e administrativas	(6.580.455)	(5.598.639)
Despesas tributárias	(186.128)	(383.716)
Despesas trabalhistas	(83.183)	(114.368)
Despesas financeiras	(1.228.522)	(1.112.284)
Receitas financeiras	1.894.392	2.183.517
Receitas/despesas diversas	1.729.384	4.471.343
Outras receitas/despesas	159.303	289.341
	<b>(22.086.027)</b>	<b>(16.033.859)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DA CS E I. RENDA</b>	<b>7.508.246</b>	<b>1.230.967</b>
Provisão para Contribuição Social	(504.640)	0
Provisão para Imposto de Renda	(1.355.032)	0
<b>LUCRO DO EXERCÍCIO</b>	<b>5.648.574</b>	<b>1.230.967</b>
Lucro por ação do capital social	0,56	0,12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**GESTÃO DE DOCUMENTOS**

Este serviço consiste em gerir para nossos clientes o seu acervo de documentos visando propiciar aos mesmos a liberação de espaço interno nobre e escasso, para suas atividades fins e meio. Além de ganho, em termos de liberação de áreas, para as atividades mais importantes, outras contribuições deste novo serviço oferecido pela MGS, são significativas, como a otimização de "layout", o Gerenciamento Eletrônico de Documentos, mediante informatização da atividade de coleta, guarda, consulta, movimentação/resgate, transporte e expurgo de documentos, que possibilita o seguro controle da massa documental de nossos clientes.

**UNIDADE DE ATENDIMENTO INTEGRADO – UAI**  
Em parceria com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, a MGS está modernizando as unidades de atendimento integrado ao cidadão, antigos PSIUs, visando dar maior agilidade aos processos e melhorar a qualidade dos serviços, de modo a aumentar a procura por este serviço, quer seja na expedição de documentos oficiais, encaminhamento ao mercado de trabalho, inclusão digital, treinamento de mão-de-obra e outros benefícios à disposição da comunidade. Foram implantadas as unidades conforme quadro a seguir:

ANO/UNIDADES	
2007	Barreiro – Belo Horizonte
2008	São João Del Rei – Barbacena - Sete Lagoas – Venda Nova – Divinópolis – Coronel Fabriciano – Lavras – Passos – UAI Móvel.
2009	Muriáé – Patos de Minas – Pouso Alegre – Teófilo Otoni – Praça Sete Belo Horizonte – Paracatu – Curvelo – Uberaba.

Estão previstas instalações das unidades de Barro Preto – Belo Horizonte, Montes Claros, Poços de Caldas, Uberlândia e Juiz de Fora no decorrer do ano de 2010.

**PEQUENOS REPAROS**

Para atender às necessidades de órgãos e entidades do Estado, quanto às melhorias das condições internas e externas das edificações, a MGS implantou a Gerência de Manutenção de Serviços Gerais – GEMAG, com a finalidade de executar pequenos reparos em edificações e instalações públicas de uso administrativo pelo Estado.

**LOGÍSTICA**

Em 2009, a frota foi ampliada para 63 veículos (adquiridos/locados), destinados ao atendimento das demandas por transporte de passageiro e carga, em função das novas frentes de serviços na capital e no interior do Estado, para dar suporte à implantação das Unidades de Atendimento Integrado – UAI e, também, às atividades de Gestão de Documentos.

**SUPRIMENTOS**

A área de suprimentos da MGS, responsável pela aquisição, armazenagem e distribuição de materiais, matérias primas e serviços realizou 59 licitações por meio de pregão eletrônico no valor de R\$12.288.889,38 e 28 licitações por meio de pregão presencial no valor de R\$1.920.498,22. Nos fechamentos dessas licitações observou-se uma economia média em torno de 25% em relação ao valor inicialmente orçado.

**ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIO**

O Condomínio do Edifício BEMGE, está ocupado por diversas Secretarias de Estado e Órgãos da administração indireta do Estado, ficando a cargo da MGS as funções de Síndica e Administradora do imóvel, sendo responsável pelo serviço de controle de acesso e saída de pessoas, monitoramento das áreas comuns, limpeza, portaria e vigilância, assim como pela arrecadação, pagamento das despesas e contabilidade do condomínio.

**RECURSOS HUMANOS**

A política da Empresa de expandir a carteira de clientes e o consequente crescimento de contratos, resultou na criação em 2009 de 1.998 novos empregos conforme quadro a seguir:

UNIDADES	31.12.2009	31.12.2008	Aumento/redução	H %
SEDE				
ADMINISTRATIVA	478	501	-23	-4,59%
FRENTES SERVIÇOS	15.044	13.023	2.021	15,52%
<b>TOTAL</b>	<b>15.522</b>	<b>13.524</b>	<b>1.998</b>	<b>14,77%</b>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2009	31.12.2008
<b>CIRCULANTE</b>		
Fornecedores	2.031.721	2.107.684
Salários e ordenados a pagar	8.494.145	6.612.534
Obrigações sociais a recolher	3.155.894	2.223.345
Obrigações tributárias	6.081.261	4.981.907
Provisão para férias e encargos sociais	18.479.936	14.013.511
Provisão para rescisões contratuais	194.863	317.385
Outros passivos circulantes	2.172.052	1.501.259
Dividendos a pagar	1.341.536	355.305
Juros s/ capital próprio a pagar	0	1.002.947
	<b>41.951.408</b>	<b>33.115.877</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Contingências trabalhistas	3.374.210	2.875.451
Contingências cíveis	1.678.302	1.835.351
	<b>5.052.512</b>	<b>4.710.802</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Capital social	12.000.000	12.000.000
Reservas de capital	3.569.818	3.569.818
Reservas de lucros	6.805.175	1.454.544
	<b>22.374.993</b>	<b>17.024.362</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>69.378.913</b>	<b>54.851.041</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 31.12.2008**

DESCRIÇÃO	31.12.2009	31.12.2008
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimentos de Clientes	266.594.979	229.105.466
Pagamentos a fornecedores	(14.782.767)	(12.930.050)
Pagamentos a fornecedores de VA e VT	(38.241.397)	(37.259.937)
Pagamentos de Salários e Encls.	(126.041.115)	(111.564.053)
Recebimentos de dividendos e juros	301.006	470.229
Outros recebimentos provenientes das operações	320.739	713.311
Pagamentos de Impostos federais	(61.208.426)	(54.748.530)
Pagamentos de Impostos estaduais	(6.545)	(7.143)
Pagamentos de Impostos Municipais	(5.566.173)	(4.613.333)
Outros pagamentos decorrentes das atividades operacionais	(4.512.256)	(3.694.790)
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>16.858.045</b>	<b>5.471.170</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Recebimentos provenientes do resgate de investimentos temporários	1.750.456	1.857.124
Recebimentos provenientes da alienação de bens do imobilizado	0	94.677
Pagamentos na aquisição à vista de bens do imobilizado	(2.429.360)	(4.141.754)
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(678.904)</b>	<b>(2.189.953)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(1.344.670)	(2.381.812)
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(1.344.670)</b>	<b>(2.381.812)</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>14.834.471</b>	<b>899.405</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	25.135.747	24.236.342
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	39.970.218	25.135.747
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>14.834.471</b>	<b>899.405</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Foi mantido o acompanhamento "in-loco" das unidades operacionais no interior do Estado, através dos Auxiliares Técnicos Jurídicos, com a finalidade de obter diagnóstico sempre atual para sustentar as decisões superiores, bem como trabalhar na prevenção de futuras demandas trabalhistas.

**Concurso Público**

Foi aprovado pelo Tribunal de Contas do Estado de MG o Edital de Concurso Público 01/2009, com conclusão prevista para o primeiro semestre de 2010.

**Treinamento**

A Direção da Empresa manteve em 2009, a mesma postura na capacitação dos empregados, tanto na formação profissional quanto na reciclagem. Em 2009 o Centro de Treinamento Técnico Operacional, capacitou 1.956 empregados, numa média/mês de 163. A Empresa também manteve o curso de treinamento à distância via WEB (Internet) com vistas a atender todo o universo de empregados.

**Segurança do Trabalho**

Em 2009 a equipe de Engenheiros e Técnicos em Segurança do Trabalho da MGS promoveu junto aos nossos contratantes a implantação e revisão de 805 Programas de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRAs. Após a conclusão dos trabalhos os documentos elaborados foram encaminhados aos clientes da MGS em todo o Estado. Foi efetuado o registro do SESMT da Empresa junto ao Ministério do Trabalho.

**Assistência à Saúde**

A MGS manteve o contrato com a UNIMED, para prestação de assistência médica e odontológica a todos os empregados da capital e do interior do Estado. Este benefício que é custeado diretamente pelo empregado através de opção pelo plano de saúde que melhor atende o seu interesse e dentro de sua capacidade financeira, sendo que 1.115 empregados aderiram ao Plano, contando ainda com 537 dependentes destes.

**Diagnóstico Organizacional nos Clientes**

No ano de 2009, a MGS continuou realizando o Diagnóstico Organizacional nos locais de trabalho com o objetivo de proporcionar uma melhor prestação de serviços aos nossos contratantes. O trabalho visa também dar as condições necessárias para o desenvolvimento e aprimoramento de serviços prestados pelos empregados buscando sempre atingir níveis de desempenho satisfatórios de eficiência e eficácia.

**Atendimento Psicológico e Social**

A Empresa oferece suporte psicológico aos seus empregados bem como encaminhamento e acompanhamento desses, de acordo com a demanda e necessidade. O objetivo é minimizar o sofrimento psíquico desses empregados, propiciando uma melhor qualidade de vida e de trabalho.

**SAÚDE DO TRABALHADOR**

Realização dos exames admissionais, mudança de função, periódicos, retorno ao trabalho e demissional de acordo com o trabalho e o risco ocupacional. Realização dos exames periódicos em diversas cidades, padronização dos atendimentos feitos nas cidades do interior, solicitando exames complementares, consultas de retorno ao trabalho e exames para mudança de função.

Visitas aos postos de trabalho, realizados pelos médicos do trabalho, para diagnóstico e elaboração de PCMSO (Programa de Controle Médico Saúde Ocupacional), obedecendo a Norma Regulamentadora (NR 7). Ampliação dos PCMSOs totalizando 805 (oitocentos e cinco). Após a elaboração dos PCMSOs a MGS encaminha, através de pastas, todos os documentos aos seus clientes da Região Metropolitana de Belo Horizonte e da Grande BH.

**Agendamento Pericial**

Marcação de perícias, prorrogações, reconsiderações, novo benefício junto à previdência social, capital e interior. Atendimento aos funcionários e familiares. Afastamento por doenças e licença Maternidade. Emissão de requerimento para INSS e Previminas (Salário de contribuição, suplementação, requerimento de benefício). Acompanhamento quanto ao processo de reabilitação profissional.

**Atendimento Nutricional**

A MGS presta atendimento e acompanhamento clínico-nutricional aos funcionários, que são encaminhados pelos médicos do trabalho ou procuram espontaneamente o serviço. O objetivo é prevenir a saúde e os agravos provenientes de uma alimentação inadequada.

**ASSESSORIA JURÍDICA**

Na área trabalhista em 2009, até o dia 31 de dezembro de 2009, foram propostas 244 reclamatórias trabalhistas em desfavor da MGS, totalizando R\$ 3.541.168,81. No mesmo período foram encerrados 77 processos com pedidos no montante de R\$ 1.914.837,18. Porém, a atuação do Departamento Jurídico da MGS reverteu os pedidos reclamados para R\$ 772.446,71 proporcionando uma economia de R\$ 1.142.390,47, ou seja, 59,66% do total ajuizado. Até 31/12/2009 encerrou-se o exercício com 362 processos trabalhistas ativos e 35

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 – (Em Reais)	Reservas de Capital		Reservas de Lucros		Total	
	Capital Social	Adiantamento p/ Aumento de Capital	Incentivos Fiscais	Reserva Legal		Reserva de Lucros
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2007</b>	<b>3.218.484</b>	<b>3.821.748</b>	<b>338.165</b>	<b>515.932</b>	-	<b>8.152.818</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.230.967	1.230.967
Adiantamento p/aumento de capital	-	38.603	-	-	-	38.603
Aumento de capital	8.781.516	(628.698)	-	-	-	(8.152.818)
Destinação do Lucro:						
Reserva legal	-	-	-	61.548	-	(61.548)
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	(292.355)
Reserva de lucros	-	-	-	-	877.064	(877.064)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2008</b>	<b>12.000.000</b>	<b>3.231.653</b>	<b>338.165</b>	<b>577.480</b>	<b>877.064</b>	<b>17.024.362</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.648.574	5.648.574
Destinação do Lucro:						
Reserva legal	-	-	-	282.429	-	(282.429)
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	(297.943)
Reserva de lucros	-	-	-	-	5.068.202	(5.068.202)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>12.000.000</b>	<b>3.231.653</b>	<b>338.165</b>	<b>859.909</b>	<b>5.945.266</b>	<b>22.374.993</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DVA - DEMONSTRA
-----------------



**MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.**

CNPJ Nº 33.224.254/0001-42

Fundada em 18 de Janeiro de 1954

**d. Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo**

São apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, ou, no caso de despesas do exercício seguinte, ao custo.

**e. Depósitos judiciais**

Estão atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial – TR, conforme tabela fornecida pelo Tribunal Regional do Trabalho.

**f. Imobilizado**

O imobilizado da companhia está demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente com base na UFIR, até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são calculadas pelo método linear, à taxas usuais e permitidas pela legislação, contemplando a vida útil e econômica dos bens, conforme parâmetros estabelecidos pela legislação tributária.

**g. Intangível**

O intangível da companhia está demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente com base na UFIR, até 31 de dezembro de 1995. As amortizações são calculadas à taxas usuais e permitidas pela legislação.

**h. Provisão de férias e encargos.**

A provisão para férias é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, e inclui os correspondentes encargos sociais.

**i. Provisão para imposto de renda e contribuição social.**

A Companhia adotou o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido aplicando as regras do regime de tributação com base no lucro real, efetuando pagamento mensal, baseado na prerrogativa de suspensão/redução evidenciado por meio de balancetes mensais acumulados.

**j. Provisão para PIS e COFINS.**

São tributos federais diretos calculados sobre a receita total de acordo com a legislação tributária na modalidade não-cumulativa. Na apuração das contribuições ao PIS e COFINS a Companhia vem utilizando o critério de incluir na base de cálculo somente as receitas efetivamente recebidas no período, adicionando em períodos posteriores as receitas reconhecidas em períodos anteriores, caso sejam recebidas.

**k. Demais passivos circulante e não circulante.**

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas em base "pro-rata".

**4 - GASTOS A APROPRIAR**

Estão representados por vales-transporte, vales-refeição, vales-combustível e serviços.

DESCRIÇÃO	31.12.2009	31.12.2008
Vale-transporte .....	1.143.117	1.105.584
Vale-alimentação .....	1.688.831	1.324.358
Vale-combustível .....	19.921	16.121
Serviços .....	0	12.613
<b>T O T A L S</b> .....	<b>2.851.869</b>	<b>2.458.676</b>

**5 - TRIBUTOS A RECUPERAR**

Estão representados basicamente por Imposto de Renda Retido na Fonte e antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social, como representado no quadro a seguir:

**8 - IMOBILIZADO e INTANGÍVEL**

IMOBILIZADO	31.12.2009		31.12.2008		Taxas Anuais de Depreciação
	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	
Terrenos .....	242.670	0	242.670	242.670	-
Edificações .....	47.499	(34.108)	13.391	15.291	4%
Móveis e Utensílios .....	3.988.464	(784.877)	3.203.587	3.548.749	10%
Máquinas e Equipamentos .....	1.592.367	(367.831)	1.224.536	522.489	10%
Veículos .....	808.638	(673.604)	135.034	256.472	20 e 40%
Instalações .....	2.125.513	(72.939)	2.052.574	140.707	10%
Ferramentas .....	36.596	(6.701)	29.895	27.325	10%
Computadores e Periféricos .....	1.016.467	(478.598)	537.869	410.291	20%
Aparelhos Telefônicos .....	28.004	(6.095)	21.909	24.383	10%
Benefeitorias em Andamento (*) .....	1.706.542	0	1.706.542	1.613.395	10%
<b>TOTAIS</b> .....	<b>11.592.760</b>	<b>(2.424.753)</b>	<b>9.168.007</b>	<b>6.801.772</b>	-

INTANGÍVEL	31.12.2009		31.12.2008		Taxas Anuais de Amortização
	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	
Direitos de Uso de Software .....	416.353	(344.269)	72.084	111.156	20%
Marcas e Patentes .....	16.844	(6.248)	10.596	5.521	20%
<b>TOTAIS</b> .....	<b>433.197</b>	<b>(350.517)</b>	<b>82.680</b>	<b>116.677</b>	-

(\*) Benefeitorias em andamento refere-se a reforma em Imóvel de propriedade do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – IPSEMG, situado na Rua São Paulo, 679, bairro Centro, Belo Horizonte, MG, para instalação e funcionamento da sede da MGS – Minas Gerais Administração e Serviços S.A., conforme contrato de cessão onerosa de uso de bem imóvel firmado em 06 de outubro de 2006 com previsão de encerramento das obras em 2010.

TRIBUTOS A RECUPERAR	31.12.2009	v %	31.12.2008	v %
IRRF .....	1.369.788	70,14%	2.699.045	86,08%
COFINS .....	90.853	4,65%	93.538	2,98%
CSLL .....	30.284	1,55%	153.572	4,90%
PIS .....	19.685	1,01%	20.267	0,65%
IRPJ antecipado .....	191.074	9,78%	109.437	3,49%
CSLL antecipado .....	70.000	3,58%	41.842	1,33%
Cédito de PIS a recuperar .....	32.339	1,66%	0	0,00%
Crédito de COFINS a recuperar .....	148.953	7,63%	0	0,00%
COFINS pago a maior 2004 .....	0	0,00%	9.896	0,32%
PIS pago a maior 2004 .....	0	0,00%	2.281	0,07%
Saldo negativo de CSLL ab 2005 .....	0	0,00%	5.487	0,18%
<b>T O T A L</b> .....	<b>1.952.976</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.135.365</b>	<b>100,00%</b>

**6 - DEPÓSITOS JUDICIAIS**

DESCRIÇÃO	31.12.2009	31.12.2008	H %
Depósitos recursais .....	1.032.144	1.070.568	-3,59%
Depósitos trabalhistas .....	83.127	82.541	0,71%
Depósitos judiciais cíveis ....	2.536.982	2.436.740	4,11%
<b>TOTAIS</b> .....	<b>3.652.253</b>	<b>3.589.849</b>	<b>1,74%</b>

Depósitos recursais – Efetuados pela Empresa para recursos referentes a ações trabalhistas. Os valores são registrados e atualizados conforme tabela de índices de JAM – Juros e Atualização Monetária, creditados nas contas vinculadas do FGTS, publicada pela Caixa Econômica Federal.

Depósitos trabalhistas - Efetuados pela Empresa por não concordar com reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados. Os valores são registrados e atualizados pela TR – Taxa referencial, sem juros de mora, conforme tabela do Tribunal Regional do Trabalho.

Depósitos judiciais cíveis – Efetuados pela empresa, encontra-se à disposição do D. Juízo, junto ao Banco do Brasil, Agência 3715 Poder Público a título de penhora no processo de cobrança movido por Vieira de Mello Moraes – Processo 024.05.701.033-2 – Terceira Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte.

**7 - INVESTIMENTOS**

	31.12.2009	31.12.2008
CEMIG .....	1.195.858	1.195.858
Outros .....	174.221	174.221
<b>TOTAL</b> .....	<b>1.370.079</b>	<b>1.370.079</b>

Registrado ao custo de aquisição, o investimento remanescente na CEMIG corresponde a 87,28% do total dos investimentos, que se refere a 197.802 ações, atualmente agrupadas em lotes de 500 ações preferenciais nominativas, adquiridas pela MGS em 20.12.2002 ao preço de R\$23,13 por lote de 1000 ações.

**9 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS A RECOLHER**

Representadas em sua quase totalidade pelo INSS e FGTS a Recolher, conforme descrição a seguir:

DESCRIÇÃO	31.12.2009	31.12.2008
INSS .....	2.055.951	1.351.418
FGTS .....	1.024.711	814.103
CONTRIB. SINDICAL .....	75.232	57.824
<b>TOTAIS</b> .....	<b>3.155.894</b>	<b>2.223.345</b>

**10 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**

Referem-se a valores a recolher de PIS, COFINS, ISSQN, IRRF, CSLL e IRPJ, vencíveis em 2010. Estes tributos vêm sendo recolhidos dentro dos prazos legais.

DESCRIÇÃO	31.12.2009	31.12.2008
PIS .....	830.469	595.289
COFINS .....	3.825.189	2.741.938
ISSQN .....	363.367	469.685
IRRF .....	188.616	180.119
CSRF - Contrib. Sociais Retidas na Fonte .....	27.120	870
PIS Diferido .....	150.997	177.309
COFINS Diferido .....	695.503	816.696
<b>TOTAIS</b> .....	<b>6.081.261</b>	<b>4.981.906</b>

As provisões para PIS e COFINS têm como base de cálculo somente as receitas efetivamente recebidas com evidenciado no item 3.j, contudo, em atendimento aos princípios contábeis são realizadas as provisões referentes aos valores faturados e não recebidos, evidenciados nas contas de PIS Diferido e COFINS Diferido.

**11 - PROVISÃO PARA RESCISÕES CONTRATUAIS**

Constituída para fazer face às rescisões contratuais de empregados não concursados, em cumprimento ao acordo firmado com o Ministério Público do Trabalho em 01.09.2000.

**12 - CAPITAL SOCIAL**

O capital social é representado por 10.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

**13 - JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**

De acordo com a faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Empresa calculou Juros sobre Capital Próprio com base na taxa de juros de longo prazo (TJLP), no montante de R\$1.043.593,42 a ser referendado pela Assembléia Geral Ordinária – AGO. O valor dos referidos juros foi contabilizado na rubrica "Despesas Financeiras", de acordo com o que determina a legislação fiscal. Conforme Reunião do Conselho de Administração de nº 100, de 22.12.2009, os juros sobre o capital próprio foram imputados ao valor dos dividendos obrigatórios.

**14 - DIVIDENDOS**

Refere-se a Dividendos mínimos de 25% relativos ao exercício de 2009, totalizando R\$1.341.536,21.

**MEMÓRIA DE CÁLCULO DIVIDENDOS**

	31.12.2009	31.12.2008
Lucro líquido do Exercício .....	5.648.574	1.230.967
Reserva legal .....	(282.429)	(61.548)
Base de cálculo dividendos .....	5.366.145	1.169.419
Dividendos 25% .....	1.341.536	292.355
JSCP imputado aos dividendos .....	(1.043.593)	0
<b>Dividendos a pagar</b> .....	<b>297.943</b>	<b>292.355</b>

**15 - PLANO PREVIDENCIAL – DELIBERAÇÃO CVM 371/00 – IBRACON NPC 26/00**

Desde agosto de 1992 a MGS – Minas Gerais Administração e Serviços S.A. é patrocinadora de um Plano Previdencial junto à Previminas – Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais, com o objetivo de suplementar parcialmente em 50% os benefícios concedidos pela Previdência Social aos seus empregados e administradores. O Plano Previdencial da MGS, conveniado com a Previminas, é do tipo Benefício Definido, com regime financeiro de capitalização e, para atender o conteúdo na Deliberação CVM 371/00 que aprovou o pronunciamento NPC-26 do IBRACON, foi avaliado pela metodologia Prospectiva (Crédito Unitário Projetado). Os cálculos atuariais processados conforme determinações indicadas pelo pronunciamento IBRACON NPC 26/00, revelaram que no caso da MGS não há valor de passivo a ser reconhecido em balanço, em relação às obrigações com o Plano de Benefícios mantido com a PREVIMINAS.

**16 - SEGUROS**

É política da empresa manter seguros para cobertura de seus bens relativos a estoques e imobilizado sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, assim como seguro coletivo para seus empregados.

**17 - CONTINGÊNCIAS**

A sociedade está discutindo judicialmente algumas causas cíveis e trabalhistas que entende indevidas. Foram constituídas provisões para contingências no montante de R\$ 5.052.512 (R\$4.710.802 no exercício anterior), com base em avaliações preparadas por assessores jurídicos para atendimento à necessidade contábil. Encontra-se, também, em tramitação, desde 1995, uma ação judicial onde a MGS busca a devolução de aproximadamente US\$

400 mil pagos pela MGS à AIRCAR – Importação e Exportação Ltda. a título de reserva e sinal de negócio, por conta de aquisição de uma aeronave BEECHCRAFT, modelo King Air B-200. Em 30.06.2005 o TJMG deu parcial provimento à apelação da AIRCAR para "julgar procedente a ação monitoria quanto ao recebimento do valor dado em sinal, reconhecendo, todavia, o direito à compensação entre os créditos a serem apurados com relação aos juros moratórios devidos pela MGS; Posição atual (31.12.2009): Este processo encontra-se em fase de liquidação de sentença.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****RENATA MARIA PAES DE VILHENA**

Presidente

**Antonio ALBERTO MOREIRA de Castro**

Vice-Presidente

**ANA MARIA GUIMARÃES DE CAMPOS LIMA**

Conselheira

**DULCEJANE DE SOUZA VAZ**

Conselheira

**HUGO MARCIO LEMOS TEIXEIRA**

Conselheiro

**JUCIARA REGINA SILVA MACHADO**

Conselheira

**MARCIA CRISTINA ALVES**

Conselheira

**DIRETORIA EXECUTIVA****Antonio ALBERTO MOREIRA de Castro**

Presidente

**JOÃO BATISTA FERREIRA DE SALLES**

Vice Presidente

**HILTON SECUNDINO ALVES**

Diretor

**MARIA LIONI DE OLIVEIRA**

Diretora

**Walter Pereira de CastroTéc. Contab. CRCMG 065070/O-0****PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S/A Belo Horizonte – MG

1. Examinamos o balanço patrimonial da MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S/A, em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e procedimentos técnicos usuais de auditoria, e compreendem:

(a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Entidade;

(b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e,

(c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MGS – Minas Gerais Administração e Serviços S/A em 31 de dezembro de 2009 e 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2010.

**Reis & Reis Auditores Associados.****CRC-MG – 7021/O-0**

Renata Luciana dos Reis Magalhães

CONTADOR CRC-MG Nº 069.952

Regiane Márcia dos Reis

CONTADOR CRC-MG Nº 009424/S-5 T

**MGS**  
**MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.**  
 CNPJ Nº 33.224.254/0001-42  
 Fundada em 18 de Janeiro de 1954

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**  
 Receita Federal do Brasil, conforme a portaria RFB 11.213/07.  
**RUBRICAS** 31.12.2010 31.12.2009 H%  
 Faturamento 41.123.655 299.331.410 37,38%  
 (+) Custos (334.746.493) (235.766.411) 41,99%  
 (-) Impostos, cancelamentos e deduções (45.047.849) (43.970.726) 32,61%  
 (=) **Resultado** 11.437.328 29.594.273 62,3%

Este serviço consiste em gerir para nossos clientes o seu acervo de documentos visando propiciar aos mesmos a liberação de espaço interno e externo, para suas atividades fim e meio, além de ganho em termos de liberação de áreas, para as atividades mais importantes. Outras contribuições deste nosso serviço oferecido pela MGS são significativas, como a otimização de "layout", o Gerenciamento Eletrônico de Documentos, mediante informatização da atividade de coleta, guarda, consulta, movimentação/resgate, transporte e expurgo de documentos, que possibilita o seguro controle a massa documental de nossos clientes.

**UNIDADE DE ATENDIMENTO INTEGRADO - UAI**  
 Em parceria com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), a MGS está modernizando as unidades de atendimento integradas em cidades, antigas PSUs, visando dar maior agilidade aos processos e melhorar a qualidade dos serviços. Desse modo aumentou a procura por estes serviços, quer seja na expedição de documentos com documentos velhos e de pouso, para atividades de atendimento à população e execução de serviços administrativos. Outro ganho expressivo foi evitar a compra de mobiliário para guarda dos mesmos, poupando recursos públicos exorbitante, sem contar o espaço demandado para a guarda dos mesmos.

Sendo assim, foi possível transferir para a CAMG apenas os documentos de uso corrente, deslindando os espaços, que deveriam estar ocupados com documentos velhos e de pouso, para atividades de atendimento à população e execução de serviços administrativos. Outro ganho expressivo foi evitar a compra de mobiliário para guarda dos mesmos, poupando recursos públicos exorbitante, sem contar o espaço demandado para a guarda dos mesmos.

**MACRO REGIÕES**

EMPREGADOS	%
CENTRAL	13.777 77,64%
MATA	744 4,19%
SUL DE MINAS	111 0,63%
TRIANGULO	511 2,88%
NORTE DE MINAS	487 2,74%
RIO DOCE	452 2,55%
CENTRO-OESTE	328 1,85%
ALTO PARANAIBA	309 1,74%
JEQUITINHONHA/MUCURI	295 1,66%
NOROESTE DE MINAS	143 0,81%
ESTADUAL (OUTROS ESTADOS)	17 0,10%
<b>TOTAL</b>	<b>17.744 100,00%</b>

**COMERCIAL**  
 O quadro comparativo abaixo indica o crescimento do faturamento em relação ao exercício de 2009. O crescimento da receita deve-se à oferta de serviços complementares, tais como: gestão de documentos; instalação e operação de Unidades de Atendimento Integrado, controle de acesso e saída de pessoas; monitoramento de ambientes, assim como a busca pela melhoria dos índices de desempenho dos empregados, destinando-se recursos para capacitação e para aquisição de modernos equipamentos de logística e informática, visando facilitar e melhorar a qualidade e a produtividade dos serviços prestados. O reconhecimento deste trabalho, pelo mercado consumidor dos serviços da MGS, permitiu aumentar significativamente o quadro de colaboradores e expandir a base dos contratos existentes, fazendo com que a MGS viesse a ocupar lugar de destaque entre as maiores empresas prestadoras de serviços ao Estado.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**  
 (Em Reais)

	31.12.2010	31.12.2009
<b>ATIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e bancos	443.071	599.695
Aplicações financeiras (nota 3b)	21.646.883	39.370.523
Bancos conta vinculada (nota 4)	3.111.233	148.067
Faturas a receber	29.219,826	7.550,562
Adiantamentos a empregados (nota 5)	1.450,393	1.228,122
Estoques (nota 3c)	1.262,175	1.167,359
Tributos a recuperar (nota 6)	2.978,537	1.924,976
Gastos a apropriar (nota 7)	4.847,433	2.851,869
Outros ativos circulantes (nota 8)	1.219,443	236,721
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>66.178,994</b>	<b>55.105,894</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		
Depósitos jurídicos (nota 9)	3.498,728	3.652,253
INVESTIMENTOS (nota 10)	3.498,728	3.652,253
IMOBILIZADO (nota 11)	10.972,993	9.168,007
INTANGÍVEL (nota 11)	51,647	82,680
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>12.994,719</b>	<b>10.620,766</b>
	<b>82.072,441</b>	<b>69.378,913</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**  
 (Em Reais)

	31.12.2010	31.12.2009
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>		
Prestação de serviços	411.231.655	299.331.410
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>		
Impostos incidentes	(44.502.625)	(32.496.742)
Cancelamentos, descontos e deduções	(545.224)	(1.473.984)
	(45.047.849)	(33.970.726)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>366.183.806</b>	<b>265.360.684</b>
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>(334.746.478)</b>	<b>(235.766.411)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>31.437.328</b>	<b>29.594.273</b>
<b>DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS</b>		
Despesas com pessoal	(20.000.682)	(17.990.818)
Despesas gerais e administrativas	(7.001.200)	(6.580.455)
Despesas tributárias	(177.566)	(186.128)
Despesas trabalhistas	(3.644.842)	(83.183)
Despesas financeiras	(1.523.006)	(1.228.522)
Receitas financeiras	1.894.976	1.894.976
Receitas/despesas diversas	4.513.554	1.729.384
Outras receitas/despesas	600.137	159.303
	(25.510,124)	(22.086,027)
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DA CS E L RENDA</b>	<b>5.927.204</b>	<b>7.508.246</b>
Provisão para contribuição social	(430.826)	(504.040)
Provisão para imposto de renda	(1.150.877)	(1.355.032)
<b>LUCRO DO EXERCÍCIO</b>	<b>4.345.501</b>	<b>5.648.574</b>
Lucro por ação do capital social	0,43	0,56

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO**  
**EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**  
 (Em Reais)

	31.12.2010	31.12.2009
<b>1- RECEITAS</b>		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	416.701.316	299.098.985
1.2) Outras receitas	410.686.432	297.857.426
1.4) Prov. p. créditos de liquidação duvidosa - (reverso/constituição)	6.014.884	1.893.000
	0	(651.521)
<b>2- INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)</b>	<b>21.741.290</b>	<b>14.274.311</b>
2.1) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	21.741.290	14.274.311
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	4.893.029	2.908.744
2.3) Perda, recuperação de valores ativos	108.676	156.040
<b>3- VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)</b>	<b>394.960.026</b>	<b>284.824.254</b>
4- DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	1.138.599	791.986
<b>5- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO</b>	<b>393.821.427</b>	<b>284.032.268</b>
<b>6- VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>2.307.950</b>	<b>2.195.433</b>
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	88.889	101.040
6.2) Receitas Financeiras	1.723.261	1.894.393
<b>7- VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)</b>	<b>396.129.377</b>	<b>286.227.701</b>
<b>8- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
8.1) Pessoal	277.888.536	197.649.753
8.1.1) Remuneração Direta	212.269.007	154.508.309
8.1.2) Benefícios	47.723.842	28.751.013
8.1.3) FGTS	6.549.687	6.389.431
8.2) Impostos, Taxas e Contribuições	108.754.394	78.389.386
8.2.1) Federais	99.510.072	71.802.688
8.2.2) Estaduais	85.926	37.634
8.2.3) Municipais	9.153.396	6.549.687
<b>8.3) Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>3.798.446</b>	<b>3.496.485</b>
8.3.1) Juros	789.446	641.830
8.3.2) Aluguéis	3.009.000	2.854.655
<b>8.4) Remuneração de capitais próprios</b>	<b>3.688.000</b>	<b>6.603.167</b>
8.4.1) Juros sobre o capital próprio	1.342.500	1.943.593
8.4.3) Lucros retidos/prejuízo do exercício	4.345.501	5.648.574

O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7

**RECURSOS HUMANOS**  
 A política da Empresa de expandir a carteira de clientes e o consequente crescimento de contratos resultou na criação em 2010 de 2.800 novos empregos conforme quadro a seguir:

UNIDADES	31.12.2010	31.12.2009	Aumento	H%
SEDE ADMINIS	578	478	100	20,92%
TRATIVA	17.744	15.044	2.700	17,95%
FRENTES SERVIÇOS	17.744	15.044	2.700	17,95%
<b>TOTAL</b>	<b>18.322</b>	<b>15.522</b>	<b>2.800</b>	<b>18,04%</b>

**ASSESSORIA JURÍDICA**  
 Na área trabalhista, até o dia 31 de dezembro de 2010, foram propostas 628 reclamações trabalhistas em desfavor da MGS, totalizando R\$9.244.725. No mesmo período foram encerrados 117 processos com pedidos no montante de R\$2.377.825. Porém, a atuação do Departamento Jurídico da MGS reverteu os pedidos reclamados para R\$304.693 proporcionando uma economia de R\$1.157.132, ou seja, 66,16% do total ajuizado. O exercício de 2010 encerrou-se com 629 processos trabalhistas ativos e 46 processos civis ativos. Houve uma recuperação de ativos (depósitos recursais) no importe de R\$316.015.

**TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**  
 O crescimento constante do número de serviços prestados, da quantidade de empregados, o destaque no cenário da Administração Pública e o seu reconhecimento em massa no Estado de Minas Gerais e a alta demanda na prestação de serviços técnicos online, disponibilizados por internet, exigiram investimentos em equipamentos de seu "Parque Tecnológico". Desta forma a MGS está preparada para acompanhar a evolução das tecnologias de segurança e alta disponibilidade. A solução implantada pela GETIN visa de forma abrangente ampliar o nível de segurança e disponibilidade dos serviços necessários, mediante a criação de um ambiente de recuperação a desastres (Disaster Recovery Site). Para isso adotou Datacenters de servidores e serviços estabelecidos em locais distintos (redundância de local), denominados MGS - Sede (Site Datacenter Primário) e MGS - QAO (Site Datacenter Secundário). Foram reforçados os níveis de segurança, alta acessibilidade, estrutura, expansão e aplicação de novas tecnologias como: comunicação de dados através de fibra óptica de alta disponibilidade e velocidade. Ampliou os canais de acesso à Internet de alta velocidade, novos servidores, nova solução em armazenamento de dados autônomos entre o Datacenter Primário MGS - Sede e Datacenter Secundário MGS - QAO. Implementou assim, com o que há de mais moderno e seguro disponível no mercado, através de uma nova modalidade de prestação de serviços, o que dará à MGS uma infraestrutura tecnológica atualizada e ainda quando do término do contrato, esta se integrará ao patrimônio da MGS.

**FINANCEIRO E CONTABILIDADE**  
 Com a publicação da Lei 11.638/2007, que altera a Lei 6.404/76, em vigor a partir de 01.01.2008, Lei 11.941/2009, bem como os diversos pronunciamentos contábeis, a contabilidade passou por diversas adaptações e continua em alerta para acompanhar as modificações impostas pela legislação. Dando continuidade à implantação do SFJD - Sistema Público de Escrituração Digital, a empresa está preparando seus controles para atender mais uma obrigação acessória, ou seja, EFD - PIS e COFINS, instituída pela Instrução Normativa nº 1052/2010 da Receita Federal do Brasil.

**INDICADORES ECONÔMICOS**  
 O quadro a seguir mostra indicadores econômicos extraídos do balanço, comparados, para conhecimento dos senhores acionistas e usuários:

INDICADORES	31.12.2010	31.12.2009
Lucro do Exercício	4.345.501	5.648.574
Patrimônio Líquido	26.290.424	23.749.993
Capital Social	12.000.000	12.000.000
Liquidez Corrente	1,368	1,174
Liquidez Geral	1,259	1,250
Solvência Geral	1,483	1,476

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**  
 (Em Reais)

	Reservas de Capital		Reservas de Lucros		Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
	Capital Social	p/Aumento de Capital	Incentivos Fiscais	Reserva Legal		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2008</b>	<b>12.000.000</b>	<b>3.231.653</b>	<b>338.165</b>	<b>577.480</b>	<b>877.064</b>	<b>-</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	5.648.574
<b>Destinação do Lucro:</b>						
Dividendos a pagar	-	-	-	282.429	-	(282.429)
Reserva de lucros	-	-	-	-	5.068.202	(5.068.202)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>12.000.000</b>	<b>3.231.653</b>	<b>338.165</b>	<b>859.909</b>	<b>5.945.266</b>	<b>-</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	4.345.501
<b>Destinação do Lucro:</b>						
Reserva legal	-	-	-	217.275	-	(217.275)
Reserva de lucros	-	-	-	-	4.128.226	(4.128.226)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>12.000.000</b>	<b>3.231.653</b>	<b>338.165</b>	<b>1.077.184</b>	<b>10.073.492</b>	<b>-</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**  
**EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009**  
 (Em Reais)

	31.12.2010	31.12.2009
<b>1- RECEITAS</b>		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	416.701.316	299.098.985
1.2) Outras receitas	410.686.432	297.857.426
1.4) Prov. p. créditos de liquidação duvidosa - (reverso/constituição)	6.014.884	1.893.000
	0	(651.521)
<b>2- INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)</b>	<b>21.741.290</b>	<b>14.274.311</b>
2.1) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	21.741.290	14.274.311
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	4.893.029	2.908.744
2.3) Perda, recuperação de valores ativos	108.676	156.040
<b>3- VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)</b>	<b>394.960.026</b>	<b>284.824.254</b>
4- DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	1.138.599	791.986
<b>5- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO</b>	<b>393.821.427</b>	<b>284.032.268</b>
<b>6- VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>2.307.950</b>	<b>2.195.433</b>
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	88.889	101.040
6.2) Receitas Financeiras	1.723.261	1.894.393
<b>7- VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)</b>	<b>396.129.377</b>	<b>286.227.701</b>
<b>8- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
8.1) Pessoal	277.888.536	197.649.753
8.1.1) Remuneração Direta	212.269.007	154.508.309
8.1.2) Benefícios	47.723.842	28.751.013
8.1.3) FGTS	6.549.687	6.389.431
8.2) Impostos, Taxas e Contribuições	108.754.394	78.389.386
8.2.1) Federais	99.510.072	71.802.688
8.2.2) Estaduais	85.926	37.634
8.2.3) Municipais	9.153.396	6.549.687
<b>8.3) Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>3.798.446</b>	<b>3.496.485</b>
8.3.1) Juros	789.446	641.830
8.3.2) Aluguéis	3.009.000	2.854.655
<b>8.4) Remuneração de capitais próprios</b>	<b>3.688.000</b>	<b>6.603.167</b>
8.4.1) Juros sobre o capital próprio	1.342.500	1.943.593
8.4.3) Lucros retidos/prejuízo do exercício	4.345.501	5.648.574

O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis





**MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.**

CNPJ Nº 33.224.254/0001-42  
Fundada em 18 de Janeiro de 1954

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em Reais)**

**1 - CONTEXTO OPERACIONAL**  
A MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. é uma empresa pública, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, controlada pelo Estado de Minas Gerais, tendo como objeto social a prestação de serviços técnicos, administrativos e gerais à administração pública direta e indireta do Estado de Minas Gerais nas seguintes áreas: locação de mão-de-obra para conservação, limpeza, asseio, higienização, vigilância e serviços temporários; administração de estabelecimentos rotativos; administração de condomínios; recuperação, manutenção e conservação de imóveis, móveis, máquinas, equipamentos e aparelhos em geral, abrangendo ainda, gestão e guarda de documentos e processos pertinentes; gestão de frota de veículos em geral e de contratos de conserto e manutenção; execução de serviços gráficos, confecção e instalação de placas em geral; administração de processos licitatórios e contratos administrativos em geral; gestão de contratos de transporte de valores, cargas e passageiros por via aérea e terrestre em geral; fornecimento, revenda, administração e representação de vale transporte, vale refeição, outros tipos similares de vales e fornecimento de alimentação através de cozinha própria; administração e representação de ações trabalhistas.

**2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, cujos procedimentos e princípios se constituem nos princípios fundamentais de contabilidade, devidamente auditada por Auditores Independentes.

No preparo e apresentação das demonstrações contábeis do exercício de 2010 foram adotadas as disposições da Lei 11.638/2007, Lei 11.941/2009 e pronunciamentos emanados do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Na elaboração dessas demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas para o registro de direitos e obrigações, observado o princípio do conservadorismo. Essas estimativas abrangem vida útil de ativos imobilizados, perdas com contingências, entre outras.

**3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**  
**a. Ajuste do resultado**  
O resultado das operações é apurado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios.

**b. Aplicações financeiras**  
São representadas por valores de liquidez imediata e estão registradas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

**c. Estoques**  
Estão avaliados pelo custo médio de aquisição, inferior aos custos de reposição.

**d. Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo**  
São apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, ou no caso de despesas do exercício seguinte, ao custo.

**e. Depósitos judiciais**  
Estão avaliados monetariamente pela variação da Taxa Referencial - TR, conforme tabela fornecida pelo Tribunal Regional do Trabalho.

**f. Imobilizado**  
O imobilizado da Companhia está demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente com base na UFIR, até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são calculadas pelo método linear, à taxa assinalada em legislação, contemplando a vida útil econômica e econômica dos bens, conforme parâmetros estabelecidos pela legislação.

Como Ativo Imobilizado estão incluídos itens tangíveis que são mantidos para uso em produção ou fornecimento de serviços, ou para fins administrativos; e que se espera utilizar por mais de um exercício.

**g. Intangível**  
O intangível da companhia está demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente com base na UFIR, até 31 de dezembro de 1995. As amortizações são calculadas à taxa assinalada e permitidas pela legislação.

**h. Provisão de férias e encargos.**  
A Companhia adota o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido aplicando as regras do regime de tributação com base no lucro real, efetuando pagamento mensal, baseado na prerrogativa de suspensão/redução evidenciado por meio de balanços mensais acumulados. O imposto de renda foi calculado à alíquota-base de 15% sobre o lucro tributável acrescido do acionial de 10% previsto na legislação. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Na apuração do lucro tributável são consideradas as adições e exclusões previstas na legislação tributária, inclusive o diferimento das parcelas da receita de órgãos públicos, não recebidas dentro do exercício.

**12 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS A RECOLHER**  
Representadas em sua totalidade pelo INSS e FGTS a Recolher, vencíveis em 2011, conforme descrição a seguir:

DESCRIÇÃO	31.12.2010	31.12.2009
INSS	2.767.888	2.055.951
FGTS	1.322.843	1.024.711
CONTRIB. SINDICAL	50.079	75.232
<b>TOTAIS</b>	<b>4.140.810</b>	<b>3.155.894</b>

**13 - OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS**  
Referem-se a valores a recolher de PIS, COFINS, ISSQN, IRRF, CSLL e IRPJ, vencíveis em 2011. Estes tributos vêm sendo recolhidos dentro dos prazos legais.

DESCRIÇÃO	31.12.2010	V%	31.12.2009	V%
PIS	309.314	10,65%	305.467	13,66%
COFINS	3.822.155	49,08%	3.825.189	62,90%
ISSQN	8.987	0,12%	363.367	5,98%
IRRF	248.118	3,19%	188.616	3,10%

**14 - PROVISÃO PARA RESCISÕES CONTRATUAIS**  
Os valores são apurados com descontos sobre a folha de pagamentos e "outras contas a pagar" relativas a aluguel de máquinas e equipamentos, aquisições do imobilizado, seguros, etc.

DESCRIÇÃO	31.12.2010	31.12.2009
PIS Diferido	512.497	6.585
FGTS Diferido	2.360.590	30.313
<b>TOTAIS</b>	<b>2.873.087</b>	<b>36.898</b>

**15 - OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES**  
Os valores são apurados com descontos sobre a folha de pagamentos e "outras contas a pagar" relativas a aluguel de máquinas e equipamentos, aquisições do imobilizado, seguros, etc.

DESCRIÇÃO	31.12.2010	31.12.2009
PIS Diferido	512.497	6.585
FGTS Diferido	2.360.590	30.313
<b>TOTAIS</b>	<b>2.873.087</b>	<b>36.898</b>

**16 - DIVIDENDOS**  
Os juros sobre o capital próprio imputados à conta de Dividendos ultrapassaram os 25% mínimos de dividendos obrigatórios previsto no Estatuto Social. Portanto, os Dividendos a pagar relativos ao exercício de 2010 resumem-se ao valor dos juros sobre o capital próprio. Desta forma, não foram apresentados complementos de dividendos a pagar relativo ao exercício de 2010.

**MEMÓRIA DE CÁLCULO**

DESCRIÇÃO	31.12.2010	31.12.2009
Lucro líquido do exercício	1.511.501	1.648.574
Reserva legal	(217.275)	(282.429)
<b>Base de cálculo dos dividendos</b>	<b>1.294.226</b>	<b>1.366.145</b>
Dividendos de 25%	323.556	341.536
CSLL imputado aos dividendos	(134.500)	(104.593)
<b>Dividendos a pagar</b>	<b>(310.444)</b>	<b>(297.943)</b>

**17 - CONTINGÊNCIAS**  
A sociedade está discutindo judicialmente algumas causas cíveis e trabalhistas que entende indevidas. Foram constituídas provisões para contingências no montante de R\$6.960.192 (R\$5.052.512 no exercício anterior), com base em avaliações preparadas por assessores jurídicos para atendimento à necessidade contábil.

**18 - CONTINGÊNCIAS FISCAIS**  
A sociedade está discutindo judicialmente 629 causas trabalhistas e constituiu provisão para contingências no montante de R\$4.830.393, valor este considerado suficiente de acordo com o histórico vivenciado nos últimos exercícios e avaliações da Assessoria Jurídica da empresa.

**19 - JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**  
De acordo com faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Empresa calculou juros sobre Capital Próprio com base na taxa de juros de longo prazo (TLP), no montante de R\$ 1.342.500, imputado à conta de "Dividendos", a ser referendado pela Assembleia Geral Ordinária - AGO. O valor dos referidos juros foi contabilizado na

**7 - GASTOS A PROPRIAR**  
Estão representados por vales-transporte, vales- refeição e vales-combustível.

DESCRIÇÃO	31.12.2010	31.12.2009
Vale-transporte	1.416.403	1.143.117
Vale-alimentação	3.418.120	1.688.831
Vale-combustível	12.910	19.921
<b>TOTAIS</b>	<b>4.847.433</b>	<b>2.851.869</b>

**8 - TÍTULOS ATIVOS CIRCULANTES**  
Estes ativos estão representados basicamente por valores a regularizar, indenizações a recuperar, valores a regularizar de ISSQN.

DESCRIÇÃO	31.12.2010	31.12.2009
CSLL	207.225	83.127
PIS	19.440	19.685
IRPJ antecipado	136.043	191.074
CSLL antecipado	49.442	16.667
Cópia do PIS a recuperar	43.951	1.488
Crédito de COFINS a recuperar	200.442	6.800
<b>T O T A I S</b>	<b>2.978.537</b>	<b>1.952.976</b>

**9 - DEPOSITOS JUDICIAIS**  
Depósitos recursais - Efetuados pela Empresa para recursos referentes a ações trabalhistas. Os valores são registrados e atualizados conforme tabela de índices de JAM - Juros e Atualização Monetária, creditados nas contas vinculadas do FGTS, publicada pela Caixa Econômica Federal.

DESCRIÇÃO	31.12.2010	31.12.2009	H%
Depósitos recursais	2.045.683	1.032.144	78,20%
Depósitos judiciais cíveis	1.245.820	2.536.982	50,89%
<b>TOTAIS</b>	<b>3.498.728</b>	<b>3.652.253</b>	<b>40,20%</b>

**10 - INVESTIMENTOS**

DESCRIÇÃO	31.12.2010	31.12.2009	V%
CEMIG	1.195.858	1.195.858	87,28%
Outros	174.221	174.221	12,72%
<b>TOTAIS</b>	<b>1.370.079</b>	<b>1.370.079</b>	<b>100,00%</b>

**11 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL**

DESCRIÇÃO	31.12.2010	31.12.2009	Taxas Anuais de Depreciação
<b>IMOBILIZADO</b>			
Terenos	242.670	242.670	-
Edificações	47.499	11.491	4%
Móveis e Utensílios	4.033.578	2.873.515	10%
Máquinas e Equipamentos	2.179.780	1.632.603	10%
Veículos	234.808	80.691	20 e 40%
Instalações	2.144.401	2.408.276	10%
Ferretagens	36.943	26.975	10%
Computadores e Periféricos	1.170.605	579.444	20%
Aparelhos Telefônicos	29.201	20.266	10%
Beneficiários em Andamento (*)	3.097.462	3.096.542	-
<b>TOTAIS</b>	<b>13.784.937</b>	<b>10.972.993</b>	<b>9,168.007</b>

**12 - INTANGÍVEL**

DESCRIÇÃO	31.12.2010	31.12.2009	Taxas Anuais de Amortização
Direitos de Uso de Software	430.553	447.292	20%
Marcas e Patentes	16.844	7.555	20%
<b>TOTAIS</b>	<b>447.397</b>	<b>454.847</b>	<b>20%</b>

(\*) Beneficiários em andamento refere-se à forma em Imóvel de propriedade do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG, situado na Rua São Paulo, 679, bairro Centro, Belo Horizonte, MG, para instalação e funcionamento da sede da MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A., conforme contrato de cessão onerosa de uso de bem imóvel firmado em 06 de outubro de 2006 com previsão de encerramento das obras em 2011.

**12 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS A RECOLHER**  
Representadas em sua totalidade pelo INSS e FGTS a Recolher, vencíveis em 2011, conforme descrição a seguir:

**13 - OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS**  
Referem-se a valores a recolher de PIS, COFINS, ISSQN, IRRF, CSLL e IRPJ, vencíveis em 2011. Estes tributos vêm sendo recolhidos dentro dos prazos legais.

**14 - PROVISÃO PARA RESCISÕES CONTRATUAIS**  
Os valores são apurados com descontos sobre a folha de pagamentos e "outras contas a pagar" relativas a aluguel de máquinas e equipamentos, aquisições do imobilizado, seguros, etc.

**15 - OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES**  
Os valores são apurados com descontos sobre a folha de pagamentos e "outras contas a pagar" relativas a aluguel de máquinas e equipamentos, aquisições do imobilizado, seguros, etc.

**16 - DIVIDENDOS**  
Os juros sobre o capital próprio imputados à conta de Dividendos ultrapassaram os 25% mínimos de dividendos obrigatórios previsto no Estatuto Social. Portanto, os Dividendos a pagar relativos ao exercício de 2010 resumem-se ao valor dos juros sobre o capital próprio. Desta forma, não foram apresentados complementos de dividendos a pagar relativo ao exercício de 2010.

**MEMÓRIA DE CÁLCULO**

**17 - CONTINGÊNCIAS**  
A sociedade está discutindo judicialmente algumas causas cíveis e trabalhistas que entende indevidas. Foram constituídas provisões para contingências no montante de R\$6.960.192 (R\$5.052.512 no exercício anterior), com base em avaliações preparadas por assessores jurídicos para atendimento à necessidade contábil.

**18 - CONTINGÊNCIAS FISCAIS**  
A sociedade está discutindo judicialmente 629 causas trabalhistas e constituiu provisão para contingências no montante de R\$4.830.393, valor este considerado suficiente de acordo com o histórico vivenciado nos últimos exercícios e avaliações da Assessoria Jurídica da empresa.

**19 - JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**  
De acordo com faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Empresa calculou juros sobre Capital Próprio com base na taxa de juros de longo prazo (TLP), no montante de R\$ 1.342.500, imputado à conta de "Dividendos", a ser referendado pela Assembleia Geral Ordinária - AGO. O valor dos referidos juros foi contabilizado na

**20 - JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**  
De acordo com faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Empresa calculou juros sobre Capital Próprio com base na taxa de juros de longo prazo (TLP), no montante de R\$ 1.342.500, imputado à conta de "Dividendos", a ser referendado pela Assembleia Geral Ordinária - AGO. O valor dos referidos juros foi contabilizado na

**21 - JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**  
De acordo com faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Empresa calculou juros sobre Capital Próprio com base na taxa de juros de longo prazo (TLP), no montante de R\$ 1.342.500, imputado à conta de "Dividendos", a ser referendado pela Assembleia Geral Ordinária - AGO. O valor dos referidos juros foi contabilizado na

**22 - JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**  
De acordo com faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Empresa calculou juros sobre Capital Próprio com base na taxa de juros de longo prazo (TLP), no montante de R\$ 1.342.500, imputado à conta de "Dividendos", a ser referendado pela Assembleia Geral Ordinária - AGO. O valor dos referidos juros foi contabilizado na

**23 - JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**  
De acordo com faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Empresa calculou juros sobre Capital Próprio com base na taxa de juros de longo prazo (TLP), no montante de R\$ 1.342.500, imputado à conta de "Dividendos", a ser referendado pela Assembleia Geral Ordinária - AGO. O valor dos referidos juros foi contabilizado na

**24 - JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**  
De acordo com faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Empresa calculou juros sobre Capital Próprio com base na taxa de juros de longo prazo (TLP), no montante de R\$ 1.342.500, imputado à conta de "Dividendos", a ser referendado pela Assembleia Geral Ordinária - AGO. O valor dos referidos juros foi contabilizado na

**25 - JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**  
De acordo com faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Empresa calculou juros sobre Capital Próprio com base na taxa de juros de longo prazo (TLP), no montante de R\$ 1.342.500, imputado à conta de "Dividendos", a ser referendado pela Assembleia Geral Ordinária - AGO. O valor dos referidos juros foi contabilizado na

**26 - JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**  
De acordo com faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Empresa calculou juros sobre Capital Próprio com base na taxa de juros de longo prazo (TLP), no montante de R\$ 1.342.500, imputado à conta de "Dividendos", a ser referendado pela Assembleia Geral Ordinária - AGO. O valor dos referidos juros foi contabilizado na

**27 - JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**  
De acordo com faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Empresa calculou juros sobre Capital Próprio com base na taxa de juros de longo prazo (TLP), no montante de R\$ 1.342.500, imputado à conta de "Dividendos", a ser referendado pela Assembleia Geral Ordinária - AGO. O valor dos referidos juros foi contabilizado na

**28 - JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**  
De acordo com faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Empresa calculou juros sobre Capital Próprio com base na taxa de juros de longo prazo (TLP), no montante de R\$ 1.342.500, imputado à conta de "Dividendos", a ser referendado pela Assembleia Geral Ordinária - AGO. O valor dos referidos juros foi contabilizado na

**29 - JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**  
De acordo com faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Empresa calculou juros sobre Capital Próprio com base na taxa de juros de longo prazo (TLP), no montante de R\$ 1.342.500, imputado à conta de "Dividendos", a ser referendado pela Assembleia Geral Ordinária - AGO. O valor dos referidos juros foi contabilizado na

**30 - JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**  
De acordo com faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Empresa calculou juros sobre Capital Próprio com base na taxa de juros de longo prazo (TLP), no montante de R\$ 1.342.500, imputado à conta de "Dividendos", a ser referendado pela Assembleia Geral Ordinária - AGO. O valor dos referidos juros foi contabilizado na

**31 - JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**  
De acordo com faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Empresa calculou juros sobre Capital Próprio com base na taxa de juros de longo prazo (TLP), no montante de R\$ 1.342.500, imputado à conta de "Dividendos", a ser referendado pela Assembleia Geral Ordinária - AGO. O valor dos referidos juros foi contabilizado na

**32 - JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**  
De acordo com faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Empresa calculou juros sobre Capital Próprio com base na taxa de juros de longo prazo (TLP), no montante de R\$ 1.342.500, imputado à conta de "Dividendos", a ser referendado pela Assembleia Geral Ordinária - AGO. O valor dos referidos juros foi contabilizado na

**33 - JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**  
De acordo com faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Empresa calculou juros sobre Capital Próprio com base na taxa de juros de longo prazo (TLP), no montante de R\$ 1.342.500, imputado à conta de "Dividendos", a ser referendado pela Assembleia Geral Ordinária - AGO. O valor dos referidos juros foi contabilizado na

**34 - JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**  
De acordo com faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Empresa calculou juros sobre Capital Próprio com base na taxa de juros de longo prazo (TLP), no montante de R\$ 1.342.500, imputado à conta de "Dividendos", a ser referendado pela Assembleia Geral Ordinária - AGO. O valor dos referidos juros foi contabilizado na

**35 - JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**  
De acordo com faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Empresa calculou juros sobre Capital Próprio com base na taxa de juros de longo prazo (TLP), no montante de R\$ 1.342.500, imputado à conta de "Dividendos", a ser referendado pela Assembleia Geral Ordinária - AGO. O valor dos referidos juros foi contabilizado na

**36 - JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**  
De acordo com faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Empresa calculou juros sobre Capital Próprio com base na taxa de juros de longo prazo (TLP), no montante de R\$ 1.342.500, imputado à conta de "Dividendos", a ser referendado pela Assembleia Geral Ordinária - AGO. O valor dos referidos juros foi contabilizado na

**37 - JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**  
De acordo com faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Empresa calculou juros sobre Capital Próprio com base na taxa de juros de longo prazo (TLP), no montante de R\$ 1.342.500, imputado à conta de "Dividendos", a ser referendado pela Assembleia Geral Ordinária - AGO. O valor dos referidos juros foi contabilizado na

**38 - JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**  
De acordo com faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Empresa calculou juros sobre Capital Próprio com base na taxa de juros de longo prazo (TLP), no montante de R\$ 1.342.500, imputado à conta de "Dividendos", a ser referendado pela Assembleia Geral Ordinária - AGO. O valor dos referidos juros foi contabilizado na

**39 - JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**  
De acordo com faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Empresa calculou juros sobre Capital Próprio com base na taxa de juros de longo prazo (TLP), no montante de R\$ 1.342.500, imputado à conta de "Dividendos", a ser referendado pela Assembleia Geral Ordinária - AGO. O valor dos referidos juros foi contabilizado na

**40 - JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**  
De acordo com faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Empresa calculou juros sobre Capital Próprio com base na taxa de juros de longo prazo (TLP), no montante de R\$ 1.342.500, imputado à conta de "Dividendos", a ser referendado pela Assembleia Geral Ordinária - AGO. O valor dos referidos juros foi contabilizado na

**41 - JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**  
De acordo com faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Empresa calculou juros sobre Capital Próprio com base na taxa de juros de longo prazo (TLP), no montante de R\$ 1.342.500, imputado à conta de "Dividendos", a ser referendado pela Assembleia Geral Ordinária - AGO. O valor dos referidos juros foi contabilizado na

**42 - JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**  
De acordo com faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Empresa calculou juros sobre Capital Próprio com base na taxa de juros de longo prazo (TLP), no montante de R\$ 1.342.500, imputado à conta de "Dividendos", a ser referendado pela Assembleia Geral Ordinária - AGO. O valor dos referidos juros foi contabilizado na

**43 - JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**  
De acordo com faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Empresa calculou juros sobre Capital Próprio com base na taxa de juros de longo prazo (TLP), no montante de R\$ 1.342.500, imputado à conta de "Dividendos", a ser referendado pela Assembleia Geral Ordinária - AGO. O valor dos referidos juros foi contabilizado na

**44 - JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**  
De acordo com faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Empresa calculou juros sobre Capital Próprio com base na taxa de juros de longo prazo (TLP), no montante de R\$ 1.342.500, imputado à conta de "Dividendos", a ser referendado pela Assembleia Geral Ordinária - AGO. O valor dos referidos juros foi contabilizado na

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE** Contrato de Doação de Bens Móveis nº 2890.2009.1.04074. DOADOR: Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado da Saúde - SES/ MG. DONATÁRIO: MUNICÍPIO DE GUMARIMAS. OBJETO: Album Seriado sobre planejamento familiar, tamanho grande, contendo figuras. (2 un.). Módulo pélvico do aparelho reproduzidor feminino, tridimensional, confeccionado em acrílico. (2 un.). Módulo peniano no formato natural, com bolsa escrotal, na cor clara, medindo 15 cm. (2 un.). Destinação: Para atender ao Programa Social Viva Vida: OR 526.14. DATA DE ASSINATURA: 23/2/2011 Contrato de Doação de Bens Móveis nº 5770.2009.1.04026. DOADOR: Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado da Saúde - SES/ MG. DONATÁRIO: MUNICÍPIO DE SANTA JULIANA. OBJETO: Album Seriado sobre planejamento familiar, tamanho grande, contendo figuras. (2 un.). Módulo pélvico do aparelho reproduzidor feminino, tridimensional, confeccionado em acrílico. (2 un.). Módulo peniano no formato natural, com bolsa escrotal, na cor clara, medindo 15 cm. (2 un.). Destinação: Para atender ao Programa Social Viva Vida: OR 526.14. DATA DE ASSINATURA: 23/2/2011 Contrato de Sub-convênio nº 0620.2010.9.12975. DOADOR: Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado da Saúde - SES/ MG. DONATÁRIO: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL LUCAS MACHADO (FEUMA) - HOSPITAL SÃO JOSÉ. OBJETO:

Carro para Material de Emergência, Cód. 1104411, Marca/Mod.: CMOS drak/300 (2 un.). Destinação: Para atender ao Programa Social Regionalização - Urgência e Emergência Valores: R\$ 6.000.000. DATA DE ASSINATURA: 23/2/2011 Contrato de Doação de Bens Móveis nº 2300.2010.1.13659. DOADOR: Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado da Saúde - SES/ MG. DONATÁRIO: MUNICÍPIO DE DORES DE CAMPOS. OBJETO: CONCENTRADOR DE OXIGÊNIO - MODELO EST-DFBB. (1 un.). MESA PARA MICROCOMPUTADOR. Marca JULIA MOVEIS. VALORES: R\$ 2.780.000. DATA DE ASSINATURA: 23/2/2011 Contrato de Doação de Bens Móveis nº 2090.2010.1.14173. DOADOR: Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado da Saúde - SES/ MG. DONATÁRIO: MUNICÍPIO DE CURVELO. OBJETO: ARQUIVO PARA ESCRITÓRIO MARCA SA GONDOLA - MODELO OFC-04. (1 un.). CADEIRA PARA ESCRITÓRIO MARCA FCM MODELO SMS. (1 un.). ESTANTE PARA BIBLIOTECA MARCA SA GONDOLA - MODELO EST-DFBB. (1 un.). MESA PARA MICROCOMPUTADOR. Marca JULIA MOVEIS. VALORES: R\$ 2.780.000. DATA DE ASSINATURA: 23/2/2011 Contrato de Doação de Bens Móveis nº 2090.2010.1.14173. DOADOR: Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado da Saúde - SES/ MG. DONATÁRIO: MUNICÍPIO DE CURVELO. OBJETO: ARQUIVO PARA ESCRITÓRIO MARCA SA GONDOLA - MODELO OFC-04. (1 un.). CADEIRA PARA ESCRITÓRIO MARCA FCM MODELO SMS. (1 un.). ESTANTE PARA BIBLIOTECA MARCA SA GONDOLA - MODELO EST-DFBB. (1 un.). MESA PARA MICROCOMPUTADOR. Marca JULIA MOVEIS. VALORES: R\$ 2.780.000. DATA DE ASSINATURA: 23/2/2011 Contrato de Doação de Bens Móveis nº 2090.2010.1.14173. DOADOR:




**MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.**

 CNPJ: 33.224.254/0001-42  
 Fundada em 18 de janeiro de 1954

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**
**1. Identificação**

**Nome completo e sigla** MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A.  
**CNPJ** 33.224.254/0001-42  
**Natureza jurídica** Empresa Pública  
**Vinculação** Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG  
**Endereço** Av. Álvares Cabral, nº 200, 2º, 13º, 14º e 16º andares – Centro - Belo Horizonte Minas Gerais - CEP: 30.170-000  
**Endereço Web** www.mgs.srv.br  
**Norma Legal** Lei 11.638 de 28/12/2007 - Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras Lei 19.087 de 21/07/2010 - Altera a Lei nº 11.406, de 28 de janeiro de 1994, que reorganiza a autarquia Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - IPSM introduz alterações na estrutura

**Situação Finalidade**

ra orgânica de Secretarias de Estado e dá outras providências.  
 Em funcionamento  
 Prestação de serviços técnicos, administrativos e gerais aos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Estado e dos Municípios.

**2. Introdução**

A MGS – Minas Gerais Administração e Serviços S.A., empresa pública, de capital fechado, opera as atividades do seu objeto social, nas funções auxiliares de área meio, atuando como prestadora de serviços para o Estado e Municípios.  
 Atua em 168 municípios mineiros, estando presente nas 10 (dez) Macrorregiões do Estado, e conta, até dezembro de 2011, em seu quadro de pessoal com 20.631 empregados.  
 Ao desempenhar intermediação de mão-de-obra e outras atividades de área meio para Estado e Município, a MGS está comprometida, em seu espaço político-institucional, com o crescimento sustentável, a geração de emprego e renda e a inclusão social.  
 Focada na sustentabilidade empresarial, com atenção equilibrada às dimensões econômico-financeira, social e ambiental, participa, enquanto empresa pública, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG, do Governo Estadual.

**3. Principais Ações**

Como principais ações desenvolvidas pela Empresa, destacamos: Elaboração do Planejamento Estratégico; Elaboração do Plano de Cargos, Salários e Carreiras; Elaboração do Caderno de Serviços; Realização de Concurso Público; Elaboração do Manual de Procedimento Demissional; Mudança da Sede Administrativa da Empresa; Mudança do Quadro de Apoio Operacional para novo espaço físico; Credenciamento de Clínicas e Laboratórios em regiões estratégicas para a empresa, visando a realização de exames e consultas admissionais, demissionais e periódicos em atendimento ao Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO.

**4. Outras Ações Relevantes**

Dentre várias ações, foram implementadas pela Empresa: Atualização das Regulamentações e Procedimentos Operacionais; Ganho de economia de escala nas compras públicas; Redução da frota de veículos locados; Ampliação dos serviços prestados de gestão de documentos, e reorganização do espaço físico; Melhorias na prestação de serviços nas Unidades de Atendimento Integrado – UAI; Investimentos em Tecnologia da Informação; Reorganização da Assessoria Jurídica mediante divisão das funções contenciosas e consultiva; Reestruturação das Unidades de Auditoria Interna e Comunicação Social.  
 Ainda podemos citar a continuidade das seguintes ações desenvolvidas: Treinamento e reciclagem dos empregados; Atuação da Equipe de

Segurança do Trabalho junto às frentes de serviços no interior e capital; Atendimento Nutricional e Atendimento psicológico e social;

A empresa logrou êxito em recuperar créditos, junto a seus clientes, na ordem de 41,51% sobre o total de débitos no período comparativo 2011/2010.

Através do Departamento Jurídico, a empresa reverteu os pedidos reclamados na Justiça de R\$1.849.545,04 para R\$671.272,47, proporcionando economia de 63,71% sobre o total ajuizado.

**5. Conclusão**

A MGS através da realização de melhorias sistêmicas para ofertar serviços com qualidade, a custos otimizados e atender a todos os seus clientes, almeja a excelência na prestação de seus serviços e reforça a sua definição de negócios e estratégias. Atua sempre em respeito à diversidade, incentivo à comunicação, à participação e ao crescimento profissional. Assumindo compromisso com resultados de forma transparente, inovadora e sustentável, expandiu seus ativos em face do avanço do mercado de Minas Gerais, atingindo crescimento de seu faturamento na ordem de 23,90% em relação ao ano de 2010, melhorando, assim, a qualidade de sua receita.

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2011.

**A ADMINISTRAÇÃO.**
**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.**  
 (Em Reais)

ATIVO	Notas	31.12.2011		31.12.2010	
		31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e bancos		873.046	443.071		
Aplicações financeiras	3b	58.411.672	21.646.883		
Bancos conta vinculada	4	3.241.658	3.111.233		
Faturas a receber		17.089.774	29.219.826		
Adiantamentos a empregados	5	1.819.257	1.450.393		
Dividendos a receber		462.812	0		
Estoques	3c	1.945.671	1.262.175		
Tributos a recuperar	6	5.141.079	2.978.537		
Gastos a apropriar	7	6.241.692	4.847.433		
Outros ativos circulantes	8	150.253	1.219.443		
Contas bancárias com restrições	10	1.922.223	0		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>97.299.137</b>	<b>66.178.994</b>		
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores		4.911.470	4.932.139		
Salários e ordenados a pagar		14.503.785	222.195		
Obrigações sociais a recolher	13	5.002.390	4.140.810		
Obrigações tributárias	14	9.991.027	7.788.164		
Provisão para férias e encargos sociais	3h	31.032.824	25.912.505		
Provisão para rescisões contratuais	15	194.862	194.863		
Outros passivos circulantes	16	5.521.061	2.517.044		
Dividendos a pagar	17	4.378.164	2.684.036		
Garantias contratuais	10	1.922.223	0		
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>77.457.806</b>	<b>48.391.756</b>		
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Contingências trabalhistas	18	6.772.839	4.830.393		
Contingências cíveis	18	374.045	2.129.798		
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>7.146.884</b>	<b>6.960.191</b>		
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	19a	22.000.000	12.000.000		
Reservas de capital	19b	0	3.569.818		
Reservas de lucros	19c	11.762.768	11.150.676		
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>33.762.768</b>	<b>26.720.494</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
**EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**  
 (Em Reais)

	Reservas de Capital			Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Adiantamento p/ Aumento de Capital	Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Prejuízos		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>12.000.000</b>	<b>3.231.653</b>	<b>338.165</b>	<b>859.909</b>	<b>5.945.266</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>22.374.993</b>
Lucro líquido do exercício	0	0	0	0	4.345.501	0	0	4.345.501
<b>Destinação do Lucro:</b>								
Reserva legal	0	0	0	217.275	0	(217.275)	0	0
Reserva de lucros	0	0	0	0	4.128.226	(4.128.226)	0	0
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>12.000.000</b>	<b>3.231.653</b>	<b>338.165</b>	<b>1.077.184</b>	<b>10.073.492</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>26.720.494</b>
Capitalização Reserva p/ Aumento de Capital	3.231.653	(3.231.653)	0	0	0	0	0	0
Capitalização Reserva de Capital	338.165	0	(338.165)	0	0	0	0	0
Capitalização de Reserva de Lucros	6.430.182	0	0	0	(6.430.182)	0	0	0
Lucro (Prejuízo) do Período	0	0	0	0	0	7.133.173	0	7.133.173
<b>Destinação do Lucro:</b>								
Reserva Leal	0	0	0	356.659	0	(356.659)	0	0
Dividendos a Pagar	0	0	0	0	0	(90.899)	0	(90.899)
Reserva de Lucros	0	0	0	0	6.685.615	(6.685.615)	0	0
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>22.000.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.433.843</b>	<b>10.328.925</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>33.762.768</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
**EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.**  
 (Em Reais)

**1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

AMGS – Minas Gerais Administração e Serviços S.A. é uma empresa pública, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, controlada pelo Estado de Minas Gerais, vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG tendo como objeto social a prestação de serviços técnicos, administrativos e gerais às secretarias, órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Estado e dos Municípios, nos seguintes setores: I - locação de mão-de-obra para conservação, limpeza, asseio, higienização, vigilância e serviços temporários; II - administração de estacionamentos rotativos; III - administração de condomínios; IV - recuperação, manutenção e conservação de imóveis, móveis, máquinas, equipamentos e aparelhos em geral, abrangendo ainda, gestão e guarda de documentos e processos pertinentes; V - gestão de frota de veículos em geral e de contratos de conserto e manutenção; VI - execução de serviços gráficos, confecção e instalação de placas em geral; VII - administração de processos licitatórios e contratos administrativos em geral; VIII - gestão de contratos de transporte de valores, cargas e passageiros por via aérea e terrestre em geral; IX - fornecimento, revenda, administração e representação de vale transporte, vale refeição, outros tipos similares de vales e fornecimento de alimentação através de cozinha própria; X - administração e representação de ações trabalhistas.

**2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, cujos procedimentos e princípios se constituem nos princípios fundamentais de contabilidade, devidamente auditada por Auditores Independentes.

Na preparação e apresentação das demonstrações contábeis do exercício de 2011 foram adotadas as disposições da Lei 11.638/2007, Lei 11.941/2009 e pronunciamentos emanados do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Na elaboração dessas demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas para o registro de direitos e obrigações, observado o princípio do conservadorismo. Essas estimativas abrangem vida útil de ativos imobilizados, perdas com contingências, entre outras.

**3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**
**a. Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios.

**b. Aplicações financeiras**

São representadas por valores de liquidez imediata e estão registradas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

**c. Estoques**

Estão avaliados pelo custo médio de aquisição, inferior aos custos de reposição.

**d. Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo**

São apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, ou, no caso de despesas do exercício seguinte, ao custo.

**e. Depósitos judiciais**

Estão atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial – TR, conforme tabela fornecida pelo Tribunal Regional do Trabalho.

**f. Imobilizado**

O imobilizado da Companhia está demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente com base na UFIR, até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são calculadas pelo método linear, à taxas usuais e permitidas pela legislação, contemplando a vida útil e econômica dos bens, conforme parâmetros estabelecidos pela vida útil. Estão incluídos como Ativo Imobilizado itens tangíveis que são mantidos para uso na produção ou fornecimento de serviços, ou para fins administrativos; e que se espera utilizar por mais de um exercício.

**g. Intangível**

O intangível da companhia está demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente com base na UFIR, até 31 de dezembro de 1995. As amortizações são calculadas à taxas usuais e permitidas pela legislação.

**h. Provisão de férias e encargos.**

A provisão para férias é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, e inclui os correspondentes encargos sociais.

**i. Provisão para imposto de renda e contribuição social.**

A Companhia adotou o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido aplicando as regras do regime de tributação com base no lucro real, efetuando pagamento mensal, baseado na prerrogativa de suspensão/redução evidenciado por meio de balancetes mensais acumulados. O imposto de renda foi calculado à alíquota-base de 15% sobre o lucro tributável acrescido do acional de 10% previsto na legislação. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Na apuração do lucro tributável são consideradas as adições e exclusões previstas na legislação tributária, inclusive o diferimento das parcelas da receita de órgãos públicos, não recebidas dentro do exercício.

**j. Provisão para PIS e COFINS.**

São tributos federais diretos calculados sobre a receita total de acordo com a legislação tributária na modalidade não-cumulativa. Na apuração das contribuições ao PIS e COFINS a Companhia vem utilizando o critério de incluir na base de cálculo somente as receitas efetivamente recebidas no período, adicionando em períodos posteriores as receitas reconhecidas em períodos anteriores, caso sejam recebidas.

**k. Demais passivos circulante e não circulante.**  
 Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas em base "pro - rata".

**4 - BANCOS CONTA VINCULADA**

Valores bloqueados por determinação judicial para garantia de execução de ações trabalhistas. Os valores estão bloqueados nos bancos conforme tabela a seguir:

BANCO	31.12.2011	31.12.2010
Banco Itaú	3.188.045	3.107.553
Banco Bradesco	2.009	0
Banco do Brasil	15.938	0
Caixa Econômica Federal	35.666	3.680
<b>TOTAL</b>	<b>3.241.658</b>	<b>3.111.233</b>

**5 - ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS**

Representados por antecipação de férias a empregados no valor de R\$ 1.819.257.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**  
 (Em Reais)

	31.12.2011	31.12.2010
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>		
Prestação de serviços	509.498.458	411.231.655
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>		
Impostos incidentes	(55.171.174)	(44.502.625)
Cancelamentos, descontos e deduções	(586.056)	(545.224)
<b>TOTAL</b>	<b>(55.757.230)</b>	<b>(45.047.849)</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>453.741.228</b>	<b>366.183.806</b>
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>(418.105.186)</b>	<b>(334.746.478)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>35.636.042</b>	<b>31.437.328</b>
<b>DESPESAS / RECEITAS OPERACIONAIS</b>		
Despesas com pessoal	(23.156.376)	(20.000.682)
Despesas gerais e administrativas	(8.066.988)	(7.001.200)
Despesas tributárias	(133.459)	(177.566)
Despesas trabalhistas	(109.725)	(3.644.842)
Despesas financeiras	(1.861.587)	(1.523.006)
Receitas financeiras	3.335.517	1.723.261
Receitas/despesas diversas	2.971.521	4.513.554
Outras receitas/despesas	226.950	600.357
<b>TOTAL</b>	<b>(26.794.147)</b>	<b>(25.510.124)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DA CS E I RENDA</b>	<b>8.841.895</b>	<b>5.927.204</b>
Provisão para contribuição social	(468.628)	(430.826)
Provisão para imposto de renda	(1.245.094)	(1.150.877)
<b>LUCRO DO EXERCÍCIO</b>	<b>7.133.173</b>	<b>4.345.501</b>
Lucro por ação do capital social	0,71	0,43

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**6 - TRIBUTOS A RECUPERAR**

Estão representados por retenções de Imposto de Renda Retido na Fonte, PIS, COFINS e Contribuição Social e créditos a recuperar de COFINS e PIS, como representado no quadro a seguir:

	31.12.2011	31.12.2010
<b>TRIBUTOS A RECUPERAR</b>		
IRRF	4.088.527	2.407.587
COFINS	249.298	89.724
CSLL	21.316	29.908
PIS	54.015	19.440
IRPJ	0	136.043
CSLL antecipado	0	49.442
Cédito de PIS a recuperar	129.846	43.951
Cédito de COFINS a recuperar	598.077	202.442
<b>TOTALS</b>	<b>5.141.079</b>	<b>2.978.537</b>

**7 - GASTOS A APROPRIAR**

Estão representados por vales-transporte, vales-refeição e vales-combustível.

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
Vale-transporte	1.689.345	1.416.403
Vale-alimentação	4.552.347	3.418.120
Vale-combustível	0	12.910
<b>TOTALS</b>	<b>6.241.692</b>	<b>4.847.433</b>

**8 - OUTROS ATIVOS CIRCULANTES**

Estes ativos estão representados basicamente por dividendos a receber e valores a regularizar.

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
DIVIDENDOS A RECEBER	462.822	0
VALORES A REGULARIZAR	27.168	1.088.916
INDENIZAÇÕES A RECUPERAR	0	36.757
VALORES A REGULARIZAR-ISSQN IMPOF - QUOTA PARTE ADIANT.	6.710	2





**MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.**

CNPJ: 33.224.254/0001-42  
Fundada em 18 de janeiro de 1954

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010. - (Em Reais)**

**12 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL**

IMOBILIZADO	31.12.2011		31.12.2010		Taxas Anuais de Depreciação
	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	
Terrenos	242.670	-	242.670	242.670	-
Edificações	47.498	(37.908)	9.590	11.491	4%
Móveis e Utensílios	5.124.774	(1.599.294)	3.525.480	2.873.515	10%
Máquinas e Equipamentos	2.396.275	(774.306)	1.621.969	1.632.603	10%
Veículos	234.808	(172.707)	62.101	80.691	20 e 40%
Instalações	2.875.909	(584.876)	2.291.033	2.408.276	10%
Ferramentas	37.940	(14.149)	23.791	26.575	10%
Computadores e Periféricos	1.171.701	(778.095)	393.606	579.444	20%
Aparelhos Telefônicos	29.999	(11.935)	18.064	20.266	10%
Benefeitorias em Andamento (*)	6.537.888	-	6.537.888	3.097.462	-
<b>TOTAIS</b>	<b>18.699.462</b>	<b>(3.973.270)</b>	<b>14.726.192</b>	<b>10.972.993</b>	-

INTANGÍVEL	31.12.2011		31.12.2010		Taxas Anuais de Amortização
	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	
Direitos de Uso de Software	16.844	(12.651)	4.193	44.292	20%
Marcas e Patentes	430.553	(416.163)	14.390	7.355	20%
<b>TOTAIS</b>	<b>447.397</b>	<b>(428.814)</b>	<b>18.583</b>	<b>51.647</b>	-

(\*) Benefeitorias em andamento refere-se à reforma em imóvel de propriedade do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG, situado na Rua São Paulo, 679, bairro Centro, Belo Horizonte, MG, o qual, em princípio, seria destinado à instalação e funcionamento da sede da MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A., conforme contrato de cessão onerosa de uso de bem imóvel firmado em 06 de outubro de 2006 com previsão de encerramento das obras em 2012. No entanto, conforme ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA MGS, restou deliberado que, em face da necessidade e interesse público do Estado, o imóvel abrigará a "Casa de Direitos Humanos", ocasião em que, a MGS passará a figurar como interveniente em um novo Termo de Cessão a ser celebrado entre IPSEMG e a SEDESE.

**13 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS A RECOLHER**  
Representadas em sua quase totalidade pelo INSS e FGTS a Recolher, vencíveis em 2012, conforme descrição a seguir:

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
INSS	3.319.460	2.767.888
FGTS	1.630.699	1.322.843
CONTRIB. SINDICAL	52.231	50.079
<b>TOTAIS</b>	<b>5.002.390</b>	<b>4.140.810</b>

**14 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**  
Referem-se a valores a recolher de PIS, COFINS, ISSQN, IRRF, CSLL e IRPJ, vencíveis em 2012. Estes tributos vêm sendo recolhidos dentro dos prazos legais.

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
PIS	1.215.659	829.810
COFINS	5.599.399	3.822.155
ISSQN	610.624	8.987
IRRF	348.188	248.118
IRPJ	355.446	0
CSLL	131.690	0
CSRF-Contrib.Sociais Retidas na Fonte	18.878	6.007
PIS Diferido	305.231	512.497
COFINS Diferido	1.405.912	2.360.590
<b>TOTAIS</b>	<b>9.991.027</b>	<b>7.788.164</b>

As provisões para PIS e COFINS têm como base de cálculo somente as receitas efetivamente recebidas como evidenciado no item 3.j, contudo, em atendimento aos princípios contábeis são realizadas as provisões referentes aos valores faturados e não recebidos, reconhecidos nas contas de COFINS e PIS Diferidos.

**15 - PROVISÃO PARA RESCISÕES CONTRATUAIS**  
Constituída para fazer face às rescisões contratuais de empregados não concursados, em cumprimento ao acordo firmado com o Ministério Público do Trabalho em 01.09.2000.

**16 - OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES**  
Representados por "obrigações com descontos sobre a folha de pagamentos" e "outras contas a pagar" relativas a aluguel de máquinas e equipamentos, aquisições do imobilizado, serviços de terceiros, etc.

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
OBRIGAÇÕES C/ DESC. FL. PGTO..	1.550.888	1.332.100
ALUGUÉIS E CONDOMÍNIOS	242.741	55.041
SERVIÇOS DE TERCEIROS	2.617.831	40.779
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	349.051	469.883
AQUISIÇÃO DO IMOBILIZADO	0	252.223
SEGUROS	116.489	111.001
C/C CLIENTES	436.021	50.365
OUTROS	208.039	205.052
<b>TOTAL</b>	<b>5.521.060</b>	<b>2.517.044</b>

**17 - DIVIDENDOS**  
Os juros sobre o capital próprio imputados à conta de Dividendos ultrapassaram os 25% mínimos de dividendos obrigatórios previsto no Estatuto Social. Portanto, os Dividendos a pagar relativos ao exercício de 2010 resumem-se ao valor dos juros sobre o capital próprio. Desta forma não apuramos complemento de dividendos a pagar relativo ao exercício de 2010. No exercício de 2011 os juros sobre o capital próprio imputados à conta de dividendos ficaram abaixo dos dividendos apurados exigindo um complemento de R\$ 90.899,01.

**18 - CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS**  
A sociedade está discutindo judicialmente 1.289 causas trabalhistas e constituiu provisão para contingências no montante de R\$6.772.840, valor este considerado suficiente de acordo com o histórico vivenciado nos últimos exercícios e avaliações da Assessoria Jurídica da empresa.

Descrição	Quantidade de Ações		Valores em R\$	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
MGS-FS	1.248	559	123,26%	6.114.444
MGS-QAO	41	70	-41,43%	658,396
<b>TOTAIS</b>	<b>1.289</b>	<b>629</b>	<b>104,93%</b>	<b>6.772.840</b>

**19 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
a) Capital social  
O capital social de R\$12.000.000,00, foi elevado para R\$22.000.000,00, com integralização de: Adiantamento para aumento de capital = R\$3.231.652,63; Reserva de capital = R\$338.165,51 e Reserva de lucros = R\$6.430.181,86. Este capital é representado por 10.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. São acionistas: Estado de Minas Gerais com participação de 99% e Imprensa Oficial do Estado de MG com participação de 1%.

Capital Social	31.12.2011		31.12.2010	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Adiant* p/Aumento Capital	22.000.000,00	12.000.000,00	0,00	3.231.652,63
Reserva de Capital	0,00	338.165,51	0,00	338.165,51
Reserva Legal	1.433.842,71	1.077.184,05	10,328.925,12	10.073.491,49
Reserva de Lucros	10.328.925,12	10.073.491,49	33.762.767,83	26.720.493,68
<b>TOTAL</b>	<b>33.762.767,83</b>	<b>26.720.493,68</b>		

**20 - JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**  
De acordo com a faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Empresa calculou Juros sobre Capital Próprio com base na taxa de juros de longo prazo (TJLP), no montante de R\$ 1.603.299,62, imputado à conta de "Dividendos", a ser referendado pela Assembleia Geral Ordinária - AGO. O valor dos referidos juros foi contabilizado na rubrica "Despesas Financeiras", de acordo com o que determina a legislação fiscal.

**21 - RECEITA OPERACIONAL**  
A MGS apresentou crescimento em sua receita operacional da ordem de 23,90%, passando de R\$411.231.655 em 2010 para R\$509.498.458 em 2011. Desta forma, por ultrapassar a barreira dos 300 milhões, continua a integrar o grupo sujeito ao acompanhamento especial pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, conforme a portaria RFB 11.223/07 e o grupo de empresas de grande porte, dentro do conceito contido no art. 3º da Lei 11.638/2007.

**22 - SEGUROS**  
É política de a empresa manter seguros para cobertura de seus bens relativos a estoques e imobilizado sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, assim como seguro coletivo para seus empregados.

**23 - PLANO PREVIDENCIAL - DELIBERAÇÃO CVM 371/00 - IBRACON NPC 26/00**  
Desde agosto de 1992 a MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. é patrocinadora de um Plano Previdencial junto à Previminas - Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais, com o objetivo de suplementar parcialmente em 50% os benefícios concedidos pela Previdência Social aos seus empregados e administradores. O Plano Previdencial da MGS, conveniado com a Previminas, é do tipo Benefício Definido, com regime financeiro de capitalização e, para atender o contido na Deliberação CVM 371/00 que aprovou o pronunciamento NPC-26 do IBRACON, foi avaliado pela metodologia Prospectiva (Crédito Unitário Projetado). Os cálculos atuariais processados conforme determinações indicadas pelo pronunciamento IBRACON NPC 26/00, revelaram que no caso da MGS não há valor de passivo a ser reconhecido em balanço, em relação às obrigações com o Plano de Benefícios mantido com a PREVIMINAS.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

<b>RENATA MARIA PAES DE VILHENA</b> Presidente	<b>ANA MARIA GUIMARÃES DE CAMPOS LIMA</b> Conselheira
<b>LUZIA SORAIA SILVA GHADER</b> Vice-Presidente	<b>ÂNGELO LEITE PEREIRA</b> Conselheiro
<b>THIAGO HENRIQUE BAROUCHE BREGUNCI</b> Conselheiro	<b>ALEXANDRE LIMA DE ALVARENGA</b> Conselheiro

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

**Responsabilidade dos auditores independentes**  
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a

**MEMÓRIA DE CÁLCULO DIVIDENDOS**  
Lucro líquido do exercício ..... 7.133.173  
Reserva legal ..... (356.659)  
Base de cálculo dos dividendos ..... 6.776.514  
Dividendos de 25% ..... 1.694.129  
JSCP imputado aos dividendos ..... (1.603.230)  
**Dividendos a pagar (complemento) ... 90.899**

**18 - CONTINGÊNCIAS**  
A sociedade está discutindo judicialmente algumas causas cíveis e trabalhistas que estão indevidas. Foram constituídas provisões para contingências no montante de R\$7.146.884 (R\$6.960.192 no exercício anterior), com base em avaliações e relatórios preparados por assessores jurídicos para atendimento à necessidade contábil.

**Contingências Trabalhistas**  
A sociedade está discutindo judicialmente 1.289 causas trabalhistas e constituiu provisão para contingências no montante de R\$6.772.840, valor este considerado suficiente de acordo com o histórico vivenciado nos últimos exercícios e avaliações da Assessoria Jurídica da empresa.

Descrição	Quantidade de Ações		Valores em R\$	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
MGS-FS	1.248	559	123,26%	6.114.444
MGS-QAO	41	70	-41,43%	658,396
<b>TOTAIS</b>	<b>1.289</b>	<b>629</b>	<b>104,93%</b>	<b>6.772.840</b>

**Contingências Cíveis**  
A sociedade está discutindo judicialmente 2 ações cíveis e constituiu provisão para contingências no montante de R\$374.045, valor este considerado suficiente de acordo com planilha fornecida pela Assessoria Jurídica da empresa.

Descrição	Quantidade de Ações		Valores em R\$	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
MGS - ADM	2	4	-50,00%	374.045
				2.129.798
				-82,44%

**Histórico das Provisões para atender o acordo judicial MGS x Ministério Público Trabalho celebrado em 01.09.2000.**  
O Acordo Judicial firmado em 1º/09/2000, antes objeto de um histórico detalhado foi praticamente cumprido, remanesecendo atualmente apenas o saldo de R\$194.862 para atender aquelas rescisões decorrentes de reclamatórias trabalhistas, movidas por empregados demissíveis e outros tantos por afastamento de saúde.

**20 - JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**  
De acordo com a faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Empresa calculou Juros sobre Capital Próprio com base na taxa de juros de longo prazo (TJLP), no montante de R\$ 1.603.299,62, imputado à conta de "Dividendos", a ser referendado pela Assembleia Geral Ordinária - AGO. O valor dos referidos juros foi contabilizado na rubrica "Despesas Financeiras", de acordo com o que determina a legislação fiscal.

**21 - RECEITA OPERACIONAL**  
A MGS apresentou crescimento em sua receita operacional da ordem de 23,90%, passando de R\$411.231.655 em 2010 para R\$509.498.458 em 2011. Desta forma, por ultrapassar a barreira dos 300 milhões, continua a integrar o grupo sujeito ao acompanhamento especial pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, conforme a portaria RFB 11.223/07 e o grupo de empresas de grande porte, dentro do conceito contido no art. 3º da Lei 11.638/2007.

**22 - SEGUROS**  
É política de a empresa manter seguros para cobertura de seus bens relativos a estoques e imobilizado sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, assim como seguro coletivo para seus empregados.

**23 - PLANO PREVIDENCIAL - DELIBERAÇÃO CVM 371/00 - IBRACON NPC 26/00**  
Desde agosto de 1992 a MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. é patrocinadora de um Plano Previdencial junto à Previminas - Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais, com o objetivo de suplementar parcialmente em 50% os benefícios concedidos pela Previdência Social aos seus empregados e administradores. O Plano Previdencial da MGS, conveniado com a Previminas, é do tipo Benefício Definido, com regime financeiro de capitalização e, para atender o contido na Deliberação CVM 371/00 que aprovou o pronunciamento NPC-26 do IBRACON, foi avaliado pela metodologia Prospectiva (Crédito Unitário Projetado). Os cálculos atuariais processados conforme determinações indicadas pelo pronunciamento IBRACON NPC 26/00, revelaram que no caso da MGS não há valor de passivo a ser reconhecido em balanço, em relação às obrigações com o Plano de Benefícios mantido com a PREVIMINAS.

**24 - JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**  
De acordo com a faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Empresa calculou Juros sobre Capital Próprio com base na taxa de juros de longo prazo (TJLP), no montante de R\$ 1.603.299,62, imputado à conta de "Dividendos", a ser referendado pela Assembleia Geral Ordinária - AGO. O valor dos referidos juros foi contabilizado na rubrica "Despesas Financeiras", de acordo com o que determina a legislação fiscal.

**25 - RECEITA OPERACIONAL**  
A MGS apresentou crescimento em sua receita operacional da ordem de 23,90%, passando de R\$411.231.655 em 2010 para R\$509.498.458 em 2011. Desta forma, por ultrapassar a barreira dos 300 milhões, continua a integrar o grupo sujeito ao acompanhamento especial pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, conforme a portaria RFB 11.223/07 e o grupo de empresas de grande porte, dentro do conceito contido no art. 3º da Lei 11.638/2007.

**26 - SEGUROS**  
É política de a empresa manter seguros para cobertura de seus bens relativos a estoques e imobilizado sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, assim como seguro coletivo para seus empregados.

**27 - PLANO PREVIDENCIAL - DELIBERAÇÃO CVM 371/00 - IBRACON NPC 26/00**  
Desde agosto de 1992 a MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. é patrocinadora de um Plano Previdencial junto à Previminas - Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais, com o objetivo de suplementar parcialmente em 50% os benefícios concedidos pela Previdência Social aos seus empregados e administradores. O Plano Previdencial da MGS, conveniado com a Previminas, é do tipo Benefício Definido, com regime financeiro de capitalização e, para atender o contido na Deliberação CVM 371/00 que aprovou o pronunciamento NPC-26 do IBRACON, foi avaliado pela metodologia Prospectiva (Crédito Unitário Projetado). Os cálculos atuariais processados conforme determinações indicadas pelo pronunciamento IBRACON NPC 26/00, revelaram que no caso da MGS não há valor de passivo a ser reconhecido em balanço, em relação às obrigações com o Plano de Benefícios mantido com a PREVIMINAS.

**DIRETORIA EXECUTIVA**

<b>LUZIA SORAIA SILVA GHADER</b> Diretora Presidente	<b>MARIA ÂNGELA CARVALHO DIAS COELHO</b> Diretora
<b>JOÃO BATISTA FERREIRA DE SALLES</b> Diretor Vice Presidente	<b>MARIA LIONI DE OLIVEIRA</b> Diretora
<b>WALTER PEREIRA DE CASTRO</b> Téc. Contab. CRCMG 065070/O-0	

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**

**ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA / 2º NÍVEL TEÓFILO OTONI**  
Resumo do Termo de Doação de Material Permanente nº 1910001856 Partes: EMG/SEF e Município de Poté. Objeto: Doação, em caráter definitivo e sem encargos ao Donatário, do material constante da Cláusula Primeira - "Do Objeto" do Termo de Doação. Valor dos bens doados: R\$217,50 (Duzentos e dezessete reais e cinquenta centavos). Data da assinatura 17/04/2012. Leonardo Maurício Colombini Lima, Secretário de Estado de Fazenda, 18/04/2012.

Resumo do convênio 1910002028"  
Partes: EMG/SEF e Fundação Educacional de Varginha/Faculdade de Direito de Varginha. Objeto: Cooperação entre a SEF/MG e a Instituição de Ensino para recrutamento de estudantes visando atividades de estágio. Vigência: 60 (sessenta) meses, com início a contar da data da assinatura: 22/02/2012. Pedro Menegueti, Secretário Adjunto de Estado da Fazenda 12/04/2012

3 cm -19 287203 - 1

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

**RESULTADO DE JULGAMENTO RECURSO PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO Nº. 19/2012.**  
Objeto: Medicamentos Farmácia de Minas I - Biênio 2012/2013. A SES/MG torna público aos interessados que foi constatado que as empresas Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda e EMS S/A., não tiveram oportunidade de contrarrazoar os recursos apresentados, ficando concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das contrarrazões após a publicação, estendendo esta

as demais empresas que se sentiram prejudicadas no certame. Belo Horizonte, 19 de abril de 2012 (Gerência de Compras - NCMEE)

4 cm -19 287632 - 1

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

**ATO DE RATIFICAÇÃO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
Contratado: Minas: Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - PRODEMGE  
Objeto: Prestação de serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação - Processo 1321127-230/2011, Dispensa de Licitação nº 060/2011, com fundamento no Art.24 -Inciso VIII da Lei 8.666/93, Provisão Orçamentária:4291.10.126.708.2094.0001-339039-10.1 Valor: R\$1.271.699,76(um milhão duzentos e setenta e um mil seiscientos e noventa e nove reais e setenta e seis centavos). Autorização em 13/04/2012, por João Luiz de Soares, Subsecretário de Inovação e Logística em Saúde, Ratificação em 13/04/2012, por Antônio Jorge Marques, Secretário de Estado de Saúde - MG.

3 cm -19 287125 - 1

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
Processo: 1321129-209(2012) - Dispensa: nº.74/2012  
Objeto: Somatropina 4UI (Saizen®)  
Contratante: SES/MG Contratada: Merck S/A.  
Fundamento Legal art. 24, Inciso IV.  
Valor: R\$23.219,52 (Vinte e três mil duzentos e dez e nove reais e cinquenta e dois centavos).  
D.O. 4291.10.122.237.7024.0001-339030  
Data de assinatura: 17/04/2012 (Diretoria de Compras - NCMEE)

SES/NCMEE - 102

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
Processo: 1321129-07/2012 - Dispensa: nº.021/2012  
Objeto: Sapropterina Dicloridrato 100mg (Kuvan®)  
Contratante: SES/MG Contratada: Uno Healthcare Europe, INC.  
Fundamento Legal art. 24, Inciso IV.  
Valor: € 17.126,51 (Trinta e sete mil oitocentos e noventa e três euros e trinta e nove centavos).  
D.O. 4291.10.122.237.7024.0001-339030  
Data de assinatura: 19/04/2012 (Diretoria de Compras - NCMEE)

SES/NCMEE - 103

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

**RESULTADO DE JULGAMENTO RECURSO PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO Nº. 19/2012.**  
Objeto: Medicamentos Farmácia de Minas I - Biênio 2012/2013. A SES/MG torna público aos interessados que foi constatado que as empresas Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda e EMS S/A., não tiveram oportunidade de contrarrazoar os recursos apresentados, ficando concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das contrarrazões após a publicação, estendendo esta

as demais empresas que se sentiram prejudicadas no certame. Belo Horizonte, 19 de abril de 2012 (Gerência de Compras - NCMEE)

4 cm -19 287632 - 1

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

**ATO DE RATIFICAÇÃO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
Contratado: Minas: Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - PRODEMGE  
Objeto: Prestação de serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação - Processo 1321127-230/2011, Dispensa de Licitação nº 060/2011, com fundamento no Art.24 -Inciso VIII da Lei 8.666/93, Provisão Orçamentária:4291.10.126.708.2094.0001-339039-10.1 Valor: R\$1.271.699,76(um milhão duzentos e setenta e um mil seiscientos e noventa e nove reais e setenta e seis centavos). Autorização em 13/04/2012, por João Luiz de Soares, Subsecretário de Inovação e Logística em Saúde, Ratificação em 13/04/2012, por Antônio Jorge Marques, Secretário de Estado de Saúde - MG.

3 cm -19 287645 - 1

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
Processo: 1321129-209(2012) - Dispensa: nº.74/2012  
Objeto: Somatropina 4UI (Saizen®)  
Contratante: SES/MG Contratada: Merck S/A.  
Fundamento Legal art. 24, Inciso IV.  
Valor: R\$23.219,52 (Vinte e três mil duzentos e dez e nove reais e cinquenta e dois centavos).  
D.O. 4291.10.122.237.7024.0001-339030  
Data de assinatura: 17/04/2012 (Diretoria de Compras - NCMEE)

SES/NCMEE - 102

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**




**MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.**

 CNPJ: 33.224.254/0001-42  
 Fundada em 18 de janeiro de 1954

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**
**1. IDENTIFICAÇÃO**

**Nome completo e sigla** MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A.  
**CNPJ** 33.224.254/0001-42  
**Natureza jurídica** Empresa Pública  
**Vinculação** Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG  
**Endereço** Av. Álvares Cabral, nº 200, 2º, 13º, 14º e 16º andares - Centro - Belo Horizonte - Minas Gerais - CEP: 30.170-000  
**Endereço Web** www.mgs.srv.br  
**Instituto Legal** Lei nº 11.406, de 28 de janeiro de 1994 (art. 125 e seg.)  
**Finalidade** Prestação de serviços técnicos, administrativos e gerais aos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Estado e dos Municípios.

**2. INTRODUÇÃO**

A MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A., sociedade de grande porte, cuja receita bruta anual superou, no último ano, 600 milhões de reais, é empresa pública de capital fechado e presta serviços

administrativos e gerais para o Estado e Município de Belo Horizonte, conforme previsto em seu objeto social. Com foco na sustentabilidade empresarial, enquanto empresa pública contribui para o cumprimento dos objetivos e metas do Estado de Minas Gerais, previstas no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG).

**3. PRINCIPAIS AÇÕES**

Como principais ações desenvolvidas pela empresa, no exercício de 2012, destacam-se a implementação do Planejamento Estratégico; implantação do Plano de Cargos, Salários e Carreiras; finalização do Caderno de Serviços, material destinado à padronização dos serviços prestados pela MGS; instituição do Programa de Avaliação de Desempenho; elaboração e divulgação da Cartilha contra o Assédio Moral; mudança da Sede Administrativa da empresa e do seu Quadro de Apoio Operacional; realização do diagnóstico da necessidade de nova estrutura organizacional; desenvolvimento de ações de promoção e prevenção à saúde do trabalhador; contratação de Líderes Operacionais para atuarem no interior, com vistas à otimização das ações de RH e Jurídicas; atualização e readequação das regulamentações e procedimentos operacionais internos; reestruturação da Unidade de Comunicação Social; criação do Vídeo Institucional e readequação do site da empresa.

**3.1. Ações Especiais de Desenvolvimento Institucional e de Geração de Economia**

Visando a implementação da Política de Desenvolvimento Institucional, a MGS procedeu à realização de treinamentos e reciclagem dos seus empregados, atuantes em diversos segmentos. Até dezembro de 2012, a MGS capacitou 5.240 empregados, através de seus instrutores, da equipe contratada da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais (UTRAMIG) e da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG). Outra ação que merece destaque, com o intuito de melhorar os controles da empresa e cumprir normativo legal do Ministério do Trabalho e Emprego, foi a aquisição de 563 relógios de ponto eletrônico, cuja instalação nas frentes de serviço, teve início em novembro de 2012, com previsão de atendimento a todas as unidades da MGS com número de empregados igual ou superior a 10. Importante registrar, ainda, que, através do Departamento Jurídico, a empresa reverteu os pedidos reclamados na Justiça proporcionando economia de 43,95% sobre o total ajustado. A substituição da empresa fornecedora dos créditos eletrônicos de vale-alimentação fez com que a MGS alcançasse uma economia estimada em R\$ 141.600/mês, na distribuição do benefício aos seus empregados. Também, a mudança no conceito de compra e distribuição de vales-

transporte aos empregados da empresa, lotados na capital e região metropolitana de Belo Horizonte, a partir de agosto de 2012, através do processamento eletrônico dos saldos residuais não utilizados pelos empregados e aproveitados nas aquisições e distribuições futuras, possibilitou a geração de uma economia estimada de R\$ 241.955/mês, que alcançou os seus clientes, e consequentemente, refletiu nos cofres públicos.

**4. CONCLUSÃO**

A respeitável trajetória desta empresa pública, consolida-se, ainda mais neste momento, com a realização das melhorias observadas no exercício de 2012, cujas ações visaram oferecer serviços com qualidade a custos otimizados e atendimento adequado a todos os seus clientes. O respeito à diversidade, o incentivo à comunicação, à participação e ao crescimento profissional, bem como, o compromisso com os resultados, aqui observados, reforçam os valores desta MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A.

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2012.

**A ADMINISTRAÇÃO**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.			
(Valores em reais - R\$)			
ATIVO	Notas	31.12.2012	31.12.2011
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa .....	4	38.523.251	59.284.718
Depósitos vinculados .....	5	2.947.023	3.241.658
Contas a receber de clientes .....	6	62.656.543	17.089.774
Adiantamentos a empregados .....	7	2.277.518	1.819.257
Dividendos a receber .....	8	382.772	462.822
Estoques .....	3b	2.144.948	1.945.671
Tributos a recuperar .....	9	8.537.442	5.141.079
Gastos a apropriar .....	10	6.776.644	6.241.692
Depósitos em garantia (cauções) .....	11	2.040.745	1.922.223
Outros ativos circulantes .....	12	6.679.330	150.243
<b>TOTAL DO ATIVO</b> .....		<b>152.876.546</b>	<b>118.367.458</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Fornecedores .....		5.301.927	4.911.470
Salários e ordenados a pagar .....		17.650.470	14.503.785
Obrigações sociais a recolher .....	16	6.000.790	5.002.390
Obrigações tributárias .....	17	12.741.811	9.991.027
Provisão para férias e encargos sociais .....	3g	39.559.431	31.032.824
Provisão para rescisões contratuais .....	18	194.862	194.862
Dividendos e juros s/ o capital próprio a pagar .....	19	8.888.862	4.378.164
Garantias contratuais .....	20	2.055.240	1.922.223
Outros passivos circulantes .....	21	3.191.441	5.521.061
<b>TOTAL DO PASSIVO</b> .....		<b>95.584.834</b>	<b>77.457.806</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Contingências trabalhistas .....	22	6.752.251	6.772.839
Contingências cíveis .....	22	397.227	374.045
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b> .....		<b>7.149.478</b>	<b>7.146.884</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social .....	23a	22.000.000	22.000.000
Reservas de lucros .....	23b	28.142.234	11.762.768
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> .....		<b>50.142.234</b>	<b>33.762.768</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> .....		<b>152.876.546</b>	<b>118.367.458</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011						
(Valores em reais - R\$)						
	Reservas de Capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Patrimônio líquido total
	Capital social	Adiant. p/ fut. aumento de capital	Incentivos fiscais	Reserva legal		
<b>Saldos em 31/12/2010</b> .....	<b>12.000.000</b>	<b>3.231.653</b>	<b>338.165</b>	<b>1.077.184</b>	<b>10.073.492</b>	<b>26.720.494</b>
Capitalização res. aumento capital .....	3.231.653	(3.231.653)	-	-	-	-
Capitalização reserva de capital .....	338.165	-	(338.165)	-	-	-
Capitalização de reserva de lucros .....	6.430.182	-	-	(6.430.182)	-	-
Lucro líquido do exercício .....	-	-	-	-	7.133.173	7.133.173
<b>Destinação do Lucro:</b>						
Reserva legal .....	-	-	-	356.659	(356.659)	(90.899)
Dividendos a pagar .....	-	-	-	-	(90.899)	(90.899)
Reserva de lucros .....	-	-	-	6.685.615	(6.685.615)	-
<b>Saldos em 31/12/2011</b> .....	<b>22.000.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.433.843</b>	<b>10.328.925</b>	<b>33.762.768</b>
Lucro líquido do exercício .....	-	-	-	-	18.935.223	18.935.223
<b>Destinação do lucro:</b>						
Reserva legal .....	-	-	-	946.761	(946.761)	-
Dividendos a pagar .....	-	-	-	-	(2.555.757)	(2.555.757)
Reserva de lucros .....	-	-	-	15.432.705	(15.432.705)	-
<b>Saldos em 31/12/2012</b> .....	<b>22.000.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.380.604</b>	<b>25.761.630</b>	<b>50.142.234</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011						
(Valores em reais - R\$)						

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. é uma empresa pública, com sede na cidade de Belo Horizonte/MG, controlada pelo Estado de Minas Gerais, vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), tendo como objeto social a prestação de serviços técnicos, administrativos e gerais às secretarias, órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Estado e dos Municípios, nos seguintes setores: I. locação de mão-de-obra para conservação, limpeza, assessoria, higienização, vigilância e serviços temporários; II. administração de estacionamentos rotativos; III. administração de condomínios; IV. recuperação, manutenção e conservação de imóveis, móveis, máquinas, equipamentos e aparelhos em geral, abrangendo ainda, gestão e guarda de documentos e processos pertinentes; V. gestão de frota de veículos em geral e de contratos de conserto e manutenção; VI. execução de serviços gráficos, confecção e instalação de placas em geral; VII. administração de processos licitatórios e contratos administrativos em geral; VIII. gestão de contratos de transporte de valores, cargas e passageiros por via aérea e terrestre em geral; IX. fornecimento, revenda, administração e representação de vale transporte, vale refeição, outros tipos similares de vales e fornecimento de alimentação através de cozinha própria; X. administração e representação de ações trabalhistas.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações financeiras, de responsabilidade desta administração, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Na elaboração dessas demonstrações contábeis foram utilizadas determinadas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Essas estimativas abrangem perdas com contingências, perdas com créditos de liquidação duvidosa, entre outras.

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**a. Apuração do resultado**  
 O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes à prestação de serviços são transferidos para os clientes.

**b. Estoques**  
 Os estoques são apresentados pelo menor valor apurado entre o valor de custo e o valor líquido realizável, sendo composto basicamente por uniformes, materiais de limpeza e de peças de reposição para utilização nos serviços a serem prestados. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

**c. Demais ativos circulantes e não circulantes**

São apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, ou, no caso de despesas antecipadas, ao custo.

**d. Depósitos judiciais**

Os depósitos judiciais estão atualizados monetariamente pela variação

da Taxa Referencial (TR), conforme tabela fornecida pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT).

**e. Imobilizado**

O imobilizado da empresa está demonstrado ao custo de aquisição menos a depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, e as taxas foram definidas em função da vida útil e econômica dos bens.

Estão incluídos como ativo imobilizado itens tangíveis que são mantidos para uso na produção ou fornecimento de serviços, ou para fins administrativos, e que se espera utilizar por mais de um exercício. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

**f. Intangível**

O intangível da empresa está demonstrado ao custo de aquisição, menos as amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas pelo método linear ao longo da vida útil estimada dos componentes do intangível.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

**g. Provisão para férias e encargos**

A provisão para férias é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e inclui os correspondentes encargos sociais.

**h. Provisão para imposto de renda e contribuição social**

A empresa adotou o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, aplicando as regras do regime de tributação com base no lucro real, efetuando pagamento mensal, baseado na prerrogativa de suspensão/redução evidenciado por meio de balancetes mensais acumulados. O imposto de renda foi calculado à alíquota-base de 15% (quinze por cento) sobre o lucro tributável acrescido do adicional de 10% (dez por cento) previsto na legislação. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% (nove por cento) sobre o lucro tributável. Na apuração do lucro tributável são consideradas as adições e exclusões previstas na legislação tributária, inclusive o diferimento das parcelas da receita de órgãos públicos, não recebidas dentro do exercício.

**i. Provisão para PIS e COFINS**  
 São tributos federais diretos calculados sobre a receita total de acordo com a legislação tributária na modalidade não cumulativa.

**j. Demais passivos circulantes e não circulantes**

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas em base "pro-rata".

**k. Plano previdencial**  
 Desde agosto de 1992 a MGS é patrocinadora de um Plano Previdencial junto à Fundação Libertas de Seguridade Social, antes denominada PREVIMINAS - Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais, com o objetivo de complementar auxílios doença e aposentadorias (por idade, por invalidez ou por tempo de contribuição) concedidos pela Previdência Social aos seus empregados e administradores. O referido Plano é de tipo Benefício Definido, com regime financeiro de capitalização e, para atender a Deliberação CVM 371/00 que aprovou o pronunciamento NPC 26 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), foi avaliado pela metodologia Prospectiva (Crédito Unitário Projetado). Os cálculos atuariais processados confor-

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011			
(Valores em reais - R\$)			
	Notas	31.12.2012	31.12.2011
<b>RECEITA LÍQUIDA</b> .....	<b>24</b>	<b>554.456.974</b>	<b>453.741.228</b>
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b> .....		<b>(497.041.390)</b>	<b>(418.105.186)</b>
<b>LUCRO BRUTO (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS</b> .....		<b>57.415.584</b>	<b>35.636.042</b>
Despesas com pessoal .....		(27.869.773)	(23.156.376)
Despesas gerais e administrativas .....		(11.035.441)	(8.066.988)
Despesas tributárias .....		(113.519)	(133.459)
Despesas judiciais .....		(33.893)	(109.725)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas .....		1.321.134	3.198.471
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b> .....		<b>19.684.092</b>	<b>7.367.965</b>
Despesas financeiras .....		(2.301.907)	(1.861.587)
Receitas financeiras .....		5.809.430	3.335.517
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b> .....		<b>23.191.615</b>	<b>8.841.895</b>
Contribuição social .....		(1.150.739)	(463.628)
Imposto de renda .....		(3.105.653)	(1.245.094)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b> .....		<b>18.935.223</b>	<b>7.133.173</b>
Lucro por ação do capital social .....		1,89	0,71

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

me determinações indicadas pelo pronunciamento IBRACON NPC 26/00, revelaram que, no caso da MGS, não há valor de passivo a ser reconhecido em balanço, em relação às obrigações com o Plano de Benefícios mantido com a referida Fundação.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Descrição	31.12.2012	31.12.2011
Caixa .....	-	432
Bancos conta movimento .....	60	872.614
Aplicações financeiras .....	38.523.191	58.411.672
<b>Totais</b> .....	<b>38.523.251</b>	<b>59.284.718</b>

Compreendem numerais em espécie, depósitos bancários e aplicações de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras estão registradas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço e são representadas, na sua totalidade, por Fundos Referenciados DI, que buscam acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

**5. DEPÓSITOS VINCULADOS**

Valores bloqueados por determinação judicial para garantia de execução de ações trabalhistas. Os valores estão bloqueados nos bancos conforme quadro a seguir:

Descrição	31.12.2012	31.12.2011
Banco Itaú .....	2.913.070	3.188.045
Banco Bradesco .....	-	2.009
Banco do Brasil .....	-	15.938
Caixa Econômica Federal .....	33.953	35.666
<b>Totais</b> .....	<b>2.947.023</b>	<b>3.241.658</b>

**6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

Os valores a receber são provenientes da prestação de serviços e estão registrados no ativo circulante. A provisão para crédito de liquidação duvidosa constituída no valor de R\$ 623.280 foi mensurada e reconhecida a partir da experiência da Administração da MGS em relação ao histórico das perdas efetivas. Este valor é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

**7. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS**

Representados por antecipação de férias a empregados no valor de R\$ 2.277.518.

**8. DIVIDENDOS A RECEBER**

Refere-se a dividendos a receber da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) decorrentes do investimento de 271.977 ações preferenciais nominativas. Os dividendos a receber da Coteminas, no valor de R\$ 10 (dez reais), classificados no balanço publicado de 2011 em "Outros ativos circulantes", foram reclassificados em 2012 para "Dividendos a receber", para melhor adequação da natureza contábil.

**9. TRIBUTOS A RECUPERAR**

Estão representados por retenções de Imposto de Renda, PIS, COFINS e Contribuição Social e créditos a recuperar de PIS e COFINS, como representado no quadro a seguir:

Descrição	31.12.2012	31.12.2011
Imposto de renda .....	7.717.647	4.088.527
Contribuição social .....	170.938	21.316
COFINS .....	533.307	847.375
PIS .....	115.550	183.861
<b>Totais</b> .....	<b>8.537.442</b>	<b>5.141.079</b>

**10. GASTOS A APROPRIAR**

O saldo dos gastos a apropriar é composto por créditos de vales transporte e vales refeição.

Descrição	31.12.2012	31.12.2011
Vale-transporte .....	1.796.312	1.689.345
Vale-alimentação .....	4.980.332	4.552.347
<b>Totais</b> .....	<b>6.776.644</b>	<b>6.241.692</b>

**11. DEPÓSITOS EM GARANTIA (CAUÇÕES)**

Conta	Descrição	31.12.2012	31.12.2011
00009340-8	MGS PBH Caução 6991194	1.418.113	1.335.752
00009333-5	MGS PBH Caução 6991170	622.632	586.471
<b>Totais</b> .....	<b>2.040.745</b>	<b>1.922.223</b>	

Tratam-se de depósitos realizados pela Prefeitura de Belo Horizonte como garantia contratual para cobrir sua possível inadimplência com esta MGS. Os valores encontram-se aplicados em Fundo de Investimento do Banco do Brasil, atualizados de acordo com os rendimentos do fundo BB CP ADMIN SOBERANO.





**MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.**

CNPJ: 33.224.254/0001-42  
Fundada em 18 de janeiro de 1954

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011. - (Valores em reais - R\$)**

**12. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES (continuação...)**

(\* Reforma do Edifício Lutétia: imóvel de propriedade do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (IPSEMG), cujas obras de reforma e adaptação encontram-se sob a gestão e fiscalização do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais (DEOP). Em princípio, o imóvel, situado na Rua São Paulo, 679, bairro Centro, Belo Horizonte/MG, seria destinado à instalação da nova sede da MGS, conforme contrato de cessão onerosa de uso de bem imóvel, firmado em outubro de 2006. Conforme ATA DA 120ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA MGS, de 28/09/2011; e Convênio nº J.066.0.2012 (Termo de Cessão nº 01/2012), de 15/04/2012, restou firmado que, em face da necessidade e interesse público do Estado, o imóvel abrigará a "Casa de Direitos Humanos", figurando, a MGS, como interveniente no referido Termo de Cessão, celebrado entre IPSEMG e a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDESE).

Descrição	31.12.2012	31.12.2011
Depósitos recursais	6.121.009	4.687.637
Depósitos trabalhistas	1.161.097	265.830
<b>Totais</b>	<b>7.282.606</b>	<b>4.953.467</b>

**15. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL**

IMOBILIZADO	31.12.2012		31.12.2011		Taxas anuais de depreciação
	Custo	Valor líquido	Custo	Valor líquido	
Terenos	242.670	242.670	242.670	242.670	-
Edificações	47.498	7.690	39.808	9.590	4%
Móveis e utensílios	6.231.147	4.040.344	(2.190.803)	3.525.480	10%
Máquinas e equipamentos	2.790.922	1.621.969	(1.021.105)	1.621.969	10%
Veículos	315.430	62.101	(202.705)	112.725	20 e 40%
Instalações	2.897.231	2.291.033	(873.834)	2.291.033	10%
Ferramentas	37.940	23.791	(17.938)	23.791	10%
Computadores e periféricos	3.983.850	393.606	(1.123.819)	2.860.031	20%
Aparelhos telefônicos	29.999	18.064	(14.907)	15.092	10%
Benefícios em andamento (*)	-	6.537.888	-	6.537.888	-
<b>Totais</b>	<b>16.576.687</b>	<b>14.726.192</b>	<b>(5.484.919)</b>	<b>11.091.768</b>	-

(\* Foi transferido para o ativo circulante - "Outros Créditos de Curto Prazo" o valor relativo a Benefícios em Andamento, que se trata de valor a receber - Reforma do Edifício Lutétia (mencionado na nota explicativa nº 12). Esta transferência se deu para melhor adequação da classificação contábil, tendo em vista que a referida reforma não configura mais, para esta empresa, como imobilizado em andamento.

INTANGÍVEL	31.12.2012		31.12.2011		Taxas anuais de amortização
	Custo	Valor líquido	Custo	Valor líquido	
Direitos de uso de software	784.755	334.350	(450.405)	14.390	20%
Marcas e patentes	-	4.193	-	4.193	20%
<b>Totais</b>	<b>784.755</b>	<b>334.350</b>	<b>(450.405)</b>	<b>18.583</b>	-

Foi realizada a baixa de marcas e patentes, em 30.11.2012, pelo valor líquido de R\$ 1.962. As notas explicativas relativas às demonstrações contábeis do exercício de 2011, publicadas no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, em 20 de abril de 2012, apresentaram, equivocadamente, a composição do intangível, cujos custos e amortizações acumuladas foram invertidos entre as contas de marcas e patentes e direitos de uso de software.

**16. OBRIGAÇÕES SOCIAIS A RECOLHER**

Representadas em sua quase totalidade pelo INSS e FGTS a Recolher, vencíveis em 2013, conforme descrição a seguir:

Descrição	31.12.2012	31.12.2011
INSS	3.936.360	3.319.460
FGTS	2.009.698	1.630.699
Contribuição sindical	54.532	52.231
<b>Totais</b>	<b>6.000.790</b>	<b>5.002.390</b>

**17. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**

Referem-se a valores a recolher de Tributo Municipal (ISSQN) e Tributos Federais (PIS, COFINS, IRRF, CSRF), vencíveis em 2013, os quais vêm sendo recolhidos dentro dos prazos legais.

Descrição	31.12.2012	31.12.2011
PIS	827.918	1.215.659
COFINS	3.813.439	5.599.399
ISSQN	714.539	610.624
IRRF	564.565	348.188
IRPJ	-	355.446
CSLL	-	131.690
CSRF - contrib. sociais retidas na fonte	9.947	18.878
PIS diferido	1.215.007	305.231
COFINS diferido	5.596.396	1.405.912
<b>Totais</b>	<b>12.741.811</b>	<b>9.991.027</b>

**Depósitos recursais** - Valores depositados pela empresa para fazer face aos recursos de ações trabalhistas, registrados e atualizados conforme tabela de índices de Juros e Atualização Monetária (JAM), publicada pela Caixa Econômica Federal (CEF), e creditados nas contas vinculadas das FGTS.

**Depósitos trabalhistas** - Depósitos efetuados pela empresa diante da discordância do valor previsto na fase de execução judicial, nas ações trabalhistas movidas por ex-empregados. Os valores são registrados e atualizados pela Taxa Referencial (TR), sem juros de mora, conforme tabela do Tribunal Regional do Trabalho (TRT).

**14. INVESTIMENTOS**

Descrição	31.12.2012	31.12.2011
CEMIG	1.195.858	1.195.858
Outros	5.748	174.221
<b>Totais</b>	<b>1.201.606</b>	<b>1.370.079</b>

Foi constituída provisão para perda dos investimentos considerados de reavaliação improvável, relativos a incentivos fiscais, no valor de R\$ 68.649, e à participação societária de 4,581% no patrimônio da empresa Cotonificio José Augusto, no valor de R\$ 99.824, totalizando R\$ 168.473.

Registrado ao custo de aquisição, o investimento remanescente na CEMIG corresponde a 99,52% do total dos investimentos que se refere a 271.977 ações preferenciais nominativas.

Memória de cálculo dividendos	31.12.2012	31.12.2011
Lucro líquido do exercício	18.935.223	7.133.173
Reserva legal	(946.761)	(356.659)
<b>Base de cálculo dos dividendos</b>	<b>17.988.462</b>	<b>6.776.514</b>
Dividendos de 25%	4.497.115	1.694.129
JSCP imputado aos dividendos	(1.941.358)	(1.603.230)
<b>Dividendos a pagar (complemento)</b>	<b>2.555.757</b>	<b>90.899</b>

Movimentação Dividendos e JSCP a Pagar	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	4.378.164	4.378.164
Dividendos apurados 2012	4.497.115	4.497.115
Reclassificação dividendos e JSCP (2007 e 2008)	(13.583)	(13.583)
<b>Saldo final 31.12.2012</b>	<b>8.888.862</b>	<b>8.888.862</b>

**20. GARANTIAS CONTRATUAIS**

Contas	Descrição	31.12.2012	31.12.2011
00009340-8	MGS PBH Caução 6991194	1.418.113	1.335.752
00009333-5	MGS PBH Caução 6991170	622.633	586.471
00009340-8	MGS PBH Caução 6991194 - IRRF 2011	8.432	-
00009333-5	MGS PBH Caução 6991170 - IRRF 2011	3.702	-
	Caução contratos com fornecedores	2.360	-
<b>Totais</b>	<b>2.055.240</b>	<b>1.922.223</b>	

Tratam-se de depósitos realizados pela Prefeitura de Belo Horizonte como garantia contratual para cobrir sua possível inadimplência com esta MGS. Vide Nota nº 11.

O valor de R\$ 2.360 refere-se a depósito efetuado, como garantia contratual, pelo fornecedor GESMAQ - Comércio e Serviços Ltda-ME, em 18.12.2012.

**21. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES**

Representados por "obrigações com descontos sobre a folha de pagamentos" e "outras contas a pagar" relativas a aluguel de máquinas e equipamentos, aquisições do imobilizado, serviços de terceiros, etc.

Descrição	31.12.2012	31.12.2011
Obrigações com desc.folha pagamento	1.683.828	1.550.888
Aluguéis e condomínios	319.753	242.741
Serviços de terceiros	329.633	2.617.831
Máquinas e equipamentos	517.375	349.051
Aquisições do imobilizado	35.068	-
Seguros	137.997	116.489
Conta corrente de clientes	1.671	436.021
Outros	166.116	208.040
<b>Totais</b>	<b>3.191.441</b>	<b>5.521.061</b>

**22. CONTINGÊNCIAS**

A empresa está discutindo, judicialmente, determinadas decisões em causas trabalhistas e cíveis que entende indevidas. Assim, foram constituídas no exercício de 2012 provisões para contingências no montante de R\$ 7.149.478 (R\$7.146.884 no exercício anterior), com base em avaliações e relatórios preparados pelos assessores jurídicos.

**Contingências Trabalhistas**  
Estão sendo discutidas, judicialmente, 1.430 causas trabalhistas tendo sido constituída provisão para contingências no montante de

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
<b>RENATA MARIA PAES DE VILHENA</b>	Presidente
<b>LUZIA SORAIA SILVA GHADER</b>	Vice-Presidente
<b>THIAGO HENRIQUE BAROUCH BREGUNCI</b>	Conselheiro
<b>MÁRCIO LUIS DE OLIVEIRA</b>	Conselheiro
<b>ALEXANDRE LIMA DE ALVARENGA</b>	Conselheiro

R\$ 6.752.251, considerado suficiente, de acordo com o histórico vivenciado nos últimos exercícios e avaliações da Assessoria Jurídica da empresa.

Descrição	Quantidade de Ações				Valores em R\$			
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
MGS - Frente de serviços	1.406	1.248	5.888.906	6.114.443				
MGS - Quadro de apoio operacional	24	41	863.345	658.396				
<b>Totais</b>	<b>1.430</b>	<b>1.289</b>	<b>6.752.251</b>	<b>6.772.839</b>				

**Contingências Cíveis**

Também estão em discussão judicial 2 (duas) ações cíveis, cuja provisão para contingências foi constituída no montante de R\$397.227, considerado suficiente, de acordo com informações da Assessoria Jurídica da empresa. Durante o exercício de 2012, ocorreram apenas atualizações com base em tabela do poder judiciário do Estado de Minas Gerais, justiça de 1ª Instância.

Descrição	Quantidade de Ações				Valores em R\$			
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
MGS - Administração	2	2	397.227	374.045				

**23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital social**  
O capital social de R\$ 22.000.000,00 em 31.12.2012 é representado por 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal de emissão, tendo como acionistas o Estado de Minas Gerais, com participação de 99%, e a Imprensa Oficial do Estado de MG, com participação de 1%.

Capital social	31.12.2012		31.12.2011	
	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem
Capital social	22.000.000	100%	22.000.000	100%
Reserva legal	2.380.604	10,82%	1.433.843	6,52%
Retenção de lucros	25.761.630	116,22%	10.328.925	46,95%
<b>Totais</b>	<b>50.142.234</b>	<b>226,04%</b>	<b>33.762.768</b>	<b>152,47%</b>

**b) Reserva de Lucros**  
As reservas de lucros são compostas por retenção de lucros no total de R\$ 25.761.630 e reserva legal no valor de R\$ 2.380.604. Em conformidade com o artigo 199 da Lei nº 6.404/76, Lei das Sociedades Anônimas, "a assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos", tendo em vista que o saldo das reservas de lucros ultrapassou o limite que corresponde ao montante do capital social.

**24. RECEITA LÍQUIDA**

Descrição	31.12.2012	31.12.2011
Receita bruta na venda de serviços	629.042.185	509.498.458
Impostos incidentes sobre as vendas	(72.112.560)	(55.171.174)
Descontos, devoluções e cancelamentos	(2.472.651)	(586.056)
<b>Receita líquida</b>	<b>554.456.974</b>	<b>453.741.228</b>

A MGS apresentou crescimento em sua receita operacional líquida na ordem de 22,20%, passando de R\$ 453.741.228 em 2011 para R\$ 554.456.974 em 2012.

Esta forma, em decorrência da receita bruta anual ser superior a 300 milhões de reais, continua a integrar o grupo sujeito ao acompanhamento especial pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, conforme Portaria RFB 11.213/07 e se enquadra como sociedade de grande porte, dentro do conceito contido no art. 3º da Lei 11.638/2007.

As provisões para PIS e COFINS têm como base de cálculo somente as receitas efetivamente recebidas, como evidenciado no item "3.1", contudo, em atendimento aos princípios contábeis, são realizadas as provisões referentes aos valores faturados e não recebidos, reconhecidos nas contas de PIS e COFINS diferidos.

**18. PROVISÃO PARA RESCISÕES CONTRATUAIS**

Provisão constituída para fazer face às rescisões contratuais de empregados não concursados, em cumprimento ao acordo firmado com o Ministério Público do Trabalho em 01.09.2000, e para atender aquelas rescisões decorrentes de reclamatórias trabalhistas, movidas por empregados demissíveis e outros tantos por afastamento de saúde, cujo saldo remanescente é de R\$194.862.

**19. DIVIDENDOS E JSCP A PAGAR**

No exercício de 2011, os Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP) imputados à conta de dividendos ficaram abaixo dos dividendos apurados, exigindo um complemento de R\$ 90.899. Da mesma forma, para o exercício de 2012, foi calculado um complemento de R\$ 2.555.757. De acordo com faculdade prevista na Lei 9.249/95, a empresa calculou juros sobre capital próprio com base na taxa de juros de longo prazo (TJLP), no montante de R\$1.941.358, imputado à conta de "Dividendos", a ser referendado pela Assembleia Geral Ordinária (AGO). O valor dos referidos juros foi contabilizado na rubrica "Despesas Financeiras", nos termos que determina a legislação fiscal.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses contro-

les internos da empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião as Demonstrações Contábeis representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições financeira e patrimonial da MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A., em 31 de dezembro de 2012, o resultado de suas operações e os fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**OUTROS ASSUNTOS**

**Demonstração do Valor Adicionado**  
Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhia abertas e

como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31/12/2011, apresentados para fins de comparação foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório, datado de 21 de março de 2012, sem modificação na opinião.

MACIEL & AUDITORES INDEPENDENTES S/S ME	
CRC R - 005460/0-0 "S" - BH	
<b>ROGER MACIEL DE OLIVEIRA</b>	Responsável Técnico
CRC R - 71.505/O-3 - "S" - BH - Responsável Técnico	
<b>ROSÂNGELA PEREIRA PEIXOTO</b>	Responsável Técnica
CRC R - 65.932/O-7 - "S" - BH - Responsável Técnica	

Página 02/02

**MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S/A**

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MONTAGEM DE DIVISÓRIAS

A MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S/A, torna público a realização da licitação sob a modalidade Pregão eletrônico nº 022/2013, tipo "menor preço" por lote objetivando selecionar as propostas mais vantajosas para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MONTAGEM DE DIVISÓRIAS. O recebimento eletrônico das propostas será até as 09:00 horas do dia 25/04/2013 através do site www.licitacoes-e.com.br. A sessão de abertura de Pregão será dia 25/04/2013 às 09:00 horas. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no seguinte endereço: Av. Álvares Cabral, nº 200, 13º andar, Centro, Belo Horizonte/MG de 08:00 às 12:00 e de 13:00 às 17:00 horas, nos dias úteis e no site www.licitacoes-e.com.br.

Belo Horizonte, 09 de abril de 2013

Equipe do Pregão da

MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S/A

6 cm -09 40424





## MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.

CNPJ: 33.224.254/0001-42

Fundada em 18 de janeiro de 1954

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2013

A Administração da MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. submete à apreciação da Assembleia Geral Ordinária o Relatório de Administração sobre os negócios da Empresa relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, juntamente com as Demonstrações Contábeis e o Relatório dos Auditores Independentes.

#### 1. IDENTIFICAÇÃO

<b>Nome completo e sigla</b>	MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A.
<b>CNPJ</b>	33.224.254/0001-42
<b>Natureza jurídica</b>	Empresa Pública
<b>Endereço</b>	Av. Álvares Cabral, nº 200, 2º, 12º, 13º, 14º e 16º andares - Centro - Belo Horizonte - Minas Gerais - CEP: 30.170-000
<b>Endereço Web</b>	www.mgs.srv.br

#### Perfil

A MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A., empresa pública de grande porte e capital fechado, foi criada em 18/01/1954 e elevada à condição de empresa pública pela Lei nº 11.406, de 28 de janeiro de 1994 (art. 125 e seg.), sendo vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG e tendo por missão atender com excelência, segurança e sustentabilidade a administração pública, prestando serviços técnicos administrativos e gerais aos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Estado e dos Municípios. Com foco na sustentabilidade empresarial, enquanto empresa pública contribui para o cumprimento dos objetivos e metas do Estado de Minas Gerais, tendo ainda como visão, ser referência na prestação de serviços e comprometida com a valorização profissional.

#### Desempenho

Através de ações de melhorias de processos, ganhos de eficiência, crescimento de produtividade e gestão eficiente de gastos a MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. apresentou crescimento do faturamento na ordem de 7,65%, passando de R\$ 629.042.185,07 em 31 de dezembro de 2012, para R\$ 677.147.901,59 em 31 de dezembro de 2013. No decorrer de 2013, a MGS contou com 21.112 empregados e prestou serviços a 67 clientes do Estado de Minas Gerais e o Município de Belo Horizonte, estando presente em 160 municípios mineiros e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, prestando serviços junto aos Escritórios de Representação dos Governos Estadual e Municipal de MG. Entre as principais realizações de 2013, destacam-se:

#### Modelagem de processos

Através de contratação de empresa especializada e em cumprimento das metas previstas no planejamento estratégico, no exercício de 2013 a MGS realizou o mapeamento, diagnóstico e redesenho dos processos das áreas Comercial, Logística, Jurídica, Ouvidoria e Apuração de Ponto, com vistas a reorganizar e readequar os fluxos internos com utilização de metodologia padronizada.

#### Sistema de Informação de Gestão Integrada (SIGI)

A MGS adquiriu Sistema de Informação de Gestão Integrada (SIGI), tecnicamente conhecido como Enterprise Resource Planning (ERP), com o objetivo de disponibilizar uma solução para informatização e integração de todas as áreas da empresa.

#### Análise de custos

Em busca do aperfeiçoamento empresarial, a MGS contratou consultoria especializada para implantação de Sistema de Gestão de Custos e análise de seus contratos de prestação de serviço.

#### Empresa Cidadã

Dando continuidade à sua política de valorização de seu profissional, a MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. aderiu ao Programa Empresa Cidadã, da Receita Federal, que permitiu a ampliação da licença-maternidade de quatro para seis meses.

#### Pesquisa de Clima Organizacional

Outra ação que merece destaque é a Pesquisa de Clima Organizacional realizada com a finalidade de conhecer a opinião dos empregados sobre o grau de satisfação, motivação, comunicação, relacionamento, dentre outros, o que possibilitou identificar oportunidades de melhoria.

#### Programa de Avaliação de Desempenho (PAD)

Em cumprimento a ação prevista no Plano de Cargos, Salários e Carreiras-PCSC, implantado em janeiro de 2012 e com o objetivo de analisar o desempenho individual dos empregados, favorecendo o crescimento profissional e a melhoria contínua dos processos de trabalho, o Programa de Avaliação de Desempenho (PAD) foi implantado em 2013 apenas para os empregados que desempenham suas atividades na sede da empresa, como Projeto Piloto, para futura expansão de forma a atender todos os colaboradores da MGS a partir de 2014.

#### Outras ações relevantes:

Em ação contínua de valorização de seus Recursos Humanos proporcionando mais conforto e praticidade aos seus empregados, a empresa estruturou um novo refeitório, localizado no 12º andar do edifício sede, com capacidade para atendimento a cerca de 250 empregados.

Em continuidade à Política de Desenvolvimento Institucional, a MGS procedeu a realização de treinamentos e reciclagem dos seus empregados, atuantes em diversos segmentos. Até dezembro de 2013, 8.018 empregados foram capacitados, sendo que desses, 7.599 ficaram sob a responsabilidade da equipe de treinamento da própria MGS e 419 de

empresas parceiras ou contratadas.

Ainda em 2013, foram adotadas pela empresa várias ações que possibilitaram considerável reversão de ações trabalhistas e/ou reclamações na Justiça.

#### Outros projetos que se destacaram em 2013:

- Aderção à Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet) e Lei Municipal de Incentivo à Cultura (LMIC).
- Promoção e prevenção da saúde do trabalhador, por meio de campanhas de conscientização.
- Incentivo à aprendizagem contínua por meio do Programa Pocket Training, Express, Educação de Liderança e Top Training.
- Implantação da TV Corporativa como novo canal de comunicação interna.

#### Conclusão

A respeitável trajetória desta empresa pública consolida-se, ainda mais neste momento, com a realização das melhorias observadas no exercício de 2013, cujas ações visaram oferecer serviços com qualidade a custos otimizados e atendimento adequado a todos os seus clientes. Registra-se que os bons resultados obtidos em 2013 estão intimamente ligados a condução de um planejamento estratégico construído de forma participativa, que tem assegurado ações afinadas com a proposta da administração pública estadual e somente foi possível devido ao apoio dos colaboradores internos e externos, em todos os níveis, em especial do Conselho de Administração.

Belo Horizonte, 26 de março de 2014

### A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012.					
(Valores em reais - R\$)					
ATIVO	Notas	31.12.13		31.12.12	
<b>Ativo Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	35.890.203	38.523.251		
Depósitos vinculados	5	2.996.939	2.947.023		
Contas a receber de clientes	6	83.297.213	62.656.543		
Adiantamentos a empregados	7	2.830.116	2.277.518		
Dividendos a receber	8	-	382.772		
Estoque	3b	2.534.692	2.144.948		
Tributos a recuperar	9	9.269.747	8.537.442		
Gastos a apropriar	10	6.551.114	6.776.644		
Depósitos em garantia (cauções)	11	2.144.810	2.040.745		
Outros ativos circulantes	12	8.426.862	6.679.330		
		<b>153.951.696</b>	<b>132.966.216</b>		
<b>Ativo Não Circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Depósitos judiciais	13	6.555.417	7.282.606		
Outros créditos	14	2.004.726	-		
Investimentos	15	1.201.606	1.201.606		
Imobilizado	16	10.167.135	11.091.768		
Intangível	16	4.634.966	334.350		
		<b>24.563.850</b>	<b>19.910.330</b>		
<b>Total do Ativo</b>		<b>178.515.546</b>	<b>152.876.546</b>		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis					
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
	Notas	31.12.13	31.12.12		
<b>Passivo Circulante</b>					
Fornecedores		5.411.269	5.301.927		
Salários e ordenados a pagar		19.099.965	17.650.470		
Obrigações sociais a recolher	17	6.800.612	6.000.790		
Obrigações tributárias	18	18.722.676	12.741.811		
Provisão para férias e encargos sociais	3g	44.436.770	39.559.431		
Provisão para rescisões contratuais	19	59.737	194.862		
Dividendos e juros s/ capital próprio	20	15.893.089	8.888.862		
Ganhos contratuais	21	2.186.656	2.055.240		
Outros passivos circulantes	22	5.780.586	3.191.441		
		<b>118.391.360</b>	<b>95.584.834</b>		
<b>Passivo Não Circulante</b>					
Contingências trabalhistas	23	10.571.675	6.752.251		
Contingências cíveis	23	432.101	397.227		
		<b>11.003.776</b>	<b>7.149.478</b>		
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital social	24a	24.000.000	22.000.000		
Reserva de lucros	24b	25.120.410	28.142.234		
		<b>49.120.410</b>	<b>50.142.234</b>		
<b>Total do Passivo</b>		<b>178.515.546</b>	<b>152.876.546</b>		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis					

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012					
(Valores em reais - R\$)					
	Notas	31.12.13		31.12.12	
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	25	<b>598.610.782</b>	<b>554.456.974</b>		
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>		<b>(553.083.757)</b>	<b>(497.041.390)</b>		
<b>LUCRO BRUTO (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>45.527.025</b>	<b>57.415.584</b>		
Despesas com pessoal		(31.650.657)	(27.869.773)		
Despesas gerais e administrativas		(13.239.623)	(11.035.441)		
Despesas tributárias		(141.925)	(113.519)		
Despesas judiciais		(42.577)	(33.893)		
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		3.577.732	1.321.134		
<b>LUCROS ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>4.029.975</b>	<b>19.684.092</b>		
Despesas financeiras		(2.742.248)	(2.301.907)		
Receitas financeiras		4.480.867	5.809.430		
<b>LUCROS ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>5.768.594</b>	<b>23.191.615</b>		
Contribuição social		(631.570)	(1.150.739)		
Imposto de renda		(1.661.733)	(3.105.653)		
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>3.475.291</b>	<b>18.935.223</b>		
Lucro por ação do capital social		0,35	1,89		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis					

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012					
(Valores em reais - R\$)					
	Notas	31.12.13		31.12.12	
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Recebimentos de clientes		577.602.203	508.214.703		
Pagamentos a fornecedores		(23.718.658)	(29.497.465)		
Pagamentos a fornecedores de vales alimentação e transporte		(81.365.365)	(78.702.718)		
Pagamentos de salários e encargos sociais dos empregados e repasses		(308.894.231)	(266.763.949)		
Recebimentos de dividendos e juros		1.504.390	875.542		
Outros recebimentos provenientes das operações		3.611.505	3.048.416		
Pagamentos de impostos federais		(145.520.802)	(135.122.371)		
Pagamentos de impostos estaduais		(3.065)	(1.730)		
Pagamentos de impostos municipais		(8.889.002)	(8.271.125)		
Outros pagamentos decorrentes das atividades operacionais		(13.635.749)	(13.925.951)		
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>691.226</b>	<b>(20.146.648)</b>		
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>					
Recebimentos provenientes do resgate de investimentos temporários		-	4.055.926		
Pagamentos na aquisição a vista de bens do imobilizado		(3.324.274)	(4.670.745)		
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		<b>(3.324.274)</b>	<b>(614.819)</b>		
<b>REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(2.633.048)</b>	<b>(20.761.467)</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		38.523.251	59.284.718		
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		35.890.203	38.523.251		
<b>REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(2.633.048)</b>	<b>(20.761.467)</b>		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis					

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012					
(Valores em reais - R\$)					
	Notas	31.12.13		31.12.12	
<b>RECEITAS</b>		<b>677.035.779</b>	<b>626.697.337</b>		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		676.386.049	626.569.534		
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		649.730	534.339		
Prov. p/ créditos de liquidação duvidosa (reversão/constituição)		-	(406.536)		
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		<b>(20.980.060)</b>	<b>(20.709.251)</b>		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(10.670.047)	(13.502.692)		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(7.222.175)	(5.382.164)		
Perda, recuperação de valores ativos		(3.087.838)	(1.824.395)		
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		<b>656.055.719</b>	<b>605.988.086</b>		
<b>DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>		<b>(2.196.604)</b>	<b>(1.548.138)</b>		
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>		<b>653.859.115</b>	<b>604.439.948</b>		
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		<b>5.709.333</b>	<b>6.604.989</b>		
Resultado de equív. patrimonial, dividendos e JSCP		1.228.466	795.559		
Receitas financeiras		4.480.867	5.809.430		
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<b>659.568.448</b>	<b>611.044.937</b>		
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		<b>(659.568.448)</b>	<b>(611.044.937)</b>		
<b>Pessoal e encargos sociais</b>		<b>(466.046.887)</b>	<b>(414.862.717)</b>		
Remuneração direta		(366.468.992)	(326.034.350)		
Benefícios		(65.159.089)	(60.955.233)		
FGTS		(34.418.806)	(27.873.134)		
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		<b>(182.493.678)</b>	<b>(170.488.570)</b>		
Federais		(167.127.073)	(156.247.379)		
Estaduais		(122.209)	(268.680)		
Municipais		(15.244.396)	(13.972.511)		
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>		<b>(5.045.480)</b>	<b>(4.817.069)</b>		
Juros		(295.434)	(369.485)		
Aluguéis		(4.750.046)	(4.447.584)		
<b>Remuneração de capital próprio</b>		<b>(5.982.403)</b>	<b>(20.876.581)</b>		
Juros sobre o capital próprio		(2.507.112)	(1.941.358)		
Lucros retidos		(3.475.291)	(18.935.223)		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis					

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012					
(Valores em reais - R\$)					
<b>1. CONTEXTO OPERACIONAL</b>					
A MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. é uma empresa pública, com sede na cidade de Belo Horizonte/MG, controlada pelo Estado de Minas Gerais, vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), tendo como objeto social a prestação de serviços técnicos, administrativos e gerais às secretarias, órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Estado e dos Municípios, nos seguintes setores: I. locação de mão-de-obra para conservação, limpeza, asseio, higienização, vigilância e serviços temporários; II. administração de estacionamentos rotativos; III. administração de condomínios; IV. recuperação, manutenção e conservação de imóveis, móveis, máquinas, equipamentos e aparelhos em geral, abrangendo ainda, gestão e guarda de documentos e processos pertinentes; V. gestão de frota de veículos em geral e de contratos de conserto e manutenção; VI. execução de serviços gráficos, confecção e instalação de placas em geral; VII. administração de processos licitatórios e contratos administrativos em geral; VIII. gestão de contratos de transporte de valores, cargas e passageiros por via aérea e terrestre em geral; IX. fornecimento, venda, administração e representação de vale transporte, vale refeição, outros tipos similares de vales e fornecimento de alimentação através de cozinha própria; X. administração e representação de ações trabalhistas.					
<b>2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>					
As demonstrações contábeis, de responsabilidade desta administração, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração da entidade em 26 de março de 2014.					
<b>3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS</b>					
<b>a. Apuração do resultado</b>					
O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes à prestação de serviços são transferidos para os clientes.					
<b>b. Estoques</b>					
Os estoques são apresentados pelo menor valor apurado entre o valor de custo e o					





**MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.**

CNPJ: 33.224.254/0001-42  
Fundada em 18 de janeiro de 1954

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 - (Valores em reais - R\$)**

**Reforma do Edifício Lutétia**

O saldo corresponde ao imóvel de propriedade do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (IPSEMG), cujas obras de reforma e adaptação encontram-se sob a gestão e fiscalização do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais (DEOP). Em princípio, o imóvel, situado na Rua São Paulo, 679, bairro Centro, Belo Horizonte/MG, seria destinado à instalação da nova sede da MGS, conforme contrato de cessão onerosa de uso de bem imóvel, firmado em outubro de 2006. De acordo com a decisão registrada em ata da 120ª reunião ordinária do conselho de administração da MGS, de 28/09/2011, e Convênio nº J.066.0.2012 (Termo de Cessão nº 01/2012), de 15/04/2012, restou firmado que, em face da necessidade e interesse público do Estado, o imóvel atualmente abriga a "Casa de Direitos Humanos", figurando, a MGS, como interveniente no referido Termo de Cessão celebrado entre IPSEMG e a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDESE). A variação no período corresponde a atualização pelo Índice Nacional de Custo da Construção.

**13. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	31.12.13	31.12.12
Depósitos recursais	5.647.884	6.121.509
Depósitos trabalhistas	907.533	1.161.097
<b>Total</b>	<b>6.555.417</b>	<b>7.282.606</b>

Depósitos recursais - Valores depositados pela empresa para fazer face

**16. IMOBILIZADO e INTANGÍVEL**

IMOBILIZADO	31.12.13		31.12.12		Taxas anuais de depreciação
	Valor Corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Terenos	242.670	-	242.670	242.670	-
Edificações	47.499	(41.708)	5.791	7.690	4%
Móveis e utensílios	6.157.858	(2.722.709)	3.435.149	4.040.344	10%
Máquinas e equipamentos	3.029.936	(1.151.844)	1.878.092	1.769.817	10%
Veículos	487.256	(226.982)	260.274	112.725	20 e 40%
Instalações	2.893.703	(1.155.360)	1.738.343	2.023.397	10%
Ferramentas	36.552	(20.733)	15.819	20.002	10%
Computadores e periféricos	4.249.469	(1.669.770)	2.579.699	2.860.031	20%
Aparelhos telefônicos	27.878	(16.580)	11.298	15.092	10%
<b>Total</b>	<b>17.172.821</b>	<b>(7.005.686)</b>	<b>10.167.135</b>	<b>11.091.768</b>	

**INTANGÍVEL**

Intangível	31.12.13		31.12.12		Taxas anuais de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Software - Direito de uso	1.070.116	(546.858)	523.258	334.350	20%
Software - Direito de uso - V. útil definida	2.091.008	(69.700)	2.021.308	-	40%
Software - Direito de uso - V. útil indefinida	2.090.400	-	2.090.400	-	-
<b>Total</b>	<b>5.251.524</b>	<b>(616.558)</b>	<b>4.634.966</b>	<b>334.350</b>	

Software - Direito de Uso - Está representado, basicamente, pela aquisição de licenças e direito de uso perpétuo de um Sistema de Informação de Gestão Integrada (SIGI) adquirido durante o período.

Em 2013, a Companhia continuou considerando, de maneira geral, as taxas de depreciação admitidas pela legislação tributária sem a prática da revisão periódica das estimativas de vida útil e determinação de valor residual, que são fundamentais para definição do montante a ser depreciado segundo a NBC/TG 27 - ativo imobilizado.

**17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS A RECOLHER**

Representadas em sua quase totalidade pelo INSS e FGTS a Recolher, vencíveis em 2014, conforme descrição a seguir:

	31.12.13	31.12.12
INSS	4.589.655	3.936.360
FGTS	2.153.099	2.009.898
Contribuição sindical	57.858	54.532
<b>Total</b>	<b>6.800.612</b>	<b>6.000.790</b>

**18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**

Referem-se a valores a recolher de Tributo Municipal (ISSQN) e Tributos Federais (PIS, COFINS, IRRF, CSLL e CSRFP), vencíveis em 2014, os quais vêm sendo recolhidos dentro dos prazos legais.

	31.12.13	31.12.12
COFINS	6.835.894	3.813.439
PIS	1.484.109	827.918
COFINS diferido	7.410.971	5.596.396
PIS diferido	1.608.961	1.215.007
ISSQN	710.623	714.539
IRRF	573.140	564.565
CSLL	94.185	-
Outras obrigações	4.793	9.947
<b>Total</b>	<b>18.722.676</b>	<b>12.741.811</b>

**PIS e COFINS DIFERIDOS**

Aos Srs. Acionistas e Administradores da **MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.** Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações contábeis da MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Contábeis**  
A Administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos Auditores Independentes**  
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas

requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante das demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**14. OUTROS CRÉDITOS DE LONGO PRAZO**  
Baseados na orientação da NBC/TG 25, do Conselho Federal de Contabilidade, a empresa constituiu Provisão Ativa no valor de R\$ 2.004.726, vinculada a uma ação trabalhista, cujo reembolso está legalmente previsto em caso de insucesso. O mesmo valor se encontra registrado no Passivo Não Circulante - Contingências Trabalhistas.

**15. INVESTIMENTOS**

	31.12.13	31.12.12
CEMIG	1.195.858	1.195.858
Outros	5.748	5.748
<b>Total</b>	<b>1.201.606</b>	<b>1.201.606</b>

Registrado ao custo de aquisição. O investimento remanescente na CEMIG corresponde a 99,52% do total dos investimentos, que se refere a 306.939 ações preferenciais nominativas.

IMOBILIZADO	31.12.13		31.12.12		Taxas anuais de depreciação
	Valor Corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Terenos	242.670	-	242.670	242.670	-
Edificações	47.499	(41.708)	5.791	7.690	4%
Móveis e utensílios	6.157.858	(2.722.709)	3.435.149	4.040.344	10%
Máquinas e equipamentos	3.029.936	(1.151.844)	1.878.092	1.769.817	10%
Veículos	487.256	(226.982)	260.274	112.725	20 e 40%
Instalações	2.893.703	(1.155.360)	1.738.343	2.023.397	10%
Ferramentas	36.552	(20.733)	15.819	20.002	10%
Computadores e periféricos	4.249.469	(1.669.770)	2.579.699	2.860.031	20%
Aparelhos telefônicos	27.878	(16.580)	11.298	15.092	10%
<b>Total</b>	<b>17.172.821</b>	<b>(7.005.686)</b>	<b>10.167.135</b>	<b>11.091.768</b>	

INTANGÍVEL	31.12.13		31.12.12		Taxas anuais de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Software - Direito de uso	1.070.116	(546.858)	523.258	334.350	20%
Software - Direito de uso - V. útil definida	2.091.008	(69.700)	2.021.308	-	40%
Software - Direito de uso - V. útil indefinida	2.090.400	-	2.090.400	-	-
<b>Total</b>	<b>5.251.524</b>	<b>(616.558)</b>	<b>4.634.966</b>	<b>334.350</b>	

Software - Direito de Uso - Está representado, basicamente, pela aquisição de licenças e direito de uso perpétuo de um Sistema de Informação de Gestão Integrada (SIGI) adquirido durante o período.

Em 2013, a Companhia continuou considerando, de maneira geral, as taxas de depreciação admitidas pela legislação tributária sem a prática da revisão periódica das estimativas de vida útil e determinação de valor residual, que são fundamentais para definição do montante a ser depreciado segundo a NBC/TG 27 - ativo imobilizado.

**19. PROVISÃO PARA RESCISÕES CONTRATUAIS**

Provisão constituída para fazer face às rescisões contratuais de 4 (quatro) empregados não concursados, em cumprimento ao acordo firmado com o Ministério Público do Trabalho em 01.09.2000, e para atender aquelas rescisões decorrentes de reclamatórias trabalhistas movidas por empregados demissíveis e outros tantos por afastamento de saúde, cujo saldo remanescente é de R\$ 59.737.

**20. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**

No exercício de 2012 o valor dos Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP) imputado à conta de dividendos ficou abaixo dos dividendos apurados à alíquota de 25%, exigindo o complemento de R\$ 2.555.757. Para o ano calendário 2013 o valor dos JSCP ficou acima do valor dos dividendos considerado a alíquota de 25%, não exigindo, desta forma, complemento.

De acordo com faculdade prevista na Lei 9.249/95, a empresa calculou juros sobre capital próprio com base na taxa de juros de longo prazo (TJLP), no montante de R\$ 2.507.112, imputado à conta de "Dividendos", a ser referendado pela Assembleia Geral Ordinária (AGO). O valor dos referidos juros foi contabilizado na rubrica "Despesas Financeiras", nos termos que determina a legislação fiscal.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Srs. Acionistas e Administradores da **MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.** Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações contábeis da MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Contábeis**  
A Administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos Auditores Independentes**  
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas

	31.12.13	31.12.12
Lucro líquido do exercício	3.475.291	18.935.223
Reserva legal	(173.764)	(946.761)
<b>Base de cálculo dos dividendos</b>	<b>3.301.527</b>	<b>17.988.462</b>
Dividendos de 25%	825.382	4.497.115
JSCP imputado aos dividendos	(2.507.112)	(1.941.358)

31.12.13		31.12.12	
Estado de Minas Gerais	Imprensa Oficial de MG	Estado de Minas Gerais	Imprensa Oficial de MG
Dividendos	15.720.712	162.348	15.883.060
JSCP	-	10.029	10.029
<b>Total</b>	<b>15.720.712</b>	<b>172.377</b>	<b>15.893.089</b>

31.12.12		31.12.12	
Estado de Minas Gerais	Imprensa Oficial de MG	Estado de Minas Gerais	Imprensa Oficial de MG
Dividendos	8.786.527	92.306	8.878.833
JSCP	-	10.029	10.029
<b>Total</b>	<b>8.786.527</b>	<b>102.335</b>	<b>8.888.862</b>

**21. GARANTIAS CONTRATUAIS**

	31.12.13	31.12.12
Prefeitura de Belo Horizonte - Caução	2.184.296	2.052.880
Caução contratos com fornecedores	2.360	2.360
<b>Total</b>	<b>2.186.656</b>	<b>2.055.240</b>

Trata-se, basicamente, de depósitos realizados pela Prefeitura de Belo Horizonte como garantia contratual para cobrir sua possível inadimplência com a MGS. Vide Nota nº 11.

**22. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES**

Representados por "obrigações com descontos sobre a folha de pagamentos" e "outras contas a pagar" relativas a aluguel de máquinas e equipamentos, aquisições do imobilizado, aquisições do intangível, serviços de terceiros, etc.

	31.12.13	31.12.12
Aquisições do intangível	2.331.404	-
Obrigações com descontos folha de pagamento	1.822.177	1.683.828
Máquinas e equipamentos	570.581	517.375
Serviços de terceiros	383.642	329.633
Aluguéis e condomínios	331.078	319.753
Seguros	257.062	137.997
Conta corrente de clientes	7.932	1.671
Aquisições do imobilizado	2.028	35.068
Outros	74.682	166.116
<b>Total</b>	<b>5.780.586</b>	<b>3.191.441</b>

**23. CONTINGÊNCIAS**

A empresa está discutindo, judicialmente, determinadas decisões nos tribunais e órgãos governamentais, oriundo do curso normal de suas operações. Assim, foram constituídas no exercício de 2013 provisões para contingências trabalhistas e cíveis no montante de R\$ 11.003.776, com base em avaliações e relatórios preparados pelos assessores jurídicos, consideradas como perdas prováveis.

**Contingências Trabalhistas**

Estão sendo discutidas, judicialmente, 1.153 causas trabalhistas tendo sido constituída provisão para contingências no montante de R\$ 10.571.675, considerado suficiente, de acordo com o histórico vivenciado nos últimos exercícios e avaliações da Assessoria Jurídica da empresa.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
RENATA MARIA PAES DE VILHENA - Presidente	
LUZIA SORAIA SILVA GHADER - Vice - Presidente	
ANA LÚCIA ALMEIDA GAZZOLA - Conselheira	
ELIANE DENISE PARREIRAS OLIVEIRA - Conselheira	
MÁRCIO LUÍS DE OLIVEIRA - Conselheiro	
THIAGO HENRIQUE BAROUCH BREGUNCI - Conselheiro	
DIRETORIA EXECUTIVA	

Descrição	Quantidade de Ações		Valores em R\$	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
MGS - Frente de serviços	1.139	1.406	7.981.620	5.888.906
MGS - Quadro de apoio operacional	13	24	585.329	863.345
MGS - Função Pública	1	-	2.004.726	-
<b>Totais</b>	<b>1.153</b>	<b>1.430</b>	<b>10.571.675</b>	<b>6.752.251</b>

**Contingências Cíveis**

Também está em discussão judicial 4 (quatro) ações cíveis, cuja provisão para contingências foi constituída no montante de R\$ 432.101, valor considerado suficiente, de acordo com informações da Assessoria Jurídica da empresa. Os valores estão atualizados com base em tabela do poder judiciário do Estado de Minas Gerais, justiça de 1ª Instância.

Descrição	Quantidade de Ações		Valores em R\$	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
MGS - Administração	4	2	432.101	397.227

Os processos judiciais cíveis classificados pelos consultores jurídicos como perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2013, correspondem a aproximadamente R\$ 1.260.000.

**24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital social**  
O capital social de R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais) em 31.12.13 é representado por 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal de emissão, tendo como acionistas o Estado de Minas Gerais, com participação de 99%, e a Imprensa Oficial do Estado de MG, com participação de 1%.

	31.12.13	31.12.12
Capital social	24.000.000	22.000.000
Reserva legal	2.554.368	2.380.604
Retenção de lucros	22.566.042	25.761.630
<b>Total</b>	<b>49.120.410</b>	<b>50.142.234</b>

**b) Reserva de Lucros**

As reservas de lucros são compostas por reserva legal no valor de R\$ 2.554.368, constituída à alíquota de 5% do resultado do período, não excedendo a 20% do Capital Social e retenção de lucros no total de R\$ 22.566.042.

Em conformidade com o artigo 199 da Lei nº 6.404/76, Lei das Sociedades Anônimas, "a assembleia deliberará sobre a aplicação da Retenção de Lucros no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos".

**25. RECEITA LÍQUIDA**

	31.12.13	31.12.12
Receita bruta na venda de serviços	677.147.901	629.042.185





Minas Gerais Administração e Serviços S.A.

## MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.

CNPJ: 33.224.254/0001-42

Fundada em 18 de janeiro de 1954

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2014

A Administração da MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. submete à apreciação da Assembleia Geral Ordinária o Relatório da Administração sobre os negócios da Empresa relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, juntamente com as Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes.

#### Identificação

<b>Nome completo e sigla</b>	MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A.
<b>CNPJ</b>	33.224.254/0001-42
<b>Natureza jurídica</b>	Empresa Pública
<b>Endereço</b>	Av. Álvares Cabral, nº 200, 2º, 12º, 13º, 14º e 16º andares - Centro - Belo Horizonte - Minas Gerais - CEP: 30.170-000
<b>Endereço Web</b>	www.mgs.srv.br

#### Perfil

A MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A., empresa pública de grande porte e capital fechado, foi criada em 18 de janeiro de 1954 e elevada à condição de empresa pública por força do art. 125 a 129 da Lei nº 11.406, de 28 de janeiro de 1994. Vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, tem por missão atender com excelência, segurança e sustentabilidade a administração pública, prestando serviços técnicos administrativos e gerais aos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Estado e dos Municípios.

Com foco na sustentabilidade empresarial, contribui para o cumprimento dos objetivos e metas do Estado de Minas Gerais, tendo, ainda, como visão, ser referência na prestação de serviços e comprometida com a valorização

profissional. Especialmente no exercício de 2014, ao completar 60 anos de sua fundação, a MGS consolida sua posição de destaque na prestação de serviços no Estado de Minas Gerais.

#### Desempenho

O prejuízo do exercício de 2014, absorvido pelas reservas de lucros, é justificado, basicamente, pela redução de 9,8% para 7,5%, a partir de maio de 2013, sofrida pela taxa de administração cobrada dos clientes integrantes da Administração Pública Estadual, juntamente com o incremento das despesas administrativas, dentre as quais se destacam: despesas judiciais com ações trabalhistas, constituição das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, gastos com depreciação e amortização, despesas com a prorrogação do período do salário maternidade, despesas com alugueis e despesas com publicações no Diário Oficial.

No final do exercício de 2014, a MGS, que contava com cerca de 19.123 empregados, atendia a 68 clientes no Estado de Minas Gerais, incluindo o Município de Belo Horizonte, estando presente em 152 municípios mineiros e nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, prestando serviços junto aos Escritórios de Representação dos Governos Estadual e Municipal de MG.

Entre as principais realizações de 2014, destacam-se:

**Reestruturação tecnológica**  
Merece destaque a implantação do Sistema de Informação de Gestão Integrada (SIGI) ou Enterprise Resource Planning (ERP), adquirido pela MGS em 2013 e iniciada a sua implantação em janeiro de 2014. A ferramenta disponibilizou uma moderna solução para informatização e integração corporativa, nos mais variados processos, propiciando maior segurança e confiabilidade das informações e auxiliando os gestores na

tomada de decisões.

#### Implantação do sistema de custos

Em busca do aperfeiçoamento empresarial, a MGS contratou consultoria especializada para implantação de sistema de gerenciamento de custos e análise de seus contratos de prestação de serviço.

#### Reestruturação física

Com vistas a possibilitar o acondicionamento adequado e a melhor gestão administrativa, foi implantada uma nova estrutura física de almoxarifado para o armazenamento de materiais e insumos necessários à prestação de serviços.

#### Segurança no trabalho

No que se refere à Segurança do Trabalho, a MGS somou esforços para redução da frequência de acidentes e controle do Fator Acidentário Previdenciário. Com uma equipe composta por profissionais especializados, foram incrementadas ações focadas em treinamento e conscientização dos empregados, fornecimento de equipamentos de proteção individual e inspeções periódicas de segurança.

#### Capacitação de empregados

Em continuidade à Política de Desenvolvimento Institucional, a MGS procedeu à realização de treinamentos e reciclagem dos seus empregados, atuantes em diversos segmentos. No ano de 2014, 8.838 empregados foram capacitados, sendo que desses, 7.618 ficaram sob a responsabilidade da equipe de treinamento da própria MGS e 1.220 participaram de cursos externos e eventos de empresas parceiras ou contratadas.

#### Digitalização de documentos internos

Foi instituída uma unidade própria para digitalização de documentos dos setores internos, com equipe especializada e espaço estruturado, objetivando a conservação dos documentos e otimização do tempo de consulta destes pelas áreas, redução dos custos de movimentação e melhor gestão dos

espaços físicos de cada setor.

#### Modernização do registro de patrimônio

Para adequação às normas contábeis vigentes, a MGS contratou empresa especializada em gestão patrimonial para realização do levantamento físico, identificação da vida útil e do valor residual dos bens patrimoniais e realização do teste de *Impairment* (recuperabilidade), em consonância com os pronunciamentos contábeis. Todo o patrimônio imobilizado está sendo inventariado para inspeção física e realização da reclassificação, por meio de revisão da nomenclatura de seus bens, e descrição detalhada, sendo registrados, também contabilmente, de maneira que reflita o seu real estado de realização e sirva de base para o cálculo da depreciação em seus balanços.

#### Incentivo à cultura

Por meio da Lei Federal (Rouanet) e da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte, a Empresa patrocinou projetos, somando um aporte de R\$ 392.734 em 2014. A iniciativa visa a finalidade de fomentar o desenvolvimento cultural e fortalecer as políticas sociais junto à sociedade.

#### Conclusão

A respeitável trajetória desta empresa pública, consolida-se, ainda mais neste momento, com a realização das melhorias observadas no exercício de 2014, cujas ações visaram oferecer serviços com qualidade a custos otimizados e atendimento adequado a todos os seus clientes.

Belo Horizonte, 10 de março de 2015.

A ADMINISTRAÇÃO

#### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores em reais - R\$)

ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Notas	31/12/2014	31/12/2013	Notas	31/12/2014	31/12/2013
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	52.023.873	35.890.203		
Depósitos vinculados	5	3.198.319	2.996.939		
Contas a receber de clientes	6	62.589.884	83.297.213		
Adiantamentos a empregados	7	3.119.390	2.830.116		
Estoques	3b	4.870.984	2.534.692		
Tributos a recuperar	8	8.494.213	9.269.747		
Gastos a apropriar	9	6.472.415	6.551.114		
Depósitos em garantia (cauções)	10	2.275.307	2.144.810		
Outros ativos circulantes	11	7.643.506	8.436.862		
		<b>150.687.891</b>	<b>153.951.696</b>		
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>					
Depósitos judiciais	12	8.257.579	6.555.417		
Outros créditos de longo prazo	13	2.021.943	2.004.726		
INVESTIMENTOS	14	1.201.604	1.201.606		
IMOBILIZADO	15	8.551.811	10.167.135		
INTANGÍVEL	16	3.929.093	4.634.966		
		<b>23.962.030</b>	<b>24.563.850</b>		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>174.649.921</b>	<b>178.515.546</b>		
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>					
Fornecedores		5.146.483	5.411.269		
Salários e ordenados a pagar		19.882.662	19.099.965		
Obrigações sociais a recolher	17	7.082.184	6.800.612		
Obrigações tributárias	18	17.612.430	18.722.676		
Provisão para férias e encargos sociais	3f	45.119.597	44.436.770		
Provisão para rescisões contratuais	19	64.842	59.737		
Dividendos e juros s/ capital próprio a pagar	20	15.893.089	15.893.089		
Garantias contratuais	21	2.377.776	2.186.656		
Outros passivos circulantes	22	5.563.929	5.780.586		
		<b>118.742.992</b>	<b>118.391.360</b>		
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
Contingências trabalhistas	23	15.734.652	10.571.675		
Contingências cíveis	23	459.013	432.101		
		<b>16.193.665</b>	<b>11.003.776</b>		
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	24a	24.560.206	24.000.000		
Reservas de lucros	24b	15.153.058	25.120.410		
		<b>39.713.264</b>	<b>49.120.410</b>		
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>174.649.921</b>	<b>178.515.546</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

#### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores em reais - R\$)

	Capital social	Reservas de Lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>22.000.000</b>	<b>2.380.604</b>	<b>25.761.630</b>	-	<b>50.142.234</b>
Aumento de capital	2.000.000	-	(2.000.000)	-	-
Dividendos complementares	-	-	(4.497.115)	-	(4.497.115)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.475.291	3.475.291
<b>Destinação do lucro:</b>					
Reserva legal	-	173.764	-	(173.764)	-
Reservas de lucros	-	-	3.301.527	(3.301.527)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>24.000.000</b>	<b>2.554.368</b>	<b>22.566.042</b>	-	<b>49.120.410</b>
Aumento de capital	560.206	-	(560.206)	-	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	485.354	485.354
Prejuízo do exercício	-	-	-	(9.892.500)	(9.892.500)
Compensação do prejuízo do exercício	-	-	(9.892.500)	9.892.500	-
Reservas de lucros	-	-	485.354	(485.354)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>24.560.206</b>	<b>2.554.368</b>	<b>12.598.690</b>	-	<b>39.713.264</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

#### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores em reais - R\$)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. é uma empresa pública, com sede na cidade de Belo Horizonte-MG, controlada pelo Estado de Minas Gerais, vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG. Tem como objeto social a prestação de serviços técnicos administrativos e gerais às secretarias, órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Estado e dos Municípios, nos seguintes setores: I. locação de mão-de-obra para conservação, limpeza, asseio, higienização, vigilância e serviços temporários; II. administração de estacionamentos rotatórios; III. administração de condomínios; IV. recuperação, manutenção e conservação de imóveis, móveis, máquinas, equipamentos e aparelhos em geral, abrangendo ainda, gestão e guarda de documentos e processos pertinentes; V. gestão de frota de veículos em geral e de contratos de conserto e manutenção; VI. execução de serviços gráficos, confecção e instalação de placas em geral; VII. administração de processos licitatórios e contratos administrativos em geral; VIII. gestão de contratos de transporte de valores, cargas e passageiros por via aérea e terrestre em geral; IX. fornecimento, revenda, administração e representação de vale transporte, vale refeição, outros tipos similares de vales e fornecimento de alimentação através de cozinha própria; X. administração e representação de ações trabalhistas.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da empresa.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração da empresa em 10 de março de 2015.

A Demonstração do Resultado de 2013 foi alterada, apresentando a reclassificação das despesas com ações trabalhistas, no valor de R\$ 707.329, antes registradas como Custos de Serviços Prestados, doravante classificadas em Despesas Operacionais - Administrativas. A reclassificação foi efetuada para permitir a uniformidade entre os períodos comparativos e por isso diverge daquela publicada em 12 de abril de 2014, não afetando o resultado, nem o Patrimônio Líquido, uma vez tratar-se de realocação dentro das próprias contas de resultado. Devido à alteração não ter afetado o capital circulante líquido, o patrimônio líquido e demais grupamentos de contas, a Administração julgou que os impactos na reclassificação na Demonstração de Resultado de 2013 não foram significativos para a compreensão dessa demonstração, não sendo necessária a republicação para essa data.

#### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações foram as seguintes:

##### a. Auração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes à prestação de serviços são transferidos para os clientes.

##### b. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor apurado entre o valor de custo e o valor líquido realizável, sendo composto, basicamente, por uniformes, material de limpeza e por peças de reposição para utilização nos serviços a serem prestados. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

##### c. Outros ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou, no caso de despesas antecipadas, registradas ao custo.

##### d. Depósitos judiciais

A conta registra depósitos judiciais decorrentes de processos judiciais trabalhistas, cíveis e de natureza tributária e depósitos recursais.

##### e. Imobilizado e Intangível

O imobilizado da empresa está demonstrado ao custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As depreciações são calculadas pelo método linear, e as taxas foram definidas de acordo com os critérios da legislação tributária.

O intangível da empresa está demonstrado pelo custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas pelo método linear ao longo da vida útil estimada dos componentes do intangível. Encontram-se em fase de conclusão os trabalhos de levantamento físico, revisão da vida útil e do valor residual dos bens patrimoniais e realização do teste de *Impairment* (recuperabilidade), em consonância com os pronunciamentos contábeis, por empresa especializada em gestão patrimonial, contratada pela MGS em setembro de 2014. As possíveis alterações serão refletidas nas demonstrações do próximo exercício, após a finalização dos trabalhos, prevista para março de 2015. A Administração entende que não haverá ajuste material nos grupos do imobilizado e intangível.

##### f. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. A provisão para férias é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, e inclui os correspondentes encargos sociais.

##### g. Provisão para contingências

As provisões para contingências são constituídas com base na expectativa da Administração de perda provável, apoiada na opinião dos assessores jurídicos da Empresa.

##### h. Imposto de renda e contribuição social

A empresa adotou o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, aplicando as regras do regime de tributação com base no lucro real, efetuando pagamento mensal, baseado na prerrogativa de suspensão/redução, evidenciado por meio de balancetes mensais acumulados. O imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% previsto na legislação. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Na apuração do lucro tributável são consideradas as adições e exclusões previstas na legislação tributária, inclusive o diferimento das parcelas da receita de órgãos públicos, não recebidas dentro do exercício.

##### i. PIS e COFINS

São calculados sobre a receita total, de acordo com a legislação tributária, na modalidade nãoacumulativa.

#### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores em reais - R\$)

	Notas	31/12/2014	31/12/2013
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>25</b>	<b>600.016.203</b>	<b>598.610.782</b>
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS</b>			
PRESTADOS		(551.732.988)	(546.010.220)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>48.283.215</b>	<b>52.600.562</b>
<b>(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS</b>			
Despesas com pessoal		(33.380.510)	(31.650.657)
Despesas gerais e administrativas		(19.177.689)	(13.239.623)
Despesas tributárias		(145.998)	(141.925)
Despesas judiciais		(10.971.078)	(7.116.114)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		848.665	3.577.732
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>(14.543.395)</b>	<b>(4.029.975)</b>
Despesas financeiras		(510.618)	(2.742.248)
Receitas financeiras		5.808.781	4.480.867
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(9.245.232)</b>	<b>5.768.594</b>
Contribuição social		(179.109)	(631.570)
Imposto de renda		(468.159)	(1.661.733)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(9.892.500)</b>	<b>3.475.291</b>
Lucro (prejuízo) por ação do capital social		(0,99)	0,35
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			

#### j. Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

#### k. Plano previdencial

Desde agosto de 1992 a MGS é patrocinadora de um Plano de Previdência junto à Fundação Libertas de Seguridade Social, antes denominada PREVMINAS - Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais, com o objetivo de complementar auxílios doença e aposentadorias (por idade, por invalidez ou por tempo de contribuição) concedidos pela Previdência Social aos seus empregados e Administradores. Os cálculos atuariais indicaram que não há valor de passivo a ser reconhecido em balanço, em relação às obrigações com o Plano de Benefícios mantido com a referida Fundação.

#### l. Estimativa contábil

Na elaboração dessas demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Essas estimativas abrangem perdas com contingências, perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, entre outras.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Caixa	7.616	-
Bancos conta movimento	248.369	939.935
Aplicações financeiras	51.767.888	34.950.268
<b>Totais</b>	<b>52.023.873</b>	<b>35.890.203</b>

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo.

#### 5. DEPÓSITOS VINCULADOS

Valores bloqueados por determinação judicial para garantia de execução de ações



**MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.**

CNPJ: 33.224.254/0001-42  
Fundada em 18 de janeiro de 1954

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 - (Valores em reais - R\$)**

**Reforma do Edifício Lutétia**

O saldo corresponde aos gastos com a reforma do imóvel situado na Rua São Paulo, 679, bairro Centro - Belo Horizonte-MG, de propriedade do IPSEMG corrigido pelo Índice Nacional de Custo da Construção - INCC, cujas obras de reforma e adaptação ficaram sob a responsabilidade da MGS, haja vista que o mesmo seria destinado à instalação da sede da empresa, conforme Contrato de Cessão Onerosa de Uso de Bem Imóvel, firmado entre o IPSEMG e a MGS, com intervenção da SEPLAG, no ano de 2006 (Contrato nº 342/2006).  
Em 2010 as obras de reforma passaram a ser de responsabilidade do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - DEOP-MG. De acordo com a decisão registrada em ata da 12ª reunião ordinária do Conselho de Administração da MGS, de 28 de setembro de 2011, e o Contrato nº J.066.0.2012 (Termo de Cessão Onerosa de Uso de Imóvel nº 01/2012), de 15 de abril de 2012, restou firmado que, em face da necessidade e interesse público do Estado, o imóvel (Edifício Lutétia) abrigaria a "Casa de Direitos Humanos", figurando, a MGS, como interveniente juntamente com a SEPLAG no retrocitado Termo de Cessão celebrado entre IPSEMG e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE.

No exercício de 2014 ocorreu a baixa de R\$ 841.051, correspondente ao valor líquido da reversão da atualização ocorrida no exercício de 2013.

**12. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Depósitos recursais .....	6.853.941	5.647.884
Depósitos trabalhistas .....	1.403.638	907.533
<b>Totais .....</b>	<b>8.257.579</b>	<b>6.555.417</b>

**15. IMOBILIZADO**

Imobilizado	31/12/2014		31/12/2013		Taxas anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Terenos .....	242.670	-	242.670	242.670	-
Edificações .....	47.499	(43.608)	3.891	5.791	4%
Móveis e utensílios .....	6.357.834	(3.341.748)	3.016.086	3.435.149	10%
Máquinas e equipamentos .....	3.151.780	(1.449.018)	1.702.762	1.878.092	10%
Veículos .....	487.256	(302.074)	185.182	260.274	20 e 40%
Instalações .....	2.893.703	(1.444.730)	1.448.973	1.738.343	10%
Ferramentas .....	36.553	(24.383)	12.170	15.819	10%
Computadores e periféricos .....	4.332.650	(2.401.195)	1.931.455	2.579.699	20%
Aparelhos telefônicos .....	27.878	(19.256)	8.622	11.298	10%
<b>Totais .....</b>	<b>17.577.823</b>	<b>(9.026.012)</b>	<b>8.551.811</b>	<b>10.167.135</b>	-

Em 2014, a empresa continuou considerando, de maneira geral, as taxas de depreciação admitidas pela legislação tributária, sem a prática da revisão periódica das estimativas de vida útil e determinação de valor residual, que são fundamentais para definição do montante a ser depreciado segundo a NBC T 27 - ativo imobilizado.

**16. INTANGÍVEL**

Intangível	31/12/2014		31/12/2013		Taxas anuais de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Software - Direito de uso .....	1.353.242	(699.454)	653.788	523.258	20%
Software - Direito de uso - V. útil definida .....	2.091.008	(906.103)	1.184.905	2.021.308	40%
Software - Direito de uso - V. útil indefinida .....	2.090.400	-	2.090.400	2.090.400	-
<b>Totais .....</b>	<b>5.534.650</b>	<b>(1.605.557)</b>	<b>3.929.093</b>	<b>4.634.966</b>	-

Representado, basicamente, pela aquisição de licenças e direito de uso perpétuo do Sistema de Informação de Gestão Integrada (SIGI) adquirido durante o período.

**17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS A RECOLHER**

Representadas em sua quase totalidade pelo INSS e FGTS a recolher, vencíveis em 2015, conforme descrição a seguir:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
INSS .....	4.814.151	4.589.655
FGTS .....	2.216.560	2.153.099
Contribuição sindical .....	51.473	57.858
<b>Totais .....</b>	<b>7.082.184</b>	<b>6.800.612</b>

**18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**

Referem-se a valores a recolher de tributo municipal (ISSQN) e tributos federais (PIS, COFINS, IRRF, CSLL e CSRF), vencíveis em 2015, os quais vêm sendo recolhidos dentro dos prazos legais. Nestas obrigações estão incluídas as provisões para fazer face ao PIS e COFINS incidentes sobre os valores faturados e não recebidos.

Depósitos recursais - Valores depositados pela empresa para fazer face aos recursos de ações trabalhistas, registrados e atualizados conforme tabela de índices de Juros e Atualização Monetária (JAM), publicada pela Caixa Econômica Federal - CEF, e creditados nas contas vinculadas do FGTS.

Depósitos trabalhistas - Depósitos efetuados pela empresa diante da discordância do valor previsto na fase de execução judicial, nas ações trabalhistas movidas por ex-empregados. Os valores são registrados e atualizados pela Taxa Referencial (TR), sem juros de mora, conforme tabela do Tribunal Regional do Trabalho - TRT.

**13. OUTROS CRÉDITOS DE LONGO PRAZO**

Refere-se a crédito vinculado a uma ação trabalhista, transitada em julgado, no valor de R\$ 2.021.943, cujo valor de condenação deverá ser objeto de ressarcimento pelo Estado à MGS em face do disposto no art. 41 da Lei 11.050, de 19 de janeiro de 1993, e art. 54 da Lei 10.827, de 23 de julho de 1992, encontrando-se registrado também no Passivo Não Circulante - Contingências Trabalhistas.

**14. INVESTIMENTOS**

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
CEMIG .....	1.195.858	1.195.858
Outros .....	5.746	5.748
<b>Totais .....</b>	<b>1.201.604</b>	<b>1.201.606</b>

Registrado ao custo de aquisição. O investimento remanescente na CEMIG corresponde a 99,52% do total dos investimentos, que se refere a 401.369 ações preferenciais nominativas.

**20. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR**

Refere-se a valores de dividendos e JCP apurados nos exercícios de 2007 a 2013, devidos aos acionistas Estado de Minas Gerais e Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

	31/12/2014 e 31/12/2013	
	Estado de Minas Gerais	Imprensa Oficial de MG
Dividendos .....	15.720.712	162.348
JCP .....	-	10.029
<b>Totais .....</b>	<b>15.720.712</b>	<b>172.377</b>

**21. GARANTIAS CONTRATUAIS**

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Prefeitura de Belo Horizonte .....	2.377.776	2.184.296
Caução contratos com fornecedores .....	0	2.360
<b>TOTAIIS .....</b>	<b>2.377.776</b>	<b>2.186.656</b>

Trata-se, basicamente, de depósitos realizados pela Prefeitura de Belo Horizonte como garantia oferecida no contrato de prestação de serviços com a MGS. Vide nota nº 10.

	31/12/2014		31/12/2013	
	Prováveis	Possíveis	Prováveis	Possíveis
Trabalhistas .....	15.734.652	0	10.571.675	0
Cíveis .....	459.013	471.953	432.101	1.259.248
<b>Totais .....</b>	<b>16.193.665</b>	<b>471.953</b>	<b>11.003.776</b>	<b>1.259.248</b>

**24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital social**  
O capital social de R\$24.560.206 em 31.12.2014 é representado por 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal de emissão, tendo como acionistas o Estado de Minas Gerais, com participação de 99%, e a Imprensa Oficial do Estado de MG, com participação de 1%.

	31/12/2014	31/12/2013
Capital social .....	24.560.206	24.000.000
Reserva legal .....	2.554.368	2.554.368
Retenção de lucros .....	12.598.690	22.566.042
<b>Totais .....</b>	<b>39.713.264</b>	<b>49.120.410</b>

**b) Reserva de Lucros**

As reservas de lucros são compostas por: i) reserva legal no valor de R\$2.554.368, constituída à alíquota de 5% de resultados de períodos anteriores, não excedendo a 20% do Capital Social, e, ii) retenção de lucros no total de R\$12.598.690. Em comparação a 2013 a retenção de lucros foi

**22. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES**

Representados por "obrigações com descontos sobre a folha de pagamentos" e "outras contas a pagar", exceto fornecedores de materiais do estoque, relativas a aluguel de máquinas e equipamentos, aquisições do imobilizado, aquisições do intangível, serviços de terceiros, etc.

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Obrigações com desc. folha pagamento ..	1.615.045	1.822.177
Aluguéis e condomínios .....	408.067	331.078
Serviços de terceiros .....	651.839	383.642
Máquinas e equipamentos .....	448.017	570.581
Aquisições do imobilizado .....	30.729	2.028
Aquisições do intangível .....	1.988.904	2.331.404
Seguros .....	189.875	257.062
Conta corrente de clientes .....	159.859	7.932
Outros .....	71.594	74.682
<b>Totais .....</b>	<b>5.563.929</b>	<b>5.780.586</b>

**23. CONTINGÊNCIAS**

A empresa é parte em ações trabalhistas e cíveis perante tribunais e órgãos governamentais, oriundas do curso normal de suas operações. A Administração acompanha o desenvolvimento desses processos e com base na opinião de seus assessores jurídicos constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

	Riscos		Provisionado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
	Prováveis	Possíveis	Prováveis	Possíveis
Trabalhistas .....	15.734.652	0	15.734.652	10.571.675
Cíveis .....	459.013	471.953	459.013	432.101
<b>Totais .....</b>	<b>16.193.665</b>	<b>471.953</b>	<b>16.193.665</b>	<b>11.003.776</b>

reduzida pelo aumento de capital social ocorrido em abril de 2014 no valor de R\$560.206, e pela compensação do prejuízo do exercício de 2014 no valor de R\$9.892.500. Alterada também pela adição do valor de R\$485.354, referente a ajuste de exercícios anteriores.

**25. RECEITA LÍQUIDA**

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Receita bruta na venda de serviços .....	687.724.960	677.147.901
Impostos e contribuições incidentes s/ vendas (87.695.458) .....	(87.695.458)	(77.775.267)
Descontos, devoluções e cancelamentos .....	(13.299)	(761.852)
<b>Receita líquida .....</b>	<b>600.016.203</b>	<b>598.610.782</b>

A empresa integra o grupo sujeito ao acompanhamento especial pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, conforme Portaria RFB 11.213/07 e se enquadra como sociedade de grande porte, dentro do conceito contido no art. 3º da Lei 11.638/2007, em decorrência da receita bruta anual ser superior a 300 milhões de reais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MARCO ANTÔNIO DE REZENDE TEIXEIRA	Presidente
CARLOS VANDERLEY SOARES	Vice-Presidente
ALCIONE MARIA MARTINS COMONIAN	Conselheira
ALZIRA DE OLIVEIRA JORGE	Conselheira
FRANCISCO EDUARDO MOREIRA	Conselheiro
JOSÉ AFONSO BICALHO BELTRÃO DA SILVA	Conselheiro
ÓTÍLIO PRADO	Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA	
CARLOS VANDERLEY SOARES	Diretor-Presidente
JOSÉ MAURÍCIO SALGADO	Diretor
WALTER PEREIRA DE CASTRO	Contador CRCMG 065070/O-0

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Srs. Acionistas, Conselheiros e Administradores da **MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.**, Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações contábeis da MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Contábeis**

A Administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos Auditores Independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo

com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante das demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Base para Opinião com Ressalva**  
A Empresa não adotou o Pronunciamento Contábil CPC 27 - "Ativo

Imobilizado" e manteve a depreciação de seu ativo imobilizado utilizando as taxas sugeridas pela legislação fiscal vigente. Não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre a depreciação no exercício caso a revisão da vida útil houvesse sido realizada. A Empresa, também, não avaliou por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis do exercício se haveria alguma indicação de que seu ativo imobilizado, porventura, perdeu representatividade econômica, considerada relevante. Consequentemente, não nos foi possível determinar os impactos destas revisões no ativo imobilizado e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014, e no resultado do exercício findo nesta data.

**Opinião**

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A. em 31 de dezembro de 2014, o resultado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Outros Assuntos**  
**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente

ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 10 de março de 2015.

**SOLTZ, MATTOSO & MENDES**  
Auditores Independentes  
CRCMG Nº 002.684/O ALVARÁ CRCMG Nº 118/2008

**Fernando Antonio Lopes Matoso**  
Contador CRCMG 11.628/O-3

**José Roberto de Almeida Mendes**  
Contador CRCMG 19.932/O-9

**MINAS GERAIS**  
GOVERNO DE TODOS

**IMPRESA OFICIAL**  
**MINAS GERAIS**

**CIDADANIA**

**Economize água, pois todo o planeta precisa dela.**

**ECONOMIZE**



## Minas Gerais Administração e Serviços S.A.



## MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.

CNPJ: 33.224.254/0001-42  
Fundada em 18 de janeiro de 1954

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2015

A Administração da MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. submeteu à apreciação da Assembleia Geral Ordinária o Relatório da Administração sobre os negócios da Empresa relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, juntamente com as Demonstrações Contábeis e o Relatório dos Auditores Independentes.

Nome completo e sigla	MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A.
CNPJ	33.224.254/0001-42
Natureza jurídica	Empresa Pública
Endereço	Av. Álvares Cabral, nº 200, 2º, 12º, 13º, 14º e 16º andares - Centro - Belo Horizonte - Minas Gerais - CEP: 30.170-000
Endereço Web	www.mgs.srv.br

## Perfil

AMGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A., empresa pública de grande porte e capital fechado, foi criada em 18 de janeiro de 1954 e elevada à condição de empresa pública por força dos artigos 125 a 129 da Lei Estadual n.º 11.406, de 28 de janeiro de 1994. Vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, tem por missão atender com excelência, segurança e sustentabilidade a administração pública, prestando serviços técnicos administrativos e gerais aos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Estado e dos Municípios em diversos setores.

Com foco na sustentabilidade empresarial, contribui para o cumprimento dos objetivos e metas do Estado de Minas Gerais, tendo ainda como

visão ser referência na prestação de serviços e o comprometimento com a valorização profissional.

Oferecendo serviços de apoio operacional, apoio técnico especializado, limpeza e conservação, controle de fluxo de bens e pessoas, gestão de documentos e manutenção predial, além de soluções customizadas como administração de condomínios e administração de estacionamentos, seu faturamento bruto em 2015 foi da ordem de R\$ 718 milhões (R\$ 688 milhões em 2014).

No final do exercício de 2015, a MGS contou com um quantitativo em torno de 18,5 mil empregados (19 mil em 2014) para atender seus 67 clientes, entre órgãos e entidades da administração pública estadual e municipal de Minas Gerais, localizados em 147 municípios mineiros e no Distrito Federal.

## Revisão dos processos

Em busca do aperfeiçoamento empresarial, a MGS contratou consultoria especializada em serviços de modelagem de processos organizacionais, envolvendo mapeamento, análise, desenho e redesenho de processos, implementação e monitoramento de ações propostas para melhoria, suporte técnico e transferência de conhecimento, com foco nos processos de compras, vendas, gestão dos estoques e gestão dos recursos humanos.

## Readequação da política de pessoal

Buscando corrigir as distorções ocasionadas pelo Plano de Cargos,

Salários e Carreiras anteriormente adotado, que se demonstrava incompatível com o modelo de negócios da Empresa, foi elaborado um novo Quadro de Empregos e Salários da MGS, vigente a partir de janeiro de 2016.

Nesse mesmo contexto, no exercício de 2015, a MGS, para suprir a demanda de empregados, realizou 4 (quatro) Processos Seletivos Públicos Simplificados, imprimindo maior dinamismo em suas contratações, permitindo um atendimento mais eficiente e qualificado junto a seus clientes.

Ainda, na busca por uma prestação de serviços aderente às necessidades dos clientes, foram realizados treinamentos e capacitação dos empregados, em um projeto de qualificação profissional que alcançou 9.880 (nove mil, oitocentos e oitenta) empregados.

Foi desenvolvido e implementado o projeto de humanização no qual foi criado o "Espaço de Integração" para os empregados lotados na Cidade Administrativa, com destaque para a disponibilização da biblioteca, computadores e acesso à Internet, proporcionando-lhes melhor convivência, conforto e dignidade, além da parceria firmada com o SESC para a instalação de bibliotecas móveis nas unidades administrativas da MGS.

As áreas responsáveis pela segurança e saúde do trabalhador também receberam tratamento especial, e passaram por readequações que permitiram, além da redução das despesas, a otimização das atividades desenvolvidas e um controle mais efetivo do índice de absenteísmo na Empresa.

## Reformulações administrativas

A atuação da atual Diretoria Executiva, com mandato para o período de 2015 a 2017, em seu primeiro ano de exercício, foi pautada na realização de um diagnóstico da Empresa e na definição de uma ampla reestruturação, que contou com a participação dos gestores, e abrangendo o estreitamento da relação com as entidades representativas dos empregados, a racionalização das despesas e o redesenho dos processos internos.

Em meio ao cenário econômico pessimista e visando a contenção dos gastos, a Diretoria Executiva criou o Comitê Permanente de Gestão e Monitoramento de Despesas, que tem como atribuições analisar todas as demandas que geram custos ou despesas para a Empresa e propor medidas de equacionamento e redução destes. A atuação do Comitê foi fundamental nas negociações dos contratos com fornecedores e na obtenção de economia ao longo do exercício.

## Perspectivas e planos futuros

Apesar dos desafios enfrentados no ano de 2015, o qual a Empresa encerrou com um resultado operacional negativo de R\$ 5,9 milhões, a Diretoria Executiva tem confiança no futuro e na capacidade da MGS em gerar novos negócios e potencializar seus resultados e conta com o apoio de seus colaboradores para a concretização dos objetivos da Empresa.

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2016.

A ADMINISTRAÇÃO

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em Reais - Com centavos omitidos)

ATIVO	Notas	31/12/2015		31/12/2014	
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	68.104.613	52.023.873		
Bloqueios judiciais	5	3.882.788	3.198.319		
Contas a receber de clientes	6	51.737.180	62.589.884		
Adiantamentos a empregados	7	3.283.158	3.119.390		
Estoques	8	2.506.078	4.870.984		
Tributos a recuperar	9	9.453.317	8.494.213		
Despesas pagas antecipadamente	10	6.286.662	6.472.415		
Depósitos em garantia (cauções)	11	2.484.802	2.275.307		
Outros ativos circulantes	12	7.578.635	7.643.506		
		<b>155.317.233</b>	<b>150.687.891</b>		
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>					
Depósitos judiciais	13	13.019.434	8.257.579		
Outros créditos de longo prazo	14	2.060.040	2.021.943		
INVESTIMENTOS	15	1.201.604	1.201.604		
IMOBILIZADO	16	4.876.285	8.551.811		
INTANGÍVEL	17	3.123.394	3.929.093		
		<b>24.280.757</b>	<b>23.962.030</b>		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>179.597.990</b>	<b>174.649.921</b>		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.					
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>					
Fornecedores		4.618.979	5.146.483		
Salários e ordenados a pagar		21.161.621	19.882.662		
Obrigações sociais a recolher	18	7.204.200	7.082.184		
Obrigações tributárias	19	16.978.979	17.612.430		
Férias e encargos sociais a pagar		49.138.741	45.119.597		
Provisão para rescisões contratuais		69.640	64.842		
Dividendos e juros s/ capital próprio a pagar	20	15.893.089	15.893.089		
Garantias contratuais	21	2.637.993	2.377.776		
Outros passivos circulantes	22	4.248.337	5.563.929		
		<b>121.951.579</b>	<b>118.742.992</b>		
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
Contingências trabalhistas	23	23.340.287	15.734.652		
Contingências cíveis	23	510.772	459.013		
		<b>23.851.059</b>	<b>16.193.665</b>		
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	24a	24.560.206	24.560.206		
Reservas de lucros	24b	9.235.146	15.153.058		
		<b>33.795.352</b>	<b>39.713.264</b>		
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>179.597.990</b>	<b>174.649.921</b>		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.					

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

	Notas	31/12/2015		31/12/2014	
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	25	<b>621.962.479</b>	<b>600.016.203</b>		
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	26	<b>(569.829.695)</b>	<b>(551.732.988)</b>		
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>52.132.784</b>	<b>48.283.215</b>		
<b>(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS</b>					
Despesas com pessoal		(42.112.647)	(33.380.510)		
Despesas gerais e administrativas		(18.075.687)	(19.177.689)		
Despesas tributárias		(171.904)	(145.998)		
Despesas judiciais		(14.261.974)	(10.971.078)		
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	27	7.376.033	848.665		
<b>PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>(15.113.395)</b>	<b>(14.543.395)</b>		
Despesas financeiras		(408.215)	(510.618)		
Receitas financeiras	27	11.082.567	5.808.781		
<b>PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(4.439.043)</b>	<b>(9.245.232)</b>		
Contribuição social		(403.164)	(179.109)		
Imposto de renda		(1.075.705)	(468.159)		
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(5.917.912)</b>	<b>(9.892.500)</b>		
Prejuízo por ação do capital social		(0,59)	(0,99)		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.					

## e. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são continuamente revisadas, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da empresa nos itens aplicáveis. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa, provisões para rescisões contratuais, perdas com contingências, entre outras.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Caixa	2.579	7.616
Bancos conta movimento	20.148	248.369
Aplicações financeiras	68.081.886	51.767.888
<b>Totais</b>	<b>68.104.613</b>	<b>52.023.873</b>

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações de ações de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo.

## 5. BLOQUEIOS JUDICIAIS

Valores bloqueados por determinação judicial para garantia de execução de ações trabalhistas. Os valores estão bloqueados nos bancos conforme quadro a seguir:

Bancos	31/12/2015	31/12/2014
Banco Itaú	3.882.788	3.195.862
Caixa Econômica Federal	-	2.457
<b>Totais</b>	<b>3.882.788</b>	<b>3.198.319</b>

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

A movimentação das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) no exercício de 2015 e 2014 é como segue:

Descrição	31/12/2013	Constituições	Baixas	31/12/2014
PECLD	583.292	2.862.520	(318.029)	3.127.783
		Constituições	Baixas	31/12/2015
		4.073.771	(307.673)	6.893.881

Os valores a receber são provenientes da prestação de serviços e registrados no ativo circulante por valor líquido realizável. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram mensuradas e reconhecidas a partir da experiência da Administração da MGS em relação ao histórico das perdas efetivas. Uma vez que as estimativas e premissas contábeis são constantemente avaliadas, com o objetivo de exercer o julgamento adequado dos saldos com risco de perdas quanto aos recebimentos, as provisões passaram a ter seus cálculos baseados na análise individual por cliente do saldo devedor de cada fatura vencida há mais de 1 (um) ano, verificadas as providências administrativas e legais para o seu ressarcimento. Estes valores são considerados suficientes para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

## 7. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS

Representados por antecipação de férias a empregados e adiantamentos para viagens no valor de R\$ 3.283.158 (R\$ 3.119.390 em 2014).

## 8. ESTOQUES

Os estoques são apresentados pelo menor valor apurado entre o valor de custo e o valor líquido realizável, sendo composto, basicamente, por vestuário, material de limpeza, equipamentos de proteção individual e outros materiais utilizados na prestação dos serviços. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição.

## 9. TRIBUTOS A RECUPERAR

Estão representados, basicamente, por retenções de Imposto de Renda, Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), e Contribuição Social, como apresentado no quadro a seguir:

Tributos a recuperar	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda	8.489.825	6.968.591
Contribuição social	378.989	190.868
COFINS	480.388	1.097.058
PIS	104.115	237.696
<b>Totais</b>	<b>9.453.317</b>	<b>8.494.213</b>

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

	31/12/2015		31/12/2014	
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Recbimentos de clientes	642.232.271	626.053.773		
Resgates de bloqueios judiciais	1.684.337	691.768		
Resgates de depósitos judiciais	746.672	1.484.978		
Rendimentos de aplicações financeiras	5.165.841	2.912.512		
Recbimentos de dividendos e juros	243.012	1.251.923		
Outros recebimentos provenientes das operações	259.807	30.427		
Pagamentos a fornecedores	(24.107.957)	(32.686.368)		
Pagamentos de despesas com pessoal	(337.501.696)	(323.600.480)		
Pagamentos de despesas antecipadas	(81.566.420)	(76.190.947)		
Pagamentos de impostos federais	(151.768.184)	(156.343.714)		
Pagamentos de impostos estaduais	(2.688)	-		
Pagamentos de impostos municipais	(22.706.053)	(16.761.382)		
Pagamentos de indeniz. e desp. em processos judiciais	(3.303.377)	(3.266.774)		
Constituição de bloqueios judiciais	(3.500.307)	(1.237.415)		
Constituição de depósitos judiciais	(7.526.467)	(4.993.156)		
Outros pagamentos decorrentes das atividades operacionais	(1.502.215)	(757.898)		
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>16.846.576</b>	<b>16.587.247</b>		
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Recebimentos provenientes do resgate de investimentos temporários	-	126.082		
Pagamentos na aquisição à vista de bens do imobilizado	(76.990)	(579.659)		
Pagamentos na aquisição à vista do intangível	(688.846)	-		
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(765.836)</b>	<b>(453.577)</b>		
<b>AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>16.080.740</b>	<b>16.133.670</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	52.023.873	35.890.203		
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	68.104.613	52.023.873		
<b>AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>16.080.740</b>	<b>16.133.670</b>		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - DIPJ de anos anteriores e às antecipações em 2015 que serão compensadas com tributos federais a pagar, apurado para o ano de 2016, registrados na rubrica de Impostos e Contribuições.

## 10. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Compreende antecipações pela aquisição de créditos de vale-transporte e vale-alimentação.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Vale-transporte	1.562.988	1.493.170
Vale-alimentação	4.723.674	4.979.245
<b>Totais</b>	<b>6.286.662</b>	<b>6.472.415</b>

## 11. DEPÓSITOS EM GARANTIA (CAUÇÕES)

Conta	Descrição	31/12/2015	31/12/2014
00009340-8	MGS PBH Caução 6991170	1.726.688	1.581.110
00009333-5	MGS PBH Caução 6991194	758.114	694.197
<b>Totais</b>		<b>2.484.802</b>	<b>2.275.307</b>

Trata-se de depósitos realizados pela Prefeitura de Belo Horizonte de recursos relativos a garantia oferecida no contrato de prestação de serviços celebrado com a MGS. Os valores encontram-se aplicados em Fundos de Investimentos com carteira de Títulos Públicos Federais, do Banco do Brasil, Fundo BB CP Administrativo Soberano.

## 12. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

São apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou, no caso de despesas antecipadas, registradas ao custo.





## MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.

CNPJ: 33.224.254/0001-42  
Fundada em 18 de janeiro de 1954

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 - (Em Reais - Com centavos omitidos)

#### 13. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A conta registra depósitos judiciais e recursais decorrentes de processos trabalhistas.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Depósitos recursais	11.153.120	6.853.941
Depósitos trabalhistas	1.866.314	1.403.638
<b>Totais</b>	<b>13.019.434</b>	<b>8.257.579</b>

Depósitos recursais - Valores depositados pela empresa para fazer face aos recursos de ações trabalhistas, registrados e atualizados conforme tabela de índices de Juros e Atualização Monetária (JAM), publicada pela Caixa Econômica Federal - CEF, e creditados nas contas vinculadas do FGTS.

Depósitos trabalhistas - Depósitos efetuados pela empresa diante da discordância do valor previsto na fase de execução judicial, nas ações trabalhistas movidas por ex-empregados. Os valores são registrados e atualizados pela Taxa Referencial (TR), sem juros de mora, conforme tabela do Tribunal Regional do Trabalho - TRT.

#### 14. OUTROS CRÉDITOS DE LONGO PRAZO

Refere-se a crédito vinculado ao processo trabalhista nº 0238500-44.1993.5.03.0114, transitado em julgado, no valor de R\$ 2.060.040, cujo valor de condenação deverá ser objeto de ressarcimento pelo Estado à MGS em face do disposto no art. 41 da Lei nº 11.050, de 19 de janeiro de 1993, e art. 54 da Lei nº 10.827, de 23 de julho de 1992, encontrando-se

#### 16. IMOBILIZADO

Descrição	31/12/2015			31/12/2014		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Aparelhos telefônicos	20.576	(15.718)	4.858	27.878	(19.256)	8.622
Computadores e periféricos	4.263.343	(2.953.868)	1.309.475	4.332.650	(2.401.195)	1.931.455
Edificações	47.499	(43.608)	3.891	47.499	(43.608)	3.891
Ferramentas	34.002	(24.214)	9.788	36.553	(24.383)	12.170
Instalações	276.768	(174.422)	102.346	2.893.703	(1.444.730)	1.448.973
Máquinas e equipamentos	2.369.146	(1.180.106)	1.189.040	3.151.780	(1.449.018)	1.702.762
Móveis e utensílios	3.907.178	(2.000.085)	1.907.093	6.357.834	(3.341.748)	3.016.086
Terrenos	242.670	-	242.670	242.670	-	242.670
Veículos	487.256	(380.132)	107.124	487.256	(302.074)	185.182
<b>Totais Líquidos</b>	<b>11.648.438</b>	<b>(6.772.153)</b>	<b>4.876.285</b>	<b>17.577.823</b>	<b>(9.026.012)</b>	<b>8.551.811</b>

O imobilizado da empresa está demonstrado ao custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Até o exercício de 2014, as depreciações eram calculadas pelo método linear e as taxas definidas de acordo com os critérios da legislação tributária.

A movimentação do Ativo Imobilizado é como segue:

Descrição	31/12/2015				31/12/2014						
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Depreciação	Ajustes	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Depreciação	Ajustes
Aparelhos telefônicos	8.622	-	(7.302)	2.599	939	4.858	8.622	-	(9.900)	2.599	939
Computadores e periféricos	1.931.455	-	(69.307)	(628.594)	75.921	1.309.475	1.931.455	-	(1.900)	(628.594)	75.921
Edificações	3.891	-	-	(1.900)	1.900	3.891	3.891	-	-	(1.900)	1.900
Ferramentas	12.170	-	(2.550)	(2.073)	2.242	9.788	12.170	-	-	(2.073)	2.242
Instalações	1.448.973	-	(2.616.935)	1.260.201	10.107	102.346	1.448.973	-	-	1.260.201	10.107
Máquinas e equipamentos	1.702.762	19.064	(801.699)	196.235	72.677	1.189.039	1.702.762	-	-	196.235	72.677
Móveis e utensílios	3.016.086	52.750	(2.503.406)	1.268.166	73.497	1.907.093	3.016.086	-	-	1.268.166	73.497
Terrenos	242.670	-	-	-	-	242.670	242.670	-	-	-	-
Veículos	185.182	-	-	(70.952)	(7.106)	107.124	185.182	-	-	(70.952)	(7.106)
<b>Totais</b>	<b>8.551.811</b>	<b>71.814</b>	<b>(6.001.199)</b>	<b>2.023.682</b>	<b>230.177</b>	<b>4.876.285</b>	<b>8.551.811</b>	<b>71.814</b>	<b>(6.001.199)</b>	<b>2.023.682</b>	<b>230.177</b>

Descrição	31/12/2013				31/12/2014						
	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Depreciação	Ajustes	Saldo em 31/12/2014	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Depreciação	Ajustes
Aparelhos telefônicos	11.298	-	-	(2.676)	-	8.622	11.298	-	-	(2.676)	-
Computadores e periféricos	2.579.699	89.898	(6.717)	(731.425)	-	1.931.455	2.579.699	89.898	(6.717)	(731.425)	-
Edificações	5.791	-	-	(1.900)	-	3.891	5.791	-	-	(1.900)	-
Ferramentas	15.819	-	-	(3.649)	-	12.170	15.819	-	-	(3.649)	-
Instalações	1.738.343	-	-	(289.370)	-	1.448.973	1.738.343	-	-	(289.370)	-
Máquinas e equipamentos	1.878.092	122.213	(369)	(297.174)	-	1.702.762	1.878.092	122.213	(369)	(297.174)	-
Móveis e utensílios	3.435.149	199.975	-	(619.038)	-	3.016.086	3.435.149	199.975	-	(619.038)	-
Terrenos	242.670	-	-	-	-	242.670	242.670	-	-	-	-
Veículos	260.274	-	-	(75.092)	-	185.182	260.274	-	-	(75.092)	-
<b>Totais</b>	<b>10.167.135</b>	<b>412.086</b>	<b>(7.086)</b>	<b>(2.020.324)</b>	<b>-</b>	<b>8.551.811</b>	<b>10.167.135</b>	<b>412.086</b>	<b>(7.086)</b>	<b>(2.020.324)</b>	<b>-</b>

Em 2015, em conformidade com os pronunciamentos contábeis CPC 01 e CPC 27, os valores contábeis dos seus bens tiveram a estimativa de vida útil econômica e valores residuais individualmente revisados e o seu valor recuperável testado, com vistas a apurar indicadores de perda de valor.

Através de laudo emitido por empresa especializada, os trabalhos de revisão dos parâmetros que levam à definição da vida útil e valor residual dos bens demonstrou necessidade de efetuar ajuste na depreciação conforme movimentação. Já o teste de recuperabilidade indicou que seu valor contábil não excede o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda do ativo e, portanto, não havendo a necessidade de promover o ajuste ao valor recuperável de ativos (perda por "Impairment").

Em novembro de 2015, a MGS procedeu à baixa no valor líquido de R\$ 2.101.276 mediante a transferência do patrimônio às Unidades de Atendimento Integrado (UAIs) da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, em cumprimento a cláusula contratual.

#### 17. INTANGÍVEL

Descrição	31/12/2015			31/12/2014		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual
Software - Direito de uso	1.288.832	(848.292)	440.540	1.353.242	(699.454)	653.788
Software - Direito de uso - V. útil definida	2.091.008	(1.498.555)	592.453	2.091.008	(906.103)	1.184.905
Software - Direito de uso - V. útil indefinida	2.090.400	-	2.090.400	2.090.400	-	2.090.400
<b>Totais</b>	<b>5.470.240</b>	<b>(2.346.846)</b>	<b>3.123.394</b>	<b>5.534.650</b>	<b>(1.605.557)</b>	<b>3.929.093</b>

Estão representados, basicamente, pela aquisição de licenças e direito de uso perpétuo do Sistema de Informação de Gestão Integrada (SIGI).

Os ativos intangíveis da empresa são mensurados pelo custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas. Até o exercício de 2014, as amortizações eram calculadas pelo método linear ao longo da vida útil estimada dos componentes do intangível, com exceção dos ativos com vida útil indefinida. Em 2015, em conformidade com o pronunciamento contábil CPC 04, os valores contábeis dos seus bens tiveram a estimativa de vida útil econômica e valores residuais individualmente revisados, sendo necessário efetuar ajuste no valor amortizado, conforme movimentação. Não foram identificados indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis (CPC 01).

A movimentação do Ativo Intangível é como segue:

Descrição	31/12/2015				31/12/2014						
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Amortização	Ajustes	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Amortização	Ajustes
Software - Direito de uso	653.788	-	(64.410)	(139.692)	(9.146)	440.540	653.788	-	-	(139.692)	(9.146)
Software - Direito de uso - V. útil definida	1.184.905	-	-	(836.403)	243.952	592.453	1.184.905	-	-	(836.403)	243.952
Software - Direito de uso - V. útil indefinida	2.090.400	-	-	-	-	2.090.400	2.090.400	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>3.929.093</b>	<b>-</b>	<b>(64.410)</b>	<b>(976,095)</b>	<b>234.806</b>	<b>3.123.394</b>	<b>3.929.093</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(976,095)</b>	<b>234.806</b>

Descrição	31/12/2013				31/12/2014						
	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Amortização	Ajustes	Saldo em 31/12/2014	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Amortização	Ajustes
Software - Direito de uso	523.258	283.126	-	(152.596)	-	653.788	523.258	283.126	-	(152.596)	-
Software - Direito de uso - V. útil definida	2.021.308	-	-	(836.403)	-	1.184.905	2.021.308	-	-	(836.403)	-
Software - Direito de uso - V. útil indefinida	2.090.400	-	-	-	-	2.090.400	2.090.400	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>4.634.966</b>	<b>283.126</b>	<b>-</b>	<b>(988.999)</b>	<b>-</b>	<b>3.929.093</b>	<b>4.634.966</b>	<b>283.126</b>	<b>-</b>	<b>(988.999)</b>	<b>-</b>

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Srs. Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.**  
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações contábeis da MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A Administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante das demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas

registrado também no Passivo Não Circulante - Contingências Trabalhistas.

Em provimento de recurso da MGS na fase de execução foi determinado, após o retorno dos autos do Tribunal Superior do Trabalho em novembro de 2015, nova elaboração de cálculos pelas partes, o qual o reclamante requereu valor superior a R\$ 4 milhões (quatro milhões de reais), contra o valor bruto apresentado pela MGS de R\$ 11.605 (onze mil, seiscentos e cinco reais), atualizados até 30/11/2015.

Diante da divergência dos cálculos, o juiz determinou a realização de perícia, sendo que em 19/01/2016 foram homologados os cálculos do perito oficial no valor bruto de R\$ 30.589 (trinta mil, quinhentos e oitenta e nove reais). No mesmo dia a MGS solicitou a liberação do bloqueio na conta da empresa, uma vez que os depósitos recursais nos autos são suficientes para suportar o novo valor homologado, aguardando autorização.

#### 15. INVESTIMENTOS

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
CEMIG	1.195.858	1.195.858
Outros	5.746	5.746
<b>Totais</b>	<b>1.201.604</b>	<b>1.201.604</b>

Registrado ao custo de aquisição, o investimento remanescente na CEMIG composto por 401.369 ações preferenciais nominativas, representa 99,52% do total dos investimentos.

#### 18. OBRIGAÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

Representadas em sua quase totalidade pelo INSS e FGTS a recolher, vencíveis em 2016, conforme descrição a seguir:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
INSS	4.713.621	4.814.151
FGTS	2.338.139	2.216.560
Contribuição sindical	152.440	51.473
<b>Totais</b>	<b>7.204.200</b>	<b>7.082.184</b>

#### 19. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Referem-se a valores a recolher de tributo municipal (Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN) e tributos federais (PIS, COFINS, IRRF, CSLL e Contribuições Sociais Retidas na Fonte - CSRF), vencíveis em 2016, os quais vêm sendo recolhidos dentro dos prazos legais. Nestas obrigações está incluído o montante referente aos tributos diferidos relativos ao PIS e COFINS incidentes sobre os valores faturados e não recebidos. O PIS e COFINS são calculados sobre a receita total, de acordo com a legislação tributária, na modalidade não cumulativa. Os serviços prestados pela MGS, acobertados com a emissão de NFS-e, não estão sujeitos à retenção do ISSQN na fonte, conforme regime especial nº 045.506-A (processo nº 01.058613.13.50), concedido pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, cabendo-lhe o recolhimento do tributo quando este for devido no município de Belo Horizonte, a partir de 1º de agosto de 2013.

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
PIS	1.378.198	1.436.076
COFINS	6.354.926	6.614.654
ISSQN	1.942.708	1.805.050
IRRF - contrib. sociais retidas na fonte	1.005.224	607.446
CSRF	20.225	4.113
PIS diferido	1.119.804	1.274.530
COFINS diferido	5.157.894	5.870.561
<b>Totais</b>	<b>16.978.979</b>	<b>17.612.430</b>

#### 20. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

Refere-se a valores de dividendos e JCP apurados nos exercícios de 2007 a 2013, devidos aos acionistas Estado de Minas Gerais e Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

Descrição	31/12/2015 e 31/12/2014		Totais
	Estado de Minas Gerais	Imprensa Oficial de MG	
Dividendos	15.720.712	162.348	15.883.060
JSCP	-	10.029	10.029
<b>Totais</b>	<b>15.720.712</b>	<b>172.377</b>	<b>15.893.089</b>

Descrição	31/12/2015		31/12/2014		Provisionado	
	Prováveis	Possíveis	Prováveis	Possíveis	31/12/2015	31/12/2014
Trabalhistas	23.340.287	-	15.734.652	-	23.340.287	15.734.652
Cíveis	510.772	-	459.013	-	510.772	459.013
<b>Totais</b>	<b>23.851.059</b>	<b>-</b>	<b>16.193.665</b>	<b>-</b>	<b>23.851.059</b>	<b>16.193.665</b>

#### 24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO





## MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.

CNPJ: 33.224.254/0001-42

Fundada em 18 de janeiro de 1954

página 1 de 2

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2016

A Administração da MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. apresenta o Relatório da Administração sobre os negócios da Empresa relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, juntamente com as Demonstrações Contábeis e o Relatório dos Auditores Independentes.

#### Identificação

<b>Nome completo e sigla</b>	MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A.
<b>CNPJ</b>	33.224.254/0001-42
<b>Natureza jurídica</b>	Empresa Pública
<b>Endereço</b>	Sede: Av. Álvares Cabral, nº 200, 2º, 12º, 13º, 14º e 16º andares - Centro - Belo Horizonte - MG - CEP: 30.170-000 www.mgs.srv.br
<b>Endereço Web</b>	www.mgs.srv.br

**Perfil**  
A MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A., empresa pública de grande porte e capital fechado, foi criada em 18 de janeiro de 1954 e elevada à condição de empresa pública nos termos dos artigos 125 a 129 da Lei Estadual nº 11.406, de 28 de janeiro de 1994, e suas alterações. Vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG do Estado de Minas Gerais, a MGS teve a sua área de atuação ampliada para o nível Federal, além dos Estados, Distrito Federal e Municípios, por força do artigo 184 da Lei Estadual nº 22.257, de 27/07/2016.

Com foco na sustentabilidade empresarial e comprometida com a valorização profissional por missão atender com excelência, segurança e transparência a administração pública, prestando serviços técnicos administrativos e gerais, e visando ser referência na prestação de serviços. Oferecendo serviços de apoio operacional e apoio técnico especializado, limpeza, conservação, controle de fluxo de bens e pessoas, gestão de documentos e manutenção predial e patrimonial, além de administração de condomínios, seu faturamento bruto em 2016 foi da ordem de R\$ 771.000.000 (R\$ 718.000.000 em 2015).

No final do exercício de 2016, a MGS contou com um quantitativo em torno de 18.000 empregados (18.500 em 2015) para atender seus 62 clientes, entre órgãos e entidades da administração pública estadual e

municipal de Minas Gerais, localizados em 147 municípios mineiros e no Distrito Federal.

#### Ambiente Virtual

Objetivando incrementar a eficiência e eficácia nos processos de trabalho da MGS, com institucionalização do conhecimento e transparência de suas informações, foi criado um ambiente virtual, denominado de Portfólio de Projetos da MGS, no qual estão disponíveis os projetos relacionados aos objetivos estratégicos e metas da empresa.

#### Desenvolvimento Tecnológico

Visando melhorar os processos e controles das informações foi aprimorado o sistema de atendimento das demandas institucionais de informática, permitindo o registro e acompanhamento das solicitações internas, em consonância com as boas práticas em infraestrutura, operação e manutenção de serviços de TI.

#### Desenvolvimento Cultural

Por meio da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte, a Empresa patrocinou diversos projetos. A iniciativa tem a finalidade de fomentar o desenvolvimento cultural e fortalecer as políticas sociais junto aos seus empregados e à sociedade.

#### Novo Modelo de Contratação

Em agosto de 2016 iniciou-se um novo modelo de contratação entre a MGS e o Estado de Minas Gerais. A SEPLAG, através da Subsecretaria do Centro de Serviços Compartilhados - CSC foi denominada a Gestora Central do contrato entre a MGS e os órgãos. Dentre as principais alterações, este modelo de contratação trouxe, além da racionalização dos processos, a contratação por postos de trabalho e quantitativos por órgão.

#### Gestão de Pessoas

Em 2016 a MGS implantou seu novo Normativo de Empregos e Salários, estabelecendo os salários dos empregados de acordo com valores de mercado, corrigindo distorções históricas provocadas pelo extinto Plano de Cargos, Salários e Carreiras - PCSC, e regulamentando toda estrutura e operacionalização do quadro de empregados da MGS, estabelecendo

diretrizes e regras relativas aos empregos, salários, atribuições, gratificações e provimento.

Nesse mesmo contexto, no exercício de 2016, a MGS, para suprir a demanda reprimida de empregados e/ou abertura de postos de trabalho não previstos, realizou 02 Processos Seletivos Públicos Simplificados, nos termos do Acordo Judicial celebrado na 21ª Vara do Trabalho, Processo 1031/2000, imprimindo maior dinamismo em suas contratações, permitindo um atendimento mais eficiente e qualificado junto a seus clientes.

Na busca pela redução de despesas, otimização de processos de trabalho, melhoria na qualidade de vida dos nossos empregados e adequação do nosso quadro reserva ao novo contrato corporativo celebrado com o Estado, foram realizados estudos para a extinção do Quadro de Apoio Operacional - QAO e a implantação do Núcleo Logístico de Pessoas - NULOP, com a inserção da atividade de Suporte Remoto e a aplicação de sistema de georreferenciamento para melhor alocação de nossos empregados, o que demonstrou uma redução de despesas em torno de R\$ 665.000 mensais a partir de agosto de 2016, quando comparada à média mensal de janeiro a julho de 2016, incluindo as despesas com a folha, o aluguel referente ao imóvel locado e demais gastos com sua operação e manutenção.

Ainda, na busca por uma prestação de serviços aderente às necessidades dos clientes, procedemos à revisão de vários procedimentos, tais como: processo administrativo de admissão, treinamento e demissão; reformulação do catálogo de uniformes da empresa; revisão de adicionais de insalubridade e periculosidade; controle de absenteísmo; treinamentos multisetoriais, dentre outros. A Diretoria Executiva contratou Auditoria Externa para avaliar as rotinas de Folha de Pagamento da empresa e não foi detectado nenhum desvio ou mau uso de recursos, sendo recomendadas apenas melhorias em alguns processos de trabalho das áreas que passam a folha de pagamento.

Foram realizados 6.517 treinamentos, em Belo Horizonte, Região Metropolitana e cidades do interior de Minas Gerais. Houve uma reformatação dos processos de treinamento, permitindo reduzir os gastos com deslocamento das equipes de treinamento, que se deslocavam para o interior em atendimento aos hospitais e clientes locais, e abrangeu uma quantidade significativa de empregados. 99,99% da programação dos treinamentos designados obrigatórios, realizados

nos hospitais dos nossos clientes, foi cumprida.

Outra inovação foi a implantação do Projeto Piloto no Hospital do IPSEMG, Centro de Especialidades Médicas - CEM e Gerência Odontológica - GEODONT, que promoveu alteração das rotinas, ferramentas de gestão e integração de processos, visando melhoria da qualidade dos trabalhos e em observância às particularidades de cada hospital.

#### Reformulações administrativas

Em decorrência da reforma administrativa do Estado, proposta pelo Governador Fernando Damata Pimentel e aprovada pela Assembleia Legislativa, foi promulgada a Lei Estadual nº 22.285, de 14/09/2016, que extinguiu a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, acionista da MGS. Com o status de Subsecretaria as finalidades da autarquia foram transferidas para a estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (SECCRI), que a sucedeu nos contratos e convênios celebrados e nos demais direitos e obrigações.

#### Nova Estrutura Organizacional

Resultado de um longo trabalho que se iniciou no primeiro semestre de 2016, com o mapeamento e redesenho de todos os processos de trabalho executados na Administração Central da Empresa, a MGS aprovou em novembro de 2016, junto ao seu Conselho de Administração, a nova estrutura organizacional da Empresa, a qual entrou em vigor a partir de 1º/01/2017.

#### Perspectivas e planos futuros

Além da nova estrutura organizacional da MGS, implantada a partir de 1º de janeiro deste ano, foram apresentadas, também, e aprovadas pelo Conselho de Administração as estratégias de longo prazo, estabelecidas para o período de 2017 a 2021, pautadas em aumentar a satisfação do cliente, aprimorar a rentabilidade dos contratos, racionalizar e adequar a estrutura operacional da Empresa e diversificar os serviços oferecidos.

Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2017.

A ADMINISTRAÇÃO

#### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

ATIVO	(Em Reais - Com centavos omitidos)		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Em Reais - Com centavos omitidos)			
	Notas	31/12/2016		31/12/2015	Notas	31/12/2016	31/12/2015
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	24.975.458	68.104.613	Fornecedores	5.585.272	4.618.979	
Bloqueios judiciais	5	2.876.802	3.882.788	Salários e ordenados a pagar	22.131.148	21.161.621	
Contas a receber de clientes	6	115.491.753	51.737.180	Obrigações sociais a recolher	18	6.098.994	7.204.200
Adiantamentos a empregados	7	2.343.961	3.283.158	Obrigações tributárias	19	23.137.544	16.978.979
Estoques	8	2.289.155	2.506.078	Férias e encargos sociais a pagar	51.875.522	49.138.741	
Tributos a recuperar	9	9.636.442	9.453.317	Provisão para rescisões contratuais	83.227	69.640	
Despesas pagas antecipadamente	10	7.722.429	6.286.662	Dividendos e JSCP a pagar	20	15.893.089	15.893.089
Depósitos em garantia (cauções)	11	-	2.484.802	Garantias contratuais	21	-	2.637.993
Outros ativos circulantes	12	7.751.196	7.578.635	Outros passivos circulantes	22	3.577.073	4.248.337
		<b>173.087.196</b>	<b>155.317.233</b>			<b>128.381.869</b>	<b>121.951.579</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			Contingências trabalhistas	23	29.220.091	23.340.287	
Depósitos judiciais	13	17.969.380	13.019.434	Contingências civis	23	544.381	510.772
Outros créditos de longo prazo	14	-	2.060.040			<b>29.764.472</b>	<b>23.851.059</b>
INVESTIMENTOS	15	1.201.604	1.201.604	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
IMOBILIZADO	16	4.211.275	4.876.285	Capital social	24a	37.782.631	24.560.206
INTANGÍVEL	17	2.358.182	3.123.394	Reservas de lucros	24b	2.898.665	9.235.146
		<b>25.740.441</b>	<b>24.280.757</b>			<b>40.681.296</b>	<b>33.795.352</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>198.827.637</b>	<b>179.597.990</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>198.827.637</b>	<b>179.597.990</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

#### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

	(Em Reais - Com centavos omitidos)			
	Capital social	Reservas de Lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>24.560.206</b>	<b>2.554.368</b>	<b>12.598.690</b>	<b>39.713.264</b>
Prejuízo do exercício	-	-	(5.917.912)	(5.917.912)
Compensação do prejuízo do exercício	-	-	(5.917.912)	5.917.912
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>24.560.206</b>	<b>2.554.368</b>	<b>6.680.778</b>	<b>33.795.352</b>
Lucro do exercício	-	-	6.885.945	6.885.945
Reserva legal	-	344.297	(344.297)	-
Aumento de capital	13.222.425	-	(6.680.778)	6.541.647
Reservas de lucros	-	-	(6.541.648)	(6.541.648)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>37.782.631</b>	<b>2.898.665</b>	<b>-</b>	<b>40.681.296</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em Reais - Com centavos omitidos)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. é uma empresa pública, com sede na cidade de Belo Horizonte-MG, controlada pelo Estado de Minas Gerais, vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG. Tem como objeto social a prestação de serviços técnicos administrativos e gerais, nos seguintes setores: I. locação de mão-de-obra para conservação, limpeza, assio, higienização, vigilância e serviços temporários; II. administração de estacionamentos rotativos; III. administração de condomínios; IV. recuperação, manutenção e conservação de imóveis, móveis, máquinas, equipamentos e aparelhos em geral, abrangendo ainda, gestão e guarda de documentos e processos pertinentes; V. gestão de frota de veículos em geral e de contratos de conserto e manutenção; VI. execução de serviços gráficos, confecção e instalação de placas em geral; VII. administração de processos licitatórios e contratos administrativos em geral; VIII. gestão de contratos de transporte de valores, cargas e passageiros por via aérea e terrestre em geral; IX. fornecimento, venda, administração e representação de vale transporte, vale refeição, outros tipos similares de vales e fornecimento de alimentação através de cozinha pré-pagada; X. administração e representação de ações trabalhistas.

#### 2. APROPRIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), que compreendem: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis n.ºs 11.638/07 e 11.941/09; as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a legislação societária; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Todas as informações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da empresa, com centavos omitidos, exceto quando indicado de outra forma.

Em 16 de fevereiro de 2017, a Administração da empresa aprovou estas Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

#### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações foram as seguintes:

##### a. Auração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes à prestação de serviços são transferidos para os clientes.

##### b. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

##### c. Imposto de renda e contribuição social

A empresa adotou o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, aplicando as regras do regime de tributação com base no lucro real, efetuando pagamento mensal, baseado na prerrogativa de suspensão/redução, evidenciado por meio de balancetes mensais acumulados. O imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% sobre o lucro

tributável, acrescido do adicional de 10% previsto na legislação. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Na apuração do lucro tributável são consideradas as adições e exclusões previstas na legislação tributária, inclusive o diferimento das parcelas da receita de órgãos públicos, não recebidas dentro do exercício.

##### d. Plano previdencial

Desde agosto de 1992 a MGS é patrocinadora de um Plano de Previdência junto à Fundação Libertas de Seguridade Social, antes denominada PREVIMINAS - Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais, estruturado na modalidade de plano de benefício definido, com o objetivo de complementar auxílios doença e aposentadorias (por idade, por invalidez ou por tempo de contribuição) concedidos pela Previdência Social aos seus empregados e Administradores. Os cálculos atuariais indicaram que não há valor de passivo a ser reconhecido em balanço, em relação às obrigações com o Plano de Benefícios mantido com a referida Fundação.

##### e. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis, de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são continuamente revisadas, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da empresa nos itens aplicáveis. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de Perdas Estimadas em Créditos de Dificil Liquidação, provisões para rescisões contratuais, perdas com contingências, entre outras.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	23.134	2.579
Bancos conta movimento	91.071	20.148
Aplicações financeiras	24.861.253	68.081.886
<b>Totais</b>	<b>24.975.458</b>	<b>68.104.613</b>

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo.

#### 5. BLOQUEIOS JUDICIAIS

Valores bloqueados por determinação judicial para garantia de execução de ações trabalhistas. Os valores estão bloqueados nos bancos conforme quadro a seguir:

Bancos	31/12/2016	31/12/2015
Banco Itaú	2.464.751	3.882.788
Banco do Brasil	86.297	-
Caixa Econômica Federal	60.222	-
Bradesco	265.532	-
<b>Totais</b>	<b>2.876.802</b>	<b>3.882.788</b>

#### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

	(Em Reais - Com centavos omitidos, exceto lucro por ação)		
	Notas	31/12/2016	31/12/2015
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>25</b>	<b>666.726.387</b>	<b>621.962.479</b>
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>26</b>	<b>(596.698.789)</b>	<b>(569.829.695)</b>
<b>LUCRO BRUTO (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>70.027.598</b>	<b>52.132.784</b>
Despesas com pessoal	(41.655.723)	(42.112.647)	
Despesas gerais e administrativas	(15.533.217)	(18.075.687)	
Despesas tributárias	(214.391)	(171.904)	
Despesas judiciais	(19.904.164)	(14.261.974)	
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	5.960.843	7.376.033	
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>(1.319.054)</b>	<b>(15.113.395)</b>
Despesas financeiras	(357.356)	(408.215)	
Receitas financeiras	8.917.145	1.082.567	
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>7.240.735</b>	<b>(4.439.043)</b>
Contribuição social	(99.239)	(403.164)	
Imposto de renda	(255.551)	(1.075.705)	
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>6.885.945</b>	<b>(5.917.912)</b>
Lucro (prejuízo) por ação do capital social		0,69	(0,59)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

#### 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Descrição	31/12/2016		31/12/2015	
	Saldos a Vencer	Vencidos até 30 dias	Vencidos há mais de 30 dias	Valor Líquido
Contas a Receber	59.319.884	56.171.869	5.955.246	121.446.999
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Dificil Liquidação (PECDL)	-	-	(5.955.246)	(6.893.881)
<b>Totais</b>	<b>59.319.884</b>	<b>56.171.869</b>	<b>-</b>	<b>115.491.753</b>

Os valores a receber são provenientes da prestação de serviços e registrados no ativo circulante pelo valor líquido realizável. As Perdas Estimadas em Créditos de Dificil Liquidação (PECDL) foram mensuradas e reconhecidas a partir da experiência da Administração da MGS em relação ao histórico das perdas efetivas e são constantemente avaliadas, com o objetivo de exercer o julgamento adequado dos saldos com risco de perdas quando aos recebimentos. São calculadas baseadas na análise individual de cada título vencido há mais de 1 (um) ano e por cliente, após adotadas as providências administrativas e legais para o seu ressarcimento. Estes valores são considerados suficientes para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber. A movimentação das Perdas Estimadas em Créditos de Dificil Liquidação no exercício de 2016 e 2015 é como segue:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	6.893.881	3.127.783
Constituições	4.197.023	4.073.771
Baixas	(5.135.658)	(307.673)
<b>Saldo Final</b>	<b>5.955.246</b>	<b>6.893.881</b>

#### 7. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS

Representados basicamente por antecipação de férias a empregados e adiantamentos de diárias de viagens no valor de R\$ 2.343.961 (R\$ 3.283.158 em 2015).

#### 8. ESTOQUES

Os estoques são apresentados pelo menor valor apurado entre o valor de custo e o valor líquido realizável, sendo composto, basicamente, por vestuário, material de limpeza, equipamentos de proteção individual e outros materiais utilizados





**MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.**

CNPJ: 33.224.254/0001-42  
Fundada em 18 de janeiro de 1954

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 - (Em Reais - Com centavos omitidos)**

De acordo com a decisão registrada em ata da 120ª reunião ordinária do Conselho de Administração da MGS, de 28 de setembro de 2011, e o Contrato nº J.066.0.2012 (Termo de Cessão Onerosa de Uso de Imóvel nº 01/2012), de 15 de abril de 2012, restou firmado que, em face da necessidade e interesse público do Estado, o imóvel (Edifício Lutétia) abrigaria a "Casa de Direitos Humanos", figurando, a MGS, como interveniente juntamente com a SEPLAG no retocitado Termo de Cessão celebrado entre IPSEMG e a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDESE. Com a criação da Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania - SEDPAC, em março de 2015, todos os contratos e obrigações referentes à pauta de Direitos Humanos até então sob a gestão da SEDESE, foram transferidos para a SEDPAC, inclusive o ressarcimento dos gastos incorridos por esta Empresa com a reforma do Edifício Lutétia.

**13. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

A conta registra depósitos judiciais e recursais decorrentes de processos trabalhistas.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos recursais	16.349.885	11.153.120
Depósitos trabalhistas	1.619.495	1.866.314
<b>Totais</b>	<b>17.969.380</b>	<b>13.019.434</b>

Depósitos recursais - Valores depositados pela empresa para fazer face aos recursos de ações trabalhistas, registrados e atualizados conforme tabela de índices de Juros e Atualização Monetária (JAM), publicada pela Caixa Econômica Federal - CEF, e creditados nas contas vinculadas do FGTS. Depósitos trabalhistas - Depósitos efetuados pela empresa diante da discordância do valor previsto na fase de execução judicial, nas ações

**16. IMOBILIZADO**

Imobilizado	31/12/2016	31/12/2015
	<b>Custo</b>	<b>Valor líquido</b>
Aparelhos telefônicos	18.800 (15.045)	3.755
Computadores e periféricos	4.672.060 (3.452.864)	1.219.196
Edificações	47.499 (43.608)	3.891
Ferramentas	40.872 (25.515)	15.357
Instalações	257.544 (177.508)	80.036
Máquinas e equipamentos	2.240.135 (1.233.262)	1.006.873
Móveis e utensílios	3.892.599 (2.282.168)	1.610.431
Terrenos	242.670	242.670
Veículos	487.256 (458.190)	29.066
<b>Totais</b>	<b>11.899.435 (7.688.160)</b>	<b>4.211.275</b>

O imobilizado da empresa está demonstrado ao custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As depreciações são calculadas pelo método linear com base em taxas que levam em consideração o tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizado.

A movimentação do Ativo Imobilizado é como segue:

Descrição	31/12/2016				31/12/2015				
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Depreciação acumulada	Ajustes	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciação acumulada
Aparelhos telefônicos	4.858	-	(1.776)	673	-	3.755	-	-	4.858
Computadores e periféricos	1.309.475	525.066	(116.349)	(498.996)	-	1.219.196	-	-	1.309.475
Edificações	3.891	-	-	-	-	3.891	-	-	3.891
Ferramentas	9.789	8.260	(1.391)	(1.301)	-	15.357	-	-	9.789
Instalações	102.346	-	(19.224)	(3.086)	-	80.036	-	-	102.346
Máquinas e equipamentos	1.189.039	5.281	(134.291)	(53.156)	-	1.006.873	-	-	1.189.039
Móveis e utensílios	1.907.093	7.232	(21.811)	(282.083)	-	1.610.431	-	-	1.907.093
Terrenos	242.670	-	-	-	-	242.670	-	-	242.670
Veículos	107.124	-	-	(78.058)	-	29.066	-	-	107.124
<b>Totais</b>	<b>4.876.285</b>	<b>545.839</b>	<b>(294.842)</b>	<b>(916.007)</b>	-	<b>4.211.275</b>	-	-	<b>4.876.285</b>

Em 2015 foi realizada, por empresa especializada, revisão dos parâmetros que levam à definição da vida útil e valor residual dos bens, ocasião em que foi procedido ajuste na depreciação conforme movimentação. Já o teste de recuperabilidade indicou que seu valor contábil não excedeu o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda do ativo e, portanto, não houve a necessidade de reconhecer perda por "Impairment".

Em 2016 não ocorreram alterações significativas na vida útil e valor residual dos bens e não foram detectados indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados.

Em dezembro de 2016 foram incorporados ao ativo imobilizado da Empresa 811 microcomputadores com valor residual unitário de R\$647,43, objeto do contrato J.010.0.2012, cláusula 9ª, celebrado com a CIMCORP - Comércio Internacional e Informática S.A..

**17. INTANGÍVEL**

Intangível	31/12/2016		31/12/2015	
	Amortização acumulada	Valor líquido	Amortização acumulada	Valor líquido
Software - Direito de uso	1.282.900 (1.029.320)	253.580	440.540	440.540
Software - Direito de uso - V. útil definida	2.091.008 (2.091.006)	2	592.454	592.454
Software - Direito de uso - V. útil indefinida	2.104.600	2.104.600	2.090.400	2.090.400
<b>Totais</b>	<b>5.478.508</b>	<b>(3.120.326)</b>	<b>2.358.182</b>	<b>3.123.394</b>

Estão representados, basicamente, pela aquisição de licenças e direito de uso perpétuo do Sistema de Informação de Gestão Integrada (SIGI). Os ativos intangíveis da empresa são mensurados pelo custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas em conformidade com o Pronunciamento contábil CPC 04.

trabalhistas movidas por ex-empregados. Os valores são registrados e atualizados pela Taxa Referencial (TR), sem juros de mora, conforme tabela do Tribunal Regional do Trabalho - TRT.

**14. OUTROS CRÉDITOS DE LONGO PRAZO**

Refere-se a créditos vinculados ao processo trabalhista nº 0238500-44.1993.5.03.0114, com pedido de horas extras, transitado em julgado, no valor de R\$ 2.060.040, registrado também em "Contingências Trabalhistas", no Passivo Não Circulante, em face do disposto no art. 41 da Lei nº 11.050, de 19 de janeiro de 1993, e art. 54 da Lei nº 10.827, de 23 de julho de 1992, cuja condenação seria objeto de ressarcimento pelo Estado à MGS.

Após primeira homologação, em fase de execução foram bloqueados em 2010 o montante de R\$ 2.862.870 em conta bancária da Empresa, classificados no grupo contábil "Bloqueios Judiciais". Com provimento de recurso da MGS, após o bloqueio, foi determinada a realização de nova perícia contábil, na qual foi homologado o valor bruto de R\$ 30.589 a favor do reclamante. A diferença entre o valor bloqueado e o cálculo homologado, no valor bruto de R\$ 4.323.949, devidamente atualizado, foi desbloqueado em favor da MGS em 2016, e o processo arquivado em junho do mesmo ano.

**15. INVESTIMENTOS**

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
CEMIG	1.195.858	1.195.858
Outros	5.746	5.746
<b>Totais</b>	<b>1.201.604</b>	<b>1.201.604</b>

Registrado ao custo de aquisição, o investimento remanescente na CEMIG composto por 401.369 ações preferenciais nominativas, representa 99,52% do total dos investimentos.

Em 2015 os valores contábeis dos seus bens tiveram a estimativa de vida útil econômica e valores residuais individualmente revisados por empresa especializada, sendo necessário efetuar ajuste no valor amortizado, conforme movimentação. Não foi necessário reconhecer perda por "Impairment". Em 2016 não houveram alterações significativas na vida útil e valor residual dos bens e não foram identificados indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis (CPC 01).

A movimentação do Ativo Intangível é como segue:

Descrição	31/12/2016				31/12/2015				
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Amortização	Ajustes	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Amortização
Software - Direito de uso	440.540	-	(5.932)	(181.028)	-	253.580	-	-	-
Software - Direito de uso - V. útil definida	592.454	-	-	(592.452)	-	2	-	-	-
Software - Direito de uso - V. útil indefinida	2.090.400	14.200	-	-	-	2.104.600	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>3.123.394</b>	<b>14.200</b>	<b>(5.932)</b>	<b>(773.480)</b>	<b>-</b>	<b>2.358.182</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Descrição	31/12/2014				31/12/2015				
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Amortização	Ajustes	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Amortização
Software - Direito de uso	653.788	-	(64.410)	(139.692)	(9.146)	440.540	-	-	-
Software - Direito de uso - V. útil definida	1.184.905	-	-	(836.403)	243.952	592.454	-	-	-
Software - Direito de uso - V. útil indefinida	2.090.400	-	-	-	-	2.090.400	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>3.929.093</b>	<b>-</b>	<b>(64.410)</b>	<b>(976.095)</b>	<b>234.806</b>	<b>3.123.394</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**18. OBRIGAÇÕES SOCIAIS A RECOLHER**

Representadas em sua quase totalidade pelo INSS e FGTS a recolher, vencíveis no exercício subsequente, conforme descrição a seguir:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
INSS	3.533.860	4.713.621
FGTS	2.502.436	2.338.139
Contribuição sindical	62.698	152.440
<b>Totais</b>	<b>6.098.994</b>	<b>7.204.200</b>

**19. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**

Referem-se a valores a recolher de tributo municipal (Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN) e tributos federais (PIS, COFINS, IRRF, CSLL e Contribuições Sociais Retidas na Fonte - CSRF), vencíveis no exercício subsequente, os quais vêm sendo recolhidos dentro dos prazos legais. Nestas obrigações está incluído o montante referente aos tributos diferidos relativos ao PIS e COFINS incidentes sobre os valores faturados e não recebidos.

O PIS e COFINS são calculados sobre a receita total, de acordo com a legislação tributária, na modalidade não cumulativa. Os serviços prestados pela MGS, acobertados com a emissão de NFS-e, não estão sujeitos à retenção do ISSQN na fonte, conforme regime especial nº 045.506-A (processo nº 01.058613.13.50), concedido a partir de 1º de agosto de 2013 pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, cabendo-lhe o recolhimento do tributo quando este for devido no município de Belo Horizonte.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
PIS	1.365.656	1.378.198
COFINS	6.294.482	6.354.926
ISSQN	2.369.711	1.942.708
IRRF	951.075	1.005.224
CSRF - contrib. sociais retidas na fonte	13.888	20.225
PIS diferido	2.166.001	1.119.804
COFINS diferido	9.976.731	5.157.894
<b>Totais</b>	<b>23.137.544</b>	<b>16.978.979</b>

**20. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR**

Refere-se a valores de dividendos e JCP apurados nos exercícios de 2007 a 2013, devidos ao acionista Estado de Minas Gerais.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Dividendos	15.883.060	15.883.060
JSCP	10.029	10.029
<b>Totais</b>	<b>15.893.089</b>	<b>15.893.089</b>

**21. GARANTIAS CONTRATUAIS**

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Prefeitura de Belo Horizonte	-	2.637.993
<b>Totais</b>	<b>-</b>	<b>2.637.993</b>

Trata-se de depósitos realizados pela Prefeitura de Belo Horizonte como garantia oferecida no contrato de prestação de serviços com a MGS, resgatados e creditados à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte em maio de 2016. Vide nota nº 11.

**22. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES**

Representados por "obrigações com descontos sobre folha de pagamentos" e "outras contas a pagar", exceto fornecedores de materiais do estoque, relativas a aluguel de máquinas e equipamentos, aquisições do imobilizado, aquisições do intangível, serviços de terceiros, etc.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações com desc. folha pagamento	1.442.400	1.583.127
Aluguéis e condomínios	308.440	385.039
Serviços de terceiros	273.101	117.181
Despesas com máquinas e equipamentos a pagar	407.907	553.111
Despesas com veículos a pagar	70.960	64.758
Aquisições do intangível	400.205	974.023
Seguros	276.777	259.368
Obrigações com clientes	166.850	44.295
Serviços de informática	131.963	136.220
Outros	98.470	131.215
<b>Totais</b>	<b>3.577.073</b>	<b>4.248.337</b>

**DIRETORIA EXECUTIVA**

- CARLOS VANDERLEY SOARES - Diretor-Presidente
- JAQUELINE DE SOUZA FIGUEIREDO SOARES - Diretora Vice-Presidente
- ADRIANA FREITAS MARIANO - Diretora
- JOSÉ MAURÍCIO SALGADO - Diretor
- DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES - Diretor

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Srs. Acionistas, Conselheiros e Administradores da **MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.** Belo Horizonte - MG

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da **MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas

normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de

segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planeamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria

**23. CONTINGÊNCIAS**

A empresa é parte em processos trabalhistas e cíveis perante tribunais e órgãos governamentais, nos quais são requeridos danos morais e materiais, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal de suas operações. A Administração acompanha o desenvolvimento desses processos e com base na opinião de seus assessores jurídicos constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

As provisões para contingências são constituídas com base na expectativa da Administração de perda provável e apoiada na opinião dos assessores jurídicos da Empresa.

**ISS incidente sobre vale alimentação**

Em julho de 2016 a MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. apresentou à Prefeitura de Belo Horizonte reclamação contra o lançamento tributário lavrado no processo 01.048278.16.34, por discordar da inclusão na base cálculo do ISS o valor referente ao vale-alimentação fornecido aos seus empregados, reembolsado pelos tomadores de serviço. Em julho de 2016 o auto de infração 0.041-379-A apurou um débito no valor de R\$ 9.859.745, incluída correção monetária, multa de 70% sobre o valor do imposto e juros de mora. O escritório de advocacia contratado para acompanhar o processo apresentou o prognóstico de perda possível diante da inexistência de precedente específico sobre caso idêntico ou similar, sendo assim, não foi constituída provisão para contingência.

**24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital social**

O capital social de R\$ 37.782.631 em 31/12/2016 é representado por 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal de emissão, tendo como único acionista o Estado de Minas Gerais, com a extinção do antigo Acionista Imprensa Oficial do Estado de MG que detinha a participação de 1%, nos termos da Lei Estadual nº 22.285/2016.

Descrição
-----------





## MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.

CNPJ: 33.224.254/0001-42

Fundada em 18 de janeiro de 1954

página 1 de 2

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO 2017

A Diretoria Executiva da MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. apresenta o Relatório da Administração sobre os negócios da Empresa relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, juntamente com as Demonstrações Contábeis e o Relatório dos Auditores Independentes.

## Identificação

Nome completo e sigla	MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A.
CNPJ	33.224.254/0001-42
Natureza jurídica	Empresa Pública
Endereço	Sede: Av. Álvares Cabral, nº 200, 2º, 12º, 13º, 14º e 16º andares - Centro - Belo Horizonte-MG - CEP: 30.170-000
Endereço Web	www.mgs.srv.br

## Perfil

A MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A., Empresa pública de grande porte e capital fechado, foi criada em 18 de janeiro de 1954 e elevada à condição de empresa pública nos termos dos artigos 125 a 129 da Lei Estadual nº 11.406, de 28 de janeiro de 1994, e suas alterações. Os importantes investimentos em gestão, tecnologia e processos a tornaram apta a trabalhar para a Administração Pública nas esferas municipal, estadual e federal, em todo o território nacional. A MGS teve a sua área de atuação ampliada por força do artigo 184 da Lei Estadual nº 22.257, de 27/07/2016. Com todo o seu conhecimento, experiência e capacidade em prestar os mais diversos tipos de serviços, a MGS traz facilidade e tranquilidade para órgãos públicos há mais de 64 anos. Atualmente, a Empresa conta com mais de 20 mil empregados, marcando presença em todo o Estado de Minas Gerais e principais frentes de atendimento ao cidadão.

A MGS traz a garantia de uma empresa sólida e com as melhores práticas de mercado, em um modelo de contratação ágil e seguro. Conta, ainda, com uma equipe capacitada, orientada para oferecer o melhor atendimento e solução aos clientes e que traz o espírito "deixe com a gente" em todas as atividades que executa. A gestão moderna demanda a concentração de esforços em sua atividade principal entregando fases secundárias para parceiros especialistas. Então, enquanto o cliente da Empresa se ocupa com o que importa para o resultado do seu trabalho e da sua instituição, a MGS e sua equipe estará ao lado dele oferecendo apoio técnico, operacional, conservação, manutenção e gestão de documentos e de condomínios.

Com foco em ser uma referência na prestação de serviços ao setor público, comprometida com a valorização da sua equipe e com a sustentabilidade do negócio em benefício da sociedade, a MGS tem por missão apoiar a administração pública. Seu faturamento bruto

em 2017 foi da ordem de R\$ 847.000.000 (R\$ 771.000.000 em 2016). No final do exercício de 2017, a MGS contou com um quantitativo em torno de 20.000 empregados (18.000 em 2016) para atender seus 67 clientes, entre órgãos e entidades da administração pública estadual e municipal de Minas Gerais, localizados em mais de 170 municípios mineiros.

## Nova Estrutura Organizacional

Resultado de um longo trabalho que promoveu o mapeamento e redesenho de todos os processos de trabalho executados na Administração Central da Empresa, a MGS implantou a nova estrutura organizacional, a qual entrou em vigor a partir de 1º/01/2017. Essa nova estrutura deu maior horizontalidade aos níveis de gestão da Empresa, possibilitou a inclusão de novas áreas importantes para o desenvolvimento do negócio e contribuiu para preparar a MGS para os desafios do mercado da prestação de serviços.

## Assessoria de Planejamento e Gestão (ASPLAG)

Dentro da nova estrutura, a MGS criou a ASPLAG para dar suporte à Empresa na condução do novo modelo de gestão patrocinado pela atual Administração. Sua missão é garantir o alinhamento do planejamento estratégico através de projetos, metas, indicadores, planos de ação e suporte aos processos, visando a inovação e otimização de recursos, com foco na melhoria contínua.

## Comitê de Tecnologia de Informação e Comunicação (CTIC)

Neste ano, foi criado o CTIC com foco na integração e no apoio global às estratégias da Empresa, bem como na harmonização entre os objetivos organizacionais e os de tecnologia da informação. O CTIC aconselha a Diretoria Executiva sobre as prioridades dos investimentos em tecnologia, sempre em linha com as estratégias e as prioridades da MGS, monitorando o estado atual dos projetos, os níveis de serviços de TI e seus avanços tecnológicos.

## Política de Comunicação

A Empresa divulgou sua Política de Comunicação em setembro de 2017 e, a partir dessa diretriz, programou uma série de melhorias. Dentre as principais ações realizadas, foram apresentadas a revisão do manual de marca, o seu novo portal, novas práticas de comunicação interna e a entrada da MGS nas redes sociais.

## Portal Institucional e da Transparência

No final do mês de outubro, a MGS colocou no ar seu novo Portal. O novo site possui um design que visa facilitar a navegação do usuário, promove o acesso às mais recentes informações da Empresa e favorece a disponibilidade de conteúdo multimídia, além de uma área exclusiva de transparência. Com a página no ar, a MGS pretende expandir a

experiência do visitante e alcançar ainda mais seus clientes, empregados e a sociedade de uma forma geral.

## Responsabilidade Social

Por meio da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte, a Empresa patrocinou diversos projetos. A iniciativa tem a finalidade de fomentar o desenvolvimento cultural e fortalecer as políticas sociais junto aos seus empregados e à sociedade. Ainda sob esse aspecto, a Empresa desenvolveu uma parceria com o Serviço Social Autônomo (Servas) para captação e distribuição de doações.

## Desenvolvimento de Pessoas

A Empresa também criou em 2017, o Centro de Capacitação de Pessoas com o objetivo de fortalecer suas ações de desenvolvimento das equipes. Foram realizados 1.028 treinamentos, com um total de 10.978 participantes em Belo Horizonte, Região Metropolitana e cidades do interior de Minas Gerais.

## Parceria com a Fundação João Pinheiro

A MGS e a Fundação João Pinheiro (FJP) firmaram uma parceria para criação do curso de Especialização em Administração Pública, Planejamento e Gestão Governamental. O objetivo da primeira parceria foi capacitar os gestores da Administração Central da Empresa no conhecimento sobre políticas públicas e gestão governamental. A especialização combina disciplinas teóricas com módulos destinados ao exame prático de questões centrais do planejamento, finanças públicas, gestão de pessoas e de patrimônio, administração de contratos e convênios, produção, gerenciamento de informações, entre outros. A primeira turma iniciou o curso no segundo semestre de 2017.

## Evolução no mercado nacional

Trabalhar em regime de colaboração mútua, com a busca pelo melhor atendimento aos clientes e profissionalismo tem tornado possível a evolução da MGS dentro do seu mercado de atuação. A Empresa foi classificada em quinto lugar na categoria "Outros Serviços" do XXI Ranking Mercado Comum de Empresas Mineiras 2017/2016, realizado pela MinasPart Desenvolvimento Econômico e Empresarial. Na edição de 2017 da lista Melhores e Maiores da revista Exame, que avalia empresas do país inteiro e seleciona as mil melhores, a MGS foi classificada em 761º lugar, subindo 47 colocações em relação ao ranking anterior. O Ranking Valor 1000 - publicação anual do jornal Valor Econômico - realizado com o objetivo de destacar as mil maiores empresas do país, apontou a ascensão da MGS em 66 posições durante a gestão da atual Diretoria Executiva, que assumiu em 2015. Foram 10 posições em 2015, e 56 em 2016.

Unidades Regionais - Em 2017, a MGS inaugurou dois escritórios

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em Reais - Com centavos omitidos, exceto lucro por ação)

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	23	731.167.291	666.726.387
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	24	(659.477.901)	(596.698.789)
<b>LUCRO BRUTO (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS</b>		71.689.390	70.027.598
Despesas com pessoal		(45.546.104)	(41.655.723)
Despesas gerais e administrativas		(17.657.813)	(15.533.217)
Despesas tributárias		(200.489)	(214.391)
Despesas judiciais (despesas)		(22.617.463)	(19.904.164)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		10.463.641	5.960.843
<b>LÚCRO (PREJUIZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>(3.868.838)</b>	<b>(1.319.054)</b>
Despesas financeiras		(351.960)	(357.356)
Receitas financeiras		3.997.779	8.917.145
<b>LÚCRO (PREJUIZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(223.019)</b>	<b>7.240.735</b>
Contribuição social		(990.479)	(99.239)
Imposto de Renda		(2.654.340)	(255.551)
<b>LÚCRO (PREJUIZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(3.867.838)</b>	<b>6.885.945</b>
Lucro (prejuízo) por ação do capital social		(0,39)	0,69

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

e os dados reais apurados podem impactar as obrigações relacionadas aos planos de benefício definido e, conseqüentemente, os resultados das operações da empresa. Os cálculos atuariais indicaram que não há valor de passivo a ser reconhecido em balanço, em relação às obrigações com o plano de benefícios mantido com a referida entidade fechada de previdência privada.

## 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	24.049	23.134
Bancos conta movimento	150.782	91.071
Aplicações financeiras	5.674.228	24.861.253
<b>Totais</b>	<b>5.849.059</b>	<b>24.975.458</b>

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## 5) BLOQUEIOS JUDICIAIS

Valores bloqueados por determinação judicial para garantia de execução de ações trabalhistas. Os valores estão bloqueados nos bancos, conforme quadro a seguir:

Bancos	31/12/2017	31/12/2016
Banco Itaú	2.401.764	2.464.751
Banco do Brasil	201.887	86.297
Caixa Econômica Federal	256.017	60.222
Bradesco	17.151	265.532
<b>Totais</b>	<b>2.876.819</b>	<b>2.876.802</b>

## 6) CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Descrição	Saldos a vencer	Vencidos há mais de 360 dias	Valor Líquido	Valor Líquido
Contas a receber	60.218.698	72.405.687	137.450.360	121.446.999
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Dificil Liquidação (PECDL)	-	(4.825.975)	(4.825.975)	(5.955.246)
<b>Totais</b>	<b>60.218.698</b>	<b>72.405.687</b>	<b>132.624.385</b>	<b>115.491.753</b>

Os valores a receber são provenientes da prestação de serviços e registrados no ativo circulante pelo valor líquido realizável. As Perdas Estimadas em Créditos de Dificil Liquidação (PECDL) foram mensuradas e reconhecidas a partir da experiência da Administração da MGS em relação ao histórico das perdas efetivas, e são constantemente avaliadas com o objetivo de exercer o julgamento adequado dos saldos com risco de perdas quanto aos recebimentos. São calculadas baseadas na análise individual de cada título vencido há mais de 1 (um) ano e por cliente, após adotadas as provisões devidas para o seu ressarcimento. Estes valores são considerados suficientes para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

A movimentação das Perdas Estimadas em Créditos de Dificil Liquidação no exercício de 2017 e 2016 é como segue:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	5.955.246	6.893.881
Constituições	3.938.854	4.197.023
Baixas	(5.068.125)	(5.135.658)
Saldo Final	4.825.975	5.955.246

## 7) ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS

Representados basicamente por antecipação de férias a empregados e adiantamentos de diárias de viagens no valor de R\$ 2.709.739 (R\$ 2.343.961 em 2016).

## 8) ESTOQUES

Os estoques são apresentados pelo menor valor apurado entre o valor de custo e o valor líquido realizável, sendo composto, basicamente, por vestuários, equipamentos de proteção individual, materiais de

no interior de Minas Gerais, com os objetivos de estreitar, ainda mais, a relação com os clientes e favorecer a proximidade com os empregados que prestam serviços nos diversos órgãos públicos espalhados pelo Estado. Em agosto, foram iniciadas as atividades da Unidade Regional Território Norte de Minas, em Montes Claros e, em dezembro, a Unidade Regional Caparaó Mata e Vertentes, no município de Juiz de Fora.

## Identidade Corporativa

A Diretoria Executiva aprovou e, posteriormente, validou junto ao Conselho de Administração a atualização da sua Identidade Corporativa, criando a oportunidade de um alinhamento sobre os caminhos da organização e forma de conduzir negócios e relações. Abaixo o novo texto que inspira o trabalho da Empresa.

## Missão

Apoiar a administração pública na prestação de serviços à sociedade.

## Visão

Ser uma empresa referência na prestação de serviços ao setor público, comprometida com a valorização do empregado e com a sustentabilidade do negócio, em benefício da sociedade.

## Valores

Atender de forma profissional e humanizada  
Cuidar, apoiar, fazer acontecer  
Ser confiável e transparente  
Ter compromisso com a melhoria contínua  
Acolher a pluralidade  
Valorizar quem faz a nossa empresa  
Crescer e evoluir juntos  
Agir com responsabilidade social

## Perspectivas e planos futuros

Além da nova identidade organizacional da MGS, divulgada em 18 de janeiro deste ano, foram apresentadas, também, e aprovadas pelo Conselho de Administração as estratégias de longo prazo, estabelecidas para o período de 2018 a 2022. Elas foram pautadas em racionalizar as despesas, realizar investimentos em tecnologia e reestruturar processos; objetivando equilibrar a relação entre a taxa de administração e o overhead. Tais estratégias foram desdobradas através de uma metodologia de gestão (Balanced Score Card - BSC), que auxilia a traduzir a Missão, Visão e Valores da MGS em medidas que orientam a Empresa a alcançar o futuro almejado do negócio.

Belo Horizonte, 06 de março de 2018.  
ADMINISTRAÇÃO

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em Reais - Com centavos omitidos)

	31/12/2017	31/12/2016
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimentos de clientes	707.305.092	616.189.043
Resgates de bloqueios judiciais	6.822.793	12.610.526
Resgates de depósitos judiciais	1.289.427	1.188.712
Rendimentos de aplicações financeiras	462.494	4.290.242
Recebimentos de dividendos e juros	240.300	-
Outros recebimentos provenientes das operações	276.817	158.787
Pagamentos a fornecedores	(20.753.459)	(21.941.768)
Pagamentos de despesas com pessoal	(382.718.155)	(351.579.491)
Pagamentos de despesas antecipadas	(96.059.293)	(87.510.221)
Pagamentos de tributos federais	(177.770.243)	(162.286.911)
Pagamentos de tributos estaduais	(2.708)	(2.850)
Pagamentos de tributos municipais	(28.024.593)	(24.817.226)
Pagamentos de indeniz. e desp., em processos judiciais	(5.989.988)	(3.615.124)
Constituição de bloqueios judiciais	(13.161.718)	(16.282.190)
Constituição de depósitos judiciais	(7.803.541)	(7.731.753)
Outros pagamentos decorrentes das atividades operacionais	(2.173.957)	(1.209.728)
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(18.060.732)</b>	<b>(42.539.952)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

	31/12/2017	31/12/2016
Pagamentos na aquisição à vista de bens do imobilizado	(706.962)	(11.437)
Pagamentos na aquisição à vista do intangível	(358.705)	(577.766)
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(1.065.667)</b>	<b>(589.203)</b>

## (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.975.458	68.104.613
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.849.059	24.975.458

## (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.975.458	68.104.613
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.849.059	24.975.458

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

limpeza e outros materiais utilizados na prestação dos serviços. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição.

## 9) TRIBUTOS A RECUPERAR

Estão representados por retenções de Imposto de Renda, Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Social e contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), como apresentado no quadro a seguir:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de Renda	8.526.221	8.296.477
Contribuição social	388.510	85.124
COFINS	1.390.655	611.826
PIS	301.332	132.587
INSS	1.131.911	510.428
<b>Totais</b>	<b>11.738.629</b>	<b>9.636.442</b>

## 10) DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Compreende antecipações para aquisição de créditos de vale-transporte e vale-alimentação.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Vale-transporte	2.131.622	1.932.183
Vale-alimentação	7.055.955	5.790.246
<b>Totais</b>	<b>9.187.577</b>	<b>7.722.429</b>

## 11) OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

São apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou, no caso de despesas antecipadas, registradas ao custo.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

ATIVO	31/12/2017		31/12/2016	
	Notas	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.849.059	24.975.458	
Bloqueios judiciais	5	2.876.819	2.876.802	
Contas a receber de clientes	6	132.624.385	115.491.753	
Adiantamentos a empregados	7	2.709.739	2.343.961	
Estoque	8	2.515.946	2.289.155	
Tributos a recuperar	9	11.738.629	9.636.442	
Despesas pagas antecipadamente	10	9.187.577	7.722.429	
Outros ativos circulantes	11	156.089	7.751.196	
		<b>167.658.243</b>	<b>173.087.196</b>	
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Depósitos judiciais	12	22.618.167	17.969.380	
Outros créditos de longo prazo	13	7.527.266	-	
INVESTIMENTOS	14	1.201.604	1.201.604	
IMOBILIZADO	15	3.465.298	4.211.275	
INTANGÍVEL	16	2.270.183	2.358.182	
		<b>37.082.518</b>	<b>25.740.441</b>	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>204.740.761</b>	<b>198.827.637</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017		31/12/2016	
	Notas	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>				
Fornecedores		6.965.317	5.585.272	
Salários e ordenados a pagar		26.994.988	22.131.148	
Obrigações sociais a recolher	17	9.283.185	6.098.994	
Obrigações tributárias				





**MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A.**  
 CNPJ: 33.224.254/0001-42  
 Fundada em 18 de janeiro de 1954

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
 (Em Reais - Com centavos omitidos)

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Valores a receber	-	7.527.266
Dividendos a receber	48.878	138.428
JSCP a receber	-	27.113
Garantias contratuais	63.142	-
Outros	44.069	58.389
<b>TOTALS</b>	<b>156.089</b>	<b>7.751.196</b>

**12) DEPOSITOS JUDICIAIS**  
 Neste grupo estão registrados os depósitos judiciais e recursais decorrentes de processos trabalhistas, conforme composição abaixo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos recursais	21.131.422	16.349.885
Depósitos trabalhistas	1.486.745	1.619.495
<b>TOTALS</b>	<b>22.618.167</b>	<b>17.969.380</b>

Depósitos recursais - Valores depositados pela empresa para fazer face aos recursos de ações trabalhistas, registrados e atualizados conforme tabela de índices de Juros e Atualização Monetária (JAM), publicada pela Caixa Econômica Federal - CEF, e creditados nas contas vinculadas do FGTS.

Depósitos trabalhistas - Depósitos efetuados pela empresa diante da discordância do valor previsto na fase de execução judicial, nas ações trabalhistas movidas por ex-empregados. Os valores são registrados e atualizados pela Taxa Referencial (TR), sem juros de mora, conforme tabela do Tribunal Regional do Trabalho - TRT.

**13) OUTROS CRÉDITOS DE LONGO PRAZO**  
 Estão registrados neste grupo os gastos decorrentes da reforma do Edifício Lutétia, no montante correspondente a R\$7.527.266, reclassificados do grupo "Outros ativos circulantes" para "Outros créditos de longo prazo" (Realizável a Longo Prazo).  
 O saldo corresponde aos gastos com a reforma do imóvel situado na Rua São Paulo, 679, Centro - Belo Horizonte - MG, de propriedade

**15) IMOBILIZADO**  
 a) Composição de saldo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Imobilizado	31/12/2017		31/12/2016	
	Custo	Depreciação acumulada	Custo	Depreciação acumulada
Aparelhos telefônicos	19.219	(16.166)	18.800	(15.045)
Computadores e periféricos	4.967.858	(4.422.758)	4.672.060	(3.452.864)
Edificações	47.499	(43.788)	47.499	(43.608)
Ferramentas	35.372	(26.689)	40.872	(25.515)
Instalações	392.124	(186.318)	257.544	(177.508)
Máquinas e equipamentos	2.512.292	(1.375.266)	2.240.135	(1.233.262)
Móveis e utensílios	3.900.929	(2.581.680)	3.892.599	(2.282.168)
Terrenos	242.670	-	242.670	-
Veículos	487.236	(487.236)	487.236	(458.190)
<b>TOTALS</b>	<b>12.605.219</b>	<b>(9.139.921)</b>	<b>11.899.435</b>	<b>(7.688.160)</b>

O imobilizado da empresa está demonstrado ao custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada. O custo incluindo gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As depreciações são calculadas pelo método linear com base em taxas que refletem a vida útil estimada dos bens.

Em 2017 não ocorreram alterações significativas na vida útil e valor residual dos bens e não foram detectados indícios de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

A movimentação do Ativo Imobilizado é como segue:

Descrição	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciação	Transfe-rências	Saldo em 31/12/2017
Aparelhos telefônicos	3.755	-	-	(911)	210	3.054
Computadores e periféricos	1.219.196	289.350	(453)	(969.089)	6.095	545.099
Edificações	3.891	-	-	(180)	-	3.711
Ferramentas	15.357	-	-	(2.661)	(4.013)	8.683
Instalações	80.036	149.705	-	(16.571)	(7.365)	205.806
Máquinas e equipamentos	1.006.873	264.977	(7.595)	(133.509)	6.281	1.137.027
Móveis e utensílios	1.610.431	9.905	(105)	(299.774)	(1.208)	1.319.249
Terrenos	242.670	-	-	-	-	242.670
Veículos	29.066	-	-	(29.066)	-	-
<b>TOTALS</b>	<b>4.211.275</b>	<b>713.937</b>	<b>(8.153)</b>	<b>(1.451.761)</b>	<b>-</b>	<b>3.465.298</b>

Descrição	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciação	Transfe-rências	Saldo em 31/12/2017
Aparelhos telefônicos	4.858	-	(1.776)	673	-	3.755
Computadores e periféricos	1.309.475	525.066	(116.349)	(498.996)	-	1.219.196
Edificações	3.891	-	-	-	-	3.891
Ferramentas	9.789	8.260	(1.391)	(1.301)	-	15.357
Instalações	102.346	-	(19.224)	(3.086)	-	80.036
Máquinas e equipamentos	1.189.039	5.281	(134.291)	(53.156)	-	1.006.873
Móveis e utensílios	1.907.093	7.232	(21.811)	(282.083)	-	1.610.431
Terrenos	242.670	-	-	-	-	242.670
Veículos	107.124	-	-	(78.058)	-	29.066
<b>TOTALS</b>	<b>4.876.285</b>	<b>545.839</b>	<b>(294.842)</b>	<b>(916.007)</b>	<b>-</b>	<b>4.211.275</b>

**16) INTANGÍVEL**

Intangível	31/12/2017		31/12/2016	
	Custo	Amortização acumulada	Custo	Amortização acumulada
Software - Direito de uso	1.282.900	(1.216.317)	1.282.900	(1.216.317)
Software - Direito de uso - V. útil definida	2.091.008	(2.091.008)	2.091.008	(2.091.008)
Software - Direito de uso - V. útil indefinida	2.203.600	-	2.203.600	-
<b>TOTALS</b>	<b>5.577.508</b>	<b>(3.307.325)</b>	<b>5.577.508</b>	<b>(3.307.325)</b>

Está representado, basicamente, pela aquisição de licenças e direito de uso perpétuo do Sistema de Informação de Gestão Integrada (SIGI). Os ativos intangíveis da empresa são mensurados pelo custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas em conformidade com o Pronunciamento contábil CPC 04.

Em 2017 não ocorreram alterações significativas na vida útil e valor residual dos bens e não foram detectados indícios de perda do valor

do IPSEMG, corrigido pelo Índice Nacional de Custo da Construção - INCC, cujas obras de reforma e adaptação ficaram sob a responsabilidade da MGS, haja vista que o mesmo seria destinado à instalação da sede da empresa, conforme Contrato de Cessão Onerosa de Uso de Bem Imóvel, firmado entre o IPSEMG e a MGS, com intervenção da SEPLAG, no ano de 2006 (Contrato nº 342/2006). Em 2010 as obras de reforma passaram a ser de responsabilidade do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - DEOPMG. De acordo com a decisão registrada em ata da 120ª reunião ordinária do Conselho de Administração da MGS, de 28 de setembro de 2011, e o Contrato nº J.066.0.2012 (Termo de Cessão Onerosa de Uso de Imóvel nº 01/2012), de 15 de abril de 2012, restou firmado que, em face da necessidade e interesse público do Estado, o imóvel (Edifício Lutétia) abrigaria a "Casa de Direitos Humanos", figurando a MGS como interveniente, juntamente com a SEPLAG, no retrocitado Termo de Cessão celebrado entre IPSEMG e a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDESE.

Com a criação da Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania - SEDPAC, em março de 2016, todos os contratos e obrigações referentes à pauta de Direitos Humanos até então sob a gestão da SEDESE, foram transferidos para a SEDPAC, inclusive o ressarcimento dos gastos incorridos por esta Empresa com a reforma do Edifício Lutétia.

**14) INVESTIMENTOS**

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
CEMIG	1.195.858	1.195.858
Outros	5.746	5.746
<b>TOTALS</b>	<b>1.201.604</b>	<b>1.201.604</b>

Registrados ao custo de aquisição, o investimento remanescente na CEMIG, composto por 401.369 ações preferenciais nominativas, representa 99,52% do total dos investimentos.

recuperável de seu ativo intangível. A movimentação do Ativo Intangível é como segue:

Descrição	31/12/2016		31/12/2017	
	Saldo em	Adições	Baixas	Amortização
Software - Direito de uso	253.580	-	-	(186.997)
Software - Direito de uso - V. útil definida	2	-	-	(2)
Software - Direito de uso - V. útil indefinida	2.104.600	99.000	-	-
<b>TOTALS</b>	<b>2.358.182</b>	<b>99.000</b>	<b>-</b>	<b>(186.999)</b>

Descrição	31/12/2015		31/12/2016	
	Saldo em	Adições	Baixas	Amortização
Software - Direito de uso	440.540	-	(5.932)	(181.028)
Software - Direito de uso - V. útil definida	592.454	-	-	(592.452)
Software - Direito de uso - V. útil indefinida	2.090.400	14.200	-	-
<b>TOTALS</b>	<b>3.123.394</b>	<b>14.200</b>	<b>(5.932)</b>	<b>(773.480)</b>

**17) OBRIGAÇÕES SOCIAIS A RECOLHER**  
 O saldo deste grupo é composto, em sua maior parte, pelo INSS e FGTS a recolher, vencíveis no exercício subsequente, conforme descrição a seguir:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
INSS	4.906.431	3.533.860
FGTS	4.310.419	2.502.436
Contribuição sindical	66.335	62.698
<b>TOTALS</b>	<b>9.283.185</b>	<b>6.098.994</b>

**18) OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**  
 Referem-se a valores a recolher de tributo municipal (Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN) e tributos federais (PIS, COFINS, IRRF, CSLL e Contribuições Sociais Retidas na Fonte - CSRF), vencíveis no exercício subsequente, os quais vêm sendo recolhidos dentro dos prazos legais. Nestas obrigações está incluído o montante referente aos tributos diferidos relativos ao PIS e COFINS incidentes sobre os valores faturados e não recebidos. O PIS e COFINS são calculados sobre a receita total, de acordo com a legislação tributária, na modalidade não cumulativa. Os serviços prestados pela MGS, acobertados com a emissão de NFS-e, não estão sujeitos à retenção do ISSQN na fonte, conforme regime especial nº 045.506-A (processo nº 01.058613.13.50), concedido a partir de 1º de agosto de 2013, pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, cabendo-lhe o recolhimento do tributo quando este for devido no município de Belo Horizonte.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
PIS	1.895.592	1.365.656
COFINS	8.735.051	6.294.482
ISSQN	2.678.325	2.369.711
IRRF	1.864.511	951.075
CSRF-contrib. sociais retidas na fonte	13.125	13.888
PIS diferido	2.611.151	2.166.001
COFINS diferido	12.027.118	9.976.731
Contribuição social a recolher	293.258	-
<b>TOTALS</b>	<b>30.118.131</b>	<b>23.137.544</b>

**19) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR**  
 Refere-se a valores de dividendos e JSCP, apurados nos exercícios de 2007 a 2016, devidos ao Acionista Estado de Minas Gerais.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Dividendos	981.512	15.883.060
JSCP	10.029	10.029
<b>TOTALS</b>	<b>991.541</b>	<b>15.893.089</b>

No exercício de 2017 foi liquidada parte dos dividendos a pagar, distribuídos em exercícios anteriores, mediante realização de encontro de contas entre a MGS e o Estado de MG, no qual foram utilizados os créditos a receber de clientes correspondentes ao valor de R\$21.443.196, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
Dividendos	-	-	-	-
Estado de	-	-	-	-
MG	15.883.060	6.541.648	(21.443.196)	981.512
JSCP Estado	-	-	-	-
de MG	10.029	-	-	10.029
<b>TOTALS</b>	<b>15.893.089</b>	<b>6.541.648</b>	<b>(21.443.196)</b>	<b>991.541</b>

**20) OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES**  
 Representados por obrigações com descontos sobre a folha de pagamentos e outras contas a pagar (exceto fornecedores de materiais do estoque), relativas a aluguel de máquinas e equipamentos, aquisições do imobilizado, aquisições do intangível, serviços de terceiros, etc.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações com desc. folha pagamento	1.284.232	1.442.400
Aluguéis e condomínios	320.638	308.440
Serviços de terceiros	385.191	273.101
Aluguel e manutenção de máquinas e equip.	164.519	407.907
Manutenção de veículos a pagar	134.974	70.960
Aquisições do intangível	-	400.205
Seguros	324.794	276.777
Obrigações com clientes	624.334	166.850
Serviços de informática	228.017	131.963
Outros	227.114	98.470
<b>TOTALS</b>	<b>3.693.813</b>	<b>3.577.073</b>

**21) CONTINGÊNCIAS**  
 A empresa é parte em processos trabalhistas e cíveis perante tribunais e órgãos governamentais, nos quais são requeridos danos morais e materiais, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal de suas operações. A Administração acompanha o desenvolvimento desses processos e, com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. As provisões para contingências são constituídas com base na expectativa da Administração de perda provável e apoiada na opinião dos assessores jurídicos da Empresa.

**a) ISS incidente sobre vale-alimentação**  
 Em julho de 2016 a MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. apresentou à Prefeitura de Belo Horizonte reclamação contra o lançamento tributário lavrado no processo 01.048278.16.34, por discordar da inclusão na base de cálculo do ISS o valor referente ao vale-alimentação fornecido aos seus empregados, reembolsado pelos tomadores de serviço. Naquela ocasião o auto de infração 0.041-379-A registrou um débito no valor de R\$ 9.859.745, incluída correção monetária, multa de 70% sobre o valor do imposto e juros de mora. O valor corrigido na data base de 31/12/2017 corresponde a R\$ 11.500.407. O escritório de advocacia contratado para acompanhar o processo apresentou o prognóstico de perda possível diante da inexistência de precedente específico sobre caso idêntico ou similar, sendo assim, não foi constituída provisão para contingência.

**22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**a) Capital social**  
 O Capital Social de R\$ 31.240.984 em 31/12/2017 é representado por 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal de emissão, tendo como único acionista o Estado de Minas Gerais.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital social (a)	31.240.984	24.560.206
Aumento de capital (b)	-	13.222.425
Reserva de lucros (c)	-	2.898.665
Prejuízos acumulados	(969.173)	-
<b>TOTALS</b>	<b>30.271.811</b>	<b>40.681.296</b>

**b) Aumento de capital**  
 Na data base 31/12/2016 a Administração propôs o aumento do Capital Social no montante de R\$13.222.425, mediante capitalização integral do lucro do exercício (R\$ 6.541.647) e utilização das reservas de lucros (R\$ 6.680.778). Com a realização das Assembleias Geral Ordinária e Extraordinária, ocorridas em 27/04/2017, foi deliberado o aumento de Capital Social da Companhia, no montante de R\$6.680.778. O restante, R\$6.541.647, foi distribuído como dividendos.

**c) Reserva de Lucros**  
 Em 31/12/2016, as reservas de lucros eram compostas em sua totalidade por reserva legal no valor de R\$2.898.665, constituída à alíquota de 5% do lucro líquido. Seu saldo foi integralmente utilizado para compensar parte do prejuízo do exercício de 2017.

**23) RECEITA LÍQUIDA**

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta na venda de serviços	846.786.521	771.065.455
Impostos e contribuições incidentes s/ as vendas	(115.320.196)	(103.797.976)
Descontos, devoluções e cancelamentos	(299.034)	(541.992)
<b>Receita líquida</b>	<b>731.167.291</b>	<b>666.726.387</b>

A empresa integra o grupo sujeito ao acompanhamento diferenciado dos maiores contribuintes pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, e se enquadra como empresa de grande porte, dentro do conceito contido no art. 3º da Lei n.º 11.638/2007, por apresentar receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000.

**24) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS**  
 Os custos dos serviços prestados estão compostos conforme segue:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Remuneração	419.146.732	376.994.185
Encargos	157.494.590	141.608.992
Benefícios	68.397.767	61.626.794
Logística e materiais	6.121.673	6.478.358
Aluguéis, equipamentos e serviços	2.077.084	4.687.604
Viagens	6.240.055	5.302.856
<b>TOTALS</b>	<b>659.477.901</b>	<b>596.698.789</b>

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCO ANTÔNIO DE REZENDE TEIXEIRA - Presidente  
 CARLOS VANDERLEY SOARES - Vice-Presidente  
 ALCIONE MARIA MARTINS COMONIAN - Conselheira  
 FRANCISCO EDUARDO MOREIRA - Conselheiro  
 NALTON SEBASTIÃO MOREIRA DA CRUZ - Conselheiro  
 OTÍLIO PRADO - Conselheiro  
 SUZANA CAMPOS DE ABREU - Conselheira

DIRETORIA EXECUTIVA

CARLOS VANDERLEY SOARES - Diretor-Presidente  
 JAQUELINE DE SOUZA FIGUEIREDO SOARES - Diretora Vice-Presidente  
 ADRIANA FREITAS MARIANO - Diretora  
 DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES - Diretor  
 JOSÉ MAURÍCIO SALGADO - Diretor

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs. Acionistas, Conselheiros e Administradores da MGS - MINAS GERA





MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A. CNPJ: 33.224.254/0001-42 Fundada em 18 de Janeiro de 1954

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 1918 E 2017 (Em Reais - Com centavos omitidos)

Os custos são apresentados pelo menor valor apurado entre o valor de custo e o valor liquidado realizável, sendo composto, basicamente, por...

Table with columns: Descrição, 31/12/2018, 31/12/2017. Rows include Imposto de renda, Contribuição social, COFINS, PIS, INSS, etc.

10) DESPESAS PAGANAS ANTECIPATORIAMENTE: Compreende antecipação pela aquisição de créditos de vale-transporte e vale-alimentação, registrados no custo.

11) OUTROS ATIVOS CIRCULANTES: Dividendos a receber, Despesas contratuais, Outros.

12) DEPÓSITOS JUDICIAIS: Neste grupo estão registrados os depósitos judiciais e recursos decorrentes de processos trabalhistas, conforme composição abaixo:

Table with columns: Descrição, 31/12/2018, 31/12/2017. Rows include Depósitos a receber, Depósitos de recursos, Depósitos trabalhistas, etc.

15) IMOBILIZADO: a) Composição de saldo em 31 de dezembro de 2018 e 2017: O imobilizado da Empresa está demonstrado no custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada.

Table with columns: Imobilizado, Custo, Depreciação acumulada, Valor líquido. Rows include Aparelhos telefônicos, Computadores e periféricos, Ferramentas, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2017, Adições, Bajas, Depreciação, Transferências, Saldo em 31/12/2018. Rows include Aparelhos telefônicos, Computadores e periféricos, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2016, Adições, Bajas, Depreciação, Transferências, Saldo em 31/12/2017. Rows include Aparelhos telefônicos, Computadores e periféricos, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2017, Adições, Bajas, Amortização, Transferências, Saldo em 31/12/2018. Rows include Software - Direito de uso, Software - Direito de uso - V. útil definida, etc.

17) OBRIGAÇÕES SOCIAIS A RECOLHER: O saldo deste grupo é composto, em sua maior parte, por INSS e FGTS a recolher...

Table with columns: Descrição, 31/12/2018, 31/12/2017. Rows include INSS, FGTS, Contribuições sindicais.

18) OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS: Referem-se a valores a receber de tributo municipal (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN) e tributos federais (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, e Contribuições Sociais Relativas ao Fato - CSRF), vencíveis no exercício subsequente...

19) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR: Referem-se a valores de dividendos e juros sobre o Capital Próprio (JSCP), apurados nos exercícios de 2007 a 2016, devidos ao Acionista Estadual de Minas Gerais...

- MGS, de propriedade do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (IPSEMG), corrigido pelo Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), cujo objeto é reforma e adaptação...

20) OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES: Representados por obrigações com descontos sobre a folha de pagamentos e outros custos a pagar (exceto fornecedores de materiais do estoque), relativas a obrigações com fornecedores e quitados, serviços de telefonia, aquisições de insumos, serviços de terceiros, etc.

21) CONTINGÊNCIAS: A Empresa possui contingências com base em expectativas da Administração de perda provável e apoiada no opinião dos assessores jurídicos da Empresa...

Table with columns: Descrição, 31/12/2018, 31/12/2017. Rows include Dividendos a receber, JSCP, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2017, Adições, Bajas, Amortização, Transferências, Saldo em 31/12/2018. Rows include Software - Direito de uso, Software - Direito de uso - V. útil definida, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2016, Adições, Bajas, Amortização, Transferências, Saldo em 31/12/2017. Rows include Software - Direito de uso, Software - Direito de uso - V. útil definida, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2017, Adições, Bajas, Amortização, Transferências, Saldo em 31/12/2018. Rows include Software - Direito de uso, Software - Direito de uso - V. útil definida, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2016, Adições, Bajas, Amortização, Transferências, Saldo em 31/12/2017. Rows include Software - Direito de uso, Software - Direito de uso - V. útil definida, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2017, Adições, Bajas, Amortização, Transferências, Saldo em 31/12/2018. Rows include Software - Direito de uso, Software - Direito de uso - V. útil definida, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2016, Adições, Bajas, Amortização, Transferências, Saldo em 31/12/2017. Rows include Software - Direito de uso, Software - Direito de uso - V. útil definida, etc.

Table with columns: Descrição, 31/12/2018, 31/12/2017. Rows include Dividendos a receber, JSCP, etc.

Table with columns: Descrição, 31/12/2016, Adições, Bajas, 31/12/2017. Rows include Dividendos a receber, JSCP, etc.

Table with columns: Descrição, 31/12/2018, 31/12/2017. Rows include Dividendos a receber, JSCP, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2017, Adições, Bajas, Amortização, Transferências, Saldo em 31/12/2018. Rows include Software - Direito de uso, Software - Direito de uso - V. útil definida, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2016, Adições, Bajas, Amortização, Transferências, Saldo em 31/12/2017. Rows include Software - Direito de uso, Software - Direito de uso - V. útil definida, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2017, Adições, Bajas, Amortização, Transferências, Saldo em 31/12/2018. Rows include Software - Direito de uso, Software - Direito de uso - V. útil definida, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2016, Adições, Bajas, Amortização, Transferências, Saldo em 31/12/2017. Rows include Software - Direito de uso, Software - Direito de uso - V. útil definida, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2017, Adições, Bajas, Amortização, Transferências, Saldo em 31/12/2018. Rows include Software - Direito de uso, Software - Direito de uso - V. útil definida, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2016, Adições, Bajas, Amortização, Transferências, Saldo em 31/12/2017. Rows include Software - Direito de uso, Software - Direito de uso - V. útil definida, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2017, Adições, Bajas, Amortização, Transferências, Saldo em 31/12/2018. Rows include Software - Direito de uso, Software - Direito de uso - V. útil definida, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2016, Adições, Bajas, Amortização, Transferências, Saldo em 31/12/2017. Rows include Software - Direito de uso, Software - Direito de uso - V. útil definida, etc.

Table with columns: Descrição, Saldo em 31/12/2017, Adições, Bajas, Amortização, Transferências, Saldo em 31/12/2018. Rows include Software - Direito de uso, Software - Direito de uso - V. útil definida, etc.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Valéria Pires Amoroso Lima - Presidente, João Aparecido de Lima - Vice-Presidente, etc.

DIRETORIA EXECUTIVA: Rogério Pena Siqueira - Diretor-Presidente, Adriana Freitas Mariano - Diretora de Recursos Humanos, etc.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: Aos Srs. Acionistas, Conselheiros e Administradores da MGS - MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A. Bolo Horizonte, 13 de março de 2019.

Declaração de Revisão das Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes pelos Diretores: Os membros da Diretoria Executiva da MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. ("Empresa"), no exercício de suas atribuições legais, declaram, para os devidos fins, (i) que revisaram, discutiram e concordaram com o Relatório da Administração e com as Demonstrações Financeiras (Balanco Patrimonial, Demonstração dos Resultados - DRE, Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Direto - DFC, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMLP, e as respectivas Notas Explicativas) da Empresa relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; e em conformidade com a Declaração de 2018 e 2017, relatando as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Bolo Horizonte, 13 de março de 2019. Rogério Pena Siqueira - Diretor-Presidente, Adriana Freitas Mariano - Diretora de Recursos Humanos, etc.

Declaração de Revisão das Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes pelos Diretores: Os membros da Diretoria Executiva da MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. ("Empresa"), no exercício de suas atribuições legais, declaram, para os devidos fins, (i) que revisaram, discutiram e concordaram com o Relatório da Administração e com as Demonstrações Financeiras (Balanco Patrimonial, Demonstração dos Resultados - DRE, Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Direto - DFC, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMLP, e as respectivas Notas Explicativas) da Empresa relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; e em conformidade com a Declaração de 2018 e 2017, relatando as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Bolo Horizonte, 13 de março de 2019. Rogério Pena Siqueira - Diretor-Presidente, Adriana Freitas Mariano - Diretora de Recursos Humanos, etc.

Declaração de Revisão das Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes pelos Diretores: Os membros da Diretoria Executiva da MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. ("Empresa"), no exercício de suas atribuições legais, declaram, para os devidos fins, (i) que revisaram, discutiram e concordaram com o Relatório da Administração e com as Demonstrações Financeiras (Balanco Patrimonial, Demonstração dos Resultados - DRE, Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Direto - DFC, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMLP, e as respectivas Notas Explicativas) da Empresa relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; e em conformidade com a Declaração de 2018 e 2017, relatando as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Bolo Horizonte, 13 de março de 2019. Rogério Pena Siqueira - Diretor-Presidente, Adriana Freitas Mariano - Diretora de Recursos Humanos, etc.

Declaração de Revisão das Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes pelos Diretores: Os membros da Diretoria Executiva da MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. ("Empresa"), no exercício de suas atribuições legais, declaram, para os devidos fins, (i) que revisaram, discutiram e concordaram com o Relatório da Administração e com as Demonstrações Financeiras (Balanco Patrimonial, Demonstração dos Resultados - DRE, Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Direto - DFC, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMLP, e as respectivas Notas Explicativas) da Empresa relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; e em conformidade com a Declaração de 2018 e 2017, relatando as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Bolo Horizonte, 13 de março de 2019. Rogério Pena Siqueira - Diretor-Presidente, Adriana Freitas Mariano - Diretora de Recursos Humanos, etc.

Declaração de Revisão das Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes pelos Diretores: Os membros da Diretoria Executiva da MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A. ("Empresa"), no exercício de suas atribuições legais, declaram, para os devidos fins, (i) que revisaram, discutiram e concordaram com o Relatório da Administração e com as Demonstrações Financeiras (Balanco Patrimonial, Demonstração dos Resultados - DRE, Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Direto - DFC, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMLP, e as respectivas Notas Explicativas) da Empresa relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; e em conformidade com a Declaração de 2018 e 2017, relatando as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Bolo Horizonte, 13 de março de 2019. Rogério Pena Siqueira - Diretor-Presidente, Adriana Freitas Mariano - Diretora de Recursos Humanos, etc.







